

TENSÕES MUNDIAIS

Revista do Observatório das Nacionalidades

WORLD TENSIONS

Nationalities Observatory Journal

Vol. 5 n. 8/jan./jun. 2009

- ADRIANO DE FREIXO
- ANA CABALLERO - MENGIBAR
- ALEX JOBIM FARIAS
- FABIANE BATISTA PINTO
- JASMINE MITCHELL
- JORGE FORNET
- MARIA LUISA MENDONÇA
- MANUEL DOMINGOS NETO
- PETER ROSSET
- RAMÓN MÁIZ
- WILLIAMS GONÇALVES



Observatório
das Nacionalidades





Inês Roland nasceu na cidade de Fortaleza, em 1955, e ainda cedo revelou pendor para o desenho. Frequentando cursos na Casa Raimundo Cela e no Nuclearte, descobriu a pintura, seu meio de expressão até hoje. A paisagem marinha do Meireles e do Mucuripe causou-lhe forte impressão transfigurada em arte, sendo o motivo da sua primeira tela, seguido por cenas campestres, naturezas mortas, temas religiosos. Recentemente, surgem duas séries: a figuração de bairros tradicionais invadidos por grandes edifícios e pelo negro do asfalto, e a mata tropical fulgurante, em que se percebe a marca de gestos humanos – árvores e galhos cortados, picadas, caminhos. Inês participa de eventos e exposições de artes desde os anos 1970 e, em 2009, expôs parte das telas mostradas neste número de “Tensões Mundiais” na “II Mostra SESC de Arte Naïf”.

Observatório das Nacionalidades
Nationalities Observatory

**Tensões
Mundiais**

**World
Tensions**

V. 5, n. 8
ISSN 1809-3124

Fortaleza
2009

EXPEDIENTE / EXPEDIENTS

Tensões Mundiais

Revista do Observatório das Nacionalidades
V. 5, n. 8, jan./jun. 2009
ISSN: 1809-3124
Periodicidade: semestral

Editores

Manuel Domingos Neto
Mônica Dias Martins

Comitê Editorial

Fabiane Batista Pinto
Fco. Adjacy Farias
Robert Austin
Rosemary Galli
Sued Castro Lima

Coordenação: Grazielle Albuquerque - CE 01545 JP

Projeto gráfico, diagramação e fotos: Everton Viana - CE 01799 DG

Edição Eletrônica: Camila Alves Costa

Revisão: Maria do Céu Vieira - CE 00567 JP

Normalização: Fco.Welton - CRB 3/910

Tensões Mundiais: revista do Observatório das Nacionalidades. – v. 5, n. 8
(jan./jun. 2009)- . – Fortaleza: Observatório das Nacionalidades; Rio
de Janeiro: Gramma, 2005 (ano de fundação) - .

v.5

Semestral.

ISSN 1809-3124 (impresso) 1983 5744 (on line)

1. Ciências Humanas e Sociais. 2. Nações e Nacionalismos. 3. Relações
Internacionais. I. Observatório das Nacionalidades. II. Domingos,
Manuel Neto, ed. III. Martins, Mônica Dias, ed.

Endereço: Avenida da Universidade 2995, Bloco 1, 1º Andar, Área III
Benfica - 60020-181, Fortaleza-CE, Brasil - Telefone: 85 - 3366.7515
www.tensoesmundiais.ufc.br

CONSELHO CONSULTIVO

ADVISORY BOARD

- Angelo Trento** - Instituto Orientale di Napoli
- Boaventura de Sousa Santos** - Universidade de Coimbra
- Benedict Anderson** - University of Cornell
- Don Doyle** - University of South Carolina
- Celso Castro** - Fundação Getúlio Vargas/CPDOC
- E. Diatahy B. de Menezes** - Universidade Federal do Ceará
- Eiiti Sato** - Universidade de Brasília
- Eliezer Rizzo de Oliveira** - Universidade de Campinas
- Estebán Vernik** - Universidad de Buenos Aires
- Eurico de Lima Figueiredo** - Universidade Federal Fluminense
- Graham Holt** - La Trobe University
- James Petras** - State University of Binghamton
- João Roberto Martins** - Universidade Federal de São Carlos
- Linda Maria Pontes Gondim** - Universidade Federal do Ceará
- Lúcio Oliver Costilla** - Universidad Autónoma de México
- Marco Antonio Pamplona** - Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Maria Alejandra Corbalán** - Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires
- Miroslav Hroch** - University Charles of Prague
- Otávio Guilherme Velho** - Museu Nacional/UFRJ
- Patrick Bond** - University of KwaZulu-Natal
- Pierre Salama** - Université de Paris
- Roberto Amaral** - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
- Ronald Chilcote** - University of California
- Sinisa Malesevic** - National University of Ireland
- Shiguenoli Miyamoto** - Universidade de Campinas
- Vagner Camilo Alves** - Universidade Federal Fluminense
- Williams Gonçalves** - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

SUMÁRIO / SUMMARY

ARTIGOS / ARTICLES

- 12 Indianismo e etnonacionalismo na Bolívia
Indianism and ethnonationalism in Bolivia
Ramón Máiz
- 65 Neorracismo e imaginação da identidade espanhola
Neoracism and the imagination of Spanish identity
Ana Caballero - Mengibar
- 108 Os brasileiros de Chico Buarque
The Chico Buarque's Brazilians
Manuel Domingos Neto e Fabiane Batista Pinto
- 130 Nacionalidade e diáspora negra na música de Marcelo D-2
Nationality and black diaspora in Marcelo D2's music
Jasmine Mitchell
- 169 Casa de las Américas: por la cultura del Continente
Casa de las Américas: promoting the culture of the Continent
Jorge Fornet
- 177 Difusão do neoliberalismo na América Latina
Diffusion of neoliberalism in Latin America
Alex Jobim Farias
- 212 Agrocombustível e crise de alimentos
Agrofuels and food crisis
Maria Luisa Mendonça e Peter Rosset

243 Repercussões da Revolução dos Cravos
Repercussions of The Carnation Revolution
Adriano de Freixo

260 As relações luso-brasileiras nos anos 1950
The Luso-Brazilian relationships in the 1950s
Williams Gonçalves

RESENHAS / BOOK REVIEWS

286 Novo olhar sobre as nacionalidades nas Américas
New approach on the nationalities in the Americas
Gislânia Freitas e Mônica Dias Martins

292 O futebol e a nação brasileira
The soccer and the Brazilian nation
Sued Castro Lima

298 Direitos humanos, civilização e nação
Human rights, civilization and nation
Clayton Mendonça Cunha Filho

304 Discutindo a perspectiva da esquerda latino-americana
The Latin American left in discussion
Rodrigo Santaella Gonçalves

EDITORIAL

Ao completar quatro anos de existência, “Tensões Mundiais” mantém seu foco na construção das nacionalidades e em aspectos substantivos das relações internacionais.

A matéria que abre esta edição, assinada por Ramón Máiz, um reconhecido especialista espanhol no estudo das nacionalidades, aborda pontos pouco explorados nas análises sobre a ascensão do movimento indígena ao governo boliviano, um dos fenômenos mais intrigantes da atualidade latino-americana. Estudando os discursos políticos da mobilização indígena, Máiz tenta compreender as razões pelas quais os liderados de Evo Morales sobrepujaram seus concorrentes organizados no *Movimiento Indígena Pachakuti*, de Felipe Quispe.

A Espanha, que se destaca entre os países europeus como um dos mais tensionados por movimentos nacionalistas ao longo do século XX, na crise econômica em curso vive uma retomada da imaginação da nacionalidade. Este fenômeno é abordado pela jovem pesquisadora Ana Caballero - Mengibar a partir das manifestações racistas dirigidas contra os imigrantes do Terceiro Mundo.

Dois artigos exploram a contribuição da música popular na construção da identidade nacional brasileira. Manuel Domingos e Fabiane Batista Pinto, examinando as letras de músicas de Chico Buarque, dissertam sobre sua percepção dos brasileiros; Jasmine Mitchell se volta para a música de Marcelo D2, um dos pioneiros do *hip-hop* no Brasil, observando como as noções de raça, gênero e sexualidade são utilizadas para “reinventar” a nacionalidade.

Quando a tendência de integração regional ganha impulso, intercâmbios e aproximações culturais ganham relevância estratégica. A Casa de las Américas guarda interesse particular como experiência de difusão da arte e da cultura latino-americana. Fundada pelo governo cubano ainda nos primeiros meses após a Revolução, esta entidade promoveu o encontro de milhares de escritores e artistas tentando formar um público sensível à variada criatividade continental. Esta experiência é objeto do relato de Jorge Furnet.

A presente edição agasalha uma matéria que associa três temas candentes da conjuntura internacional: a preservação do ambiente, a busca de alternativas energéticas e a crise na oferta de alimentos. Abordando a produção do agrocombustível, que anima as esperanças de muitos, Ma-

ria Luisa Mendonça e Peter Rosset demonstram a estreita conexão entre esses problemas. Se o agrocombustível desperta interesse por ser menos prejudicial ao meio ambiente, ao mesmo tempo, pode agravar o angustiante problema do abastecimento alimentar atingindo notadamente as comunidades nacionais empobrecidas. Os autores consideram que o gerenciamento da crise de preços dos alimentos se fará mediante a adoção da ideia de “soberania alimentar” e de uma moratória da produção dos agrocombustíveis.

As políticas neoliberais adotadas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 resultaram em crises nas quais o endividamento figurou como um fator crucial. Na busca de novas perspectivas, qual o papel que poderiam desempenhar organizações multilaterais em atuação desde o fim da Segunda Guerra Mundial? Passando em revista a difusão do neoliberalismo junto às nações latino-americanas, Alex Jobim Farias contribui para refletir sobre as articulações e os procedimentos de instituições-chave orientadas a partir das potências dominantes.

Ainda no âmbito das tendências integracionistas, dois especialistas em relações internacionais oferecem elementos históricos preciosos para refletir sobre as iniciativas referentes à construção do mundo da lusofonia. Adriano de Freixo descreve as repercussões da Revolução dos Cravos, que encerrou uma das mais antigas ditaduras europeias e, no quadro da Guerra Fria, chamou a atenção para Portugal e suas ex-colônias. Williams Gonçalves analisa a intensidade que marcou as relações Brasil-Portugal nos anos 1950. O auge do entrosamento diplomático deu-se quando Juscelino Kubitschek estabeleceu relações pessoais com o ditador Oliveira Salazar. Entre os fatores que contribuíram para esta aproximação, o autor destaca a expressiva presença de imigrantes portugueses no Brasil e as tentativas de preservação das possessões ultramarinas portuguesas.

Finalmente, assinalamos que, nesta fase de sua existência, “Tensões Mundiais” aprimora sua linha editorial e sua sistemática de avaliação de mérito. As normas que regem a editoração da revista foram reformuladas, o Conselho Consultivo recomposto e o quadro de pareceristas sensivelmente ampliado em virtude das prioridades temáticas da revista.

Os Editores

EDITORIAL

Completing its fourth year, “World Tensions” continues to maintain its focus on the construction of nationalities and important aspects of international relations.

Opening this edition, the article by Ramón Máiz, a well-known Spanish specialist in nationalities studies, considers little explored points in the analyses of the rise of the Bolivian indigenous movement to power. This is one of the most interesting, contemporary Latin American phenomenon. Máiz examines political mobilization speeches in order to understand the reasons why the followers of Evo Morales overcame their rivals organized in the *Movimiento Indígena Pachakuti* led by Felipe Quispe.

Spain, which stands out among European nations as one of the most disturbed by nationalist movements throughout the twentieth century, is witnessing the rebirth of nationalist imagination in the face of serious economic crises. The young researcher, Ana Caballero - Mengibar, examines the phenomenon in the light of the racist protests directed against Third World immigrants.

Two articles explore the contribution of popular music to the construction of Brazilian national identity. Analysing the words of Chico Buarque's compositions, Manuel Domingos and Fabiane Batista Pinto expose his perception of Brazilians; Jasmine Mitchell looks at the music of Marcelo D2, one of the pioneers of Brazilian hip-hop, to observe how the notions of race, gender and sexuality are used to reinvent Brazilian nationality.

When regional integration is on the agenda, cultural exchanges and friendships become important elements in international relations. The Casa de las Américas merits special attention as a space for the diffusion of Latin American art and culture. Founded by the Cuban government a few months after the Revolution, this entity promoted the encounter of thousands of writers and artists in order to sensitize the public to the varieties of continental creativity. This experience is the object of Jorge Furnet's contribution.

This edition hosts a work that associates three white hot themes of the present international conjuncture: environmental conservation, the search for alternative energy sources and the food crisis. Maria Luisa

Mendonça e Peter Rosset demonstrate the close connections of these problems in their analysis of bio-fuel production, which stirs the hopes of many. While biofuels arouse interest by being less prejudicial to the ecology, they can also aggravate the distressing problem of food security that touches impoverished national communities. The authors think that management of the crisis of food prices is through adoption of the idea of 'food sovereignty' and a moratorium on bio-fuel production.

The neo-liberal policies adopted in Latin American in the 1980s and 1990s brought about the crises in which debt became the crucial factor. In the search for new perspectives, what role could the multilateral organizations operating since the end of World War II play? Reviewing the dissemination of neoliberalism to Latin American governments, Alex Jobim Farias reflects on the pronouncements and procedures of the key institutions oriented by the dominant powers.

Also in the context of integralist tendencies, two international relations specialists offer important historical elements for reflection in relation to the current initiatives to construct a Lusophone world. Adriano de Freixo describes the repercussions of the "Revolution of Carnations", that brought an end to one of the oldest European dictatorships and called attention to Portugal and its ex-colonies against the background of the Cold War. Williams Gonçalves analyzes the intensity that characterized Brasil-Portugal relations in the 1950s. The height of the diplomatic rapport occurred when Juscelino Kubitschek initiated a personal connection with the dictator Oliveira Salazar. Among the reasons for this association, the author distinguishes the notable presence of Portuguese immigrants in Brasil and the efforts to preserve Portuguese overseas possessions.

Lastly, we would like to point out that, in this phase, "World Tensions" is improving its editorial policy and its review procedures. Editorial guidelines have been revised, the Consultative Council recomposed and the cadre of reviewers appreciably broadened in line with the journal's thematic priorities.

The Editors

Indianismo e ethnonacionalismo na Bolívia

Esse artigo tenta identificar os fatores do sucesso do movimento indígena na Bolívia e explicar o porquê da ascendência do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e não do Movimento Indígena Pachakuti (MIP). Explora ainda aspectos do discurso indígena que normalmente não têm sido observados, mas que lançam uma nova luz sobre ideias anteriores.

Palavras-chave: indianismo; nacionalismo; ethnonacionalismo; Bolívia.



Indianism and ethnonationalism in Bolivia

This paper attempts to identify the factors responsible for the success of the indigenous movement in Bolivia and to explain why it was Evo Morales' Movement to Socialism (MAS) rather than the Movimiento Indígena Pachakuti that gained ascendancy. It explores aspects of the indigenous discourse that have generally not been remarked on but which throw new light on previous accounts.

Key words: indianism; nationalism; ethnonationalism; Bolivia.

Ramón Máiz: Professor da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca, embora esquematicamente, identificar os fatores responsáveis pelo sucesso do movimento indígena na Bolívia; explicar o porquê da ascendência do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e não do *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP), de Felipe Quispe, e fazer menção a aspectos de interpretação do discurso indígena que normalmente não têm sido observados, mas que lançam uma nova luz sobre ideias anteriores.¹

Mais especificamente, desenvolvemos uma análise sobre o êxito do MAS que leva em conta os seguintes componentes:

1 O legado étnico-cultural (cultura, idioma, história, território, etc.), porém sempre considerando que a própria percepção deste legado é produto de gerações anteriores de “construtores de consciência”.

2 A existência de circunstâncias socioeconômicas que favorecem a consciência de uma identidade coletiva, de um “nós” em oposição a um “eles”. Tais circunstâncias podem incluir uma rede de interesses comuns que conflite real ou potencialmente com interesses de outro grupo ou grupos; a sujeição a políticas econômicas neoliberais que corroem os laços sociais, destroem o território tradicional do grupo, geram desenraizamento e necessidade de uma identidade e a existência de um grau suficiente de mobilidade social e/ou comunicação supralocal que facilite a percepção de um espaço social comum.

3 Uma estrutura de oportunidades políticas propícia, que pode ser formal – incluindo vários tipos de descentralização política (federalismo, municipalização, etc.) e a existência de acesso efetivo à arena política – ou informal (realinhamentos eleitorais, crises no sistema partidário tradicional, surgimento de novos aliados potenciais, etc.).

4 Uma máquina política organizacional e retoricamente eficiente, que cria novas oportunidades de generalizar a identificação com o grupo étnico para um segmento social amplo na base de interesses compartilhados e objetivos específicos de autogoverno.

Na seção 2, lido com estes quatro componentes no caso do MAS, na Bolívia, e na 3, uso um sistema de análise para focalizar com mais detalhes o aspecto que até agora vem tendo menos atenção, o discurso político.

2 ETNOLÓGICA INDÍGENA NA BOLÍVIA: UMA EXPLICAÇÃO MULTICAUSAL

De todos os países da América Latina, a Bolívia tem a maior proporção de habitantes indígenas. No Censo de 2001, normalmente considerado confiável, 62% alegaram pertencer a algum grupo étnico indígena, número comparável, por exemplo, aos 25% do Equador. Aproximadamente 31% se identificaram como quéchuas e mais de 25% como aimarás; os 6% restantes estão distribuídos entre chiquitanos (2,2%), guaranis (1,6%) e outros. Inegavelmente este tem sido um fator importante na ascensão do movimento indígena e seu sucesso eleitoral. Como Evo Morales nos relembra amiúde, a população indígena boliviana não é uma minoria marginal, mas constitui a maioria da população total do país.

No entanto, a explicação não é suficiente por si mesma, pois esta maioria não é homogênea. Em primeiro lugar, existe uma divisão entre quéchuas, aimarás e outros grupos. Em segundo lugar, há inúmeras variáveis geográficas socialmente relevantes que dividem esta maioria em subgrupos: índios do campo *versus* índios urbanos (atualmente mais de 50%); comunidades dos altiplanos e das terras baixas; bolivianos ocidentais (*cambas*) e orientais (*collas*).

Em terceiro lugar, em face da pobreza da população indígena e sua insegurança no trabalho, deve ser lembrado que os partidos tradicionais de esquerda e os sindicatos de trabalhadores, referindo-se aos índios nativos, têm por longo tempo subordinado sua identidade étnico-cultural à classificação convencional de “camponeses” ou “trabalhadores”, uma prática que desempenhou um papel importante na desmobilização indígena no Peru e, em menor proporção, no Chile.

O êxito do indianismo na Bolívia pode ser devido a outros fatores, além do tamanho da população indígena, como sugere o fato de o primeiro partido sul-americano a alcançar certo grau de sucesso ter aparecido na Colômbia, em 1990, apesar de apenas 2,7% da população colombiana ser indígena (VAN COTT; RICE, 2006).

O primeiro fator a ser examinado para explicar a consciência do potencial da maioria indígena na Bolívia é a herança étnico-cultural explorada pelo movimento indígena.

2.1 A HERANÇA ÉTNICO-CULTURAL

O indianismo do planalto boliviano possui como fonte extraordinariamente rica e poderosa de mitos a Grande Rebelião Andina, conduzida entre 1780 e 1783 pelo quéchua Tupac Amaru, que sitiou Cuzco, e o aimará Tupac Katari, que cercou La Paz por seis meses (MALLON, 1999). Estes levantes foram decisivos historicamente na medida em que deram fim ao sistema de apresamento no qual se apoiava o domínio espanhol e, pela primeira vez, colocaram o império em perigo. Os insurgentes incluíam não apenas índios, mas também mestiços, crioulos, e até mesmo alguns poucos espanhóis (embora menos do que no Peru).

Para nosso atual propósito, o mais importante é que eles se tornaram a base de uma ampla mitologia envolvendo a figura do “novo Inca”, a restauração do governo Inca e a vingança dos povos nativos submetidos à Espanha desde o século XV. Em uma abordagem diversa, a Grande Rebelião Andina foi posteriormente reinterpretada como precursora da Guerra de Independência Boliviana e mesmo como uma precursora do nacionalismo militarista (DEMÉLAS, 1992). Este capital mítico-simbólico sobrevive hoje e é constantemente invocado nos discursos de Felipe Quispe e Evo Morales (ALBÓ, 2006), como, por exemplo, nas referências aos “500 anos de resistência” dos povos indígenas.

Uma segunda referência histórico-mítica para o indianismo diz respeito à Guerra Federal Boliviana de 1898-1899. Os conflitos, a resultar na transferência da capital de Sucre para La Paz, levaram o *Pando Federalista* a procurar ajuda do agora lendário líder aimará Pablo Zárate Willka, oferecendo em troca a devolução das terras ancestrais indígenas que haviam sido nacionalizadas cerca de trinta anos antes – uma promessa imediatamente quebrada quando os federalistas tomaram o poder após uma batalha na qual os aimarás desempenharam papel fundamental. A memória desses eventos vem sendo mantida viva zelosamente e explorada por Felipe Quispe, que postula uma “imitação do levante armado de Zárate”.

Apesar do vigor mitológico desses dois episódios, eles têm sido tradicionalmente relegados pela retórica republicana do Estado Boliviano, que excluiu completamente os índios da participação nas lutas de independência da Espanha, em 1825. Apenas após a traumática perda da maior

parte do *Gran Chaco*, em 1935, a ideia de nação mestiça encontrou lugar no nacionalismo boliviano e até mesmo a Revolução Nacional de 1952 só reconheceu a população indígena como camponesa, negando sua identidade étnico-cultural. Mencionada revolução tomou como modelo o México, um sistema no qual a transformação da população indígena em camponeses pela redistribuição de terras em troca de votos, via mediação dos sindicatos de trabalhadores, foi acompanhada por sua aculturação e assimilação em uma identidade nacional mestiça – a “raça cósmica” de Vasconcelos – nas escolas, no Exército e na mídia.

O corporativismo do Estado Boliviano construído durante os anos 1950 pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) possuía duas facetas: de um lado, a fundação de sindicatos controlados pelo Estado e outros mecanismos autoritários, mediante a padronização e o controle das instituições da comunidade local mediante troca de favores; de outro, a tentativa de construir uma nacionalidade boliviana, no sentido de uma identidade coletiva compartilhada por todos os bolivianos, uma nacionalidade centrada em uma língua comum, em uma visão comum da história, em um inimigo eternamente comum (o Chile) e em símbolos e mitos comuns, como a bandeira nacional. Não havia, em princípio, espaço para as identidades coletivas indígenas. E quando Barrientos chegou ao poder, em 1964, o Pacto Militar-Campesino – complementado pela repressão ditatorial absoluta – deu continuidade à eliminação da identidade indígena.

Apenas com a supressão da autonomia indígena na região de La Paz e o massacre de Tolata surgiu uma oportunidade para novos processos de identidade política. Os primeiros movimentos indígenas deste tipo foram o Movimento Nacional Tupac Katari (1968) e o Movimento Índio Tupac Katari de Luciano Tapia, e os mais moderados, de orientação sindical, o Centro Campesino Tupac Katari (1971) e a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB, 1979). Em 1983, no Congresso Nacional do CSUTCB, foi proposto publicamente, pela primeira vez, que a Bolívia deveria reconhecer-se como um “Estado Plurinacional”.

2.2 CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOECONÔMICAS

O segundo requisito para a etnificação política é um ambiente socioeconômico propício. Para avaliar este aspecto, devemos examinar as reformas agrárias e medidas associadas introduzidas entre 1952 e 1964 como parte da Revolução Nacional do MNR. Estas reformas redistribuíram grande quantidade de terras para proprietários indígenas, convertendo comunidades indígenas em campesinos, isto é, proprietários individuais de pequenas explorações. O diálogo com este setor foi organizado, principalmente, via sindicatos de trabalhadores rurais, e estas organizações, por vezes, funcionaram razoavelmente bem em prol dos seus membros naquelas áreas do país, como Cochabamba, onde a população indígena já estava concentrada em núcleos e havia certa tradição de uniões camponesas no modelo de sindicatos de trabalhadores (ALBÓ, 1995, 2002). Todavia, no altiplano, onde muitas comunidades foram autorizadas a manter a propriedade em comum e certo grau de autonomia política, as bases da estrutura sindical eram de fato as comunidades indígenas tradicionais – a união era a comunidade; estas últimas estruturas sobreviveram relativamente ilesas, mas foram ineficazes no âmbito da estrutura sindical em geral.

Apesar da sua natureza anti-indianista, para grande parte das comunidades indígenas, as reformas lideradas pelo MNR deram acesso a pelo menos um nível mínimo de recursos socioeconômicos, incluindo não somente a terra, mas também o direito ao voto e à educação, direitos aos quais se opuseram ativamente muitos dos 4% dos latifundiários que possuíam, até então, 82% das terras bolivianas (DUNKERLEY, 1984). Contudo, os mecanismos e a ideologia por meio dos quais o MNR alcançou estas melhorias sócioeconômicas trabalhavam contra a identidade indígena originada da herança étnico-cultural – como no Peru, uma classe de “meio-sangue indígena” emergiu; pessoas de aparência indígena, falando línguas indígenas e observando tradições culturais indígenas, que, no entanto, se consideravam implícita ou explicitamente como uma raça mista.

Após os anos do MNR, a “desindianização” foi intensificada por sucessivos regimes militares, mas a gratidão para com o governo central pelos avanços econômicos dos anos 1950 demorou a arrefecer. As medidas

econômicas da pós-revolução que mais contribuíram para pavimentar os caminhos do sucesso do movimento indígena foram as da Nova Política Econômica, de 1985, que sacrificaram o que restava do sindicalismo oficial acabando com o apoio à economia rural na forma de subsídios, regulação de preços, etc. Também houve cortes drásticos nos serviços de saúde e educação e a autonomia destas comunidades foi ainda mais enfraquecida por medidas tais como a privatização das terras comuns (YASHAR, 2005).

A inoperância dos sindicatos de trabalhadores rurais e, ainda, a destruição das estruturas das comunidades tradicionais propiciaram à população indígena uma percepção renovada sobre si mesma, como índios ao invés de camponeses. Além disso, quando a Nova Política Econômica fechou a empresa Comibol, um grande número de mineradores indígenas desempregados migrou para as áreas de cultivo de coca e ao fazê-lo rejeitou as ideias de luta sindical e de classe das quais haviam se beneficiado anteriormente, voltando-se, em sua decepção, para uma identificação com a cultura e as tradições indígenas locais.

2.3 A ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE POLÍTICA

A formação de uma estrutura política favorável, no tocante às instituições políticas e ao relacionamento com as forças concorrentes, tem sido decisiva na mobilização indígena boliviana, em geral, e no sucesso do MAS, em particular. Os aspectos institucionais mais salientes incluem a democratização e a ampliação do *spectrum* político resultante do colapso do corporativismo tradicional, as reformas institucionais dos anos 1990 – especialmente a reforma constitucional de 1994 – e o processo de descentralização desencadeado pelo Ato de Participação Popular de 1994. Com respeito às relações entre os agentes, as características mais relevantes do contexto político são a crise dos partidos tradicionais, o realinhamento eleitoral e a disponibilidade de aliados potenciais não indígenas. Vejamos sucintamente estes fatores.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, que não foram apenas os efeitos econômicos previamente mencionados do neoliberalismo que favoreceram a “indianização” da política rural boliviana: o colapso do sistema de apadrinhamento corporativo, no qual votos eram trocados por

apoio político, proporcionou uma oportunidade para a formação de movimentos organizados “horizontalmente” com base em laços nominalmente étnicos, embora em um sentido amplo que analisarei com maior detalhe na seção 3. As redes criadas em função de interesses comuns de diversos grupos indígenas, e que, no caso do MAS, eram com frequência ampliadas para incluir grupos não indígenas, progressivamente substituíram os sistemas corporativos problemáticos e hierarquicamente desmobilizadores de organização política que remontam ao MNR.

Apesar da insuficiente aplicação e implantação, o reconhecimento jurídico e constitucional da pluralidade étnica nos anos 1990 constituiu, sem dúvida, um passo bastante significativo no referente à “respeitabilidade” das reivindicações do movimento indígena. A ratificação da Convenção 169 da OIT sobre a autodeterminação dos povos indígenas e tribais, em 1992, foi seguida de reformas constitucionais em 1994 nas quais a Bolívia é definida como um Estado multiétnico e pluricultural (art. 1º), as “autoridades naturais” das comunidades indígenas são reconhecidas para fins administrativos, a aplicação limitada das leis comuns indígenas é permitida (art. 171), os direitos de propriedade coletiva, são reconhecidos e a educação bilíngue é aceita (IRIGOYEN, 2005).

O estabelecimento da nova constituinte eleitoral de 1995 também desempenhou um papel considerável (VAN COTT, 2005), pois algumas das “circunscrições uninominais” introduzidas na Câmara de Deputados ao lado das “circunscrições plurinominais” representadas proporcionalmente coincidiram com as fronteiras étnicas, permitindo assim a representação das minorias étnicas.

No entanto, a principal novidade administrativa a favorecer o crescimento de movimentos indígenas e sua transformação em partidos políticos eficientes foi o Ato de Participação Popular de 1994, o qual criou 311 novos municípios (VAN COTT, 2005; ALBÓ, 2006). De fato, este ato constituiu o primeiro reconhecimento legal de comunidades indígenas, a partir de então denominadas “Organizações de Base Territorial”. Quando o MAS e outros partidos indígenas venceram em vários destes municípios, aproveitaram a oportunidade para obter recursos para suas localidades e ganhar uma reputação que, a seguir, embasou a tomada de poder no governo central. Finalmente, deve-se atentar para a Lei de 1996 que, ao fundar o Instituto Nacional de Reforma Agrária, habilitou as comunida-

des indígenas a registrarem terras comuns como “Terra Comunitária Ancestral”. Isto motivou as comunidades a se organizarem para exercer este direito e, assim, forneceu excelente oportunidade de construir um discurso político assentado no conceito-chave de “território”.

As reformas constitucionais dos anos 1990 foram fundamentais para a ascensão dos partidos políticos indígenas em virtude das oportunidades e dos novos direitos garantidos aos índios. Contudo, as reformas também fomentaram este processo de modo negativo. O novo pluralismo do Estado Boliviano era insuficiente de muitas maneiras e, à luz do que se propunha a satisfazer, suas deficiências provocaram aspirações indígenas mais ambiciosas, aspirações que agora o movimento se sentia confiante para atender. Durante a “Guerra da Água” em Cochabamba, em 2000, e na “Guerra do Combustível”, em La Paz, em 2003, o movimento indígena mostrou sua força e provou sua capacidade de pressionar por concessões mediante mobilizações de massa.

Vis-à-vis o eleitorado, o indianismo político aproveitou plenamente as oportunidades para apresentar o que foi oferecido ou criado por ele mesmo, mas também se beneficiou imensamente da crise sofrida pelo MNR, entre 1989 e 2002, e pelos recém-chegados, Ação Democrática Nacionalista e Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), ambos criados nos anos 1970. Isto é evidente no fato do MAS ter crescido precisamente nos distritos eleitorais mais imprevisíveis (MADRID, 2005), onde foi transformado por seu público natural acompanhando o colapso organizacional e eleitoral da esquerda tradicional fruto de influências externas (a pós-crise do socialismo de 1989; ver MÁIZ, 2004), da virada à esquerda do MIR (manifestada no governo de coalizão neoliberal formada por Paz Zamora e pelo ex-ditador Hugo Banzer) e da crise do sindicalismo boliviano provocada pelas políticas econômicas neoliberais.

A ruptura entre o movimento indígena e os aliados tradicionais de esquerda que, como entidades de classe, permaneciam indiferentes às demandas indígenas, permitiu ao MAS, como um partido não exclusivamente indígena, atrair não apenas desafetos da esquerda, mas também trazer militantes descontentes com os antigos aliados, reforçando assim sua capacidade organizacional. Entre os convertidos havia lideranças como o jornalista guevarista Antonio Peredo, Gustavo Torrico (ex-membro do Partido Socialista), Manuel Morales (anteriormente do partido Concien-

cia de Patria - Condepa) e Filemón Escobar, líder trotskista dos mineiros. Além disso, em certos casos, tal crescimento permitiu ao MAS celebrar acordos com grupos remanescentes da esquerda, ampliando, assim, seu eleitorado potencial.

Lembremos, porém: os partidos e grupos políticos não foram os únicos afetados com a crise do partido tradicional boliviano nos anos 1990. A crise deixou órfãs numerosas organizações que, sem ser propriamente partidos políticos, têm tradicionalmente apoiado e sido apoiadas por estes partidos: sindicatos de professores rurais, associações de pequenos negociantes e artesãos, federações empresariais, etc. Estas organizações estão agora receptivas à possibilidade de chegar a um entendimento com os partidos indígenas. O MAS, em particular, atraiu organizações indígenas das terras baixas, incluindo grupos religiosos e o Confederação de Povos Indígenas de Bolívia - CIDOB (o qual havia então estendido sua influência fora do altiplano). A despeito das dificuldades relacionadas a tamanha heterogeneidade e à necessidade para aqueles com experiência sindical de se adaptar ao novo discurso etnicamente orientado, tais alianças proporcionaram ao MAS uma pluralidade inestimável de material, recursos organizacionais e reputação (MADRID, 2005).

Um componente final da estrutura de oportunidades políticas que favorecem a emergência do MAS foi o contexto internacional: a queda do muro de Berlim em 1989, o desmembramento da União Soviética, a Convenção 169 da OIT (que foi ratificada pela Bolívia, em 1991, após a Marcha por Território e Dignidade, e parcialmente incorporada no art. 171 da Constituição de 1994) e as comemorações do aniversário da descoberta da América por Colombo. Estas, juntamente com a crescente presença e atividade das ONGs internacionais, forneceram aos indianistas um palco internacional propício para a campanha dos “500 anos de resistência”. Cabe salientar que esta campanha contribuiu enormemente para a unidade das exigências dos indígenas bolivianos do leste e do oeste, como é demonstrado pela sua inclusão na defesa dos usos tradicionais da folha de coca, a qual, posteriormente, tornou-se um símbolo nacional de resistência à política dos EUA na América Latina (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

2.4 A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

O derradeiro fator decisivo para o êxito do MAS foi a política de mobilização herdada dos seus precursores, a maneira de criar e explorar as oportunidades. Esta abordagem diferenciou o indianismo da Bolívia, por exemplo, dos seus homólogos do Peru e da Guatemala. Aqui, e na próxima seção, mostro dois aspectos intimamente relacionados desta política: a organização da ação coletiva e o discurso político.

Uma organização eficiente é essencial para qualquer partido explorar e construir as oportunidades políticas que as circunstâncias lhe oferecem. Deste ponto de vista, duas características na história do MAS se destacam: a existência prévia de uma rica rede de organizações e movimentos, a vontade do MAS de aproveitar esta pluralidade e fazer uso da sua experiência e capacidade organizativa (MÁIZ, 2003a, 2004). Como insinuei anteriormente, a mobilização política indígena impunha a criação de uma organização horizontal forte para combater a divisão e desmobilização, tendências que não só haviam sido promovidas por sindicatos verticalmente organizados e quase extintos, mas que também eram favorecidas pela fragilidade da estrutura territorial, pelo isolamento da comunidade, pelas rivalidades locais, pela visão introspectiva das comunidades e por uma falta geral de comunicação social. Assim, o MAS (porém, não o MIP) coibiu e acolheu a estrutura organizacional e capacidade dos grupos existentes, tais como as bases dos sindicatos verticais, dos sindicatos independentes, das congregações religiosas e, obviamente, dos grupos indianistas que sobreviveram aos anos 1970. Embora estes últimos tenham falhado no contexto político pré-1993, foram, no entanto, fundamentais na organização da exitosa mobilização pós-2000.

Também é verdade, claro, que a divisão do movimento indígena entre o MAS e o MIP se originou na década de 1970. Em primeiro lugar, as organizações indígenas surgidas no altiplano são bastante diferentes das suas similares nas planícies. Mais importante ainda, os anos 1970 já apresentavam divergências entre o indianismo radical de Luciano Tapia e o pluralismo katarista de Genaro Flores, por exemplo, que era explícito no Manifesto de Tiahuanaco. Ambas as correntes foram reforçadas pelo massacre de Tolata em 1974, mas foram os kataristas que, após a fundação da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da

Bolívia - CSUTCB, em 1979, criaram um partido político e que, em 1982, entraram no parlamento boliviano. A unificação de 1988 dos sindicatos orientais e organizações de plantadores de coca e seu posterior controle pela CSUTCB lançou as bases para a criação do MAS como um partido de ampla base indigenista.

Como observado anteriormente, a campanha dos “500 anos de resistência” de 1992 foi um marco na mobilização da população indígena da Bolívia. Foi na Assembleia dos Povos Nativos realizada em 12 de outubro que a criação de uma organização política especificamente para canalizar reivindicações indígenas – o “instrumento político” – foi discutida pela primeira vez em público. Em consonância com esta iniciativa, houve um aprofundamento do fosso entre indianistas que desejavam entrar na arena política e aqueles que proclamaram a necessidade de lutar contra o sistema de fora, para quem a autodeterminação dos povos nativos precisava de um retorno ao *ayllu* e ao *quyasuyo* (STEFANONI; DO ALTO, 2006, p.57). Um exemplo destas aspirações se apresentou quando o Conselho Nacional de *ayllus* e *markas* do *Quyasuyo*, constituído em 1997, propôs – em oposição à CSUTCB – que o dispositivo legal da Comunidade Original da Terra fosse utilizado para reconstruir o antigo território andino.

No caso do MAS, inverteu-se a ordem tradicional na relação entre movimentos sociais e partidos revolucionários de esquerda na América Latina: em vez de um partido urbano enviar missões às zonas rurais para organizar as manifestações camponesas, o MAS, um partido político, resultou da unificação das organizações camponesas e indígenas com subsequentes adoções de aliados e objetivos urbanos, de modo a estender sua influência a todo o país, no sentido geográfico e político. Mesmo o estilo antiburocrático dos líderes do MAS se mostrou atraente para eleitores cansados da burocracia, do corporativismo e da improvisada negociação entre os partidos neoliberais, e para militantes dos partidos tradicionais de esquerda, agora em total decadência.

Este novo relacionamento entre partido e movimento levou o MAS a ser constituído por uma multiplicidade de diferentes organizações. De fato, o “instrumento político” discutido na Assembleia dos Povos Nativos foi desde o início entendido como uma federação de movimentos sociais heterogêneos que seriam controlados de baixo para cima, e a liderança

de Evo Morales tem sido sempre assim, sujeita à vontade desta variada teia de organizações independentes, como ele continuamente indica por frases, que estão longe de serem retóricas: “Nunca parem de me corrigir” (MORALES, 2006, p. 13). O partido não substitui o movimento; o partido é, em princípio, apenas mais um componente do quadro da organização do movimento (VAN COTT; RICE, 2006). Essa pluralidade operativa do instrumento político e do MAS, juntamente com o discurso analisado na seção 3, tornam um erro considerar o MAS populista no sentido clássico (MADRID, 2006; STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Foi em 1995, no Congresso de Santa Cruz, que a CSUTCB finalmente decidiu criar um “instrumento político” para concorrer às eleições municipais. A Assembleia para a Soberania dos Povos (ASP) e o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP) foram constituídos, mas como as autoridades eleitorais se recusaram a reconhecer o IPSP, sua participação eleitoral ocorreu sob a bandeira da *Izquierda Unida*, uma coligação incômoda de remanescentes partidos de esquerda, liderada pelo Partido Comunista Boliviano.

Assim, a estratégia organizacional inclusiva e pluralista que acabo de descrever foi complementada por uma estratégia de ação com base em três decisões: a rejeição inequívoca de conflito armado, a aceitação da democracia representativa e a entrada na política eleitoral. Os frutos eleitorais dessas políticas e decisões estratégicas começaram a ser colhidos nas eleições municipais de 1995, na qual dez prefeituras foram conquistadas, e nas eleições gerais de 1997, em que o IPSP/IU alcançou 18% dos votos e quatro mandatos em Cochabamba. Um destes mandatos coube a Evo Morales, conhecido nacionalmente após sua detenção e posterior libertação da cadeia como líder da marcha dos produtores de coca, em 1994 (PATZI, 1999), e que agora obteve 60% dos votos em sua jurisdição eleitoral. Em 1999, para legalizar-se, o IPSP assumiu o nome de um partido existente, mas inativo, tornando-se assim o MAS.

Como sugeri há pouco, o desenvolvimento organizacional do que viria a tornar-se o MAS foi prejudicado não só pela concorrência com os agentes externos ao movimento indigenista, mas também pelo eterno conflito com indianistas que de forma radical rejeitaram a associação com atores não indígenas. Este conflito interno no movimento indigenista, muito mais do que uma questão de antagonismos pessoais entre

Evo Morales e Felipe Quispe, data dos primórdios do katarismo no início dos anos 1970 e se manifestou de forma acentuada em 2000, quando Quispe, que havia liderado o MITKA na década de 1980 e a Ofensiva Vermelha do tupakatarista *ayllus* desde 1986, fundou o MIP com um programa antibranco, estabelecendo como objetivo a reconstrução dos domínios incas (*Quyasuyo*) sob as regras monoétnicas aimarás.

No entanto, ao excluir não apenas brancos e mestiços, mas também os quéchuas e guaranis, estas propostas radicais sofreram um *débâcle* eleitoral com o MIP obtendo apenas 6% dos votos nas eleições de 2002 (o que não impediu Quispe de continuar a divisão do movimento em 2004, quando desistiu do seu mandato para prosseguir na “luta por *Quyasuyo*” fora do sistema). Enquanto isso, o MAS prosperou com sua política de atrair não só aimarás e quéchuas mas também mestiços e brancos, e a sua vontade de formar alianças com grandes grupos de esquerda e, até mesmo, incluir políticos mestiços e brancos entre seus próprios candidatos e dirigentes, sendo o exemplo mais evidente disso o Vice-Presidente García Linera. Nas eleições de 2002, recebeu 19,4% dos votos (quase tanto quanto os 20,8% do partido vencedor, o MNR). Por conseguinte, o MAS diferenciou-se com sucesso do exclusivismo indianista do MIP e estabeleceu-se como um partido de esquerda “de todos” em acordo com seu lema “Somos inclusivos” (MORALES, 2006, p.171). Em 2005, conseguiu atrair não só os mineiros e a esquerda urbana (em crise desde 1985), mas até mesmo profissionais e intelectuais da classe média. Para tanto, é preciso não apenas sucesso organizacional, mas também um discurso político que apelasse para audiências mais amplas e evitasse aumentar os receios provocados pelas atitudes do MIP e de outros grupos. Vejamos mais de perto este discurso e como se diferencia do MIP.

3 AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO MAS E DO MIP

As ideologias do MAS e do MIP incluem todos os elementos típicos do nacionalismo: a humanidade é dividida naturalmente em nações; cada nação é internamente homogênea, com uma identidade definida por traços étnicos que a diferenciam de outras nações; a liberdade de uma pessoa e a existência autêntica dependem da sua identificação com a nação; lealdade para com a sua nação tem prioridade sobre a lealdade de classe

ou de outros grupos; uma nação só é livre para desenvolver-se se controlar seu próprio Estado soberano e independente; o Estado deve servir aos interesses da nação, sua língua e sua cultura; o mundo inteiro só estará livre e em paz quando todas as nações forem livres e independentes. No entanto, o nacionalismo boliviano inclusivo do MAS, no qual grupos étnicos indígenas são apenas o núcleo de um projeto para refundar a nação boliviana em benefício de todos os bolivianos, é claramente distinto do nacionalismo rigidamente exclusivo aymará do MIP, que nega a realidade da Bolívia como nação e aspira à reconstrução dos *Quyasuyu* inca sob o lema “as duas Bolívias”.

Embora as estratégias estruturadoras do MAS e do MIP compartilhem inúmeras características comuns (antineoliberalismo, defesa de recursos, defesa das línguas indígenas e autonomia), em outros aspectos diferem radicalmente no tocante aos três tipos de estruturas. A seguir, submeto os discursos do MAS e do MIP a uma análise comparativa, tendo como matéria-prima um conjunto composto por palestras e entrevistas com Evo Morales e Felipe Quispe, juntamente com programas oficiais, propostas e declarações do MAS e do MIP (ver referências).

Como exposto no Quadro 1, no qual todas as entradas correspondem a fragmentos literais das fontes ora mencionadas, existem diferenças, desde o início, entre o MAS e o MIP, na definição do problema a ser resolvido. Ambos os discursos incluem o colonialismo como um descritor geral da situação do índio boliviano. Porém, enquanto o MAS tem uma visão decididamente boliviana dos efeitos do colonialismo (é a Bolívia que foi vendida, dividida e submetida, e o Estado Nacional Boliviano que foi destruído pelo neocolonialismo), o MIP formulou o problema em termos muito mais limitados, como a desnaturalização da nação indígena e a destruição do patrimônio nacional indígena original (em que “indígena” significa particularmente “aimará”), sendo a responsabilidade por isto atribuída particularmente à cultura dos povos brancos (*q’ara*). Em consonância com sua descrição do problema, o MAS identifica as causas como basicamente provenientes de fora da Bolívia, embora implementadas por cidadãos bolivianos (Quadro 1, Diagnóstico: causas). Como veremos, a solução que oferece é a refundação da Bolívia em torno do núcleo indígena.

Contudo, para o MIP, a Bolívia não é e nunca poderá ser uma nação; é apenas um Estado colonial que oprime a verdadeira nação incluída em seu território, ou na maior parte dele. Conforme o MIP, a República da Bolívia, como tal, é uma das causas dos males do povo aimará, sendo meramente a forma adotada pela opressão colonialista nos últimos dois séculos e, portanto, uma estrutura intrinsecamente artificial. Em contrapartida, a nação aimará é uma realidade objetiva definida por seus traços singulares: sua história, mais antiga que os 500 anos de resistência aos invasores ocidentais, remonta a tempos imemoriais; seu território natural, o *Quyasuyo*, não coincide com as fronteiras artificiais dos internacionalmente reconhecidos Estados Andinos; sua linguagem, aimará, sobreviveu, apesar da imposição do espanhol; sua cultura, incluindo, em particular, o seu tradicional sistema de produção, não depende de “capital ou exploração institucionalizada”, mas, ao contrário, de intercâmbio, reciprocidade e redistribuição (QUISPE, 2001); suas formas ancestrais de autogoverno e instituições comunais (democracia comunal e participativa; a rede constituindo o “*ayllu de ayllus*”) e sua religião andina, que prega a fraternidade, a paz e a harmonia com a natureza (*Pachamama* ou *Cocamama*), em contraste com o catolicismo imperialista violento.

Quando julgada por esses critérios de nacionalidade, a Bolívia é fundamentalmente um artefato desprezível: em particular, não tem território, porquanto apenas ocupa um território que na realidade pertence à verdadeira nação; as fronteiras foram estabelecidas artificialmente para sua própria desvantagem (ao contrário da Bolívia moderna, o *Tawantinsuyo* chegava ao Oceano Pacífico) e não há idioma próprio, uma vez que a imposição do espanhol não conseguiu erradicar as línguas nativas.

Como mostra um olhar mais atento ao que o MAS identifica como causas dos atuais problemas da Bolívia, estes têm quatro tipos de origem: as políticas econômicas (em particular, o neoliberalismo da Nova Política Econômica perseguidos por Paz Estenssoro e Sánchez de Lozada, com sua privatização de serviços e recursos públicos); a política internacional (imperialismo, colonialismo, submissão às políticas externas); a política interna (corrupção, “partidocracia”, sistema de clientelismo e troca de favores, centralismo); e os fenômenos culturais (ausência de uma cultura especificamente boliviana desde a exclusão dos povos indígenas de consideração sobre as origens da fundação da Re-

pública Boliviana). Apesar das semelhanças, o diagnóstico do MIP difere significativamente: é anticapitalista, ao invés de meramente antineoliberal; antiocidental; antiboliviano, quanto à existência de uma nação boliviana; e radicalmente contra a democracia representativa liberal, que identifica como “oficialismo”.

Diferentes diagnósticos das causas do problema levam a diferentes conclusões sobre quem são os responsáveis. Para o MAS, são basicamente os agentes externos (EUA, corporações multinacionais) com o apoio e a cumplicidade de traidores aliados locais (oligarquia boliviana, partidos tradicionais). Para o MIP, apesar da sua manifestação de não desejar substituir o racismo dos brancos pelo indígena, não são apenas os gringos, os EUA, as corporações multinacionais e os brancos estrangeiros em geral, mas todos os bolivianos brancos e mestiços (e, mesmo implicitamente, os índios não aimarás); os instrumentos locais ou capangas dos opressores estrangeiros ou colonialistas incluem ambos os partidos tradicionais de esquerda (acusados de desvios à direita) e, em particular, o MAS, considerado o agente mais prejudicial à causa do MIP (QUISPE, 2001) devido a seu reformismo (visto como integração ao “sistema”), seu caráter social-democrata (tido como subserviência ao capitalismo) e seu “oportunismo”.

Nesta lista de inimigos do projeto do MIP, um lugar especial está reservado para Álvaro García Linera, anteriormente camarada de Quispe no Exército guerrilheiro de Tupac Katari e agora vice-presidente de Evo Morales. Considerado por Morales como um paradigma do tipo de apoio encontrado entre intelectuais não indígenas e urbanos de classe média ao movimento indígena, para Quispe, Linera é o protótipo do homem branco traidor. Nada exemplifica melhor o fechamento do MIP em um gueto por iniciativa própria do que sua investida contra os “assessores mestiços” e “a mistura que governa este país.”

Como é natural, em virtude das diferentes visões do problema e suas causas, os prognósticos do MAS e do MIP também variam muito (Figuras 1 e 2). O MAS propõe um futuro alternativo que consiste na recuperação da soberania nacional, até agora entregue aos agentes do imperialismo e da globalização neoliberal, ou seja, as corporações multinacionais e seus aliados locais (os partidos tradicionais e a oligarquia boliviana). Aspira à refundação da Bolívia como nação autodeterminada e soberana por uma

Assembleia Constituinte que endosse a chamada “segunda independência do nosso país”. Esta recuperação da soberania nacional dos agentes externos será necessariamente acompanhada por profundas reformas internas, tanto do Estado como da nação, que podem ser agrupados em quatro categorias: o conceito de nação, a forma da democracia, a justiça social e o ecologismo político.

Em primeiro lugar, a Bolívia deve reconhecer-se como uma nação cultural e linguisticamente plural. Isso não significa um multiculturalismo abrangendo um conjunto de comunidades separadas e introspectivas (aimarás, quéchuas, guaranis, mestiços, etc.), mas um projeto comum compartilhado por todos sem tentar apagar as diferenças, um projeto que trate implicitamente a Bolívia como uma nação de nações. Assim, a invocação do direito dos povos à “autodeterminação”, “territorialidade”, “cidadania diferenciada” e “co-oficialidade linguística” é acompanhada por uma visão de “unidade na diversidade”, “unidade e integridade” e “autonomia com solidariedade”. O objetivo não é apenas a criação de um “Estado multinacional”, “uma república democrática plural”, mas a construção de uma nova nação boliviana com base no “diálogo entre culturas”, “interculturalidade” e redistribuição interterritorial da riqueza.

Em segundo lugar, a organização desta nação de nações exige autonomia e autogoverno das comunidades indígenas em seus próprios territórios, e uma síntese entre três estilos de democracia: a representativa; a participativa realizada através de referendos, plebiscitos, iniciativas populares e o poder de revogar as competências do governo e a tradicional, das comunidades indígenas, com suas formas comunais de escolha e de tomada de decisão (VAN COTT, 2008, p.175). E isso traz consigo uma redução da universalidade monolítica da lei estatal para permitir o reconhecimento do direito indígena na medida em que podem ser compatíveis com a distribuição equitativa da justiça.

Em terceiro lugar, soberania nacional e democracia pluralista são meios para executar a nacionalização dos recursos e realizar a redistribuição da riqueza visando a solidariedade, a justiça social e uma economia em prol dos bolivianos. O espírito socialista do MAS (o movimento em direção ao socialismo) deve ser compreendido mediante reformas profundas, criando uma espécie de Estado do bem-estar social que o MIP descartou como social-democrata: uma “economia social comunitária” com opor-

tunidades para empresas privadas, para um capitalismo nacional e anti-neoliberal que García Linera chamou de “capitalismo andino”. A proposta constitucional apresentada pelo MAS para a Assembleia Constituinte é intitulada “Refundar a Bolívia para bem viver”.

Finalmente, um componente não trivial desse discurso é o seu ecologismo político, o objetivo de viver em harmonia com o meio ambiente, de recuperar a “relação fraternal de mútuo respeito entre os habitantes da Bolívia e a mãe natureza”. Esse objetivo não se refere somente à nacionalização dos recursos naturais no âmbito econômico, mas se enlaça com o próprio conceito da nação boliviana, defendido pelo MAS. A relação com a natureza, distinta daquela perpetrada pela civilização ocidental, é para ser uma marca da nacionalidade boliviana, que reconhece a biodiversidade e o meio ambiente da Bolívia como “parte da nação original e, portanto, a *Pachamama* e a *Pacha*”. Comunidade e natureza são percebidas como uma entidade única, que deve defender a Bolívia refundada como uma nação centrada nos indígenas, mas plural, perseguindo um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, um modelo não essencialista que funciona, além disso, através da democracia participativa deliberativa: “O Estado deve consultar os povos indígenas acerca do uso da terra e dos recursos geológicos localizados em seus territórios”.

Em contraste com este programa, a alternativa apresentada pelo MIP é, em consonância com o seu diagnóstico, alheio a tudo que não é aimará. Sua proposta de “recuperar o patrimônio nacional de origem aimará” para construir a “nova terra Quyasuyan” resulta de uma visão de nação indígena de âmbito muito mais restrito do que a do MAS, negando especificamente a realidade da nação boliviana. Conseqüentemente, o programa do MIP concentra-se em erradicar “o sistema do branco”, mediante políticas correspondentes a quatro metas ou mentalidades: uma corrida indianista objetivando “limpar a mente do índio da ideologia ocidental”, substituí-la por uma filosofia especificamente indígena e “se livrar do lixo colonial”, de modo a reconstruir o reino Inca separado do resto da Bolívia; uma defesa anticapitalista “do sistema indígena produtivo”, um sistema comunal socialista que irá recuperar e modernizar “técnicas de produção ancestrais”; autodeterminação e autogoverno aimarás “de acordo com nossos costumes”, ou seja, a rejeição e a secessão da Bolívia, embora “refundada”, e a substituição da democracia representativa liberal por

um tipo de democracia participativa, comum, deliberativa, o “comunalismo democrático”.

Estas diferentes propostas do MAS e do MIP naturalmente postulam sua realização por diferentes protagonistas. Para o MIP, essencialmente, apenas os “autênticos pioneiros índios” – o que significa os aimarás – podem levar o povo aimará na direção proposta. O MAS, porém, é explicitamente inclusivo exortando os bolivianos a trabalhar “todos juntos” para alterar o curso da história: apesar de enraizado na esquerda indígena, seus apelos à “grande maioria” são dirigidos não somente às classes baixas (índios, camponeses, trabalhadores, minorias marginais), mas também a profissionais e intelectuais de classe média, e até mesmo aos “empresários nacionais” que não são dependentes do capital estrangeiro. Seu objetivo estratégico é formar uma ampla aliança, um bloco social liderado pelo MAS, no qual as reivindicações indígenas não serão ignoradas ou subordinadas, mas constituirão objetivos centrais.

Guiado por sua própria concepção de partido revolucionário que irá realizar a “mudança total”, o quadro motivacional do MIP prega o antagonismo radical entre as “repúblicas de brancos e de indígenas”, o confronto entre estas “duas Bolívias”. Na sua busca pela autenticidade racial urge rejeitar a “democracia ocidental” e a nação boliviana. A Bolívia, um artefato ocidental, é definida em oposição a todo o *Tawantinsuyo* andino e aimará; a bandeira boliviana ao *wiphala*; e a presidência da Bolívia (legitimada apenas pelas leis do Estado) à legítima presidência étnico-nacional dos Mallkus, a “República do *Quyasuyo*”. A democracia ocidental e suas eleições são no máximo um meio para atingir um fim: a estratégia dos “dois braços” proclamada abertamente pelo MIP deve coordenar a disputa eleitoral (quando conveniente) com a luta armada por um “exército comunal”, uma “imitação do levante armado de Zárate Willka”. Frustrado em ambas as direções, prefere aguardar “rebeliões futuras” e excluir-se do sistema parlamentar, de modo a ser capaz de ridicularizar a “mestiçagem” que governa a Bolívia e desprezar o diálogo – “unidade em prol da unidade” – e a associação com aliados estrangeiros dos indígenas.

O projeto inclusivo do MAS exige um quadro bem diferente de motivação. Com vistas a atrair e mobilizar os grupos indígenas e não indígenas em seu favor, deve endossar tanto a bandeira da Bolívia quanto o

wiphala. Apesar de extremamente ativo na organização de uma variedade de manifestações pacíficas, notadamente marchas e bloqueios de estradas, prioriza a disputa eleitoral, visando “mudar a Bolívia com votos, não balas” (de forma coerente com esta atitude, o sufrágio universal, instituído pela Revolução de 1952, é interpretado como uma conquista das classes baixas). Sua estratégia, portanto, é construir um partido político que seja pluralista, mas permanentemente casado com o movimento indígena, considerado como o núcleo aglutinador de outras forças no caminho para uma culturalmente orientada “revolução democrática nacional”, um processo radical que requer não apenas que a Constituição vigente seja submetida a reformas mais ou menos drásticas, mas que deve ser completamente re-escrita por uma Assembleia Constituinte.

Para concluir, as estratégias estruturantes do MAS e do MIP constituem parte integral das suas alternativas radicalmente distintas no tocante não só aos seus objetivos e programas, mas também às suas estratégias políticas e organizacionais, identificando os protagonistas dos seus projetos e as fronteiras entre amigo e inimigo que definem a coletividade, que dará luz a uma nova nação. O nacionalismo radical étnico aimará do MIP tem originado uma estratégia baseada no antagonismo, na postulação de fronteiras internas definidas racialmente e em um grupo extremamente limitado de legítimos protagonistas – uma estratégia que levou à derrota eleitoral e ao profundo isolamento. O nacionalismo boliviano pluralista do MAS tem facilitado sua formação e a liderança intelectual, organizacional e moral de um novo bloco que reúne variados grupos sociais em um novo projeto nacional para a Bolívia. Em consequência, o MAS é confrontado com o indiscutivelmente grande desafio de conciliar um conjunto de interesses e preferências muito diversos – notadamente os interesses opostos das regiões Leste e Oeste do país – sem renunciar a sua *raison d'être* inicial: satisfação das demandas dos povos indígenas originais.

Quadro 1 – Análise comparativa dos esquemas interpretativos

MAS: REFUNDAR A BOLÍVIA

Problema

Bolívia: vendida, dividida, submissa
 Destruição do Estado Boliviano
 Extermínio dos povos nativos
 Exclusão da população indígena na fundação da Bolívia em 1825
 Espoliação dos recursos naturais
 Colonização
 Discriminação, ódio, desprezo
 Submissão ao imperialismo

Diagnóstico: causas

500 anos de pilhagem e de extermínio
 Neoliberalismo, a nova política econômica
 Imperialismo
 O Estado neocolonialista, colonialismo interno
 Dependência total, direção de fora, imposições estrangeiras
 Um país fracionado, leiloado, transnacionalizado
 Privatização dos serviços básicos (água, combustível)
 Imposição de um modelo industrial ocidental
 Política externa dos EUA: coca zero, o *Plano Dignidade*
 Corrupção, partidarismo, favores
 Democracia ocidental importada
 Centralismo
 Racismo, discriminação
 Desemprego, migração

MIP: AS DUAS BOLÍVIAS

Problema

Destruição do patrimônio nacional indígena nativo
 Dominação e exploração pela *q'ara*
 Cultura branca
 Colonialismo, capitalismo
 Desnaturalização da nação indígena
 Perda da cultura ancestral

Diagnóstico: causas

Bolivianização da nação aimará
 O sistema capitalista, colonialista, racista e imperialista
 A chegada dos espanhóis
 Contaminação pela ideologia ocidental
 Espoliação dos bens e patrimônio indígena
 “O que eles chamam de *Bolívia'*
 O fato é que a Bolívia não é uma nação
 A republicanização do país
 Neoliberalismo
 A influência de traficantes de drogas na política boliviana
 Democracia representativa liberal

Diagnóstico: antagonistas

Agentes externos e seus aliados locais
Crioulos traidores (1781, 1821)
Imperialismo, os EUA
Governos estrangeiros
Corporações multinacionais
Aliados locais: García Meza, Sánchez Lozada
Oligarquia nacional impatriótica
Partidos tradicionais
Forças armadas dos EUA na Bolívia
Prefeitos, Governadores

Prognóstico: alternativas

Uma Bolívia com autorrespeito, soberana, com espaço para todos
Soberania nacional, soberania econômica, “soberania alimentar”
Nacionalização dos recursos naturais
Renascimento da pátria
Refundação da Bolívia
Um Estado multinacional, uma república democrática pluralista
Diálogo entre culturas
“União na diversidade”, unidade e integridade
Direitos dos povos

Diagnóstico: antagonistas

O homem branco traidor
Gringos, brancos, *q'ara*, ocidentais, estrangeiros, “ocupantes”, a minoria colonial, a casta dominante
EUA, imperialismo
Borbons, Pizarro, Almagro, Bolívar, Sucre, Banzer, Paz Zamora
Representantes dos EUA: Goñi, Mesa
Proprietários crioulos
Partidos de esquerda, aqueles que se desviaram para a direita
MAS, Evo Morales, “o grupo antagônico”
Social-democratas e reformistas, socialismo cristão
Aqueles querendo corrigir o sistema, oportunistas, jogo sujo, aqueles integrando o sistema
García Linera (“traidor branco”)
Assessores brancos e mestiços
Trapaceiro, políticos governistas
“A mestiçagem que governa este país”

Prognóstico: alternativas

A nova terra *Quyasuyan*
Recuperação da herança nacional nativa aimará
Uma visão indígena da nação
Nós os *tupakatarists*
Abandonar o sistema *q'ara*
Constituição política do Estado *Quyasuyan Tawantinsuyo*. A nação aimará em sua totalidade
Luta revolucionária
Pachakutismo revolucionário sagrado
Uma filosofia indígena específica
Recursos apropriados pela comunidade
Livrar-se do lixo colonial

Autodeterminação
 O princípio da territorialidade (TCOs)
 Cidadania diferenciada
 Autonomia com solidariedade
 Co-oficialidade das línguas indígenas
 Democracia representativa e participativa (comunidade)
 Economia social, capitalismo andino

Prognóstico: protagonistas

Juntos vamos mudar a história
 Precusores: T. Amaru, T. Katari, B. Sisa, Willka Zárate, Bolívar, Guevara, A. Tumpa, A. Ibáñez, M. Quiroga, L. Espinal
 Os povos indígenas da Bolívia, setores majoritários
 Os movimentos indígenas e camponeses
 Índios, camponeses, operários, excluídos
 Profissionais, intelectuais, a classe média
 A classe empresarial nacional
 Álvaro García de Linera
 Todos os bolivianos
 Mulheres bolivianas: nossas mulheres são dinâmite
 Um governo com *ponchos* e laços no pescoço
 Cultura andina e amazônica

Repertório de mobilização

Mudando a Bolívia com votos, não balas
Pachakuti, Jach'a Uru= Revolução nacional democrática

O sistema de produção indígena, oposto ao capitalismo
 Meios de produção comunal (*ayni, mink'a, qamani*)
 Sistema socialista comunal
 Técnicas ancestrais de produção
 Comunidades, *ayllus, tawantinsuyo*
 Reconstrução da comuna *ayllu*
 A *ayllu* das *ayllus*
 Autodeterminação
 “Autogoverno conforme nossos costumes”
 Democracia participativa comunitária, contra a democracia liberal representativa
 Comunalismo democrático

Prognóstico: protagonistas

Nós os comunalistas
 Índios aimarás
 A nação indígena, a nação aimará
 O movimento indígena
 Pioneiros indígenas
 Indianismo americano
 O *Movimento Indígena Pachakuti*: autêntica política indígena
 Um agente político com seu próprio modo de pensar
Mallku
 Ator político com pensamento próprio
 O *Mallku* da América

Repertório de mobilização

A disputa entre nações, as duas Bolívias
 Revolução dos índios nativos
 Antagonismo entre as duas repúblicas: a indígena

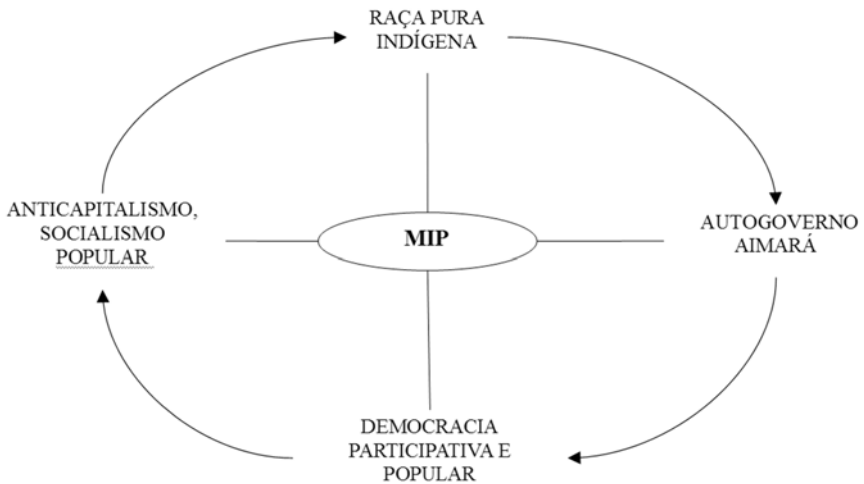
Fazer o império ceder
 O poder da consciência
 Revolução cultural democrática
 O voto: a conquista do povo em 1952
 Movimentos sociais na cidade e no campo
 Unidade, inclusivismo
 O instrumento político do povo (MAS)
 Barricadas
 A Marcha pela Soberania, a Marcha Fantasma, a
 Marcha pela Dignidade
 A campanha dos “500 anos de resistência”
 Sistemática transformação pacífica
 Defesa dos recursos nacionais: petróleo e gás,
 água, terra e território
 A folha sagrada: “coca não é cocaína”; coca =
 soberania e dignidade nacional
 Símbolos patrióticos: bandeira nacional e
wiphala
 América: *Abya Ayala*
Quyasuyo, Tawantinsuyo

e a *q'ara*.
 O não racismo indígena contra o racismo branco.
 Imitação do levante armado de Zérate Willka
 Erradicar as ideologias estrangeiras
 O exército comunal
 Modos comunais de luta e organização
 Cerco a La Paz
 Mobilização, não negociação, desobediência
 Desrespeito pelas leis
 Ausência de diálogo
 Luta armada, posições radicais
 Propensão para derramar sangue
 A estratégia dos “dois braços, dois caminhos”:
 confronto armado (“O braço debaixo do *poncho*”);
 competição eleitoral
 Recusa de buscar alternativas para os indígenas
 com aliados ou meios externos
 Recusa de procurar unidade pela unidade
 Oposição à democracia ocidental representativa
 Recusa de participar do “jogo eleitoral”
 Recusa de participar de coligações governamentais
 Paciência para esperar futuras rebeliões
 “Mãe Pacha, Mãe Coca”= a nação indígena
 Distinção aguda entre “eles” e “nós”
 Oposição entre o *wiphala* e a atual bandeira
 nacional, um símbolo de opressão
 Contraposição entre a identidade aimará e a
 carteira de identidade boliviana
 Contraposição entre a Presidência da “República
 de *Quyasuyo*” e a Presidência da Bolívia
Tawantinsuyo = nação aimará

FIGURA 1 - DIMENSÕES DOS DISCURSOS DO MAS



FIGURA 2 - DIMENSÕES DOS DISCURSOS DO MIP



Traduzido do inglês por Clarice Silvestre

REFERÊNCIAS

- ALBÓ, X. Hacia una Bolivia plurinacional e intercultural. In: CIDOB CONGRESS, 2006, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2006.
- _____. 222 años después: la convulsionada Bolivia multiétnica. In: THE CONFERENCE ON DEMOCRACY, GOVERNANCE AND WELFARE IN GLOBAL SOCIETIES, 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona: IIGC, 2003.
- ALBÓ, X.; TICONA, A.; ROJAS G. **Votos y wiphalas**. La Paz: CIPCA, 1995.
- ALCÁNTARA, M.; MARENGHI, P. Los partidos étnicos en América del Sur: algunos factores que explican su rendimiento electoral. In: CIDOB CONGRESS, 2006, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2006.
- BIRNIR, J. K. **Ethnicity and electoral politics**. New York: CUP, 2007.
- CHIHU, A. **El análisis de los marcos en la sociología de los movimientos sociales**. Porrúa/UAM: Itzapalapa, 2006.
- CSUTCB. **Nueva constitución plurinacional**. [S.l.], 2006.
- DEMELAS, M. D. **L'invention politique**: Bolivia, Équateur, Pérou au XIX siècle. Paris: ERC, 1992.
- DUNKERLEY, J. **Rebellion in the veins**: political struggle in Bolivia 1952-1982. London: Verso, 1984.
- HEALEY, K. **Llamas, weavings, and organic chocolate**. South Bend: Notre Dame Press, 2001.
- HOROWITZ, D. **Ethnic groups in conflict**. Berkeley: University of California Press, 1985.
- IRIGOYEN, R. **Sometimiento constitucional y penal de los indígenas en los países andinos**. Thesis (Doutorado)—University of Barcelona, Barcelona, 2005.
- MADRID, R. **The rise of ethno-populism in Latin America**: the Bolivian case. Philadelphia: APSA Meeting, 2006.
- _____. Indigenous parties and democracy in Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 47, n. 4, p. 161-179, 2005a.
- _____. **The determinants of the electoral performance of ethnic parties in Latin America**: the case of the MAS in Bolivia. Washington: APSA Meeting, 2005b.
- _____. **Electoral volatility and indigenous voters in Latin America**. Philadelphia: Paper presented at the APSA Meeting, 2003.
- MÁIZ, R. El indigenismo político en América Latina. **Revista de Estudios Políticos**, v. 123, p. 129-174, 2004.
- MÁIZ, R. Politics and the nation: nationalist mobilization of ethnic differences. **Nations and Nationalism**, v. 9, n. 2, p. 195-214, 2003a.
- _____. Framing the nation. **Journal of Political Ideologies**, v. 8, n. 3, p. 251-267, 2003b.
- MALLON, F. Indian communities, political cultures, and the state in Latin America: 1780-1990. **Journal of Latin American Studies Supplement**, p. 35-53, 1998.
- MAS. **Refundar Bolivia**. Para vivir bien. Propuesta a la Asamblea Constituyente. [S.l.]: [s.n.], 2006.

- _____. **Nuestros principios ideológicos**. [S.l.]: [s.n.], 2001.
- MORALES, Evo. **La revolución democrática y cultural**. Malatesta: La Paz, 2006.
- OLIVÉ, L. **Multiculturalismo y pluralismo**. México: Paidós, 1999.
- PATZI, F. **Insurgencia y sumisión: movimiento indígena-campesino**. La Paz: Comuna, 1998.
- PAZ, S. Autonomías territoriales y democracia plural en Bolivia. In: INTERNACIONAL CONGRESS AUTONOMÍA: UNA NUEVA RELACIÓN CON EL ESTADO, 2006, México. **Paper presented...** México: UNAM, 2006.
- PINEDA, F. **Evo Morales**. El cambio comenzó en Bolivia. Sevilla: Almuzara, 2007.
- PUTNAM, H. **The construction of social reality**. New York: Free Press, 1995.
- QUISPE, F. **El MAS es un partido socialdemócrata**. Interview in Chileahora. [S.l.]: [s.n.], 2006.
- _____. **El camino de Tupka Katari y Zárate Willka**. Interview with Ivan Ignacio. [S.l.]: [s.n.], 2005.
- _____. **Habla el mallku**. Interview with L. Gómez, A. Giordano. [S.l.]: [s.n.], 2002.
- _____. **Organización y proyecto político de la rebelión indígena Aymara-Quechua**. Interview with P. Costas, M. Chaves, A. García. [S.l.]: [s.n.], 2001.
- _____. **El indio en escena**. La Paz: Pachakuti, 1999.
- STEFANONI, P.; DO ALTO, H. **Evo Morales: de la coca al Palacio**. La Paz: Malatesta, 2006.
- VAN COTT, D. L. **Radical democracy in the Andes**. Cambridge: U. Press; CUP, 2008.
- _____. **From movements to parties**. The evolution of ethnic politics. Cambridge: CUP, 2005.
- VAN COTT, D. L.; RICE, R. The emergence and performance of indigenous peoples's parties in South America. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 6, p. 709-732, 2006.
- YASHAR, D. **Contesting citizenship in Latin America the rise of indigenous movements and the postliberal challenge**. Cambridge: CUP, 2005.

NOTA

¹ O autor agradece a Xavier Albo, Donna Lee Van Cott e Sarela Paz, por suas contribuições e crítica a este texto.

Indianism and ethnonationalism in Bolivia

1 . INTRODUCTION

This paper attempts, albeit very schematically, to identify the factors responsible for the success of the indigenous movement in Bolivia; to explain why it was Morales' MAS rather than Felipe Quispe's *Movimiento Indígena Pachakuti* that gained the ascendancy within this movement and to do so by reference to interpretational aspects of the indigenous discourse that have generally not been remarked on but which throw new light on previous accounts.*

More specifically, we will develop an analysis of MAS's success that takes into account the following four components:

1. The ethnocultural inheritance (culture, language, history, territory, etc.), though always bearing in mind the extent to which perception of this inheritance is itself the product of previous generations of "awareness builders".

2. The existence of socio-economic circumstances favouring awareness of a collective identity, of an "us" as distinct from a "them". Such circumstances may include a network of common interests that actually or potentially conflict with those of some other group or groups; subjection to neoliberal economic policies that erode social ties, destroy the traditional territory of the group and generate rootlessness and the need for an identity and the existence of a sufficient degree of social mobility and/or supralocal communication that facilitate the perception of a common social space.

3. A propitious political opportunity structure, which may be formal -

including various kinds of political decentralization (federalism, municipalization, etc.) and the existence of effective access to the political arena - or informal (electoral realignments, crises in the traditional party system, the emergence of new potential allies, etc.).

4. A political machine that is organizationally and *rhetorically* efficient, creating new opportunities to generalize identification with the ethnic group to a broad social segment on the basis of shared interests and specific objectives of self-government.

In Section 2 I deal in turn with these four components in the case of the MAS in Bolivia, and in Section 3 I use frame analysis to focus in greater detail on the aspect to which least attention has hitherto been paid, the political discourse.

2. INDIANIST ETHNOPOLITICS IN BOLIVIA: A MULTICAUSAL EXPLANATION

Of all Latin American countries, Bolivia has the largest proportion of indigenous inhabitants: 62% of the 2001 census, which is generally regarded as reliable, claimed to belong to some indigenous ethnic group, a figure that can be compared, for example, with the 25% of Ecuador. Nearly 31% identified themselves as Quechuans, and over 25% as Aymarans, the remaining 6% being distributed among Chiquitanos (2.2%), Guaranies (1.6%), and others. This has of course been an important factor in the rise of the indigenous movement and its electoral success. As Evo Morales repeatedly reminds us, the indigenous population of Bolivia is not a marginal minority, but constitutes the majority of the country's whole population.

However, it is not by itself a sufficient explanation, because this majority is not homogeneous. Firstly, there is the division into Quechuans, Aymarans and other groups. Secondly, there are a number of socially relevant geographical variables that divide this majority in subgroups: rural Indians *vs.* city dwellers (currently more than 50%); highland *vs.* lowland communities; eastern Bolivians (*cambas*) and western Bolivians (*collas*).

Thirdly, bearing in mind the poverty of the indigenous population and the labour insecurity it suffers, it should be remembered that tra-

ditional left-wing parties and labour unions, in addressing native Indians, have for long subordinated their ethnocultural identity to the conventional classification as “peasants” or “workers”, a practice that has played an important role in impeding Indianist mobilization in Peru and, to a lesser extent, in Chile. That the success of Indianism in Bolivia may be due to other factors in addition to the size of the indigenous population is also suggested by the fact that the first South American indigenous parties to achieve a degree of success appeared in Colombia in 1990 in spite of only 2.7% of the Colombian population being indigenous (Van Cott & Rice 2006).

The first factor that must be examined to explain the realization of the potential of the indigenous majority of Bolivia is the ethnocultural inheritance that has been exploited by the indigenous movement.

2.1. THE ETHNOCULTURAL INHERITANCE

The Indianism of the high Bolivian plateau possesses an extraordinarily rich and powerful source of myth in the Great Andean Rebellion led between 1780 and 1783 by the Quechuan Tupac Amaru, who besieged Cuzco, and the Aymaran Tupac Katari, who besieged La Paz for 6 months (Mallon 1999). These were historically decisive uprisings in that they put an end to the system of undertakings upon which Spanish dominion was based and, for the first time, placed the Empire in jeopardy; the insurgents included not only Indians, but also mixed-bloods, creoles, and even a few Spaniards (though fewer than in Peru).

More importantly for our present purposes, they became the basis for a comprehensive mythology surrounding the figure of the “new Inca”, the restoration of Incan rule, and the revenge of the native peoples subjected to Spain since the 15th century. In a different vein, the Great Andean Rebellion was later reinterpreted as a precursor of the Bolivian war of independence, and even as a precedent of militarist nationalism (Demélas 1992). This mythico-symbolic capital survives today, and in the speeches of Felipe Quispe and Evo Morales is constantly invoked (Albó 2006), for example by references to the indigenous peoples’ “500 years of resistance”.

A second historico-mythical reference for Indianism relates to the Bolivian Federal War of 1898-1899. The conflicts that resulted in the capital of Bolivia being moved from Sucre to La Paz led the Federalist Pando to seek the support of the now-legendary Aymaran leader Pablo Zárate Willka, offering in return the restitution of formerly Indian lands that had been nationalized some 30 years previously – a promise that was promptly broken once the Federalists had gained power following a battle in which the Aymarans had played a key role. The memory of these events has been zealously kept alive and exploited by Felipe Quispe, who propounds an “imitation of Zárate’s armed uprising”.

In spite of the mythogenic vigour of these two episodes, they have traditionally been relegated by the republican rhetoric of the Bolivian State, which completely excluded Indians from participation following independence from Spain in 1825. Not until the traumatic loss of most of the Gran Chaco in 1935 did the idea of a mixed-blood nation find a place in Bolivian nationalism, and even the National Revolution of 1952 only recognized the indigenous population as peasants, denying their ethnocultural identity. The system that the Revolution took as its model was that of Mexico, in which the transformation of the indigenous population into a peasantry by re-distribution of the land in exchange for votes through the mediation of corporate labour unions was accompanied by its acculturation and assimilation in a mixed-race national identity – the “cosmic race” of Vasconcelos – in schools, in the army, and in the media.

The corporatist Bolivian State constructed during the 1950s by the MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*) thus had two facets: on the one hand, the establishment of state-controlled labour unions and other top-down mechanisms mediating the standardization and control of local community institutions through the exchange of favours; and on the other, the attempt to generate a Bolivian nationality in the sense of a collective identity shared by all Bolivians, a nationality centred on a common language, a common view of history, a common external enemy (Chile), and common symbols and myths such as the national flag. There was in principle no room for indigenous collective identities. And when Barrientos came to power in 1964, the Peasant-Military Pact – supplemented with outright dictatorial repression – served to continue the erasure of Indian identity.

Only with the suppression of Indian autonomy in the region of La Paz, and the massacre of Tolata, did there arise an opportunity for novel processes of political identity. The first indigenous movements of this kind were the *Movimiento Nacional Tupac Katari* (1968) and Luciano Tapia's *Movimiento Indio Tupac Katari*, and the more moderate, union-oriented *Centro Campesino Tupac Katari* (1971) and *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB, 1979). It was at the 1983 National Congress of the CSUTCB that it was first publicly proposed that Bolivia should recognize itself as a "plurinational State".

2.2. SOCIOECONOMIC CIRCUMSTANCES

The second requisite for political ethnification is a propitious socio-economic environment. To evaluate this aspect, we must look back to the agrarian reforms and associated measures introduced between 1952 and 1964 as part of the MNR's National Revolution. These reforms redistributed large amounts of land to Indian owners, thus converting Indian communities into communities of peasants, i.e. individual proprietors of small-holdings. Dialogue with this sector was organized chiefly through corporate peasant labour unions, and these organizations did indeed sometimes work reasonably well on behalf of their members in those parts of the country, such as Cochabamba, where the Indian population was already concentrated in nuclei and there was already a certain tradition of peasant unions on the model of workers' unions (Albó 1995, 2002). In the Andean highlands, however, where many communities were allowed to retain certain common property and a degree of political autonomy, the lowest levels of the union structure were in fact traditional Indian community structures – the union *was* the community; these latter structures thus survived relatively unscathed, but were ineffective within the overall union structure.

In spite of their de-Indianizing nature, for a large proportion of Indian communities the MNR-led reforms afforded access to at least a minimal level of socioeconomic resources, including not only land but also suffrage and the right to education, a right previously actively opposed by many of the 4% of the landowners who had hitherto possessed 82% of

Bolivian land (Dunkerley 1984). However, the mechanisms and ideology through which the MNR achieved these socioeconomic improvements militated against the indigenous identity deriving from Indians' ethno-cultural inheritance – as in Peru, a class of “half-blood Indians” emerged, persons of Indian appearance speaking indigenous languages and observing indigenous cultural traditions who nevertheless considered themselves, implicitly or explicitly, as of mixed race.

After the MNR years, de-Indianization was intensified by successive military régimes, but gratitude to central government for the economic advances of the 1950s was slow to wane. The post-revolution economic measures that did most to pave the way for the success of the indigenous movement were those of the New Economic Policy of 1985, which sacrificed the remnants of officialist unionism by doing away with support for the rural economy in the form of subsidies, price regulation, etc. There were also drastic cuts in health services and education, and the autonomy of those communities that enjoyed any was further eroded by measures such as the privatization of common land (Yashar 2005:181).

The inoperancy of the peasant labour unions, and the further destruction of traditional community structures, propitiated among the indigenous population a renewed perception of itself as Indian rather than peasant. Furthermore, large numbers of indigenous miners made unemployed when the New Economic Policy dismantled Comibol migrated to coca-growing areas, and in doing so they rejected the ideas of unionism and class struggle from which they had hitherto benefited, turning instead, in their deception, to an identification with local indigenous culture and traditions.

2.3. POLITICAL OPPORTUNITY STRUCTURE

The formation of a favourable political opportunity structure, as regards both political institutions and relationships with competing forces, has been decisive in Bolivian indigenous mobilization in general and the success of the MAS in particular. The most salient institutional aspects include the democratization and broadening of the political spectrum consequent on the breakdown of traditional corporatism, the institutional reforms of the 1990s, especially the constitutional reform of 1994,

and the process of decentralization set in motion by the People's Participation Act of 1994. With regard to the relationships among agents, the most salient features of the political context have been the crisis of traditional parties, electoral realignments, and the availability of non-indigenous potential allies. Let us take a brief look at these factors.

It should first be emphasized that it was not only the previously mentioned economic effects of neoliberalism that favoured the indigenization of Bolivian rural politics: the breakdown of the corporative patronage system whereby votes were exchanged for political support provided an opportunity for the formation of "horizontally" organized movements based on links that were nominally ethnic, albeit in a broad sense that I shall analyse in greater detail in Section 3. Networks created in relation to the common interests of diverse indigenous groups, and which in the case of the MAS were subsequently extended to include non-indigenous groups, progressively replaced the divisive, de-mobilizing hierarchical corporative systems of political organization that dated back to the MNR (Fig. 2).

In spite of insufficient enforcement and implementation, the legal and constitutional recognition of ethnic plurality in the 1990s undoubtedly constituted a very significant step forward as regards the "respectability" of the claims of the indigenous movement. The ratification of the ILO's Convention 169 on the self-determination of indigenous and tribal peoples in 1992 was followed in 1994 by constitutional reforms in which Bolivia is defined as a multiethnic and pluricultural State (Art. 1), the "natural authorities" of indigenous communities are recognized for administrative purposes, limited application of indigenous common law is allowed (Art. 171), collective property rights are acknowledged, and bilingual education is accepted (Yrigoyen 2005).

The establishment of new electoral constituencies in 1995 also played an appreciable role (Van Cott 2005), since some of the one-seat constituencies introduced in the lower house alongside proportionally represented multi-seat constituencies coincided with ethnic boundaries, and thus allowed the representation of ethnic minorities.

However, the principal administrative novelty favouring the growth of indigenous movements and their transformation into efficient political

parties was the People's Participation Act of 1994, which created 311 new municipalities (Van Cott 2005; Albó 2006). In fact, this Act included the first legal recognition of indigenous communities, therein referred to as Basic Territorial Organizations. When the MAS and other Indianist parties won power in several of these municipalities, they took full advantage of the opportunity to obtain resources for their localities and gain a reputation that served as a foundation for their subsequent assault on central government. Finally, it should be borne in mind that the 1996 Act that set up the National Institute for Agrarian Reform enabled indigenous communities to register common land as "Original Community Land", which within these communities created a motive for organization to exercise this right, and thereby provided an important opportunity for the construction of a political discourse centred on the key concept of "territory".

The constitutional reforms of the 1990s were thus fundamental in the rise of indigenous political parties because of the new rights and opportunities they afforded to Indians. However, they also assisted this process in more negative ways. The new pluralism of the Bolivian State was in many ways insufficient, and in the light of what it did provide for, its shortcomings provoked more ambitious indigenous aspirations, aspirations that the movement was now confident of its power to satisfy. In the "water war" in Cochabamba in 2000, and the "gas war" in La Paz in 2003, the indigenous movement showed its muscle and proved its capacity to force concessions through disruptive mobilization.

Vis à vis the electorate, political Indianism thus took full advantage of the opportunities to exhibit itself that it was offered or created for itself, but it also benefited enormously from the crisis suffered between 1989 and 2002 by the MNR and by the relative newcomers *Acción Democrática Nacionalista*, and *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, both of which were created during the 1970s. This is evident in the fact that the MAS grew precisely in the most volatile electoral districts (Madrid 2005), where it was turned to by its natural audience following the organizational and electoral collapse of the traditional left-wing as the result of external influences (the post-1989 crisis of socialism; see Máiz 2004), the turn to the right of the MIR (manifested in the neoliberal coalition government formed by Paz Zamora and former dictator Hugo Banzer), and the crisis of Bolivian unionism brought on by neoliberal economic policies.

The break between the indigenous movement and the traditional left-wing allies that as class-bound organizations were unresponsive to Indianist demands allowed the MAS, as a non-exclusive Indianist party, to attract not only disaffected left-wing voters but also to steal disaffected militants from these former allies, thus reinforcing its organizational capacity. These converts included leaders such as the Guevarist journalist Antonio Peredo, Gustavo Torrico (formerly a member of the Socialist Party), Manuel Morales (formerly of CONDEPA), and the Trotskyite miners' leader Filemón Escobar. Additionally, this growth in some cases allowed the MAS to reach agreements with residual left-wing groups, thus further broadening its potential electorate.

It was not only strictly political parties and groups that were affected by the crisis of the traditional Bolivian parties in the 1990s. The crisis orphaned numerous organizations that, though not themselves political parties, had traditionally supported and been supported by these parties: rural teachers unions, small business associations, craftworkers' associations, business federations, etc. These organizations were now receptive to the possibility of reaching an understanding with indigenous parties. In particular, the MAS attracted lowland indigenous organizations, including both religious groups and the CIDOB (which by then had extended its influence outside the lowlands). In spite of the difficulties associated with such heterogeneity, and the need for those with a union background to adapt to the new ethnically oriented discourse, such alliances afforded the MAS an invaluable plurality of material, organizational and reputational resources (Madrid 2005).

A final component of the political opportunity structure that favoured the rise of the MAS was the international context: the fall of the Berlin wall in 1989, the break-up of the Soviet Union, the ILO's Convention 169 (which was ratified by Bolivia in 1991 following the March for Territory and Dignity, and was partially incorporated in Art. 171 of the 1994 Constitution), and the celebrations surrounding the 500th anniversary of Columbus' discovery of America, which together with the increasing presence and activity of international NGOs provided Indianists with an international showcase that they took advantage of with the "500 years of resistance" campaign. It is noteworthy that this campaign made a major contribution to coherence between the demands of eastern and western

Bolivian Indians, as is shown by its inclusion of a defence of traditional uses of coca leaves that would subsequently become a national symbol of resistance to US policy in Latin America (Stefanoni & Do Alto 2006).

2.4. THE POLITICAL MOBILIZATION

The final decisive factor in the success of the MAS was the mobilization policy it inherited from its precursors, the way in which it created and exploited opportunities. This approach differentiated Bolivian Indianism from, for example, its Peruvian or Guatemalan counterparts. Here and in the next section I shall focus on two closely interrelated aspects of this policy: the organization of collective action, and political discourse.

Efficient organization is essential for any party to exploit and build on the political opportunities that circumstances provide it with. From this point of view, two features of the history of the MAS stand out: the prior existence of a rich network of organizations and movements; and the willingness of the MAS to take this plurality on board and make use of its organizational experience and capacity (Máiz 2003a, 2004). As I insinuated previously, Indianist political mobilization required the establishment of strong horizontal organization in order to combat division and demobilization, tendencies that had not only been promoted by the virtually defunct vertically organized labour unions, but which were also favoured by the weakness of territorial structure, community isolation, local rivalries, inward-looking communities, and a general lack of social communication. Thus the MAS (but not the MIP) coveted and welcomed the organizational structure and capacity of existing groups such as the lower levels of vertical unions, independent unions, religious congregations, and, of course, Indianist groups that had survived from the 1970s. Although these latter had failed to thrive in the pre-1993 political context, they were nevertheless fundamental in the organization of successful post-2000 mobilization.

It is also true, of course, that the split in the indigenous movement between MAS and MIP had its origins in the 1970s. Firstly, the indigenous organizations that had arisen in the highlands differed widely from their counterparts in the lowlands. More importantly, the 1970s already exhibited divergence between the radical Indianism of leaders such as Luciano

Tapia and the pluralist Katarism of Genaro Flores, for example, which was explicit in the Manifesto of Tiahuanacu. Both currents were strengthened by the Tolata massacre of 1974, but it was the Katarists who, following the foundation of the CSUTCB in 1979, created a political party, and who in 1982 entered the Bolivian parliament. The 1988 unification of eastern unions and coca growers' organizations, and their subsequent control of the CSUTCB, laid the foundations for the creation of the MAS as a broad-based indigenist party.

As noted previously, the "500 years of resistance" campaign of 1992 was a landmark in the mobilization of the indigenous population of Bolivia. It was in the Assembly of the Original Peoples held on October 12th that the creation of a specifically political organization for channelling indigenous claims – the "political instrument" – was first discussed in public. In consonance with this initiative, there was a deepening of the rift between Indianists wishing to enter the political arena, and those who proclaimed the need to fight the system from the outside, for whom the self-determination of the original peoples required a return to the *ayllu* and the *quyasuyo* (Stefanoni & Do Alto 2006:57). A later example of these aspirations was provided when the National Council of Ayllus and Markas of the Quyasuyo, constituted in 1997, proposed – in opposition to the CSUTCB – that the legal device of the Original Community Land be employed to reconstruct the ancient Andean territories.

In the case of the MAS, there was an inversion of the traditional order of events in the relationship between social movements and revolutionary left-wing parties in Latin America: instead of an urban party sending out expeditions to rural areas to organize peasant disturbances, the MAS, a political party, was the result of the unification of peasant and indigenous organizations and their subsequent adoption of urban allies and goals so as to extend their influence nationwide in both geographical and political senses. Even the anti-bureaucratic style of the MAS leaders proved attractive to voters who were tired of bureaucracy, corporativism and the makeshift dealing among neoliberalist parties, and to militants in the traditional left-wing parties that were now in downright decadence.

This novel relationship between party and movement led to the MAS being constituted by a multiplicity of different organizations. In fact, the

“political instrument” discussed at the Assembly of the Original Peoples was from the start realized as a federation of heterogeneous social movements that would be controlled from the bottom up, and Evo Morales’ leadership has thus always been subject to the will of this variegated web of independent organizations, as he continually indicates by such far-from-rhetorical phrases as “never stop correcting me” (Morales 2006:13). Not only does the party not replace the movement; the party is in principle just one more component of the movement’s organizational repertoire (Van Cott 2006). This operative plurality of the political instrument and the MAS, together with the discourse to be examined in Section 3, is what makes it wrong to regard the MAS as populist in the classical sense (Stefanoni & Do Alto 2006; Madrid 2006).

It was in 1995, at the Santa Cruz Congress, that the CSUTCB finally decided to create a “political instrument” to compete in municipal elections. The Assembly for the Sovereignty of the Peoples (ASP) and the IPSP (*Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos*) were constituted, but since the electoral authorities refused to recognize the IPSP it fought the elections under the banner of United Left (*Izquierda Unida*), an uneasy coalition of residual left-wing parties headed by the Bolivian Communist Party.

Thus the inclusive, pluralist organizational strategy I have just described was complemented by a strategy of action based on three decisions: unequivocal rejection of armed conflict, acceptance of representative democracy, and entry into electoral politics. The electoral fruits of these strategic policies and decisions began to be gathered in the municipal elections of 1995, in which ten mayorships were won, and in the general elections of 1997, in which IPSP/IU achieved 18% of the vote and four seats in Cochabamba. One of these seats was won by Evo Morales, who was already known nation-wide following his arrest and subsequent release from gaol as a leader of the 1994 coca growers’ march (Patzi 1999), and who now obtained 60% of the vote in his constituency. In 1999, to become legal, IPSP took over the name of an existing but inactive party, so becoming the MAS.

As I hinted a moment ago, the organizational development of what was to become the MAS was hindered not only by competition with agents external to the Indianist movement, but also by perpetual strife with Indi-

anists who radically rejected association with non-indigenous agents. This internal conflict within the Indianist movement, which was far more than a question of personal antagonism between Evo Morales and Felipe Quispe, dated back to the beginnings of Katarism in the early 1970s, and was acutely manifested in 2000 when Quispe, who had led MITKA in the 1980s and the Red Offensive of Tupakatarist Ayllus since 1986, founded the MIP with an anti-white programme that established as its objective the reconstruction of the Incan dominions (Quyasuyo) under monoethnic Aymaran rule. However, these extreme proposals, which excluded not only whites and mixed-bloods but also indigenous Quechuans and Guaranies, were met by an electoral débâcle, the MIP obtaining only 6% of the vote in the 2002 elections (which did not stop Quispe from continuing to fragment the movement in 2004, when he gave up his seat in order to continue to “fight for Quyasuyo” from outside the system).

Meanwhile, the MAS thrived with its policy of appealing not only to Aymarans and Quechuans but also to mixed-bloods and whites, and its willingness to form broad alliances with left-wing groups and even to include mixed-blood and white politicians among its own candidates and leaders, the most striking example of this being the Vice-Presidency of García Linera. In the 2002 elections it received 19.4% of the vote (almost as much as the 20.8% of the winning party, the MNR). The MAS therefore successfully differentiated itself from the exclusive Indianism of the MIP, and established itself as a “catch-all” left-wing party in keeping with its slogan “*Somos incluyentes*” (Morales 2006:171); by 2005 it had managed to attract not only the miners and the urban left (in crisis since 1985), but even middle-class professionals and intellectuals. To achieve this required not only organizational success, but also a political discourse that appealed to these wider audiences and avoided raising the fears raised by the attitudes of the MIP and others. Let us now take a closer look at this discourse, and how it differed from that of the MIP.

3. THE DISCOURSE STRATEGIES OF THE MAS AND THE MIP

The ideologies of both the MAS and the MIP include all the elements typical of nationalism: humankind is divided naturally in nations; each

nation is internally homogeneous, with an identity defined by differential ethnic traits that differentiates it from other nations; a person's freedom and authentic existence depend on his or her identification with a nation; loyalty to one's nation takes priority over loyalties to class or other groups; a nation is only free to develop if it controls its own sovereign, independent State; the State should serve the interests of the nation, its language and its culture; the world as a whole will only be free and at peace when all nations are free and independent. Nevertheless, the inclusive *Bolivian* nationalism of the MAS, in which Indian ethnic groups are just the nucleus of a project to refound the Bolivian nation for the benefit of all Bolivians, is clearly distinguishable from the exclusive, strictly *Aymaran* nationalism of the MIP, which denies the reality of Bolivia as a nation and aspires to the reconstruction of the Incan *Quyasuyu* under the slogan "The Two Bolivias".

Although the framing strategies of the MAS and the MIP have shared a number of common features (anti-neoliberalism, defence of resources, defence of indigenous languages and autonomy), in other respects they have differed radically with regard to all three kinds of frame. In what follows, I subject the discourse of the MAS and the discourse of the MIP to comparative frame analysis, taking as my raw material a corpus comprising speeches by and interviews with Evo Morales and Felipe Quispe, together with official programmes, proposals and statements of the MAS and the MIP (see the list of References).

As can be seen in Table 1, in which all entries correspond to literal fragments from the sources just mentioned, there are differences between MAS and MIP right from the beginning, in the definition of the problem to be resolved. Granted, both discourses include colonialism as a general descriptor of the Bolivian Indian's plight; but whereas the MAS takes a decidedly *Bolivian* view of the effects of colonialism (it is *Bolivia* that has been sold, split and subjected, and the *Bolivian* national State that has been destroyed by neocolonialism), the MIP has formulated the problem in much narrower terms as the denaturalization of the indigenous nation and the destruction of the original Indian national heritage (where by "Indian" it means in particular "Aymaran"), the blame for which is specifically placed on the culture of white peoples (*q'ara*). In consonance with its description of the problem, the MAS identifies its causes as

basically originating *outside* Bolivia, though implemented by Bolivian nationals (Table 1, Diagnosis: Causes); and, as we shall see, the solution it offers is the re-founding of Bolivia *around* the Indian nucleus.

For the MIP, however, Bolivia is not, and never can be, a nation; it is merely a colonial State that oppresses the true nation to which its territory, or a large part of it, corresponds. For the MIP, the Republic of Bolivia *as such* is a cause of the woes of the Aymaran people, being merely the form adopted by colonialist oppression during the past two centuries, and therefore an intrinsically artificial structure. By contrast, the Aymaran nation is an objective reality defined by its distinguishing marks: by its history, which goes back beyond the 500 years of resistance to Western invaders, to times immemorial; by its natural territory, the Quyasuyo, which does not coincide with the artificial frontiers of the internationally recognized Andean States; by its language, Aymara, which has survived in spite of the imposition of Spanish; by its culture, including in particular its traditional system of production, which does not depend on “capital or institutionalized exploitation”, but on bartering, reciprocity and redistribution (Quispe 2001); by its ancestral forms of self-government and communal institutions (participative communal democracy; the network constituting the “ayllu of ayllus”); and by its Andean religion, which preaches brotherhood, peace and harmony with Nature (the *Pachamama* or *Cocamama*) in contrast with violent imperialist Catholicism.

When judged by these criteria for nationhood, Bolivia is fundamentally a contemptible artifact: in particular, it has no territory, since it merely occupies a territory that in reality belongs to the true nation, the frontiers of which it has distorted artificially to its own disadvantage (unlike modern Bolivia, the Tawantinsuyo reached to the Pacific Ocean) and it has no language of its own, since the imposition of Spanish has not managed to eradicate the native languages.

A closer look at what the MAS identifies as the causes of Bolivia's current problems shows them to have four kinds of origin: economic policies (in particular, the neoliberalism of the New Economic Policy pursued by Paz Estenssoro and Sánchez de Lozada, with its privatization of public services and resources); international politics (imperialism, colonialism, submission to external policies); internal politics (corruption, “particracy”, the system of patronage and exchange of favours, centra-

lism); and cultural phenomena (the absence of a specifically Bolivian culture since the exclusion of the indigenous peoples from consideration in the original foundation of the Bolivian Republic). In spite of similarities, the MIP's diagnosis differs markedly: it is anticapitalist, rather than merely anti-neoliberal; anti-Western; anti-Bolivian, as regards the existence of a Bolivian nation; and radically opposed to liberal representative democracy, which it identifies with "officialism".

These differing diagnoses of the causes of the problem bring with them different conclusions about who is to blame. For the MAS, it is basically external agents (the USA, multinational corporations), aided and abetted by traitorous local allies (the Bolivian oligarchy, the traditional parties). For the MIP, in spite of its avowedly not wishing to replace the racism of whites with indigenous racism, it is not only gringos, the USA, multinational corporations and foreign whites in general, but also all white and mixed-blood Bolivians (and even, implicitly, non-Aymaran Indians); and among the local tools or henchmen of the foreign or colonialist oppressors it includes both traditional left-wing parties (which are all accused of having veered to the right) and, in particular, the MAS, which is regarded as the agent that does most harm to the cause of the MIP (Quispe 2001) because of its reformism (seen by the MIP as integration in "the system"), its socialdemocratic nature (seen as subservience to capitalism) and its "opportunism".

In this list of enemies of the MIP's project, a special place is reserved for Álvaro García Linera, once a comrade of Quispe's in the Tupac Katari Guerilla Army and now Evo Morales' vice-president. Regarded by Morales as a paradigm of how support for the indigenous movement can be found among non-Indian intellectuals and the urban middle-class, for Quispe he is prototypical of the traitorous white man. Nothing exemplifies the MIP's enclosure in a ghetto of its own making more than does its invective against "half-blood assessors" and "the mishmash that governs this country".

As is natural, given these different views of the problem and its causes, the prognostic frames of the MAS and the MIP also differ widely (Figs. 1 & 2). The MAS proposes an alternative future consisting in the recovery of national sovereignty, hitherto surrendered to the agents of imperialism and neoliberal globalization, i.e. multinational corporati-

ons and their local allies (traditional parties and the Bolivian oligarchy). It aims for Bolivia to be re-founded as a self-respecting sovereign nation by a Constitutive Assembly that will enact what it calls “the second independence of our nation”. This recovery of national sovereignty from external agents will necessarily be accompanied by radical internal reforms of both the State and the nation that can be grouped under four headings: the concept of nation, the form of democracy, social justice, and political ecologism.

Firstly, Bolivia must recognize itself as a culturally and linguistically plural nation. This does not mean a multiculturalism consisting of a collection of separate, inward-looking communities (Aymarans, Quechuans, Guaranies, mixed-bloods, etc.), but a common project that is shared by them all without attempting to obliterate their differences; a project that implicitly treats Bolivia as a nation of nations. Thus invocation of the right of the peoples to “self-determination”, “territoriality”, “differentiated citizenship” and “linguistic co-officiality” is accompanied by a vision of “unity in diversity”, “unity and integrity” and “autonomy with solidarity”. The aim is not just to set up a “multinational State”, “a plural democratic republic”, but to construct a new Bolivian nation based on “dialogue between cultures”, “interculturality” and the interterritorial redistribution of wealth.

Secondly, the organization of this nation of nations requires both the autonomy and self-government of the indigenous communities in their own territories, and a synthesis among three styles of democracy: representative democracy; a participative democracy realized through referenda, plebiscites, people’s initiatives and the power to revoke the powers of government; and the traditional democracy of the indigenous communities, with their communal forms of choice and decision taking(Van Cott 2008: 175). And this brings with it a relaxation of the monolithic universality of State law to allow recognition of indigenous law to the extent that it may be compatible with the equitable dispensation of justice.

Thirdly, national sovereignty and pluralist democracy are means by which to execute the nationalization of resources and achieve the redistribution of wealth in accordance with a goal of solidarity, social justice and an economy at the service of Bolivians. The socialist spirit of the

MAS (the Movement Toward *Socialism*) is to be realized through sweeping reforms creating a kind of welfare state that the MIP dismisses as social democracy: a “communal social economy” with opportunities for private enterprise, for a national, antineoliberal capitalism that García Linera has called “Andean capitalism”. The constitutional proposal submitted by the MAS to the Constitutive Assembly is entitled “Refounding Bolivia to live well”.

Finally, a nontrivial component of this discourse is its political ecologism, the goal of living in harmony with the environment, of regaining “fraternal mutual respect between the inhabitants of Bolivia and mother Nature”. This goal does not merely refer to the nationalization of natural resources as an economic move, but ties in with the very concept of the Bolivian nation as propounded by the MAS. A relationship with Nature distinct from that perpetrated by Western civilization is to be a hallmark of Bolivian nationality, which is to recognize the biodiversity and environment of Bolivia as “part of the original nation and hence of the *Pachamama* and the *Pacha*”. Community and Nature are viewed as a single entity that is to uphold a re-founded Bolivia as an Indian-centred but plural nation pursuing an alternative model of sustainable development, a non-essentialist model that functions, moreover, through deliberative participative democracy: “the State shall consult the indigenous peoples regarding the uses of land and geological resources located in their territories”.

By contrast with this programme, the alternative put forward by the MIP is, in consonance with its diagnosis, oblivious of all that is not Aymaran. Its proposal to “recover the original Aymaran national heritage”, to construct the “new Quyasuyan land”, stems from a view of the indigenous nation of much narrower scope than that of the MAS, specifically denying as it does the reality of the Bolivian nation. The MIP programme accordingly concentrates on eradicating “the white system” through policies corresponding to four goals or mindsets: a single-race Indianism aiming to “cleanse the Indian’s mind of Western ideology”, replacing it with a specifically Indian philosophy, and to “get rid of colonial trash” so as to reconstruct the Incan realm separate from the rest of Bolivia; an anti-capitalist defence of “the Indian productive system”, a communal socialist system that will recover and modernize “ancestral production

techniques”; Aymaran self-determination and self-government “in accordance with our customs”, that is, rejection of and secession from Bolivia, however “re-founded”; and the replacement of liberal representative democracy with a participative, communal, deliberative kind of democracy, “democratic communalism”.

These different proposals of the MAS and the MIP naturally postulate their realization by different protagonists. For the MIP, it is essentially only “authentic Indian pioneers” – by which it means Aymarans – who can lead the Aymaran people in the proposed direction. By contrast, the MAS is explicitly inclusive in exhorting Bolivians to work “all together” to change the course of history: though rooted in the indigenous left-wing, its appeals to “the great majority” are directed not only at the lower classes (Indians, peasants, workers, marginal minorities) but also at middle-class professionals and intellectuals, and even at “national businessmen” who are not dependent on foreign capital. Its strategic objective is to form a broad alliance, an MAS-led nationwide social bloc in which indigenous claims will not be over-ridden or subordinated but instead constitute central objectives.

Guided by its conception of itself as a revolutionary party that will achieve “total change”, the motivational frame of the MIP preaches radical antagonism between “white and Indian republics”, confrontation between these “two Bolivias”. In its pursuit of racial authenticity, it urges rejection of “Western democracy” and rejection of the Bolivian nation. Bolivia, a Western artifact, is set in opposition to the wholly Andean, Aymaran Tawantinsuyo; the Bolivian flag, to the wiphala; and the presidency of Bolivia (legitimated only by the laws of the State) to the Mallku’s ethno-nationally legitimated presidency of “the Republic of Quyasuyo”. Western democracy and its elections are at best a means to an end: the openly proclaimed “two-armed” strategy of the MIP is to coordinate electoral contest (when convenient) with armed conflict by a “communal army”, an “imitation of the armed uprising of Zárata Willka”. Foiled in both directions, it prefers to await “future rebellions” and exclude itself from the parliamentary system so as to be able to deride the “mishmash” that governs Bolivia and to disdain dialogue – “unity for the sake of unity” – and association with allies foreign to Indians.

The inclusive project of the MAS requires a very different motivational frame. In order to attract and mobilize both Indian and non-Indian groups in its favour, it must sanction both the Bolivian flag and the wiphala. Though extremely active in the organization of a variety of un-armed manifestations of intent, notably marches and roadblocks, it prioritizes electoral contest, aiming “to change Bolivia with votes, not bullets” (coherently with this attitude, universal suffrage, instituted by the 1952 Revolution, is itself interpreted as a past conquest of the lower classes). Its strategy is accordingly to construct a political party that is pluralistic yet permanently wed to the indigenous movement, which is regarded as the nucleus that can agglutinate other forces on the path towards a culturally oriented “democratic national revolution”, a radical process requiring not merely that the existing Constitution be subjected to more or less drastic reforms, but that it should be completely re-written by a Constitutive Assembly.

In conclusion, the framing strategies of the MAS and the MIP constitute an integral part of their radically distinct alternatives as regards not only their objectives and programmes but also their political and organizational strategies, identifying the protagonists of their projects and the frontiers between friend and foe that define the collectivity that will give birth to a new nation. The radical Aymaran ethnic nationalism of the MIP has given rise to a strategy based on antagonism, on the postulation of internal, racially defined frontiers, and on a severely limited group of legitimated protagonists - a strategy that has led to electoral defeat and deepening isolation. The pluralist Bolivian nationalism of the MAS has facilitated its formation and intellectual, moral and organizational leadership of a new bloc that congregates socially diverse groups in a new national project for Bolivia. In consequence, the MAS is faced with the indisputably thorny challenge of reconciling a set of very diverse interests and preferences – notably the opposing interests of east and west regions of the country – without relinquishing its initial *raison d'être*: satisfaction of the demands of the original indigenous peoples.

**TABLE 1. COMPARATIVE ANALYSIS
OF INTERPRETIVE FRAMEWORKS**

MAS: TO RE-FOUND BOLIVIA	MIP: THE TWO BOLIVIAS
PROBLEM	PROBLEM
<p>Bolivia: sold, split, subjected Destruction of the Bolivian State Extermination of original peoples Exclusion of the indigenous population in the founding of Bolivia in 1825 Spoliation of natural resources Colonization Discrimination, hatred, disdain Subjection to imperialism</p>	<p><i>Destruction of the original Indian national heritage</i> Domination and exploitation by the <i>q'ara</i> White culture Colonialism, capitalism Denaturalization of the indigenous nation Loss of ancestral culture</p>
DIAGNOSIS: CAUSES	DIAGNOSIS: CAUSES
<p>500 years of plunder and extermination Neoliberalism, the New Economic Policy Imperialism The neocolonialist State, internal colonialism Total dependence, direction from without, foreign impositions A fractionated, auctioned, transnationalized country Privatization of basic services (water, fuel) The imposition of a Western industrialist model US foreign policy: zero coca, the <i>Plan Dignidad</i> Corruption, "partiocracý", favours Imported Western democracy Centralism Racism, discrimination Unemployment, emigration</p>	<p><i>Bolivianization of the Aymaran nation</i> The capitalist, colonialist, racist and imperialist system The arrival of the Spaniards Contamination by Western ideology Spoliation of indigenous assets and heritage "What they call 'Bolivia'" The fact that Bolivia is not a nation The republicanization of the country Neoliberalism The influence of drug traffickers in Bolivian politics Liberal representative democracy</p>

DIAGNOSIS: ANTAGONISTS

External agents and their local allies
 Traitorous creoles (1781, 1821)
 Imperialism, the USA
 Foreign governments
 Multinational corporations
 Local allies: García Meza, Sánchez Lozada
 Unpatriotic national oligarchy
 Traditional parties
 US armed forces in Bolivia
 Prefects, Governors

PROGNOSIS: ALTERNATIVES

A self-respecting, sovereign Bolivia with room for all
 National sovereignty, economic sovereignty,
 "food sovereignty"
 Nationalization of natural resources
 Renaissance of the motherland
 Refoundation of Bolivia
 A multinational State, a pluralist democratic republic
 Dialogue between cultures
 "Union in diversity", unity and integrity
 Rights of the peoples
 Self-determination
 The territorial principle (TCOs)
 Differentiated citizenship

DIAGNOSIS: ANTAGONISTS

The traitorous white man
 Gringos, whites, *q'ara*, westerners, foreigners,
 "tenants", the colonial minority, the dominant caste
 USA, imperialism
 Borbons, Pizarro, Almagro, Bolívar, Sucre,
 Banzer, Paz Zamora
 Representatives of the USA: Goñi, Mesa
 Creole landowners
 Left-wing parties, those who have veered to the right
 MAS, Evo Morales, "the antagonistic group"
 Socialdemocrats and reformists, Christian socialism
 Those aiming to patch up the system, opportu-
 nists, foul play, those forming part of the system
 García Linera ("white traitor")
 White and half-caste assessors
 Pettifogging, officialistic politicians
 "The mishmash that governs this country"

PROGNOSIS: ALTERNATIVES

The new Quiyasuyan land
 Recovery of the original Aymaran national
 heritage
 An Indian vision of the Nation
 We the Tupakatarists
 To sideline the *q'ara* system
 Political constitution of the Quiyasuyan State
 Tawantinsuyo: the Aymaran nation in its totality
 Revolutionary struggle
 Revolutionary sacred Pachakutim
 A specifically Indian philosophy
 Resources owned by the community
 To get rid of the colonial trash

Autonomy with solidarity
Co-officiality of indigenous languages
Representative and participative (community) democracy
Social economy, Andean capitalism

PROGNOSIS: PROTAGONISTS

Together we shall change history
Precursors: T. Amaru, T. Katari, B. Sisa, Zárata Willka, Bolívar, Guevara
A. Tumpa, A. Ibáñez, M. Quiroga, L. Espinal
The indigenous Bolivian people, majority sectors
The indigenous and peasant movement
Indians, peasants, workers, outcasts
Professionals, intellectuals, the middle class
The national business class
Álvaro García de Linera
All Bolivians
Bolivian women: our women are dynamite
A government with *ponchos* and neck-ties
Andean and Amazonian culture

The Indian productive system,
as opposed to capitalism
Communal forms of production (*ayni, mink'a, qamana*)
Communal socialist system
Ancestral production techniques
Communities, *ayllus, lawantinsuyo*
Reconstruction of the communal *ayllu*
An *ayllu* of *ayllus*
Self-determination
"Self-government in accordance with our customs"
Participative community democracy,
as against representative liberal democracy
Democratic communalism

PROGNOSIS: PROTAGONISTS

We the communalists
Tupac Katari, Tupac Amaru, Zárata Willka
Aymaran Indians
The Indian nation, the Aymaran Nation
The indigenous movement
Indigenous pioneers
American Indianism
The *Movimiento Indígena Pachakuti*
authentic Indian politics
A political agent with its own way of thinking
Mallku

"Actor político con pensamiento propio"
The Mallku of America

MOBILIZATION REPERTOIRE

Changing Bolivia with votes, not bullets

Pachakuti, Jach'a Uru

= Democratic national revolution

To make the Empire give way

The power of conscience

Democratic cultural revolution

The vote: a conquest of the people in 1952

Social movements in town and country

Unity, inclusivism

The People's Political Instrument (MAS)

Roadblocks

The March for Sovereignty, the Ghost March, the

March for Dignity

The "500 Years of Resistance" campaign

Thoroughgoing, pacific transformation

Defence of national resources: oil and gas, water,
land and territory

The sacred leaf:

"Coca is not cocaine"

Coca = national sovereignty and dignity

Patriotic symbols: the national flag and the wiphala

America: *Abya Ayala*

Quyasuyo, Tawantinsuyo

MOBILIZATION REPERTOIRE

The struggle between nations, the two Bolivias

Original indigenous revolution

Antagonism between the two republics:

the Indian and the *q'ara*

Indian non-racism vs. white racism

Imitation of the armed uprising of Zárate Willka

To eradicate foreign ideology from the Indian's head

A communal army

Communal modes of struggle and organization

Laying siege to La Paz

Mobilization, not negotiation; disobedience

No respect for legalities

No dialogue

Armed struggle, radical positions

Willingness to spill blood

"Two arms, two ways" strategy:

Armed struggle ("the arm beneath the *poncho*")

Electoral competition

Refusal to resort to allies or means foreign to Indians

Refusal to seek unity for the sake of unity

Opposition to Western representative democracy

Refusal to join in "the election game"

Refusal to participate in coalition governments

Patience in awaiting future rebellions

"*Pacha Mama, Coca Mama*" = the indigenous nation

Sharp distinction between "them" and "us"

Contraposition between the wiphala and

the present national flag, a symbol of oppression

Contraposition between Aymaran identity and

the Bolivian national identity card

Contraposition between the

Presidency of the "Republic of Quyasuyo"

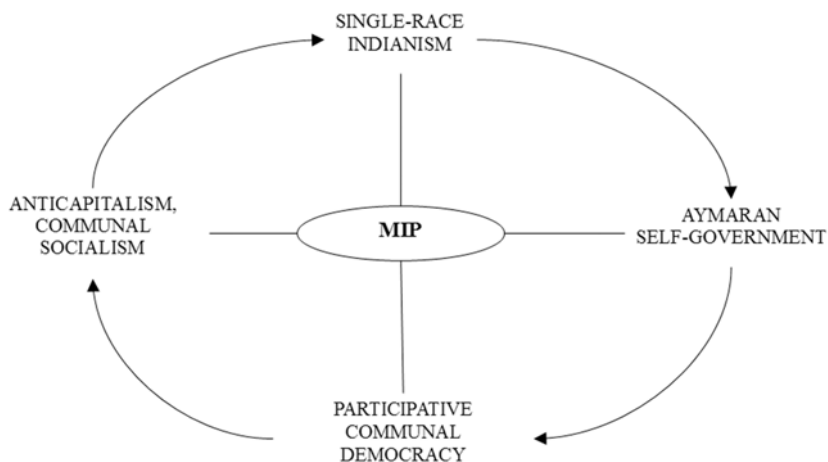
and the Presidency of Bolivia

Tawantinsuyo = Aymaran nation

FIGURE 1. THE DIMENSIONS OF THE DISCOURSE OF THE MAS



FIGURE 2. THE DIMENSIONS OF THE DISCOURSE OF THE MIP



* The author is grateful to Xavier Albó, Donna Lee Van Cott and Sarela Paz, for their contributions to and criticisms of this text.

Neorracismo e imaginação da identidade espanhola

Este artigo argumenta que a representação discursiva na mídia dos chamados imigrantes do Terceiro Mundo na Espanha tem facilitado a reconstrução de uma identidade nacional em termos de “nós” (espanhóis) versus “eles” (imigrantes do Terceiro Mundo) na virada do século XXI. Desta maneira, os espanhóis são representados como os de dentro (insiders) ou aqueles que pertencem à nação, enquanto os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são os forasteiros/estrangeiros (outsiders) ou os excluídos.

Palavras-chave: Neorracismo; identidade nacional espanhola; identidades imaginadas; migração do Terceiro Mundo.



Neo-racism and the imagination of a Spanish identity

This paper argues that discursive representation in the media of so-called Third World immigrants in Spain has facilitated the reconstruction of a national identity, in terms of “us” (Spaniards) versus “them” (Third World immigrants) at the turn of the 21st century. In this fashion, Spaniards are discursively represented as the insiders or the ones who belong to the nation, while so-called Third World immigrants are the outsiders/strangers or excluded people.

Key words: Neo-racism; Spanish national identity; imagined identities; Third World migration.

Ana Caballero-Mengibar:
Professora de Ciência Política e Relações Internacionais na Northern Arizona University.

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, a Espanha tem sido o destino de imigrantes dos chamados países “subdesenvolvidos” ou do Terceiro Mundo. Esse fenômeno tem alterado visivelmente a composição da identidade nacional espanhola. Em virtude das particularidades históricas da Espanha, não há muita pesquisa publicada sobre a identidade nacional espanhola. De acordo com Flynn (2001, p.703-718), a falta de pesquisas está “relacionada com o descrédito do nacionalismo espanhol durante a ditadura franquista e a posterior redemocratização que encorajou uma diversificação análoga no estudo das identidades nacionais na Espanha.”

De modo a poder avançar no estudo do nacionalismo e da formação da identidade, esse artigo investiga se e como a representação dos “outros”, sob a forma dos imigrantes do Terceiro Mundo, em relação ao “nós”, ou os espanhóis, tem contribuído para a reconstrução de uma identidade nacional espanhola. Este artigo usa principalmente análises críticas do discurso (ACD) de dois dos principais jornais espanhóis: “El Mundo e El País” nos anos de 1994 e 2004. A contextualização dos discursos produzidos pela mídia a respeito da imigração e dos imigrantes é guiada por extensivo trabalho de campo conduzido na Espanha durante 2006 e 2007 sob a forma de análises de conteúdo, observação participante, entrevistas semiestruturadas com organizações não governamentais (ONGs) espanholas, bem como organizações governamentais (OGs) envolvidas com questões migratórias na Espanha.

A análise mostra que as representações discursivas atuais dos assim chamados imigrantes do Terceiro Mundo na Espanha tem facilitado a reconstrução de uma identidade nacional, em termos de “nós” (espanhóis) *versus* “eles” (os chamados imigrantes do Terceiro Mundo) como um outro neorracializado. Dessa maneira, os espanhóis são discursivamente representados como os de dentro (*insiders*) ou aqueles que pertencem à nação, enquanto os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são os forasteiros (*outsiders*) ou os excluídos. Na maioria dos casos, os imigrantes do Terceiro Mundo são construídos como sendo um risco ou ameaça física, social, cultural e/ou econômica à Espanha.

Essas caracterizações pertencem à categoria do neorracismo, já que os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são implícita ou explicita-

mente representados como uma ameaça à “preservação” da identidade espanhola (BALIBAR, 1991). Além disso, esses tipos particulares de representações discursivas têm facilitado, de acordo com a definição de Benedict Anderson de uma comunidade imaginada, que os membros da nação espanhola vejam em suas mentes a “imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 1986, p.89).

Utilizar o conceito de neorracismo para investigar questões de formação da identidade nacional facilita a descoberta do tipo de imaginação nacional atualmente em curso na Espanha. Porque os discursos produzidos nos dados sobre “os outros” são altamente neorracializados, este artigo argumenta que a reimaginação de uma nacionalidade espanhola na época pós-Franco se baseia, de acordo com a teoria de Marx (1998), na exclusão do “outro” como parte da definição do ser espanhol em vez da construção de uma “camaradagem horizontal” como advogado por Anderson (1986).

2 IDENTIDADE NACIONAL ESPAÑHOLA E FLUXOS MIGRATÓRIOS

É consenso entre acadêmicos que a identidade nacional e o nacionalismo espanhóis têm sido negligenciados pela literatura acadêmica (MURO; QUIROGA, 2005, p.25). Flynn afirma o seguinte: “Juan Linz pode assegurar que por volta do início dos anos 1990 ‘não existe sequer um livro sobre o nacionalismo espanhol’, e eu devo confessar que não sou capaz de pensar em ninguém na Espanha, ou no exterior, que nesse momento tenha assumido tal projeto” (FLYNN, 2001, p.703-718). De acordo com Flynn (2001), e como ora explicado, isto se relaciona com o descrédito do nacionalismo espanhol durante a ditadura franquista.

O estudo do nacionalismo, no contexto espanhol, tem focado principalmente os nacionalismos periféricos ou regionais das duas maiores regiões do país: País Basco e Catalunha. A ênfase no estudo do nacionalismo sob a forma de regionalismo implica que a Espanha carece de uma identidade nacional unificada. Segundo Muro e Quiroga (2005) argumentam, enquanto a existência de nacionalismos periféricos ou regionais é fartamente reconhecida, o nacionalismo espanhol e sua identidade nacional são constantemente ignorados.

A falta de pesquisas neste campo dificulta explorar a formação de uma identidade nacional contemporânea complexa, mas coesa. Essa formação de uma identidade espanhola coesa, não regionalizada, tem se desenvolvido, sobretudo, pela participação do Estado-nação espanhol na arena internacional. Hoje, a Espanha é destino de movimentos migratórios massivos de trabalhadores vindos do Hemisfério Sul. Por volta de 1998, as estatísticas refletiam pela primeira vez que imigrantes vindos dos países do Terceiro Mundo tinham se tornado a maioria dos imigrantes na Espanha, em vez de imigrantes de “países mais desenvolvidos”. Por volta de 2005, quase 80% (2,9 milhões de pessoas) dos imigrantes vinham de “países menos desenvolvidos” (COLECTIVO IOÉ, 2005, p.6). De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas da Espanha (INE), no final de 2005, 505.373 (13,69%) imigrantes de um total de 3.691.547 procediam do Marrocos e 491.797 (13,32%) do Equador.

A imigração contemporânea do Hemisfério Sul representa um cenário único para o estudo não apenas da formação da identidade espanhola, mas também para a pesquisa das práticas de representação no processo de formação identitária. Na investigação de se e como a representação dos imigrantes do Terceiro Mundo, em relação aos espanhóis, está contribuindo para a reconstrução de uma identidade nacional espanhola unificada, assumo que a “representação é um aspecto importante e inerente da vida política global e, portanto, uma área de investigação crítica e legítima” (DOTY, 1996, p.5). Portanto, no cerne deste estudo jaz a suposição segundo a qual questões de representação de grupos por outros grupos, especialmente a mídia, o uso da linguagem em referência a grupos de pessoas, particularmente no contexto das relações Norte-Sul, bem como o papel social da mídia, são ferramentas vitais na formação de uma identidade nacional. Nesse sentido, e em concordância com Lewis (2008, p.410), “o jornalismo constitui um caso adequado para o estudo do papel da mídia de massa na construção da identidade nacional”. A análise dos discursos produzidos pela mídia espanhola nessa abordagem permite saber como “os outros”, ou os chamados imigrantes do Terceiro Mundo, são construídos em relação ao “nós”, os espanhóis.

3 NEORRACISMO E A IMAGINAÇÃO DE UMA NAÇÃO: UM MARCO TEÓRICO

O racismo – um verdadeiro “fenômeno social total” – se inscreve em práticas (formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação e exploração), em discursos e representações que são inúmeras elaborações intelectuais do fantasma da profilaxia ou segregação (a necessidade de purificar o corpo social, de preservar uma identidade “própria” ou “coletiva” de todas as formas de mistura, hibridação ou invasão) e que são articuladas através do estigma da outricidade (nome, cor da pele, práticas religiosas) (BALBAR, 1991, p.17-18).

Consoante observado, o conceito de raça tem sido teorizado e definido de múltiplas perspectivas. Conforme Balibar (1991), raça e racismo são construções sociais sem qualquer significado inerente. Práticas de representação inscritas em discursos produzem e reproduzem certos tipos de conhecimento “que emergem em situações políticas, econômicas e históricas específicas e são o que quer que os racistas tenham o poder social para defini-los” (DOTY, 2003, p.24). Para os objetivos deste estudo, considero que a raça emerge em situações históricas, econômicas e políticas específicas e é uma categoria socialmente construída. O conceito de neorracismo acompanha o conceito de raça ora delineado. Assumir que raças são socialmente construídas permite a redefinição e/ou reconstrução de novas formas de racismo, tais como o neorracismo, em resposta a mudanças sociais.

Tendo isto em mente, o conceito de neorraça ilumina “a construção da raça no contexto da globalização do fim do século XX e suas implicações para as fronteiras nacionais e as políticas de inclusão e exclusão” (DOTY, 2003, p.24). No contexto atual, o conceito de neorracismo está intimamente relacionado aos processos de imigração, xenofobia, várias formas de exclusão e aos mutantes discursos e práticas de exclusão e inclusão. Por estas razões, o neorracismo está, na maioria dos casos, conceituado no contexto das teorias de imigração. É muito comum encontrar estudos utilizando o conceito de neorracismo *vis-à-vis* o questionamento de reações à imigração, tais como o assimilacionismo, multiculturalismo e/ou exclusionismo. Países que adotam o multiculturalismo frequentemente assumem que a migração internacional traz “diferença” à nação receptora sob a forma de “etnicidade” e/ou “raça”. E, por-

tanto, cabe ao Estado-nação receptor definir o que significa esta “diferença” e que políticas e leis devem ser criadas. Como argumentam Castles e Miller (1993, p.10), “colonos são freqüentemente distintos da população receptora [...] sendo as diferenças freqüentemente resumidas nos conceitos de ‘etnia’ ou ‘raça’. Em muitos casos, a imigração complica conflitos ou divisões já existentes em sociedades com minorias étnicas estabelecidas há muito tempo.”

Para solucionar as questões de diferença e reconhecimento, que intelectuais como Castles e Miller (1998) igualam às questões de “etnicidade” e “raça”, nações que adotam o multiculturalismo tentam criar políticas migratórias e leis que lidem com a acomodação cultural “pluralística” dos imigrantes. A respeito das questões de reconhecimento, cultura e sua relação com a “etnicidade” e “raça”, Olson (2004) argumenta que o “reconhecimento falho” cultural é erroneamente justaposto com raça e etnicidade em muitas instâncias. Segundo assinala, “opressão racial não é um problema de mal-reconhecimento, mas um problema de *poder*” (OLSON, 2004, p.110). Neste sentido, cultura e raça são em muitas instâncias incorretamente justapostas e confundidas. Cultura e raça, como Olson (2004) mostra claramente no caso dos EUA, não são sempre inter-relacionadas. A pesquisa dos discursos como veículos para o desenvolvimento da produção e reprodução do conhecimento social tem que ser investigada cuidadosamente. Apesar do fato segundo o qual encontrar o método correto de abordagem é sempre um desafio, o conceito de neoracismo, se investigado *vis-à-vis* a análise das práticas representativas de inclusão e exclusão na nova era da globalização, permite examinar várias formas de exclusão associadas com esses processos globais de imigração. Nesse contexto, “comunidades e organizações são integradas e relacionadas em novos termos espaço-temporais graças aos atuais processos de mudanças tais como a homogeneização global e a emergência paralela de identidades locais e de grupos específicos” (DE CILLIA; REISIGL; WODAK, 1999, p.155; HALL, 1997).

Injustiças raciais não podem ser presumidas como completamente desconectadas de discriminação cultural. No caso da Espanha, os imigrantes do Terceiro Mundo podem ser grupos subordinados em parte por causa das suas origens culturais e da ênfase na diferença cultural como construção política intimamente conectada a questões de poder. Nesse

sentido, raça e cultura parecem impossíveis de separar. Além disso, diferenciar quando a discriminação se dá em termos biológicos, culturais, étnicos ou um *mix* destes pode não ser empiricamente possível para cada caso estudado. A compreensão tradicional da discriminação racial, de tendência mais biológica, pode em muitos casos estar mesclada com o “imperativo [cultural] de preservar a identidade do grupo, cuja pureza é santificada” (DOTY, 2003, p.19). Para iluminar esse debate racial, busco diferenciar, sempre que possível, os discursos de exclusão baseados em diferenças biológicas daqueles baseados na cultura e/ou daqueles constituindo uma forma de “ameaça”.

Portanto, o conceito de neorraça, é utilizado nessa investigação com cautela. A presente discussão almeja iluminar o conceito de “raça” apenas no contexto da Espanha, sejam suas raízes biológicas ou culturais, “novas” ou “velhas”, como uma construção política trazida pelas forças da globalização para a “construção da outricidade que pode levar à exclusão ou discriminação” (DOTY, 2003, p.21), mas que está intimamente conectada, como argumenta Olson (2004), a questões de poder. Ao fazê-lo, admito que discursos de exclusão e inclusão, se construídos como representações “neorracializadas”, não significam necessariamente que a raça ou que relações desiguais de poder na sociedade possam ser identificadas. O conceito de neorracismo apenas ajuda a desvelar práticas de discriminação discursiva. Descobrir práticas de exclusão é, pois, um atalho para desvendar práticas de discriminação, exploração e poderes políticos e econômicos desiguais em dada sociedade.

Ao desvelar tais discursos e o conhecimento contido neles, o importante é lembrar que a discriminação, sob qualquer forma, é produto da construção do “outro” como um grupo inferior. A construção do “outro” como sendo negativamente diferente e inferior facilita a materialização de práticas de exploração em determinada sociedade. Assim, essas construções facilitam o processo de produção e materialização de relações econômicas e políticas desiguais que levam a tal discriminação. Dessa maneira, o conceito de neorracismo chama atenção do pesquisador para a revelação do tipo de conhecimento contido, produzido e reproduzido nos discursos construídos sobre “nós” e “os outros”, e que podem denotar a existência e/ou ser o produto de relações desiguais de poder.

Além disso, esse conceito está intrinsecamente ligado à construção

de uma nação e da identidade nacional. Definir quem pertence e quem não pertence à nação tem sido sempre uma parte inerente da construção nacional. Definir conceitos tais como nação, nacionalismo e/ou identidade nacional tem se mostrado difícil para os acadêmicos (LEWIS, 2008; BISHOP; JAWORSKI, 2003; ANDERSON, 1983). Acompanho a definição de Anderson de que a nação é uma “comunidade imaginada” e assumo, ao seguir a abordagem teórica proposta neste estudo, que “o discurso da mídia de massas, com sua (re)produção de ideologias na vida social e sua delimitação dêitica do Nós *versus* Eles, torna natural e fácil o ‘nosso’ lugar e objetivo dentro do mundo das nações – a essência mesma do nacionalismo” (BISHOP; JAWORSKI, 2003; BILLING, 1995). Para esse fim, aceito a ideia de nação como uma comunidade imaginada que é principalmente definida como uma “construção mental moldada em grande parte, mas não exclusivamente, pela mídia de massa” (FROSH; WOLFSFELD, 2006, p.105). Ao analisar tais “discursos midiáticos de massa” (FROSH; WOLFSFELD, 2006) *vis-à-vis* o conceito de neorracismo, contudo, este estudo contesta a suposição de Anderson (1983) segundo a qual as nações, nacionalismos e identidades nacionais são imaginadas como uma “camaradagem horizontal”.

Ao desafiar tais suposições de que a nação, o nacionalismo e a identidade nacional são construídos como uma camaradagem horizontal, acompanho o argumento de Marx (1998) sobre a “exclusão” como um aspecto importante da imaginação de uma comunidade. De forma convincente, Marx (1998) contesta a definição de Anderson (1983) de uma “comunidade imaginada” argumentando que esta ignora a importância da exclusão na construção de uma identidade nacional “imaginada”. A subordinação e exclusão de algumas pessoas dentro de um território também contribuem para a formação de uma identidade nacional. A construção de discursos neorracializados sobre os chamados imigrantes do Terceiro Mundo permite, conforme argumento, a formação de uma comunidade imaginada que não é precisamente baseada na camaradagem horizontal, mas sim na exclusão. Sem essa consideração, o estudo de discursos de “nós” e “os outros”, e/ou discursos de inclusão *versus* exclusão na construção de uma nação não fazem qualquer sentido. Estudar a reimaginação da identidade nacional espanhola desta maneira, e combinando a definição de Anderson de uma nação e a ob-

servação de Marx (1998) sobre o reconhecimento das práticas exclusivas, leva o foco da pesquisa em direção a desvelar se os discursos neoracializados sobre o “outro” imigrante do Terceiro Mundo, definido como ameaça à identidade espanhola, tem algum papel na imaginação da nação e da identidade nacional.

4 USO DA LINGUAGEM, PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO E DISCURSOS EXCLUSIVOS NO ESTUDO DA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA

Discursos de diferença são produzidos em sociedades quando um chamado “forasteiro” é identificado nesta sociedade e sempre em relação a um assim chamado “incluído”. Nesse sentido, “o outro nunca está fora ou além do nós; ele emerge forçosamente dentro de um discurso cultural. Quando pensamos, falamos intimamente e inerentemente ‘entre nós’” (BHABHA, 1990, p.4). Além disso, discursos de diferença são normalmente criados ao redor da construção de um “eu-positivo”, ou incluído, e um “outro-negativo”, ou forasteiro. Defino discurso como um conjunto de “representações diversas da vida social que são inerentemente posicionados – atores sociais diferentemente posicionados ‘veem’ e representam a vida social de diferentes maneiras” (FAIRCLOUGH, 2001, p.123). Instituições culturais, como a mídia sob a forma de jornais, “reproduzem ideias ao identificar quais são valiosas, quais não são, e quais nem devem ser ouvidas. Dessa maneira, as ideias de grupos privilegiados em relação a raça, classe e gênero são rotineiramente ouvidas, enquanto as ideias de grupos em desvantagem são silenciadas” (ANDERSON; COLLINS, 2001, p.224).

Ao investigar as questões de representação e discursos de inclusão e exclusão e sua relação com o conceito de neorracismo, examino os jornais selecionados primeiro em termos de eu-positivo ou “nós” (espanhóis) *versus* outro-negativo (imigrantes do Terceiro Mundo). Em seguida, analiso os discursos relacionados a se os imigrantes do chamado Terceiro Mundo representam uma ameaça ao ser espanhol e/ou à Espanha. Para dar conta da representação discursiva dos chamados imigrantes do Terceiro Mundo na mídia espanhola selecionada e para comparar as diferenças discursivas antes e depois destes imigrantes terem se tor-

nado a maioria entre os imigrantes na Espanha, escolhi analisar os discursos produzidos nos jornais espanhóis “El Mundo” e “El País” nos anos de 1994 e 2004. O objetivo de escolher estes dois anos é comparar os discursos produzidos na mídia selecionada durante 1994 em contraste com o que foi produzido em 2004, antes e depois de os imigrantes dos países em desenvolvimento terem se tornado o mais significativo grupo de imigrantes na Espanha.

Minha interpretação do uso da linguagem depende da contextualização histórica e crítica dos discursos produzidos na Espanha. Atenção particular foi dada àquelas instâncias nas quais o uso da linguagem se refere aos migrantes vindos dos países em desenvolvimento, particularmente a África e América Latina ou o Sul Global, em relação àqueles vindos dos chamados países desenvolvidos ou o Norte Global.

Como o foco deste estudo é desvelar os discursos neorracializados sobre o “outro”, desenvolvo duas categorias distintas para o estudo da raça: discriminação racial biológica e neorracismo. Ao fazê-lo, busco encontrar as instâncias, quando possível, nas quais a linguagem usada nos discursos sob investigação pertence exclusivamente à categoria de neorracismo. Apesar de essa divisão empírica ser criada para os objetivos deste estudo, não suponho que estas duas categorias ajam separadamente, porquanto ambas as categorias denotam um uso discriminatório da linguagem em relação a um grupo particular. Na categoria de discriminação racial biológica, incluo todas aquelas instâncias, conforme contadas após interpretação crítica, nas quais o “outro” é discursivamente construído em termos discriminatórios em virtude da sua cor de pele, traços físicos e lugares de origem. A categoria de neorracismo inclui as instâncias nas quais interpretei que os imigrantes são discursivamente representados como oferecendo um risco ou ameaça à sociedade espanhola e/ou à identidade da Espanha. Este tipo de perigo é na maioria dos casos discursivamente apresentado como sendo de natureza física, social, cultural e/ou econômica, entre outros. Ao usar essa abordagem, acompanho a definição de “ameaça” proposta pelas teorias de neorracismo. Com tal finalidade, desenvolvi a categoria de neorracismo nesta análise para investigar se a representação do “outro” desta maneira constitui um novo tipo de racismo que para intelectuais como Balibar (1991, p.21) são:

[o produto] da era da “descolonização”, da reversão dos movimentos populacionais entre as antigas colônias e as metrópoles, e da divisão da humanidade dentro de um espaço político único. Ideologicamente, o racismo atual [...] se centra no complexo da imigração [e] se encaixa na estrutura do “racismo sem raças” que já está amplamente desenvolvido em outros países.

Para analisar criticamente o uso da linguagem no contexto no qual é produzida, é necessário definir as categorias “nós” e “outros”. Os espanhóis, na condição de grupo construído do “nós”, são definidos como grupo de pessoas a quem a mídia selecionada se refere, por meio da linguagem usada, como pertencentes à sociedade espanhola. Esse estudo define a categoria dos “outros” como imigrantes do Sul Global, representados através da linguagem nos jornais espanhóis selecionados para os anos de 1994 e 2004 como sendo estrangeiros que vêm à Espanha à procura de emprego e que podem, ou não, adotar a sociedade hospedeira como seu novo lar. De modo a identificar se a linguagem usada na mídia selecionada se refere aos espanhóis ou aos chamados imigrantes do Terceiro Mundo, este estudo se concentra primeiro em se a linguagem do texto em discussão se refere a “nós” (espanhóis) ou aos “outros” (imigrantes do chamado Terceiro Mundo). Usando essa definição, em conjunto com a análise do significado do texto no contexto em que é produzido, e em adição ao conhecimento adquirido ao longo do trabalho de campo, é possível diferenciar quando a sentença se refere ao “nós” *versus* “eles”.

Para encontrar e examinar os discursos produzidos na mídia, uso a análise crítica do discurso e análises de conteúdo. O método de análise de conteúdo pode ajudar a identificar padrões no uso da linguagem nos textos selecionados e que podem posteriormente ser utilizados para interpretá-los criticamente. A identificação desses padrões é essencial para desvelar se o uso da língua contribui para a identidade dos imigrantes e espanhóis. Para executar esse estudo, utilizo um programa de computador para análise de conteúdo chamado Concordance¹, aplicando-o a “El Mundo” e “El País” para os anos de 1994 e 2004. Este programa permite a enumeração de palavras nos jornais, identificando a frequência em que palavras individuais são repetidas nas linhas. Mais importante ainda, o programa dá a localização exata de cada palavra, tornando-a disponível

para análise contextual. Uso o Concordance da seguinte maneira: a abordagem consiste na interpretação contextual de apenas três palavras de significado relevante: *inmigrantes* (imigrantes), *los sin papeles* (imigrantes sem documentos), *irregulares* (imigrantes ilegais). Essas palavras pré-selecionadas parecem ter significativa relevância durante o trabalho de campo realizado na Espanha. Após este processo de seleção de palavras, interpretei criticamente o contexto no qual apareciam. Atenção foi dada, portanto, apenas ao significado do contexto no qual as palavras *inmigrantes*, *los sin papeles* e *irregulares* apareciam. Em outras palavras, não prestei atenção ao significado textual das palavras selecionadas, mas sim ao significado do contexto em que essas palavras aparecem.

Seguindo a interpretação contextual das palavras-alvo, a pesquisa analisa tais significados em termos da significância para a subsequente construção das categorias. Assim, as categorias nas quais as palavras-alvo *inmigrantes*, *los sin papeles* e *irregulares* são classificadas são heurísticamente baseadas nos textos. A interpretação do contexto no qual uma palavra é dada e sua subsequente categorização de significados são inseridos em um programa de computador de análise qualitativa chamado *Fieldworks DataNotebook* Versão 2.4.2006 (SIL). Esse programa qualitativo é um caderno eletrônico que permite manter um registro fácil, contando após a interpretação a quantidade de vezes que o significado contextualmente interpretado da palavra selecionada se repete e, portanto, permite a aplicação de estatísticas básicas. Para reportar o número total de vezes que uma palavra se repete em diferentes categorias subjetivas, anos, fontes e campos, este estudo criou tabelas com a ajuda do programa Microsoft Office Excel 2007. Essas tabelas possibilitam ao pesquisador registrar a frequência total de palavras conforme contada pelo programa de computador (análise de conteúdo), bem como a enumeração de uma palavra após o uso da análise de contexto para as diferentes categorias, fontes e anos.

Ao usar o método ACD, assumo que os discursos oferecem um meio para descrever ou narrar a “realidade” de uma maneira particular. Discursos podem ser vistos como “um fluxo de conhecimento – e/ou todo o conhecimento social acumulado – ao longo do tempo” (JAGER, 2001, p.34). Adicionalmente, discursos se relacionam a conceitos de história e ideo-

logia. Tendo isto em mente, a ACD como método descritivo é uma ferramenta valiosíssima para desvelar se e como o uso da linguagem nos discursos produzidos pela mídia espanhola nos jornais “El Mundo” e “El País” nos anos de 1994 e 2004 reproduzem certos tipos de ideias sobre os espanhóis em contraste com imigrantes do Sul Global. Neste estudo, a ACD é usada para ajudar a desvelar, em face da identificação de padrões de uso da linguagem (visíveis apenas após sua interpretação crítica), que tipo de conhecimento é produzido e reproduzido através do uso da linguagem na mídia espanhola. A ACD é útil para descrever criticamente e identificar padrões de uso da linguagem e o fluxo de conhecimento que contém. Dessa maneira, ajuda a desvendar as maneiras por meio das quais os discursos da mídia espanhola contribuem para refletir e modelar a realidade contemporânea espanhola na reimaginação de uma identidade nacional unificada.

5 CONSTRUINDO O NÓS E O OUTRO

Os discursos e a linguagem usados na mídia, de acordo com os referidos critérios, foram comparados para investigar se eles mudaram como resultado da chegada de imigrantes do Sul Global ou do Terceiro Mundo. A comparação dos discursos produzidos antes e depois de eles terem se tornado o maior grupo de imigrantes facilita a elucidação dos padrões a serem examinados. Esses padrões auxiliam ainda no desvelamento da extensão em que as representações sob a forma de pertencimento e outricidade sustentam a produção do conhecimento. Para mostrar os resultados dos meus achados relativos às categorias de raça, construí as Tabelas 1 e 2 apresentadas a seguir. Para esse fim, interpretei todos os 528 casos identificados nos quais a linguagem usada nos jornais “El País” e “El Mundo” nos anos de 1994 e 2004 se referiam exclusivamente a imigrantes do Terceiro Mundo. As Tabelas 1 e 2 mostram todos os casos e porcentagens nos quais identifico que a linguagem usada para o ano e fontes de dados pertencem à categoria de raça: discriminação racial biológica e neorracismo. Primeiro, apresento os resultados encontrados para 1994 registrados na Tabela 1 e em seguida aqueles de 2004 na Tabela 2.

Tabela 1 – Representação Racial Discursiva dos Imigrantes do Terceiro Mundo – Espanha, 1994

"El País" 1994				"El Mundo" 1994					
Outro-negativo (Imigrantes do Terceiro Mundo)	Imigrantes	Sem documentos	Irregulares	Imigrantes	Sem documentos	Irregulares	Totais ano 1994	% Total Ano	
Criminosos	63	0	0	33	0	0	96	18,18%	
Religião	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Ameaça Física/Identitária	50	0	0	34	0	0	84	15,91%	
Neorracismo							180	34,09%	
Discriminação Racial Biológica	15	0	0	58	0	0	73	13,83%	
Total raça								47,92%	
Outro-positivo (Imigrantes do TM)	4	0	0	1	0	0	5	0,96%	
Outras categorias para imigrantes do TM como outro-negativo									
Total de migrantes do TM	308	0	2	218	0	0	N=528	100%	
Total sem significado (refere-se a imigrantes do Norte Global)	24	0	0	120	0	5	149		
(*1)	532	0	4	535	0	5	1.076		
(*2)	450	0	2	526	0	5	983		
(*3)							927		

Fonte: Enumeração por Concordance, programa de computador para análise de conteúdo, com análise de contexto compilada pelo autor a partir das edições na internet de "El País" e "El Mundo" no ano de 1994. (Março, 2008).

(*1) = Designa o total de enumerações de uma palavra (após uso de análise de contexto).

(*2) = É a frequência de palavras conforme contadas pelo computador (análise de conteúdo).

(*3) = Da interpretação total 1.076, 149 sem significado e 399 total de espanhóis e 528 imigrantes do Terceiro Mundo.

Como mostra a Tabela 1, do total de 528 casos nos quais interpretei que a linguagem utilizada em "El Mundo" e "El País" se referia exclusivamente a imigrantes do Terceiro Mundo, em apenas menos de 1% dos casos a linguagem é utilizada para se referir a imigrantes do Sul Global de uma maneira positiva. Em outras palavras, após a interpretação de todos os 528 casos, conforme encontrei, em 99% das vezes a linguagem utilizada para se referir aos imigrantes do Terceiro Mundo os designa

homogeneamente como um “outro negativo”, ou como não pertencente à sociedade espanhola por razões negativas.

Em relação à categoria de raça, segundo a Tabela indica, do total de 528 casos, em 73 encontro que a linguagem utilizada em “El Mundo” e “El País” ao se referir aos imigrantes do Sul Global tem um significado de discriminação biológica. Em outras palavras, em 13,83% dos casos, os discursos descrevem os imigrantes do Terceiro Mundo como sendo diferentes em virtude dos seus traços físicos, cor da pele e lugar de origem. Por exemplo, “El País” (1994) repetidamente publicou trechos como o seguinte: “Los pobladores de sus 207 chabolas son inmigrantes magrebíes. El asentamiento estorba para concluir un collector de aguas residuales necesario en la zona” [Os residentes dos 207 barracos são imigrantes marroquinos. Esse assentamento está bloqueando a conclusão de uma coletora de esgoto necessária para o desenvolvimento dessa região da cidade]. Este jornal e o citado trecho enfatizam que esses imigrantes são marroquinos e, como tais, sua condição de imigrantes pobres vindos do Marrocos atrapalha os planos da sociedade espanhola. A esse respeito, a representação do “outro” como pobre ao lado da menção do seu lugar de origem, o Marrocos, torna a representação discursiva desse grupo de imigrantes um impedimento para o desenvolvimento econômico dessa área particular da Espanha, constituindo uma forma de discriminação discursiva.

A respeito da categoria de neorracismo, e para o objetivo de investigar se os imigrantes do Terceiro Mundo são construídos como ameaça conforme definido pelas teorias do neorracismo, desenvolvi as subcategorias de criminoso e ameaça física, econômica e religiosa. Após interpretar todas as 528 instâncias nas quais a linguagem usada pertence exclusivamente aos chamados imigrantes do Terceiro Mundo, descobri que em 34,09% das ocasiões os discursos produzidos sobre os chamados imigrantes do Terceiro Mundo pelos jornais espanhóis constroem o “outro” como ameaça à Espanha ou ao ser espanhol. A categoria de neorracismo, consoante definido nas seções anteriores, inclui várias subcategorias. Portanto, deste total de 34,09% designados pela categoria de neorracismo, encontrei que em 15,91% das vezes a linguagem usada representa os grupos de imigrantes na mídia e ano selecionados como representando uma ameaça física à identidade espanhola e/ou à sociedade, enquan-

to em 18,18% das vezes eles são representados como criminosos, e em 0,00% como ameaça por razões religiosas.

Em 1994, os jornais espanhóis constantemente publicaram notícias nas quais o uso da linguagem perpetua a representação do “outro” como ameaça à sociedade espanhola. Por exemplo, “La consejera de Asuntos Sociales de la Junta de Andalucía, Carmen Herмосín, descartó que se produzca una nueva avalancha de inmigrantes ilegales”. (EL PAIS, 1994). [Carmen Herмосín, conselheira de Assuntos Sociais do governo regional da Andaluzia, descartou a possibilidade de uma nova avalanche de imigrantes ilegais]. O trecho ilustra que esses grupos de imigrantes são vistos como uma ameaça à Espanha por serem numerosos e que eles são perigosos como uma avalanche.

Outras vezes, os jornais pesquisados trazem notícias sobre os imigrantes do Terceiro Mundo aludindo a seus comportamentos agressivos e como sendo um perigo ou constituindo uma ameaça à sociedade espanhola por infringirem a lei: “García, [...], ha denunciado que algunos inmigrantes rompen a patadas las puertas de viviendas desocupadas para instalarse en ellas y ha anunciado que pedirá en la Junta Local de Seguridad Ciudadana que se adopten medidas para atajar este problema”. (EL MUNDO, 1994); [García denunciou que alguns imigrantes invadiram a chutes casas desocupadas. O objetivo era habitá-las. Ele anunciou que irá pedir à ronda comunitária local ou a Agência Local de Proteção ao Cidadão a adoção das medidas cabíveis para acabar com esse problema].

Para relatar os resultados referentes a 2004, conforme mencionado, construí a Tabela 2.

Tabela 2 – Representação Racial Discursiva dos Imigrantes do Terceiro Mundo – Espanha, 2004

Outro-negativo (Imigrantes do Terceiro Mundo)	"El País" 2004			"El Mundo" 2004			Totais Ano 2004	% Totais Ano
	Imigrantes	Sem documentos	Irregulares	Imigrantes	Sem documentos	Irregulares		
Criminosos	0	0	0	10	0	0	10	0,90%
Religião	31	0	0	2	0	0	33	2,96%
Ameaça Física/Identitária	272	32	31	106	11	7	459	41,20%
Neorracismo							502	45,06%
Discriminação Racial Biológica	93	2	4	33	17	8	157	14,09%
Total raça								59,16%
Outro-positivo (Imigrantes do TM)	29	1	0	3	0	0	33	2,96%
Outras categorias para imigrantes do TM como outro-negativo								
Total de imigrantes do TM	785	55	46	182	30	16	N= 1.114	100%
Total sem significado (refere-se a imigrantes do Norte Global)	90	0	0	8	1	0	99	
(*1)	1.341	93	80	286	49	25	1.874	
(*2)	1.319	90	76	283	40	19	1.827	
(*3)							1.775	

Fonte: Enumeração por Concordance, programa de computador para análise de conteúdo, com análise de contexto compilada pelo autor a partir das edições na internet de "El País" e "El Mundo" no ano de 2004. (Março, 2008).

(*1) = Designa o total de enumerações de uma palavra (após uso de análise de contexto).

(*2) = É a frequência de palavras conforme contadas pelo computador (análise de conteúdo).

(*3) = Da interpretação total 1.874, 99 sem significado e 661 total de espanhóis e 1.114 imigrantes do Terceiro Mundo.

Para criar essa tabela, examinei os 1.114 casos nos jornais espanhóis "El Mundo" e "El País" nos quais verifiquei que o uso da linguagem se refere exclusivamente aos imigrantes do Terceiro Mundo para o ano e fontes de dados. Após a interpretação de todos os 1.114 casos, descobri que em 14,09% das vezes esses imigrantes são representados na mídia de uma maneira negativa, enquanto são apresentados positivamente apenas em 2,96% dos casos. Isto significa que na maioria das vezes narrativas "negativas" são utilizadas para se referir a imigrantes do Sul Global, enquanto em apenas uma pequena porcentagem a linguagem utilizada

ao se referir a estes imigrantes contém traços positivos deles. Ao comparar os resultados de 1994 e 2004, encontro que a produção de discursos contendo retórica negativa e/ou aludindo às narrativas de exclusão sobre os imigrantes do Sul Global são similares para os dois anos. Em ambos, as representações negativas do grupo de imigrantes investigado eram bastante elevadas. Isto é verdade mesmo antes de os imigrantes de países do Terceiro Mundo terem se tornado maioria entre os imigrantes na Espanha.

A respeito da categoria de raça, após interpretar todos os 1.114 casos referentes exclusivamente aos imigrantes do Sul Global, encontrei que em 14,09% das vezes esses discursos discriminavam estes imigrantes por seus traços físicos, cor da pele e nacionalidade ou lugar de origem, ou o que me refiro com a categoria de discriminação racial biológica. Para a categoria de neorracismo, encontrei que de todos os 1.114 casos os imigrantes do Sul Global foram representados como uma ameaça em 45,06% das ocasiões. Dessa porcentagem, interpretei que em 41,20% das vezes os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são representados na mídia selecionada como representando uma ameaça física à identidade espanhola e/ou à sociedade; em 0,90% das vezes, eles são representados como criminosos, e em 2,96% das vezes como uma ameaça por razões religiosas.

Como mostram esses dados, em 2004, em comparação a 1994, a proporção em que os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são representados como ameaça física à Espanha ou ao ser espanhol (41,20%) é muito maior que em 1994 (15,91%). De maneira crescente, os jornais espanhóis vêm publicando notícias sobre o aumento no número de imigrantes vindos do Sul para a Espanha. Em 2004, "El País" publicou repetidamente passagens em seus artigos semelhantes a esta: "de cero a 6.073 subsaharianos en seis años" [de 0 a 6.073 subsaarianos em seis anos]. Analisada em seu contexto, a citação mostra que há um medo do rápido crescimento dos imigrantes vindos da África subsaariana nos últimos anos. Ao relatar o aumento dos imigrantes procedentes de países menos desenvolvidos dessa maneira, o jornal está se assegurando que os leitores saibam ter havido um aumento expressivo de um grupo específico de imigrantes nos últimos anos.

De maneira crescente, conforme comparado a 1994, os imigrantes do

Sul são representados na mídia pesquisada como invasores e/ou indivíduos ilegais e perigosos que não são desejados na Espanha. Como tais, eles são representados como “ameaça” – conforme definido pelas teorias de neorracismo. Essa ameaça se manifesta no aumento das notícias publicadas relacionadas à necessidade de ampliar as políticas de segurança para prevenir a entrada na Espanha dos imigrantes menos desenvolvidos. Por exemplo, “El País” (2004) repetidamente publica artigos incluindo passagens como a seguinte e que bem ilustra a afirmação anterior: “La policía ha reforzado los controles fronterizos en el paso de La Jonquera (Girona), donde diariamente son detenidos y devueltos a sus países de origen unos 150 inmigrantes irregulares”; [A polícia tem reforçado os controles fronteiriços no passo de La Jonquera (Girona), onde diariamente são detidos e devolvidos a seus países de origem cerca de 150 imigrantes irregulares].

Consoante mostra a comparação quantitativa dos resultados produzidos para a categoria de discriminação racial entre os anos de 1994 e 2004, de forma geral não tem havido uma mudança expressiva nesta categoria. O aumento de casos nos quais os chamados imigrantes do Terceiro Mundo são discursivamente representados e, portanto, discursivamente discriminados, em virtude da sua cor de pele, nacionalidade e/ou traços físicos para o ano de 2004 é apenas 0,26% maior se comparada a 1994, variando de 13,83% em 1994 para 14,09% em 2004. Contudo, para a categoria de neorracismo o aumento é um pouco maior, variando de 34,09% em 1994 para 45,06% em 2004. Esses números se traduzem em um aumento de 11% para a categoria de neorracismo ou um aumento de 33%. Ou seja, conforme observei, em 2004, em comparação a 1994, houve uma mudança no tipo de discursos produzidos sobre os imigrantes do Terceiro Mundo.

Os discursos racializados têm mudado significativamente *após* os imigrantes do Sul Global se tornarem evidentes na Espanha. É de particular interesse notar que os discursos de diferença têm passado de questões relativas aos traços físicos, cor da pele e lugar de origem, e acima de tudo ao que designo como de natureza biológica, para centrarem-se em questões relacionadas à constituição de uma ameaça física, cultural e econômica à sociedade espanhola ou o que chamo de discursos neorracializados.

Mais especificamente, a representação discursiva dos imigrantes do Terceiro Mundo como um “outro” neorracializado que ameaça aparece no aumento da categoria de “ameaça física”. Esta categoria passou de 15,91% em 1994 para 41,20% em 2004. Portanto, os discursos racializados de diferença nos quais “o outro” é representado como ameaça à unidade espanhola e à identidade da Espanha aumentaram em 25,29%. Daí, segundo posso inferir, o aumento nos números dos imigrantes do Sul Global na sociedade espanhola tem tido o efeito de mudar o tipo de representações discursivas construídas sobre o “outro” e as tem movido significativamente na direção de representar esse outro como um perigo ou uma ameaça à sociedade espanhola.

6 CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Este artigo buscou examinar se e como a representação dos imigrantes do Terceiro Mundo, em relação ao “nós” ou espanhóis, está contribuindo para a reconstrução da identidade nacional espanhola. Ao investigar as representações de “pertencimento” e “outricidade”, o principal achado é que os discursos produzidos na mídia espanhola são construídos como oposições binárias, representando os espanhóis, independentemente da região onde vivem, como um “nós” homogêneo, e os imigrantes do Sul Global como um “outro” negativo. Além disso, mencionadas representações de outricidade são expressas na forma de raça de modo a que se pergunte se elas continuam a moldar o imaginário sobre a nacionalidade, identidade nacional e construção nacional na Espanha. Este artigo destaca o importante achado de que o conceito de neorraça tem se tornado um útil constructo teórico para analisar o uso da linguagem na construção de discursos racializados sobre a outricidade, pois mostra como a chegada de imigrantes do Sul Global tem aumentado sua representação discursiva como uma ameaça (conforme definido pelas teorias de neoracismo).

Ademais, como evidenciam os resultados, as origens da produção dos discursos aludindo à exclusão, outricidade e retórica negativa acerca dos imigrantes do Terceiro Mundo independem do aumento massivo no número desses imigrantes na sociedade espanhola. Representações discursivas sobre os imigrantes do Terceiro Mundo – como grupos racializados

e/ou excluídos sob a forma de “outricidade” – já eram produzidas em 1994. E isso mesmo diante do fato segundo o qual apenas no final dos anos 1990 os imigrantes do Terceiro Mundo tenham se tornado, pela primeira vez, a maioria dos imigrantes da Espanha. Por conseguinte, destes resultados posso concluir também que o motor da produção de discursos de exclusão não se relaciona com a quantidade de imigrantes do Terceiro Mundo vivendo na sociedade espanhola, mas sim com o fato de que esses imigrantes simplesmente chegam, vivem, são visíveis e notórios. Particularmente interessante de se ressaltar é o fato de que o aumento quantitativo de imigrantes do Sul Global na Espanha tem tido o efeito de aumentar a produção de discursos de diferença aludindo a formas de “ameaças”. Este achado, portanto, sugere que a imigração do Sul Global não apenas engatilha a produção de representações negativas na sociedade hospedeira, mas também discursos nacionalistas sob a forma de ameaças.

Em decorrência da principal conclusão, acho problemático aceitar a proposta de Anderson (1991) de que as nações, os nacionalismos e as identidades nacionais são imaginadas baseando-se na construção de uma “camaradagem horizontal”. De acordo com Anderson (1991, p.7), a nação “é imaginada como *comunidade* porque, a despeito da desigualdade e exploração realmente existentes, a nação é sempre vista como uma camaradagem profunda e horizontal”; contudo, consoante meus achados revelam, as práticas de exclusão se tornam essenciais na reimaginação da identidade nacional e da comunidade espanholas. Ao forjar uma identidade nacional, torna-se essencial definir aqueles que não pertencem e, ainda mais importante, aqueles que constituem uma ameaça à nação espanhola e sua identidade nacional.

Traduzido do inglês por Clayton M. Cunha Filho

REFERÊNCIAS

- AMNISTIA INTERNACIONAL ESPANA. **Crisis de identidad nacional:** torturas y malos tratos de indole racista a manos de agentes del estado. Abr. 2002 Disponível em: <<http://web.amnesty.org/library/index/esleur410012002>>. Acesso em: 20 ago. 2004.
- ANDERSON, BENEDICT. **Imagined communities:** Reflections on the origin and spread of nationalism, London and New York: Verso, 1983; 1991.
- ANDERSON, Margaret; COLLINS, Patricia H. "Rethinking institutions." **In In Race, class and gender:** An anthology, by Margaret Anderson and Patricia H. Collins, California: Wadsworth/Thompson Learning, p. 213-228, 2001.
- BALIBAR, E. Is there a 'neo-racism'? In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. (ed.). **Race, nation, class.** London: Verso, 1991. p. 17-28.
- BHABHA, H. DisemiNation: time, narrative and the margins of the modern nation. In: _____. (ed.). **Nation and narration.** New York: Routledge, 1990a. p. 291-322.
- _____. Introduction. In: _____. (ed.). **Nation and narration.** New York: Routledge, 1990b. p. 107.
- BILLING, M. **Banal nationalism.** [S.l.]: Sage Publications, 1995.
- BISHOP, H.; JAWORSKI, A. We beat 'em': nationalism and the hegemony of homogeneity in the British press reportage of Germany versus England during Euro 2000. **Discourse and Society**, v. 14, n. 3, p. 243-271, 2003.
- CARR, R. (ed.). **Spain:** a history. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CASTLES, S.; MILLER, J. M. **The age of migration.** 3th. ed. New York: The Guilford Press, 1998.
- _____. The age of migration: international population movements in the modern world. 2nd. New York: The Guilford Press, 1993.
- CHATTERJEE, P. **Nationalist thought and the colonial world:** a derivative discourse. New Delhi: Oxford, 1986.
- COLECTIVO IOE. Inmigrantes extranjeros en España: ¿Reconfigurando inmigrantes extranjeros en España: La sociedad?' **Panorama Social**, v. 1, p. 32-47, jun. 2005.
- _____. La sociedad española y la inmigración extranjera Papeles de Economía Española. **Funcas**, v. 98, p. 16-31, 2003.
- _____. Panorámica de la inmigración en España. **Documentación Social**, v. 121, p. 73-91, out./dez. 2001.
- DE CILLIA, R.; REISIGL, M; WODAK, R. The discourse construction of national identities. **Discourse and Society**, v. 10, n. 2, p. 249-273, 1999.
- DOTY, L. R. Anti-immigrantism in western democracies – statecraft, desire, and the politics of exclusion. In: REVIEW OF INTERNATIONAL POLITICAL ECONOMY SERIES IN GLOBAL POLITICAL ECONOMY, 2003, New York. Anais... New York: Routledge, 2003.
- _____. **Imperial encounters.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996.

- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications, 2001. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N; KRESS, G. **Critical discourse analysis**. [S.l.]: [s.n.], 1993. Manuscrito não publicado.
- FROSH, P.; WOLFSFIELD, G. ImagiNation: news discourse, nationhood and civil society. **Media, Culture and Society**, v. 29, n. 1, p. 105-129, 2006.
- GELLNER, E. **Encounters with nationalism**. City: Blackwell Publishers, 1994.
- HALL, S. The local and the global. In: MCCLINTOCK, A.; MUFTI, A.; SHOHAT, E. (ed.). **Dangerous liaisons: gender, nation & postcolonial perspectives** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997. p. 173-187.
- _____. Ethnicity: identity and difference. In: ELEY, G.; SUNY, R. G. (ed.). **Becoming national: a reader**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 339-351.
- JAGER, S. **Discourse and knowledge: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis**. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications, 2001. p. 32-62.
- LEWIS, S. C. News, nationalism, and the imagined community. **Journalism Studies**, v. 9, n. 3, p. 409-428, 2008.
- LIEVEN, A. Qu'est-ce qu'une Nation? **The National Interest**, v. 49, p. 10-22, 1997.
- MARX, W. A. **Making race and nation: a comparison of South Africa, the United States, and Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MEYER, M. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications, 2001. p. 32-62.
- MURO, D.; QUIROGA, A. Spanish nationalism: ethnic or civic? **Ethnicities**, v. 5, n. 1, p. 9-29, 2005.
- VAN DIJK, T. A. Critical discourse analysis. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (ed.). **Handbook of discourse analysis**. Massachusetts: Blackwell, 2001. p. 352-371.
- WODAK, R. What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications, 2001. p. 1-12.

NOTA

¹ A versão usada para este estudo chama-se Concordance 3.2. Uma amostra do *software* pode ser encontrada em: <<http://www.concordancesoftware.co.uk>>.

Neo-racism and the imagination of a Spanish identity

1. INTRODUCTION

Since the 1990s, Spain has been the destination of immigrants from so-called “underdeveloped” and or Third World countries. This phenomenon is visibly altering the composition of the Spanish nation. Because of the historical particularities of Spain there is not much published research on Spanish national identity. According to Flynn, the lack of research is “related to the discrediting of Spanish nationalism during the Francoist dictatorship and later democratic devolution which encouraged an analogous diversification in the study of national identities within Spain” (2001, 703-718).

In order to advance the study on nationalism and national identity formation this paper investigates whether and how the representation of Third World immigrants, in the form of “otherness,” and in relation to Spaniards, or “us,” is contributing to the re-construction of a unified Spanish national identity. I primarily used the method of critical discourse analysis (CDA) of two major newspapers in Spain: *El Mundo* and *El País* for the years 1994 and 2004. The contextualization of the discourses produced in the media about immigration and immigrants are guided by extensive field work conducted in Spain during the years 2006 and 2007 in the form of content analysis, field observation, semi-structured interviews with Spanish non-governmental organizations (NGOs) as well as governmental organizations (GOs) that are involved with immigration issues in Spain.

The analysis shows that contemporary discursive representations of Third World immigrants in Spain has facilitated the re-construction of a national identity, in terms of “us”

(Spaniards) versus “them” (so-called Third World immigrants) as a neo-racialized other. In this fashion, Spaniards are discursively represented as the insiders or the ones who belong to the nation, while Third World immigrants are the outsiders/strangers or excluded people. Third World immigrants are in most instances discursively constructed as being a physical, social, cultural, and/or economic danger or threat to Spain.

These characterizations belong to the category of “neo-racism,” since Third World immigrants are either implicitly or explicitly represented as posing a threat to “preserving” the Spanish identity (Balibar 1991). Furthermore, these particular types of discursive representations have facilitated, in accord with Benedict Anderson’s definition of an imagined community, that the members of the nation of Spain envision in their minds the “image of their communion” (Anderson 1983: 89).

Using the concept of neo-racism to investigate issues of national identity formation facilitates uncovering the type of national imagining currently taking place in Spain. Because the discourses produced in the data on the “others” are highly neo-racialized, this paper argues that the re-imagining of a Spanish nationhood in post-Franco, contemporary Spain is based, following Anthony Marx’s theory (1998), on excluding “the other” as part of the definition of being Spanish rather than in the forging of a “horizontal comradeship” as Anderson advocates.

2. SPANISH NATIONAL IDENTITY AND MIGRATORY FLOWS

Consensus among scholars holds that Spanish national identity and nationalism have been neglected in academic literature (Muro and Quiroga 2005: 25). Flynn states the following: “Juan Linz can assert that by the early 1990s ‘there doesn’t exist one book about Spanish nationalism’, and I must confess that I am not able to think of anyone in Spain, or abroad, that at present may have assumed this project” (Flynn 2001, 703-18). According to Flynn, and as explained above, this is related to the discrediting of Spanish nationalism during the Francoist dictatorship.

The study of nationalism, in the context of Spain, has primarily focused on the regional or peripheral nationalism of two major regions: Basque Country and Catalonia. The emphasis on the study of nationalism, in the form of regionalism implies that Spain lacks a unified Spanish national identity. Muro and Quiroga argue that Muro and Quiroga argue that while the existence of peripheral or regional nationalisms is widely acknowledged, Spanish nationalism and Spain's national identity as a unity are constantly ignored (2001).

The lack of research in this area hinders the exploration of the formation of a complex but cohesive contemporary national identity in Spain. This formation of a cohesive, non-regionalized Spanish identity has mainly developed because of the participation of the Spanish nation-state in the international arena. Spain is now the destination of massive migratory movements of workers coming from the Global South. By 1998, statistics reflected for the first time that immigrants coming from so-called Third World countries had become the majority of immigrants to Spain, rather than immigrants from "more-developed countries". By 2005 almost 80 per cent (2.9 million people) of immigrants came from "less-developed countries" (Colectivo Ioé 2005: 6). According to the National Statistics Institute of Spain (INE), by the end of 2005, 505,373 (13.69%) immigrants out of a total of 3,691,547 came from Morocco and 491,797 (13.32%) from Ecuador.

The contemporary arrival of immigrants from the Global South presents a unique scenario for studying not only Spanish identity formation but for investigating representational practices in the process of identity formation. To investigate whether and how the representation of Third World immigrants, in relation to Spaniards, is contributing to the re-construction of a unified Spanish national identity, I assume that "representation is an inherent and important aspect of global political life and therefore a critical and legitimate area of inquiry" (Doty 1996:5). Therefore, at the heart of this study rests the assumption that issues of representation of groups by other groups, especially in the media, the use of language when referring to groups of people, particularly in the context of North-South relations, as well as the societal role of the media, are vital tools toward the framing of a national identity. In this sense, and agreeing with Lewis, "journalism presents a ripe case with which to study the mass

media's role in the construction of a national identity" (2008:410). The analysis of the discourses produced in the Spanish media in this fashion allows for finding out how "the other," or the so-called Third World immigrant, is constructed in relation to "us," or Spaniards.

3. NEO-RACISM AND THE IMAGINING OF A NATION: A THEORETICAL FRAMEWORK

Racism – a true 'total social phenomenon' - inscribes itself in practices (forms of violence, contempt, intolerance, humiliation and exploitation), in discourses and representations which are so many intellectual elaborations of the phantasm of prophylaxis or segregation (the need to purify the social body, to preserve 'one's own' or 'our' identity from all forms of mixing, interbreeding or invasion) and which are articulated around stigmata of otherness (name, skin colour, religious practices) (Balibar 1991: 17-18).

The concept of race has been theorized and defined from multiple perspectives. Balibar assumes that race, and racism, are social constructs with no inherent meaning. Practices of representation inscribed in discourses produce and reproduce certain types of knowledge "which emerges within specific historical, economic, and political situations and is whatever racists have the social power to define it" (Doty 2003:24). For the purpose of this study, I follow that race emerges within specific historical, economic, and political situations and it is a socially constructed category. The concept of neo-racism follows from the above definition of race. Assuming that race is socially constructed allows for the re-definition and/or re-construction of new forms of racism such as neo-racism in response to societal changes.

With this in mind, the concept of neo-race illuminates "the construction of race within the context of the late twentieth-century globalization and its implications for national boundaries and the politics of inclusion and exclusion" (Doty 2003:24). In the current context, the neo-racism is intimately related to immigration processes, xenophobia, various forms of exclusion and the changing nature of discourses and practices of exclusion and inclusion. For these reasons, the concept of neo-racism is in most instances theorized within the context of theories of immigration. It is most common to find studies using the concept of neo-racism vis-

à-vis the inquiry of reactions to immigration such as assimilationism, multiculturalism, and/or exclusionism. Countries that adopt multiculturalism often assume that international migration brings to the receiving nation “difference” in the form of “ethnicity” and/or “race”. And thus, it is up to the receiving nation-state to define what “difference” means and what policies and laws are to be created. As Castles and Miller argue, “settlers are often distinct from the receiving populations ...the differences are frequently summed up in the concepts of ‘ethnicity’ or ‘race.’ In many cases, immigration complicates existing conflicts or divisions in societies with long-standing ethnic minorities” (Castles and Miller 1998: 10).

To address issues of difference and recognition, which scholars such as Castles and Miller equate with issues of “ethnicity” and “race,” nations that adopt multiculturalism try to create immigration policies and laws that deal with the cultural “pluralistic” accommodation of immigrants. In regard to issues of recognition, culture and their relationship with “ethnicity” and “race,” Olson argues that cultural “misrecognition,” is misleadingly juxtaposed with race and ethnicity in many instances pointing out that “[r]acial oppression is not a problem of misrecognition but a problem of *power*” (Olson 2004:110). In this sense, culture and race are in many instances incorrectly juxtaposed and confused. Culture and race, as Olson clearly shows in the case of the United States, are not always interrelated. The investigation of discourses as vehicles for uncovering the production and reproduction of societal knowledge has to be carefully inquired. Although finding the right method of inquiry is always a challenge, the concept of neo-racism, if investigated vis-à-vis the analysis of representational practices of inclusion and exclusion in the new era of globalization, permits examining various forms of exclusion associated with these global immigration processes. In this context, “communities and organizations are integrated and related in new spatio-temporal terms due to today’s processes of changes such as global homogenization and the parallel emergence of local and group-specific identities” (DeCillia et al., 1999:255; see also Hall 1991).

Racial injustices cannot be presumed to be completely disengaged from cultural discrimination. In case of Spain, Third World immigrants may be subordinated groups due in part to their cultural background and the

emphasis on cultural difference as a political construct that it is intimately connected to issues of power. In this sense, race and culture seem to be impossible to separate. Furthermore, differentiating whether discrimination is due to biological, cultural, ethnic components, or a mix of these, may not be empirically attainable for every case study. The traditional, more biologically inclined, understanding of racial discrimination may in many instances be mixed with the cultural “imperative of preserving the group’s identity, whose purity it sanctifies” (Doty 2003, 19). To illuminate this racial debate, I aim to differentiate, whenever possible, between discourses of exclusion based on biological differences from those based on culture and/or those constituting a form of “threat.”

The concept of neo-race, therefore, is used in this investigation with caution. The present discussion aims to illuminate the concept of “race” only in the context of Spain, whether its origins are biological, cultural, “new” or “old,” as a political construct brought about by forces of globalization for “constructing otherness that can lead to exclusion or discrimination” (Doty 2003: 21) but which is intimately connected, as Olson (2004) argues, to issues of power. In so doing, I follow that discourses of exclusion and inclusion, if constructed as “neo-racialized” representations, do not necessarily mean that race can be identified and that unequal power relations can be identified in a society. The concept of neo-race only helps uncover practices of discursive discrimination. Identifying patterns of exclusion in language-use is, nevertheless, very useful, for their analyses may reveal that such discourses are produced within a system of oppression. Discovering practices of exclusion are, therefore, pathways to uncovering practices of discrimination, exploitation, and unequal political and economic power in a given society.

In uncovering such discourses and the knowledge contained within them, the important thing to remember is that discrimination, in any form, is the product of constructing “the other” as an inferior group. The construction of “the other” as being negatively-different and inferior facilitates the materialization of practices of exploitation in a given society. Therefore, these constructions assist the production and materialization of unequal political and economic power relations which lead to such discrimination. In this fashion, the concept of “neo-racism” directs the researcher’s attention toward uncovering the type of knowledge contain-

ned, produced, and reproduced in the discourses constructed about “us” and “the other,” and which may denote the existence and/or be the product of unequal power relations.

In addition, the concept of neo-racism is inextricably linked to the making of a nation and national identity. Defining who belongs and who does not has always been an inherent part of the making of a nation. Defining concepts such as a nation, nationalism, and/or national identity have proved difficult for scholars (Anderson 1983, Lewis 2008; Bishop and Jaworski 2003). I follow Anderson’s definition of “the nation” as an “imagined community” (Anderson: 1983), and I assume by following the theoretical approach proposed in this study that “mass media discourse, with its (re)production of ideologies in social life and its deictic delineation of Us versus Them, makes natural and unproblematic “our” place and purpose within the world of nations- the very essence of nationalism” (Billing 1995; Bishop and Jaworski 2003). To this end, I accept nation as an imagined community which is primarily defined as a “mental construct that is shaped in large part, but not exclusively, by mass media” (Frosh and Wolfsfeld 2006:105). In analyzing such “mass media discourses” (ibid) vis-à-vis the concept of neo-racism, however, this study challenges Anderson’s assumption that nations, nationalism and national identities are imagined as a ‘horizontal comradeship’ (Anderson 1983).

In challenging the assumption that a nation, nationalism and national identity is constructed as a horizontal imagined comradeship, I follow Anthony Marx’s (1998) argument about “exclusion” as an important aspect of imagining a community. In a compelling argument, Marx challenges Anderson’s definition of an “imagined community” by arguing that the former ignores the importance of exclusion in constructing an “imagined” national identity. The subordination and exclusion of some people within a territory contributes to the formation of a national identity as well. Constructing neo-racialized discourses about Third World immigrants, I argue, allows for the formation of an imagined community that is not precisely based on horizontal comradeship, but rather based on exclusion. Without the above consideration, studying discourses of “us” and “the other,” and/ or discourses of inclusion vis-à-vis exclusion in forging a nation do not make sense. Studying the re-imagining of a Spanish national identity in this fashion, and by combi-

ning Anderson's definition of a nation and Marx's remark on taking into account exclusionary practices, directs this inquiry's focus toward uncovering whether neo-racialized discourses about Third World immigrants, defined as a "threat" to Spanish identity, plays a role in the imagining of a nation and national identity.

4. LANGUAGE USE, REPRESENTATIONAL PRACTICES, AND DISCOURSES OF EXCLUSION IN THE STUDY OF IDENTITY FORMATION

Discourses of difference are produced in societies when a so-called "outsider" is identified in a given society, and always in relation to a so-called "insider." In this sense, "the 'other' is never outside or beyond us; it emerges forcefully within cultural discourse when we think we speak most intimately and indigenously 'between ourselves'" (Bhabha 1999:4). Furthermore, discourses of difference are usually created around the construction of a "positive-self," or insider, and a "negative-other," or outsider. I define a discourse as an array of "diverse representations of social life which are inherently positioned—differently positioned social actors 'see' and represent social life in different ways" (Fairclough 2001:123). Cultural institutions, such as the media in the form of newspapers, "reproduce ideas by identifying which ideas are valuable, which are not, and which should not be heard at all. In this way, the ideas of privileged groups in relation to race, class and gender are routinely heard, whereas ideas of groups who are disadvantaged are silenced" (Anderson and Collins 2001:224).

In investigating issues of representation and discourses of inclusion and exclusion as they relate to the concept of neo-racism, I examine selected newspapers first in terms of positive-self or "us" (Spaniards) vs. negative-other or "the other" (Third World immigrants). Second, I analyze the discourses related to whether immigrants from the Global South pose a "threat" to being Spanish and/or Spain. To account for the discursive representation of Third World immigrants in the selected Spanish media, and to compare the discursive differences before and after immigrants from the Global South became the majority of immigrants in Spain, I chose to analyze the discourses produced in the Spanish newspapers of

El Mundo and *El País* for the years 1994 and 2004. The goal of choosing these two years is to compare the discourses produced in the selected media during 1994 in contrast to what was produced in 2004, before and after immigrants from the Global South became the most significant group of immigrants in Spain.

My interpretation of the use of language depends on the historical and critical contextualization of the discourses produced in Spain. Particular attention is given to those instances in which the language use refers to migrants coming from developing countries, particularly Africa and Latin America, or the Global South, in relation to those coming from the so-called developed countries, or the Global North.

Given that the focus of this study is uncovering neo-racialized discourses about “the other,” I developed two distinct categories for the study of race: biological race-discrimination and neo-racism. In doing so, I aim to find out the instances, when possible, in which the language used in the discourses under investigation belongs exclusively to the category of neo-racism. Although this empirical division is created for the purpose of this study, I do not assume that these two categories work separately, since both categories denote discriminatory use of language toward a particular group. In the category of biological race-discrimination I included all those instances in which “the other,” is discursively constructed in discriminatory terms due to their skin color, physical traits and place of origin. The category of neo-racism includes the instances, in which I interpreted that immigrants are discursively represented as posing a “threat” or “danger” to the Spanish society and/or nation of Spain. This type of danger is in most instances discursively portrayed as being physical, social, cultural, and/or economic in nature, among others. In using this approach, I follow the definition of “threat” proposed by theories of neo-racism. To this end, I developed the category of neo-racism in this analysis to test the validity of this new concept of race and to investigate whether the representation of “the other” in this fashion constitutes a new type of racism which for scholars such as Balibar is:

...[the product] of the era of ‘decolonization,’ of the reversal of population movements between the old colonies and the old metropolises, and the division of humanity within a single political space. Ideologically, current racism... centers upon the immigration complex, [and] fits into a

framework of 'racism without races' which is already widely developed in other countries...(Balibar 1991: 21).

To critically analyze the use of language within the context in which it is produced, it is necessary to define the categories of 'us' and 'the other'. Spaniards as the constructed 'us' group are defined here as a group of people to whom the selected media refers, through language use, as belonging to the Spanish society. This study defines the category of 'the other' as immigrants from the Global South who are represented through language use in the selected Spanish newspapers, *El Mundo* and *El País*, for the years 1994 and 2004, as foreign people coming to Spain in search of a job, and who may or may not adopt the host society as their new home. In order to identify whether the language used in the selected media refers to Spaniards or Third World immigrants, this study pays attention first to whether the language of the text in context refers to either "us" (Spaniards) or "the other" (Third World immigrants). Using the definition provided above, in conjunction with the analysis of the meaning of the text in the context in which it is produced, and in addition to the knowledge gained during field work, allows for differentiating when the sentence refers to "us" versus "them."

To find and analyze the discourses produced in the media, I use critical discourse analysis (CDA) and content analysis. The method of content analysis can help identify patterns in language use in the selected texts and which later can be used to critically interpret them. The identification of these patterns is essential for uncovering whether language use contributes to immigrants' and Spaniards' identities. To operate this study, I use a content analysis computer program called "Concordance,"¹ applying it to *El Mundo* and *El País* for the years 1994 and 2004. This program allows enumeration of words in the newspapers, identifying the frequency in which individual words are repeated in the texts. More important, it designates the exact location of each word, making it available for contextual analysis. I use Concordance in the following manner. The approach consists in the contextual interpretation of only three significantly relevant words: *inmigrantes* (immigrants), *los sin papeles* (those without papers), *irregulares* (immigrants without holding a legal status in Spain). These pre-selected words appear to have significant relevance during fi-

eld work research in Spain. After this process of selection of words, I critically interpreted the context in which they appear. Attention is given, therefore, only to the meaning of the context in which the words *inmigrantes*, *los sin papeles*, and *irregulares* appear. In other words, I do not pay attention to the textual meaning of the selected words but rather to the meaning of the context in which these words appear.

Following interpretation of contextual meaning of the target words, the researcher further analyzes such meaning in terms of significance for the subsequent construction of categories. Therefore, the categories in which the target words *inmigrantes*, *los sin papeles*, and *irregulares* are classified are heuristically grounded from the texts. The interpretation of the context in which a given word and the subsequent categorization of the meanings are entered in a computer qualitative program called Fieldworks Data Notebook Version: 2.4.2006 (SIL). This qualitative program is an electronic note-book which allows me to easily keep track, counting after interpretation the amount of times that the contextual interpreted meaning of a selected word repeats, and therefore, it allows for applying basic statistics. To report the total number of times a word repeats under the different subjective categories, years, sources and fields, this study creates tables with the aid of the computer program Microsoft Office Excel 2007. These tables allow the researcher to record the total word frequency as counted by the computer program (content analysis) as well as the enumeration of a word after using context analysis for the different categories, sources and years.

In using CDA, I assume that discourses offer the means to describe or narrate “reality” in a particular way. Discourses can be viewed “as the flow of knowledge – and/or all societal knowledge stored- throughout all time” (Wodak and Meyer 2001: 34). Additionally, discourses relate to the concepts of history and ideology. With this in mind, critical discourse analysis, being a descriptive method, is an invaluable tool for uncovering how and whether the language-use in the discourses produced in the Spanish media of *El Mundo* and *El Pais* for the years 1994 and 2004 reproduce certain types of ideas and ideologies about Spaniards in contrast to immigrants from the Global South. CDA is used in this study to help me uncover - vis-à-vis the identification of patterns in language use (which are only visible after their critical interpretation) - what type of knowled-

ge is produced and reproduced through language-use in the Spanish media. CDA is useful for critically describing and identifying patterns in language use and the flow of knowledge they contain. CDA facilitates, therefore, uncovering the ways in which discourses in the Spanish media contribute to reflecting and shaping contemporary Spanish reality and identity formation in the re-imagining of a unified national identity.

5. CONSTRUCTING US AND THE OTHER

The discourses and the language used in the media, following the above criteria, are compared to investigate whether they have changed as a result of the arrival of immigrants from the Global South or Third World countries. Comparing discourses produced before and after they became the largest immigrant group facilitates elucidation of patterns to be examined. These patterns further assist with uncovering the extent to which representations in the form of belongingness and otherness underlie the production of knowledge. To show the results of my findings, in relation to the categories of race, I constructed tables 1 and 2 presented below. To this end, I interpreted all 528 instances in which I designate that the language used in the newspapers *El País* and *El Mundo* in the years 1994 and 2004 pertains exclusively to Third World immigrants. Tables 1 and 2 show all instances and percentages in which I designate that the language used for the given year and sources belong to the category of race: biological-race discrimination and neo-racism. First, I present results of findings for the year 1994 registered in table 1 and follow with those for 2004 in table 2.

Table 1 - Discursive Racial Representation of TW- Spain, 1994

Negative- other (TW Immigrants)	El País 1994			El Mundo 1994			Totals year 1994	% Total Year
	Inmigrantes	Sin papeles	Irregulares	Inmigrantes	Sin papeles	Irregulares		
Criminals	63	0	0	33	0	0	96	18,18%
Religion	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Physical/identity Threat	50	0	0	34	0	0	84	16,51%
Neo-racism							180	34,09%
Biological Race discrimination	16	0	0	58	0	0	73	13,83%
Total race							253	47,92%
Positive-other (TW immigrants)	4	0	0	1	0	0	5	0,95%
Other categories for TW immigrants as negative-other							270	51.13
Total TW Immigrants	308	0	2	218	0	0	528(0)	100%
Total no meaning (Refers to immigrants from Global North)	24	0	0	120	0	5	149	
(*1)	532	0	4	536	0	5	1076	
(*2)	460	0	2	526	0	5	983	
(*3)							927	

Source: Enumeration by Concordance content analysis computer program, with context analysis compiled by author from *El País*, *El Mundo* internet edition in the year 1994. (March, 2008)

(*1) = It designates the total number of enumeration of a word (after using context analysis).

(*2)= It is the word frequency as counted by the computer (content analysis)

(*3) = Of the total interpretation 1076, 149 no meaning and 399 total Spaniards and 528 Third World immigrants

Table 1 above shows that from the total 528 (N), or instances in which I interpret that the language used in *El Mundo* and *El País* referred exclusively to Third World immigrants, in only less than 1% of the instances, the language is used to refer to immigrants from the Global South in a positive manner. In other words, after interpretation of all those 528 instances, I designate that in 99% of the times the language used to refer to Third World immigrants designate them as a homogenous “negative other,” or as not belonging to the Spanish society for negative reasons.

In relation to the category of race, it indicates that from the total 528 (N), in 73 instances I designate that the language used in *El Mundo* and *El País* when referring to immigrants from the Global South have the meaning of biological discrimination. In other words, 13.83% of the times discourses about Third World immigrants describe these immigrants as being different because of their physical traits, skin color, and place of origin. For instance, *El País* 1994 repeatedly publishes quotes such as the following: “*Los pobladores de sus 207 chabolas son inmigrantes magrebíes. El asentamiento estorba para concluir un colector de aguas residuales necesario en la zona*” (El País, November 2, 1994). [The residents of 207 shacks are Moroccan immigrants. This settlement is blocking the completion of a sewer collector which is necessary to develop this region of the city (My translation)]. This newspaper, and the quote used above, emphasizes that these immigrants are Moroccan and, as such, their condition as poor immigrants coming from Morocco hinder the plans of the Spanish society. In this regard, the representation of “the other” as poor in close proximity to mentioning their place of origin, Morocco, leads to the discursive representation of this group of immigrants as an impediment for economically developing this particular area in Spain, constituting a form of discursive discrimination.

In regard to the category of neo-racism and for the purpose of investigating whether Third World immigrants are constructed as a threat as defined by theories of neo-racism, I developed the sub-categories of criminal, physical, economic and religious threats. After interpreting all 528 instances in which the language use pertains exclusively to Third World immigrants, I discovered that in 34.09% of the occasions, the discourses produced by the Spanish newspapers construct “otherness” as forms of threats to either Spain or to being Spanish. The category of neo-racism includes various sub-categories. Therefore, from this total of 34.09% designated to the category of neo-racism, I found that 15.91% of the instances the language represents immigrants from the Global South as posing a physical threat to the Spanish identity, society and nation; while 18.18% of the instances signify a threat because of being criminals, and 0.00% because of their religious practices.

In 1994, selected Spanish newspapers consistently published news in which the language-use perpetuates the representation of “the other” as a threat to the Spanish society. For instance, “*La consejera de Asuntos Sociales de la Junta de Andalucía, Carmen Hermosín, descartó que se produzca una nueva avalancha de inmigrantes ilegales*” (El País, March 3, 1994). [Carmen Hermosín, adviser of social affairs for the regional Andalusian government, ruled out the possibility of having a new avalanche of illegal immigrants (My translation)]. The quote illustrates that these groups of immigrants are seen as a threat to Spain for being numerous and that they are as dangerous as an avalanche.

In other instances, the newspapers under investigation report news about Third World immigrants alluding to their aggressive behavior and as being a danger or constituting a threat to Spanish society for breaking the law: “*García, ..., ha denunciado que algunos inmigrantes rompen a patadas las puertas de viviendas desocupadas para instalarse en ellas y ha anunciado que pedirá en la Junta Local de Seguridad Ciudadana que se adopten medidas para atajar este problema*” (El Mundo, July 25, 1994). [García has reported that some immigrants broke into unoccupied homes by kicking down the closed doors. The goal was to inhabit these unoccupied homes. He has announced that he will ask the local neighborhood watch or Local Agency for Citizen Protection for the adoption of the necessary measures to stop this problem (My translation)].

To report findings for the year 2004, as mentioned above, I created table 2 presented below.

**Table 2 - Discursive Racial Representation
of TW- Spain, 2004**

Negative- other (TW Immigrants)	El Pais 2004			El Mundo 2004			Total Year 2004	% Totals Year
	Immigrantes	sin papeles	irregulares	Immigrantes	Sin papeles	Irregulares		
Criminals	0	0	0	10	0	0	10	0,90%
Religion	31	0	0	2	0	0	33	2,96%
Physical/identity Threat	272	32	31	106	11	7	459	41,20%
Neo-racism							502	45,06%
Biological Race discrimination	93	2	4	33	17	8	157	14,09%
Total race							659	59,16%
Positive-other (TW immigrants)	29	1	0	3	0	0	33	2,96%
Other categories for TW immigrants as negative-other							422	37,88
Total TW Immigrants	785	55	46	182	30	16	1114(*)	100%
Total no meaning TW immigrants (Refers to immigrants from Global North)	90	0	0	8	1	0	99	
(*1)	1341	93	80	286	49	25	1874	
(*2)	1319	90	76	283	40	19	1827	
(*3)							1775	

Source: Enumeration by Concordance content analysis computer program, with context analysis compiled by author from *El Pais*, *El Mundo* internet edition in the year 2004 (March, 2008).

(*1) = It designates the total number of enumeration of a word (after using context analysis).

(*2) = It is the word frequency as counted by the computer (content analysis)

(*3) = Of the total interpretation 1874, 99 no meaning and 661 total Spaniards and 1114 Third World immigrants.

To create this table, I interpreted all those 1114 (N) instances, in the Spanish newspapers of *El Mundo* and *El País* for the year 2004, in which I designate that the language-use refers to Third World immigrants exclusively for the given year and sources. After interpreting all 1114 appearances, I found out that in 97.04% of the times, these immigrants are represented in the media in a negative manner, while they are constructed positively only 2.96% of the times. This means that the majority of the

times, “negative” narratives are used to refer to immigrants from the Global South. While in only a very small percentage the language used when referring to Third World immigrants raise positive issues about these immigrants. In comparing findings for the years 1994 and 2004, I found out that the production of discourses containing negative rhetoric and/or alluding to narratives of exclusion about immigrants from the Global South are similar for both years. In both years, negative representations of the immigrant group under investigation are very high. This is true even before immigrants from Third World countries became the majority of immigrants in Spain.

In regard to the category of race, after interpreting all those 1114 (N) instances alluding exclusively to immigrants from the Global South, I found out that 14.09% of the times, these discourses discursively discriminate these immigrants due to their physical traits, skin color, and nationality or place of origin, or what I refer to the category of biological-race discrimination. For the category of neo-racism, I found out after interpretation of all those 1114 (N) instances that immigrants from the Global South were represented as forms of threats in 45.06% of the occasions. From this percentage, I interpreted that in 41.20% of the times Third World immigrants are represented in the selected media as posing a physical/identity threat to the Spanish identity and/or society; 0.90% of the times, they are represented as criminals, and 2.96% as a threat for religious reasons.

This data shows that in 2004, as compared with 1994, the proportion in which Third World immigrants are represented as a physical threat to Spain or being Spanish (41.20%) is much higher than in 1994 (15.91%). Progressively more, the Spanish newspapers are publishing news about the increased number of immigrants coming from the South into Spain. In 2004, *El País* repeatedly publishes quotes similar to this one “*de cero a 6.073 subsaharianos en seis años*” [from 0 to 6,073 Sub-Saharan Africans in six years]. This quote, if analyzed in context, shows that there is a fear about the fast increase of immigrants coming from Sub-Saharan Africa in the past years. By reporting the increase of immigrants from the less developed countries in this fashion, the newspaper is making sure that the readers know that there has been an important increase of a certain group of immigrants.

Increasingly, as compared to 1994, immigrants from the South are represented in the investigated media as invaders and/or as illegal and dangerous individuals who are not desired in Spain. As such, they are represented as a “threat” — as defined by theories of neo-racism—. This threat also manifests in the increase of news published related to the need for increasing security policies to prevent immigrants from the Global South from entering Spain. For example, *El País* repeatedly publishes articles including quotes similar to the following and which illustrates the previous claim: “*La policía ha reforzado los controles fronterizos en el paso de La Jonquera (Girona), donde diariamente son detenidos y devueltos a sus países de origen unos 150 inmigrantes irregulares*” (*El País*, August 31, 2004). [The police have reinforced border control in La Jonquera (Girona, Spain), where around 150 illegal immigrants are daily arrested and returned to their countries of origin (My translation)].

The quantitative comparison of the results produced concerning biological race-discrimination between the years 1994 and 2004 shows that overall there has not been a significant change for this category. The increase of instances in which Third World immigrants are discursively represented, and thus discursively discriminated against, because of their skin color, place of origin, and/or physical traits for the year 2004 is only 0.26% points higher, as compared with 1994, varying from 13.83% in 1994 to 14.09% in 2004. However, concerning neo-racism, the increase is slightly higher, varying from 34.09% in 1994 to 45.06% in 2004. These numbers translate into an 11 percent points increase for the category of neo-racism or a percentage change of 33%. This means that in 2004, as compared with 1994, there was a change in the type of discourses produced about Third World immigrants.

Racialized discourses have changed significantly *after* immigrants from the Global South became evident in Spain. Of particular interest is noticing that discourses of difference have moved from being centered on issues related to physical traits, skin color and place of origin, and over all to what I designate as biological in nature, toward being centered on issues related to posing physical, cultural, and economic threats to the Spanish society, or what I call neo-racialized discourses. More specifically, the discursive representation of Third World immigrants as a form of neo-racialized “other” threat particularly shows in the increase of the

category labeled as “physical threat.” This category has increased from 15.91% points in 1994 to 41.20% points in 2004. This means that racialized discourses of difference in which “the other” are represented as a threat to the unity and identity of Spain have increased by 25.29% points. From here, I infer that the increase in numbers of immigrants from the Global South in the Spanish society has had the effect of changing the type of discursive representations constructed about “the other,” and has increasingly moved toward representing this other as a danger or threat to the Spanish society.

6. CONCLUSIONS AND DISCUSSION

This article ought to examine whether and how the representation of Third World immigrants, in relation to “us” or Spaniards, is contributing to the re-construction of a Spanish national identity. In investigating representations of “belongingness” and “otherness,” the main finding is that the discourses produced in the Spanish media are constructed as binary oppositions, representing Spaniards, regardless of the region in which they live, as a homogenous “us,” and immigrants from the Global South as a negative “other.” Moreover, above representations of otherness are expressed in the form of race so as to ask whether they continue to shape the imagining of nationhood, national identity, and nation-building in Spain. This article highlights the important finding that the concept of neo-race has become a useful theoretical device to analyze the use of language in constructing racialized discourses about otherness, for it shows that the arrival of immigrants from the Global South has increased their discursive representations as a threat (as defined by theories of neo-racism).

In addition, my findings show that the origins of the production of discourses alluding to exclusion, otherness and negative rhetoric about Third World immigrants is not contingent on the massive increase in number of these immigrants in the Spanish society. Discursive representations about Third World immigrants— as racialized and/or excluded groups in the form of “otherness”— were already produced by 1994. Even though, not until the end of the 1990s did immigrants coming from Third World countries become, for the first time, the majority of immigrants in

Spain. Therefore, from these findings, I additionally conclude that the motor of production of discourses of exclusion are not so much related to the quantity of Third World immigrants living in the Spanish society but rather to the fact that these immigrants simply arrive, live, are visible and noticeable. Particularly interesting is to highlight the finding that the quantitative increase of immigrants from the Global South to Spain has had the effect of raising the production of discourses of difference alluding to forms of “threats.” This finding, therefore, suggests that immigration from the Global South not only triggers the production of negative representations in the host society but nationalistic discourses in the form of threats as well.

Because of this main finding, I find problematic accepting Anderson’s proposition that nations, nationalisms and national identities are imagined based on the construction of a ‘horizontal comradeship.’ According to Anderson, a nation “is imagined as *community* because, regardless of the actual inequality and exploitation, the nation is always conceived as a deep horizontal comradeship” (Anderson 1991:7); however, my findings reveal that practices of exclusion become essential in the re-imagining of a Spanish national identity and community. In forging a national identity, it becomes essential defining those who does not belong, and more importantly who constitutes a threat to the Spanish nation and its national identity.

NOTE

¹ The version used for this study is called Concordance 3.2. A sample of this software can be found at <http://www.concordancesoftware.co.uk/>.

Os brasileiros de Chico Buarque

Neste artigo, apresentamos a percepção do compositor brasileiro Chico Buarque sobre seus compatriotas. Examinamos letras que desenham amplo mosaico social no qual denúncias de situações inadmissíveis se misturam à esperança num futuro promissor. O brasileiro é visto como um trabalhador sem arrimo, submetido a grandes sofrimentos, e também como um transgressor, amante da liberdade, esperto, festeiro, emotivo e, quase sempre, esperançoso.

Palavras-chave: nacionalidade; nacionalismo; cultura brasileira; música brasileira; Chico Buarque.



The Chico Buarque's Brazilians

In this article we present the perception of the Brazilian composer Chico Buarque on his compatriots. We analyze his lyrics that describe a wide social mosaic in which the complaints of unacceptable situations are mixed with the trust for a promising future. The Brazilian is characterized as a worker without backing, submitted to great sufferings, but also as a freedom lover, smart, partying, joker, emotive, and almost always full of hope.

Key words: nationality; nationalism; Brazilian's culture; Brazilian's music; Chico Buarque.

Manuel Domingos Neto:
Professor do Programa
de Pós-Graduação em
Estudos Estratégicos da
Universidade Federal
Fluminense.

Fabiane Batista Pinto:
Doutoranda em sociologia pela Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do Observatório das Nacionalidades.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, a partir das letras de canções assinadas por Francisco Buarque de Holanda, refletimos sobre o papel do artista no processo formador da nação brasileira. Por nação, entendemos a comunidade estruturada para integrar o sistema global competitivo do capitalismo industrial. Trata-se da entidade que passa a legitimar tanto o Estado quanto a ordem designada como “internacional” e cuja construção, desde o século XIX, é inerente ao que Norbert Elias chamou de “processo civilizador”.

A nação é uma sociedade que se autorreconhece e é impulsionada permanentemente pela promessa de direitos, respeito e perspectiva promissora a todos. Esta sociedade se afirma na redução de seus desencontros domésticos mais explosivos como a servidão, a escravidão, os privilégios do berço e as profundas desigualdades sociais e espaciais. Embora os embates sangrentos - internos ou externos - se destaquem na emergência deste tipo de sociedade, a coesão de seus integrantes é sempre mantida pela expectativa de mudanças benéficas para seus integrantes. Mais que um título de cidadania ou que a submissão ao Estado, a integração à comunidade nacional caracteriza uma condição afetiva e cultural. Enquanto o termo “população” designa habitantes de determinado território, um “povo” adjetivado por uma filiação nacional revela um compromisso sentimental inequívoco e superior a qualquer outro tipo de solidariedade (corporativa, religiosa, de classe etc). Como se sabe, na era moderna, a nação é a única entidade que se julga no direito de pedir a vida de seus “filhos”. Os que exercem ou querem exercer o domínio político se envolvem na construção da nacionalidade, mas os “de baixo” também se engajam no processo buscando reconhecimento e benefícios.

Nosso ponto de partida é a ideia de que o artista detém capacidade especial para captar sentimentos e anseios coletivos e que sua obra interfere na autoimaginação da sociedade. O artista não se aparta da existência social, lembra Elias (1995), por maiores que sejam suas pretensões de autonomia. À revelia das suas convicções íntimas e intencionalidades, sua obra revela propensões coletivas na medida em que reage às expectativas de seus admiradores. A consagração do artista impõe-lhe - tal como no caso dos “heróis” do esporte, da ciência e da guerra - condicionamentos. O artista expõe de maneira privilegiada

conflitos, dilemas e esperanças; relê o passado e sugere perspectivas às suas comunidades; refletindo ou não valores e convicções de segmentos sociais hegemônicos, disseminando eventualmente novidades providas “de fora” alimenta o que se tornou conhecido como “consciência nacional”. As predileções temáticas, recursos estéticos e opções estilísticas de músicos, romancistas, poetas, pintores, teatrólogos, cineastas e arquitetos consagrados pelas emoções coletivas que traduzem ou despertam, permitem a autorreferência comunitária, emitem sinalizações de processos políticos e culturais e contribuem para configurar a vasta e complexa rede de tensões e afetos que conforma o “sentimento nacional” ou o “amor à pátria”.

Dentre os artistas, o músico, sobretudo, exerce um papel decisivo neste processo social posto que emociona vastos contingentes de indivíduos a despeito de suas condições sociais e preparo intelectual. No século XX, quando o rádio permitiu uma “representação auditiva” da pátria em lugares onde a “página impressa” referida por Anderson (2009) não lograria penetrar facilmente, a canção popular se torna peça-chave na autoidentificação da comunidade nacional (OLIVEIRA; MARTINS, 2006).

A melodia pode comover mais que o verso e que sonoridades podem anuviar a beleza e a força de uma letra. Quando um letrista escreve “por encomenda” da música, sua obra é bastante diferente daquela do poeta que não imagina seu verso envolvido em melodia, harmonia e ritmo. Chico, inclusive, sublinha seu estranhamento diante de análises das suas letras dissociadas da música.¹ Embora não dispondo de conhecimento especializado para captar a inteireza do conjunto letra-música, ousamos eventualmente observações intuitivas e pontuais sobre a música casada com a obra do letrista.

Selecionamos canções que, mesmo tematizando situações ou personagens determinadas, sugerem caracterizações do “povo brasileiro”. Como cada um recebe a obra de arte segundo registros próprios e conforme a capacidade individual de estabelecer relações, a seleção do repertório analisado baseou-se em nossa própria sensibilidade e em elementos obtidos notadamente nas obras de Adélia Bezerra de Menezes (1982), Fernando Barros e Silva (2004) e Wagner Homem (2009).

Chico buscou permanentemente a renovação estilística, às vezes, até mesmo de forma intemorata. Mas, tendo em conta que a relação do indi-

víduo com a nacionalidade se estabelece, sobretudo, nos primeiros anos de vida, neste trabalho, buscamos captar sua percepção do brasileiro mais atentos às permanências que as experimentações do compositor.

2 A GENTE BRASILEIRA

Nascido no Rio de Janeiro, em 1944, Chico é o quarto dos sete filhos de Sérgio Buarque de Holanda com Maria Amélia Cesário Alvim. Ainda criança, o futuro compositor morou em São Paulo e passou dois anos na Itália, onde o pai fora convidado a dar aulas. Como quem anda por outras terras tende a observar com mais acuidade o seu torrão, esta experiência parece ter aguçado precocemente sua percepção sobre seus conterrâneos. O mesmo se pode dizer do ambiente familiar no qual foi criado: o pai de Chico viveu mergulhado na reflexão sobre a “índole nacional” e cercado por intelectuais e músicos envolvidos na “interpretação do Brasil”. Ainda adolescente, Chico travou contato com modernistas, entre eles João Cabral de Melo Neto, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Futuras composições como “A flor da idade” e “Até o fim” trariam fortes marcas da poesia de Drummond de Andrade. Confessadamente, Chico encantou-se com Guimarães Rosa: “Durante muito tempo, queria escrever à la Guimarães Rosa. Participei de diversos concursos na época, textos cheios de neologismos”.²

No convívio familiar era frequente a presença de poetas, arquitetos e escritores. O garoto cresceu ouvindo Noel Rosa, Ataulfo Alves, Pixinguinha e Caymmi; cedo apreciou Orestes Barbosa e Ary Barroso e, na adolescência, ouvia as canções que Vinicius de Moraes mostrava a seu pai. Aos 18 anos, Chico ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, influenciado por outro amigo do pai, Oscar Niemeyer. Apesar de demonstrar inclinações para a arquitetura desde a infância, quando rabisava cidades imaginárias e sonhava morar numa casa desenhada por Oscar, foi o impacto da inauguração de Brasília e o espírito de renovação da época que induziram o adolescente à escolha da faculdade. O curso seria abandonado no terceiro ano por conta do envolvimento com a música e da falta de aptidão para as disciplinas técnicas. Não obstante, a passagem pela faculdade permitiu-lhe conhecer o ambiente estudantil e

frequentar os pontos em que a juventude paulistana ouvia a estrepente bossa-nova, que teria influência decisiva sobre o compositor. Num clima de efervescência política e de experimentações alimentado pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, Chico mostrou suas primeiras canções e trocou experiências com outros músicos iniciantes.

A caracterização do brasileiro sempre preocupou a elite intelectual, em particular na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. A busca do traço dito “nacional” decorria da vontade de ver a ex-colônia inserida no “mundo civilizado”, composto por Estados legitimados segundo o princípio das nacionalidades. Para muitos, a herança escravista representava o principal obstáculo à formação de cidadãos integrados pelo sentimento nacional e um recurso utilizado por políticos e intelectuais na construção deste sentimento seria a valorização dos mestiçados. Os termos “moreno” e “mulato” findaram alçados à condição de marca do brasileiro.

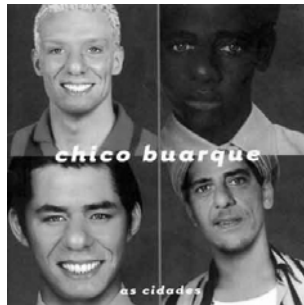
Entre os responsáveis pela formulação desta ideia estiveram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A publicação de “Casa-grande e senzala” (1933) e de “Raízes do Brasil” (1936) representou uma ruptura no pensamento social, que passou a valorizar estudos sobre a “cultura brasileira”. A “mestiçagem” seria enaltecida por sincretismos revelados na dança, na música, no artesanato e na culinária. Intelectuais de gerações posteriores adensariam e ampliariam esse discurso. Para Darcy Ribeiro, por exemplo, que mantinha relações amigáveis com Chico, os cruzamentos interétnicos trouxeram mais “doçura aos costumes” e produziram um povo alegre, criativo, sensual e promissor; frente a elites “infecundas”, o mestiço representaria a promessa de futuro.

Evidência clara da importância atribuída por Chico à “mestiçagem” são os ensaios fotográficos produzidos para a capa de dois álbuns compostos em sua maturidade: “Paratodos” (1993) e “As cidades” (1998). No primeiro, envolvendo as fotografias do adolescente Chico Buarque – preso como “meliante” aos 17 anos de idade por roubar um carro para se divertir com um amigo – estão múltiplas fisionomias do brasileiro. Rostos anônimos de pessoas simples, com semblantes sofridos, alegres, sérios, descontraídos, são apresentados no encarte do disco.



Capa do disco “Paratodos” de 1993
Fotos de Adriana Pittigliani e capa de Gringo Cardia

No capa do disco “As cidades”, lançado cinco anos depois, a mistura das feições do próprio artista com as do negro, branco e índio é uma chamativa reafirmação do “mito das três raças” e da herança de um povo cujo traço marcante seria a plasticidade. Mas Chico também incorpora ao brasileiro os imigrantes orientais e árabes, lembrados por seu pai como povos importantes na configuração do nacional.



Capa do disco “As cidades”, 1998
Fotos de Murillo Meirelles e Greg Vanderlans e capa de Gringo Cardia

A iniciação de Chico como compositor deu-se em dezembro de 1964, quando fez, sob encomenda, “Tem mais samba”, para substituir às pressas uma canção recusada pela direção do espetáculo “Balanço de Orfeu”, em São Paulo. Esta canção mesclava influências de Tom Jobim e ele-

mentos da poesia de Vinicius com o estilo Noel Rosa. O jovem estudante revelava seu encantamento pelo samba e reverenciava o trabalhador: “Tem mais samba no chão do que na lua / Tem mais samba no homem que trabalha / Tem mais samba no som que vem da rua”.

Aos 22 anos, definindo-se como compositor e sambista, o artista passou a tomar a atividade musical como ofício. É forte a presença do samba em seus primeiros discos, numa época em que o rock eletrônico e a “jovem guarda” atraíam fortemente a atenção. Chico admirou os Beatles, mas estava suficientemente impregnado de bossa-nova para deixar-se influenciar.

Em sua consagração, ocorrida em 1966, com a apresentação de “A banda”, Chico utiliza a expressão carinhosa “minha gente”, que se tornaria recorrente em suas canções. Sugerindo intimidade com seus conterrâneos, o letrista evitará designar a comunidade nacional pelo nome, como fizeram Noel Rosa e Ary Barroso; os termos “Brasil” e “brasileiro” serão quase sempre substituídos por metáforas de fácil alcance. Ao longo da carreira, o compositor se revelará mais que um cronista da vida social, como já foi diversas vezes apontado: mostrar-se-á perscrutador sensível e culto do processo nacional, observador da formação de “sua gente” plenamente envolvido com as “coisas do passado e do presente”, que, conforme Renan (1992), constituem o “princípio espiritual” que enseja as nações.

Cerca de quarenta anos após sua estreia como compositor, Chico Buarque resumiria em “Paratodos” sua irrestrita adesão à nacionalidade exibindo sua ascendência paulista, pernambucana, mineira e baiana ao tempo em que se refere a “tortuosas trilhas” onde percebeu, com vista enevoadas, “inferno e maravilha”. Habilidade em muitos gêneros musicais, o compositor se apresenta como “artista brasileiro” no compasso e no ritmo do mundo dos vaqueiros nordestinos devidamente revestidos pela sofisticação harmônica de Tom Jobim; em sextilhas, métrica apreciada por cantadores de feira, associa o sertão à nacionalidade, recuperando lições dos modernistas. Enquanto os pré-modernos consideravam o longo e longínquo sertão pecuarista como espaço isolado, estranho, exótico – Euclides da Cunha chegou inclusive a ver o sertanejo como refratário à civilização – Mário de Andrade (1962, p.19), foi ao interior captar elementos que acreditava ser auten-

ticamente brasileiros e classificou de “reverendíssima besta” o artista que buscasse modelos estrangeiros.

Chico Buarque voltaria a cruzar o sertão com a nacionalidade em “Assentamento” (1997), um baião cantado de forma dramática, quase como uma ladainha arrastada, que enfatiza a unidade nacional em risco por causa das desigualdades. Nos versos, calcados em Guimarães Rosa, os rurais são figuras errantes, picados pelo barbeiro, zanzando “daqui pra acolá”, vivendo em periferias urbanas, buscando comida em fim de feira, cansados da cidade e da guerra permanente, sonhando com o retorno para morrer em casa, em seu chão generoso.

Quando eu morrer
 Cansado de guerra
 Morro de bem
 Com a minha terra:
 Cana, caqui
 Inhame, abóbora
 Onde só vento se semeava outrora
 Amplidão, nação, sertão sem fim
 Ó Manuel, Miguilim
 Vamos embora

A desagregação social surge também de forma contundente em letras voltadas para os dramas urbanos, como em “Estação derradeira” (1987): “Rio de ladeiras / Civilização encruzilhada / Cada ribanceira é uma nação / À sua maneira / Com ladrão / Lavadeiras, honra, tradição / Fronteiras, munção pesada”. Mas o acervo melódico do sertão nordestino, espaço supostamente preservador de coisas do passado, oferecerá sempre recursos ao letrista em suas referências às fraturas na comunhão nacional.

3 TRABALHO E SOFRIMENTO

O brasileiro de Chico Buarque é “miscigenado”, provém de muitos lugares, nem sempre encontra canto e labuta pesado para sobreviver. A relação trabalho-sofrimento é insinuada desde a estreia e a consagração inicial. “Tem mais samba” foi um consolo desconsolado e um elogio triste ao homem que trabalha; “A banda” (1966), um convite nostálgico à confraternização de brasileiros sofridos.

Vencedora do II Festival de Música Popular Brasileira – junto com “Disparada” de Geraldo Vandré e Theo Barros, esta, aliás, um convite escancarado à insubordinação formatado na estética dos vaqueiros nordestinos – a marchinha “A banda” atingiu amplas camadas sociais com a interpretação de Nara Leão. Num país tensionado por uma ditadura militar e por intensivas mudanças estruturais, o compasso alegre contraditava a letra triste para remeter o ouvinte a um passado imaginadamente remoto e melhor, pretensamente impregnado de afetividade. Na voz doce, sugestiva e semitonada de Nara e do próprio Chico, os versos falavam da “gente sofrida” que estava “à toa na vida” e que foi surpreendida por uma banda “cantando coisas do amor”. Descortina-se então um instante mágico, ninguém resiste ao som festivo: homens preocupados em ganhar dinheiro, contadores de vantagem, namoradas com cabeças nas estrelas, meninos agitados, velhos fragilizados, todos esquecem suas preocupações e tristezas indo à rua numa animada celebração coletiva. A generosa natureza tropical contribui para a festa: a lua cheia que vivia encoberta aparece para enfeitar a cidade. Cantando “coisas de amor”, a banda uniu instantânea e alegremente diversificados tipos sociais. Mas tudo é passageiro, enganador, fugaz como um sonho noturno. A alegria chega no rastro da banda e com ela vai embora. A “gente sofrida” volta a seu lugar e as suas dores.

Na época, Andrade (1966) buscou sintetizar as sensações provocadas pela canção:

A felicidade geral com que foi recebida essa banda tão simples, tão brasileira e tão antiga na sua tradição lírica, que um rapaz de pouco mais de vinte anos botou na rua, alvoroçando novos e velhos, dá bem a idéia de como andávamos precisando de amor. Pois a banda não vem entoando marchas militares, dobrados de guerra. Não convida a matar o inimigo [...] Meu partido está tomado. Não da ARENA nem do MDB, sou desse partido congregacional e superior às classificações de emergência que encontra na banda o remédio, a angra, o roteiro, a solução [...]. E se o que era doce acabou, depois que a banda passou, que venha outra banda, Chico, e que nunca uma banda como essa deixe de musicalizar a alma da gente. ³

Postando-se como homem vivido, Drummond de Andrade (1966) decreta: “tão simples, tão brasileira, tão antiga” e se refere a uma comunidade passível de coesão. O “partido congregacional” seria o Brasil unido.

Drummond de Andrade (1966) sublinha que a música não chama para o confronto e sobrepõe-se a divergências menores. A simplicidade e a antiguidade da marchinha são tão discutíveis como a suposta união. Chico exporá permanentemente a fragmentação do coletivo nacional; não esconderá desigualdades destroçantes. Se as nações são sociedades harmônicas, com direitos e dignidade prometidos para todos, o letrista relatará em cores fortes as agruras da maioria sem esperança e a insensibilidade da parcela melhor aquinhoadas.

Em seu primeiro disco, um “compacto” lançado em 1965, Chico apresentou uma das suas mais intrigantes canções, “Pedro pedreiro”, iniciando uma alongada abordagem sobre a reprodução da pobreza na qual a precária condição social do trabalhador errático decretaria o destino da sua descendência. Apesar de trabalhar muito, o brasileiro pobre não tem motivos para acreditar que a vida possa melhorar: Pedro espera um filho para esperar também; espera a sorte, espera a morte, espera o dia de voltar ao Norte. Talvez Pedro espere uma coisa “mais linda que o mundo”, mas para que sonhar? O trem não demora para levá-lo ao batente, seu destino está selado desde tempos antigos. O sofrimento reservado à descendência do pobre aparece também na versão de “Gesù bambino”, composição de Dalla e Palotino que seria intitulada “Minha história” (1970). O filho da prostituta terá ladrões e amantes como parceiros de destino; a mãe, sem lembrança de acalantos, ninava cantando músicas de cabaré e, não por ironia, chamaria o rebento pelo nome daquele que sofreu por todos.

Chico realçaria a antiguidade do sofrimento. Em “Olé ola” (1965), diz que “a dor é tão velha que pode morrer” e, em “Ano novo” (1967), lembra que “há muito tempo / que essa minha gente / vai vivendo a muque / é o mesmo batente / é o mesmo batuque...”. Mas é em “Vai passar” (1984), uma composição com jeito de samba-enredo muito elaborado (levou um ano para ficar pronta), que a antiguidade do sofrimento se revela em grande estilo. Na canção, fruto de parceria com Francis Hime, os paralelepípedos da velha cidade se arrepiariam lembrando a página infeliz da história em que os filhos da adormecida e distraída pátria-mãe sangravam os pés carregando pedras feito penitentes.

Memórias nacionais são feitas de esquecimentos premeditados, assim como Renan (1992) já no final do século XIX. Sendo a memória coletiva

resultado de uma complexa seleção de lembranças (HALBWACHS, 1990), a forma de registrar o passado torna-se decisiva na construção do imaginário nacional. Em “Vai passar” Chico pretende que a escravidão não fique desbotada na memória das novas gerações. Comentando esta canção, feita já no fim do período de repressão policial, Adélia Bezerra de Menezes (1982) assinalou a convergência estabelecida pelo autor com o pensamento do seu pai, um dos primeiros intelectuais brasileiros a reconhecer no povo iniciativa e criatividade política e a admitir pessoas simples como protagonistas da história.

Em “Construção” (1970), obra que Chico considera um marco da sua maturidade como compositor, o fio melódico repetitivo, o uso intensivo do condicional (“como se fosse”) e o jogo com as proparoxítonas salientam a condição do trabalhador condenado, sem escapatória, a uma rotina árdua, mesquinha e aniquiladora.

Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música [...]
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego [...]
Morreu na contramão atrapalhando o público.

O brasileiro com emprego regular, notadamente o operário de fábrica, que “conhece a prensa, a brasa da fornalha, o guincho do esmeril / gente que carrega a tralha” (“Linha de montagem”, 1980), ocupa lugar relativamente secundário nas letras de Chico Buarque. O mesmo se pode dizer do homem que vive no interior, apesar do impacto causado por “Funeral de um lavrador” (1965), um agressivo poema de João Cabral de Melo Neto musicado por Chico e cantado de forma arrastada e grave, como requer o cortejo fúnebre. Apesar de o interiorano aparecer em momentos marcantes, como o da ladainha produzida com Edu Lobo (“A permuta de santos”), onde os “fiéis sem terra, sem trabalho e pão”, buscando amparo, procuram despertar a atenção divina, os laboriosos e tenazes que marcam maior presença na obra do compositor estão nas grandes cidades, vivem da economia informal, do trabalho irregular, do contrato precário; são retirantes, lavadeiras, pedreiros, biscateiros, guardas-

noturnos, babás, atrizes, prostitutas, dançarinas, garçons, feirantes, malandros, ambulantes, pessoas consumidas na faina pesada, mal remunerada e incerta.

Estes brasileiros são errantes sem pouso seguro, ou mesmo sem vaga, na pátria amada. “A violeira” (1983) é provavelmente a canção que expressa mais nitidamente o drama do sem-lugar. Os versos foram escritos para um xote envolvente e malicioso (como precisam ser os xotes) composto por Tom Jobim, sempre atento ao som do “grotão”. A música, sem a letra, poderia ser tocada por um sanfoneiro de Campina Grande, na Paraíba, que ninguém desconfiaria ter sido composta por um requintado carioca. Chico relata a saga de uma jovem mulher saída de algum lugar como a Chapada do Araripe – entre o Ceará e o Rio Grande do Norte – para percorrer o país inteiro namorando homens que lhe agasalham temporariamente, sem maiores comprometimentos, até chegar ao Rio de Janeiro com uma penca de filhos. A nordestina, caprichosa e decidida, fica deslumbrada diante da paisagem de cinema da Zona Sul carioca, mas, escoraçada pela “autoridade”, toma o caminho de volta para a terra natal morrendo de vergonha.

A dureza da vida é tanta que pode levar à perda do senso, como ocorreu com a mulher que continuou sambando depois do carnaval, quando todos já estavam “sofrendo normalmente” (“Ela desatinou”, 1968) ou a que (quarenta anos depois!) andava sem roupa pela rua dando vivas à folia e imaginando que as buzinas dos carros eram sons de orquestras (“Dura na queda”, 2006). Em “Estação derradeira” (1987), trocadilho com o nome da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, aparecem “cidadãos inteiramente loucos / com carradas de razão”. O carnaval, momento agendado para o extravasamento de pulsões reprimidas, surge em “Vai passar” (1984) como um grito alegre e libertário de condenados à insanidade:

Meu Deus, vem olhar, vem ver de perto uma cidade a cantar
 A evolução da liberdade até o dia clarear
 Ai que vida boa, ô lerê, ai que vida boa, ô lará
 O estandarte do sanatório geral vai passar
 Ai que vida boa, ô lerê [...]

Nos processos formadores da nacionalidade, o sofrimento glorifica e une, desde que acompanhado de esperança. O que ocorre quando não

há bons auspícios? A desesperança de tantos leva à insegurança de todos. E a desesperança será mais evidenciada tratando-se de crianças de rua nas grandes cidades. Para estas, Chico guardaria suas metáforas espetacularmente agressivas. As referências ao mundo infantil são mais persistentes a partir do final dos anos 1970, coincidindo com a adolescência das filhas do compositor. “Uma menina” (1977), “Pivete” (1978), “O meu guri” (1981), “Brejo da Cruz” (1984) e “Ode aos ratos” (2006) são canções que Chico gostaria de “não cantar”: tratam de pequenos sem *playgrounds*, sem chances de ser criança, sem possibilidade de escolher o destino, sem vida para escolher, sujeitas a balas, como os sitiados na Faixa de Gaza.

“Uma menina” revela a dor pela morte de uma garota durante a invasão do morro do Tuiuti pela polícia carioca. Em “Pivete”, um samba animado com surdos e tamborins, as expressões correntes entre a garotada sem casa dão conta da luta pela sobrevivência na esquina, onde não há distinção entre o ato de vender chiclete, pedir dinheiro, esmola, limpar o para-brisa de um carro e assaltar com um canivete. Não ocorre, entre essa meninada, a culpa dos “civilizados”; tudo se confunde com diversão e liberdade: praticar *surf*, subir o morro em busca de droga, namorar, roubar carro, dirigir alucinadamente na contramão são variações instantâneas e triviais do cotidiano.

No sinal fechado
Ele vende chiclete
Capricha na flanela
Pinta na janela
E se chama Pelé [...]
Batalha algum trocado
Aponta canivete [...]
Meio se maloca
Agita numa boca [...]

São crianças negras, de perna torta, nascidas com cara de fome, que não teriam a sorte de Pelé. A tragédia, se relatada pela própria mãe e transformada em música, não pode dar outra coisa senão uma “absurda melodia”. Em “O meu guri”, a dureza da foto do filho morto no jornal se junta à suprema singeleza do amor materno. A mãe, sem carteira de identidade, acha que o filho defunto está lindo na página policial e carinhosamente lhe atribui grandes qualidades. O menino seria um lutador

sagaz, laborioso, sempre em busca de realização:

Fui assim levando, ele a me levar
 E na sua meninice ele um dia me disse
 Que chegava lá [...]
 Chega suado e veloz do batente
 E traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar
 Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar, olha aí
 Olha aí, aí o meu guri, olha aí

Em 1984, quando os efeitos sociais da modernização econômica promovida pela ditadura estavam sobremaneira escancarados, o compositor trata o Brasil como o “Brejo da Cruz”, um lugar onde meninos não têm o que comer, vivem drogados, eletrizados, cruzando os céus sem rumo. Esta música antecedeu em cerca de dez anos o episódio conhecido como “Chacina da Candelária”, no qual oito crianças que dormiam na calçada da famosa igreja carioca, sem chance de defesa, foram executados pela polícia.

No documentário “O país da delicadeza perdida” produzido para a TV Francesa em 1990, sob a direção de Walter Salles Jr. e Nelson Motta (lançado no Brasil em 2003), Chico comenta que um país que promete ser uma grande potência, mas que não educa e protege suas crianças, corre sério risco de se tornar uma “nação perigosa”.

Nações, comunidades de iguais, agregam estreitamente seus membros para enfrentar agressões reais ou inventadas de estrangeiros perversos. A mágica da unidade nacional é a promessa de proteção para todos, observaria Anderson (2009). Todavia, o perigo apontado por Chico vem de dentro. Os menores nascem no Brasil, mas não integram “nossa gente”; são estranhos disfarçados, sem passado, sem futuro, sem lembrança da existência de um Brejo da Cruz. “Nossa gente” nem pergunta “de onde essa gente vem”.

No álbum “Pelas tabelas” (1984), no qual gravou “Brejo da Cruz”, Chico apresenta “As cartas”, onde diz, “ilusão, ilusão, vejo as coisas como elas são”. A realidade é de tal forma inadmissível que não dá para distinguir o verdadeiro da imaginação desandada.

Quase vinte anos depois de “Brejo da Cruz”, o letrista, em parceria com Edu Lobo, apresenta “Ode aos ratos”, algo dificilmente superável como registro das condições em que vivem os “sobreviventes à chacina e à lei do cão”. Chico registra o pavor e a repugnância causados pelas crianças de rua em “frenética proliferação”; sublinha o que parece inacreditável: tais figuras são humanas, “filho de Deus, meu irmão”.

Rato de rua
Irrequieta criatura
Tribô em frenética
Proliferação
Lúbrico, libidinoso
Transeunte
Boca de estômago
Atrás do seu quinhão
[...]
Saqueador
Da metrópole
Tenaz roedor
De toda esperança
Estuporador da ilusão
Ó meu semelhante
Filho de Deus, meu irmão [...]

A música é algo que se aproxima do baião. O sofisticado arranjo orquestral tem início com acordes de violeiros de feira do sertão, logo misturados a uma percussão profusa e a insistentes sonoridades sinistras, destas empregadas em filmes de terror, que levam o espectador a se contrair. Pela metade da música, aparece uma surpreendente “embo-lada” cujo jogo de palavras puxa a lembrança de Cego Aderaldo e Jackson do Pandeiro. Os versos acentuam o repulsivo “r” do rato roedor da roupa, do riso, do carro, da rua. A canção não parece endereçada a governantes, mas ao contingente que cursou a faculdade, vai de automóvel para o trabalho, mora pros lados do Leblon, almoça regularmente e tem plano de saúde.

4 ALEGRIA, TRANSGRESSÃO E ESPERANÇA

Todavia, o sofrimento do brasileiro não elimina a alegria e o pendor para aproveitar as coisas boas da vida. Nas letras de Chico, o sofrimento é antigo, socialmente fabricado, imposto, enquanto o prazer da existên-

cia se mostra um compromisso individual, íntimo, irrecorrível, impositivo e irreprimível. O gosto pelo prazer é como se fosse uma marca de origem. Foi com o pai que Chico soube do imaginário europeu durante a colonização? A ideia de que não existiria pecado “do lado de baixo do equador” é aproveitada numa pareceria com Ruy Guerra, em 1972:

Vamos fazer um pecado safado debaixo do meu cobertor
 Me deixa ser teu escracho, capacho, teu cacho
 Um riacho de amor
 Quando é lição de esculacho, olha aí, sai de baixo
 Que eu sou professor

Em “Partido alto” (1970), a descrição das condições de vida da população pobre é pontuada por traços comportamentais realçados pelos modernistas na primeira metade do século. Integrando a índole brasileira estariam a predisposição à preguiça e à melancolia aludida por Mário de Andrade (“Deus me deu muita saudade e muita preguiça”), a lhaneza no trato e a sensualidade (“Deus me deu mãos de veludo pra fazer carícia”), a esperteza e a malandragem como estratégias de sobrevivência (“Deus me deu pernas compridas e muita malícia / pra correr atrás de bola e fugir da polícia) e a busca constante de notoriedade (“Um dia ainda sou notícia”).

A preguiça não é entendida como algo negativo, mas como resistência benfazeja de um condenado ao sofrimento. Antes de compor “Partido alto”, Chico já mencionara essa “marca brasileira”. Em 1969, com “Samba e amor”, ao tempo em que faz o elogio do ócio prazeroso e da sensualidade, põe em dúvida o sentido da vontade de não se levantar da cama:

De madrugada a gente ainda se ama
 E a fábrica começa a buzinar
 O trânsito contorna a nossa cama, reclama
 Do nosso eterno espreguiçar [...]
 Não sei se preguiçoso ou se covarde
 Debaixo do meu cobertor de lã
 Eu faço samba e amor até mais tarde
 E tenho muito sono de manhã

No conjunto da obra musical de Chico, o elogio da preguiça ocupa menos espaço que os registros dos ingentes esforços pela sobrevivência. Já o mesmo não ocorre com a alegria fácil, instantânea, espontânea e

incontida, expressa na contumaz vontade de festejar. O brasileiro é um sofredor, sem oportunidades, sem escolaridade, aberto às lições da vida, já escrevia Chico em “Meu refrão”, em 1967 (“tive que sair da escola, para aprender essa lição”), mas é também um ser provindo da África profunda e misturado além-mar, nos litorais longínquos e no sertão distante, profundamente musical, dançarino, criativo, improvisador da alegria geral e resistente aos padrões constrangedores.

A importância do carnaval mostra como a festa está na alma brasileira, assim como o futebol, que congrega multidões e, metaforizando a guerra, representa uma trégua no cotidiano árduo e penoso, a verdadeira guerra. Já em 1965, em “Sonho de um carnaval”, um samba arrastado, de melodia tristonha, quase chorosa, Chico se reportava à fugacidade desta libertina confraternização popular: “Carnaval, desengano / Deixei a dor em casa me esperando / E brinquei e gritei e fui vestido de rei / Quarta-feira sempre desce o pano”. A música fala de um brasileiro que se une, dança, canta, se abraça, homenageia os que se foram e os que estão vivos, demonstra sua esperança de que todos, inclusive os tristes, possam dançar e ser felizes. “No carnaval, esperança / Que gente longe viva na lembrança / Que gente triste possa entrar na dança / Que gente grande possa ser criança”.

Mas nem só no carnaval, onde a transgressão é permitida, a alegria do brasileiro se revela. A rotina penosa pode ser interrompida facilmente pela pura vontade de coletivizar o contentamento, sem maiores justificativas. A banda aparece e a festa se instala. Em “Feijoada completa” (1977), a casa do brasileiro é aberta à confraternização: passo a passo, como num ritual conhecido, num cenário simples, instaura-se sem delongas o ambiente de prazer.

Em “Primeiro de maio” (1977), música composta em parceria com Milton Nascimento, o feriado do dia do trabalhador não é ocasião para discurso político ou reivindicações trabalhistas, mas de festa íntima, de entrega plena à sensualidade, de festejo da vida:

Quando a sirene não apita
Ela acorda mais bonita
Sua pele é sua chita, seu fustão
E, bem ou mal, é seu veludo
É o tafetá que Deus lhe deu

E é bendito o fruto do suor
 Do trabalho que é só seu
 [...]
 Hoje eles hão de consagrar
 O dia inteiro pra se amar tanto
 Ele, o artesão
 Faz dentro dela a sua oficina
 E ela, a tecelã
 Vai fiar nas malhar do seu ventre
 O homem de amanhã

Sofredor e reprimido, notadamente se o tempo é de ditadura, o brasileiro de Chico está permanentemente convidado a transgredir. Já em 1966, no início da carreira, o seresteiro “Juca” fora preso como meliante porque a autoridade pública não entendia de amor. Para mostrar a indisposição congênita às regras, o letrista recupera Drummond de Andrade em “Até o fim” (1978):

Eu já nem lembro „pronde“ mesmo que eu vou
 Mas vou até o fim
 Como já disse era um anjo safado
 O chato dum querubim
 Que decretou que eu estava predestinado
 A ser todo ruim
 Já de saída a minha estrada entortou
 Mas vou até o fim

A angustiada falta de liberdade atinge um ponto alto em “Apesar de você” (1970), que teve sua divulgação proibida e logo entraria no rol dos hinos contra o poder ditatorial. “Hoje você é quem manda / Falou, tá falado / Não tem discussão / A minha gente hoje anda / Falando de lado / E olhando pro chão, viu [...] Você que inventou o pecado / Esqueceu-se de inventar / O perdão”. No auge da repressão política, o compositor incita a resistência.

Dois anos depois, em “Partido alto” (1972) a remessa ao brasileiro indócil, disposto à refrega, é direta. Realçando a miséria de forma irônica, pilhérica, no estilo de Noel – o mais cearense dos cariocas moleques – o brasileiro é quase sem recheio, desdentado e feio, pele osso simplesmente. Entretanto, que ninguém pense em desrespeitá-lo! “Mas se alguém me desafia e bota a mãe no meio / Dou pernada a três por quatro e nem me despenteio”.

Em “Partido alto”, a fé nos desígnios divinos certamente não é posta em dúvida. Não caberia a Deus a responsabilidade pela situação de miséria. Permeada de trocadilhos, a insistente referência ao Todo-Poderoso conduz à responsabilização dos governantes sobre a tragédia social. A época, os generais queriam legitimar o regime apregoando o sucesso de iniciativas voltadas para a integração do país, o aumento da industrialização e a aceleração do crescimento econômico. Tratava-se de um modelo de desenvolvimento baseado em investimentos externos, na concentração interna da renda e na intensiva exploração dos recursos naturais e da mão de obra farta e barata. A ditadura, de fato, ampliou rapidamente a infraestrutura, impulsionou a pesquisa científica e o ensino superior, mas sua vontade de construir a grande potência não rimava com o enfrentamento das disparidades sociais e regionais. O desenvolvimento da indústria e do setor de serviços ocorria paralelamente ao êxodo rural, à grilagem de terras, ao assassinato de trabalhadores humildes e à concentração da população pobre em favelas na periferia das grandes cidades. Enquanto a propaganda governamental realçava as mudanças, Chico Buarque, encontrava o brasileiro desvalido propenso à revolta: “E se Deus negar, ô nega / Eu vou me indignar e chega / Deus dará, Deus dará”.

O brasileiro de Chico integra uma comunidade sem esperança? Teria desaparecido o rapaz que, em 1964, compusera ingenuamente “Marcha para um dia de sol” (1964), querendo ver um dia “o pobre e o rico dando a mão”?

Observando o conjunto das letras e refletindo sobre o oxímoro “inferno e maravilha”, não consideramos que o compositor tenha em algum momento duvidado que o bom prevalecerá sobre o mal, o feio sobre o bonito, o justo sobre o errado. Tal como um romântico do século XIX, Chico descreve sua terra natal como generosa, rica e bela; tal como um moderno do século XX, sua gente sofre a mais não poder, mas é lutadora resistente, amante da vida, fogosamente, e tem lugar reservado no futuro.

A prova maior do talento de sua gente, acredita Chico, é a extraordinária criatividade musical, coisa que não se aprende na escola. De tão bela e poderosa, a música brasileira é capaz de curar todos os males. Em 1965, o letrista pediria que ninguém chorasse que ele tinha um violão (“Olé olá”, 1965); dois anos depois, pondo fé absoluta na capacidade de

mobilização coletiva pela música, prometeu juntar seu canto a cada pranto, a cada choro, até que alguém lhe fizesse coro pra cantar na rua (“Um chorinho”, 1967).

Três décadas depois, persistiria a crença nas propriedades excepcionais da musicalidade brasileira: em “Paratodos” (1993), a saída para as mazelas seria ouvir, cheirar, beber Pixinguinha, Tom Jobim, Caymmi, Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro [...] Chico parece ter lido Platão em tenra idade e guardado zelosamente suas formulações. Para o grego, a música teria o condão de mexer em todos os pilares da vida social e pôr risco à ordem estabelecida.

Nações não existem sem boas promessas de futuro para todos. “Artista brasileiro”, Chico Buarque veria sua gente com esperança. Descrevendo o inferno, o poeta apaixonado pela nacionalidade não tirou o olho do futuro maravilha. Em “Outros sonhos” (2006), faixa que no álbum “Carioca” antecede a “Ode aos ratos”, Chico convida o ouvinte a imaginar uma inversão radical do Brejo da Cruz: doentes dançam felizes; guris estão inertes não por conta da fome, mas porque discutem astronomia; ladrão distribui relógios aos transeuntes e a polícia não espanca. Trata-se de um lugar onde nem “a beleza fenece”.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, F. De Sérgio para Chico, de Chico para Sérgio. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, 2004.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, M. de. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1962.
- CAMPOS, A. **Balanço da bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CÂNDIDO, A. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CHICO e as cidades. Direção: José Henrique Fonseca. [S.l.]: [s.n.], 2000.
- CHICO ou o país da delicadeza perdida. Direção de Walter Salles Jr. e Nelson Motta. [S.l.]: [s.n.], 2003. Produzido para TV Francesa em 1990 e lançado em DVD em 2003.
- DE MELLO, Z. H. **A era dos festivais: uma parábola**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- DIAS, M. O. L. da S. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In:

- CANDIDO, A. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. Crônica. **Jornal Correio da Manhã**, 14 out. 1966.
- ELIAS, N. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- FERNANDES, R. (org.). **Chico Buarque do Brasil**: texto sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro. Rio de Janeiro: Garamond; Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- FISCHER, E. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990a.
- _____. **História social do jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990b.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- _____. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- MASSI, A. Entrevista de Chico Buarque. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 1994. Disponível em: <<http://www.chicobuarque.com.br>>.
- MENEZES, A. B. de. Drama, lírica e épica em Chico Buarque. **Revista Cult.**, São Paulo, 2001.
- _____. **Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque**. São Paulo: Ateliê, 1982.
- MIRANDA, O. **Chico: o poeta da fresta**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- OLIVEIRA E MARTINS. **Os arranjos brasileiros de Radamés Gnattali**. Revista Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2006.
- RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une nation?** Paris: Pocket, 1992.
- SANTANA, A. R. de. **Música popular e moderna poesia brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- SCHURMANN, E. F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SEKEFF, M. de L. **Da Música: seus usos e recursos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SILVA, F. de B. **Chico Buarque**. São Paulo: Publifolha, 2004.
- TATIT, L. **O século da canção**. São Paulo: Ateliê, 2004.
- _____. **O cancionista: Composição de canções no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1991.
- _____. **História social da música popular brasileira**. Lisboa: Caminho, 1982.
- TINHORÃO, J. R. **Música popular: um tema em debate**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. **Pequena História da música popular brasileira: da modinha a canção de protesto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- WERNECK, H. Gol de Letras. In: CHICO Buarque: letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZAPPA, R. **Cidade submersa**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

NOTAS

¹Entrevista de Chico Buarque a Augusto Massi, **Folha de São Paulo**, 9 jan. 1994. Disponível em: <<http://www.chicobuarque.com.br>>.

²Informações sobre a vida e as opiniões de Chico Buarque usadas neste trabalho podem ser encontradas na página eletrônica referida na nota anterior.

³Crônica de Carlos Drummond de Andrade publicada no **Jornal Correio da Manhã** em 14 out. 1966.

Nacionalidade e diáspora negra na música de Marcelo D2

Este artigo analisa como as produções culturais de Marcelo D2, um dos pioneiros do hip-hop brasileiro, atuam nas narrativas transnacionais de negritude e na visão de nação mestiça. Ao demonstrar as contradições de raça, gênero e sexualidade nos textos culturais de Marcelo D2, examino como estas categorias inter-relacionadas são usadas para reinventar ideias de nacionalidade brasileira e de uma identidade diaspórica negra alternativa.

Palavras-chave: *identidade nacional; diáspora negra; hip-hop.*



Nationality and black diaspora in Marcelo D2's music

This paper looks at how the cultural productions of Marcelo D2, one of the pioneers of Brazilian hip-hop, play into transnational narratives of blackness as well as the vision of the racially mixed nation. By showing the contradictions of race, gender, and sexuality within Marcelo D2's cultural texts, I examine how these intersecting categories are used to reinvent ideas of Brazilian nationality and an alternative black diasporic identity.

Keywords: *National identity; black diaspora; hip-hop.*

Jasmine Mitchell: Doutoranda em estudos americanos na Universidade de Minnesota.

1 INTRODUÇÃO

Surgindo em comunidades marginalizadas de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, o *hip-hop* brasileiro é uma importante expressão cultural que tanto oferece sentido quanto explora as ansiedades e discussões acerca de raça, classe, gênero e sexualidade. Geralmente impedidos de agir politicamente na esfera política tradicional, muitos artistas do *hip-hop*, sobretudo os afro-brasileiros, veem no *hip-hop* uma forma de disseminar informação, desenvolver a consciência, protestar e desafiar as desigualdades sociais existentes. No Brasil, o *hip-hop* tem estabelecido um espaço performático para que os negros mobilizem tanto uma identidade negra diaspórica quanto uma identidade brasileira de afirmação das raízes africanas. O *hip-hop* brasileiro é parte de uma cultura *hip-hop* global e de uma expressiva cultura diaspórica negra transnacional, já que se refere de modo constante à diáspora africana e, ao mesmo tempo, cria uma forma musical distinta que é exclusivamente brasileira, no tocante a sua musicalidade e seu discurso específico de temas sociais brasileiros. A meu ver, a narrativa transnacional de negritude está relacionada à consciência diaspórica ou à compreensão de uma condição diaspórica, embora, ao mesmo tempo, questione frequentemente o conceito de negritude como uma complexa convergência de histórias, culturas e realidades variadas.

Este trabalho examina especificamente as produções culturais de Marcelo D2, geralmente apontado como um dos pioneiros do *hip-hop* brasileiro, e trata de narrativas de negritude transnacionais, além de observar o papel da negritude em uma nação miscigenada. Marcelo D2 oferece uma postura tanto progressiva como conservadora de raça e gênero dentro de um *ethos hip-hop* masculinizado. Uma análise crítica da sua música e dos seus videoclipes expõe as limitações, contradições e possibilidades de articulações de raça, gênero e sexualidade por meio do *hip-hop* e, conseqüentemente, como isto se conecta com os imaginários nacional, diaspórico negro e transnacional.

Busco observar como raça, gênero e sexualidade são apresentados nos trabalhos de Marcelo D2 e como estas intervenções são frequentemente usadas de maneira contraditória a fim de contribuir com as articulações tanto de uma identidade brasileira quanto de uma identidade trans-

nacional. Ao mostrar as contradições de raça, gênero e sexualidade entre e dentro de textos culturais, o artigo examina como estas categorias inter-relacionadas são usadas para reinventar ideias de uma identidade nacional brasileira, bem como de uma identidade diaspórica negra alternativa. Mediante a análise de como raça, gênero e sexualidade são incorporados e representados no *hip-hop*, este artigo propõe uma abordagem de Marcelo D2 baseada em um sistema interseccional, que analisa o gênero como uma categoria que se cruza com raça, sexualidade, classe e nação.¹ Assim, este trabalho não considera estas categorias de forma hierárquica, mas sim integrada. Um sistema interseccional auxilia na desconstrução do poder e, deste modo, torna visível não apenas as diferenças, mas também as normas invisíveis que estruturam as relações de poder (BEDOLLA, 2007, p.232-248).

O artigo considera as múltiplas e frequentemente contraditórias maneiras com as quais Marcelo D2 apresenta e cria a diáspora negra e a masculinidade brasileira. Com vistas a localizar este *happer* em um contexto sociocultural, este artigo também examina o *hip-hop* brasileiro em geral, bem como as influentes teorias de Gilberto Freyre sobre a identidade nacional.

2 ORIGENS DO *HIP-HOP* BRASILEIRO

Este movimento surgiu no Brasil no começo dos anos 1980, primeiramente em São Paulo, através do *break* e do grafite, dois dos quatro componentes fundamentais do *hip-hop*. A juventude brasileira se reunia na estação São Bento do metrô de São Paulo e na Galeria 24 de Março para dançar, competir, ouvir música e trocar informações (ALVES, 2004). O lançamento do filme hollywoodiano "*Beat street*", em 1984, foi essencial para a popularização do *hip-hop* no Brasil (ALVES, 2004, p.35). Televisão, cinema e rádio eram importantes meios de comunicação para a disseminação do *hip-hop* no país. Formas de comunicação e informação, como videocliques, capas de álbuns musicais e imagens estilizadas do modo de vida afro-americano, como apareciam nos filmes de Spike Lee, logo alcançaram a periferia e as favelas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos 1990, a MTV Brasil e outros meios de comunicação contribuíram para a distribuição massiva da cultura *hip-*

hop (MAGALDI, 1999, p.314). Em particular, a crescente conscientização racial e política do *hip-hop* estadunidense influenciou enormemente o *hip-hop* brasileiro, assim como conceitos mais amplos e culturas de consciência da diáspora negra.

3 MÚSICA POPULAR NEGRA E FLUXOS DIASPÓRICOS

Em “O atlântico negro”, Gilroy (1993) destaca a música popular negra como parte de disseminações globais de cultura e política que respondem a histórias similares de desigualdade racial, herança colonial e neo-colonialismo na África e da diáspora africana na Europa e nas Américas. Por exemplo, Thaíde, um dos fundadores do *hip-hop* brasileiro, cita *Afrika Bambaataa* e outros fundadores do *hip-hop* estadunidense como a grande influência em seu reconhecimento do propósito do rap, visto como alicerce de uma cultura que considera a descendência africana como fonte de orgulho (ALVES, 2004, p.35). Thaíde e outros entenderam que a conscientização do movimento *hip-hop* começa dessa compreensão transnacional das periferias para além da região de São Paulo e da organização massiva da juventude negra visando criar uma cultura de valores positivos, respeito próprio e dignidade, apesar da marginalização e da exclusão social das periferias e dos negros brasileiros (ALVES, 2004, p.38). Na argumentação de Pardue (2004, p.253-286), muitos artistas do *hip-hop* apresentam sua marginalidade social e econômica por meio de discursos e práticas de negritude que apontam para uma origem diaspórica. Com essa percepção da habilidade de usar o *rap* como uma arma contra a marginalização, veio também a responsabilidade de difundir a mensagem do *hip-hop*.

Da mesma forma que Hanchard (1994) demonstrou com o movimento *Black Soul* brasileiro, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, a disseminação de ideias e da cultura dos Estados Unidos constituiu outra forma de compromisso com uma diáspora negra transnacional. Como Hanchard (1994, p.113) coloca sobre o movimento *Black Soul*, “nunca antes os negros brasileiros se identificaram coletivamente com modelos culturais que eram negros, mas que não eram nem africanos nem brasileiros [...]”. Essa identidade coletiva se enraizou num simbolismo cultural e político e na música, os quais enfatizaram a negritude como uma

forma legítima de autoridade. Entretanto, ao mesmo tempo, o movimento *Black Soul* era largamente criticado e reprimido. Lideranças conservadoras, inclusive Gilberto Freyre, insistiam que tal movimento era racista e artificial, e que tinha uma percepção separatista negra, incompatível com uma identidade mestiça (VIANNA, 1988, p.28). Assim, o *hip-hop* brasileiro precisa ser visto neste contexto mais amplo de narrativas negras transnacionais e articulações de identidades afro-brasileiras, bem como de desafios para o desenvolvimento de uma consciência negra.

O *hip-hop* brasileiro carrega um legado de transculturação diaspórica, dado o modo como transforma vários elementos da diáspora africana para criar uma nova forma musical. É importante notar também que o *hip-hop* dos Estados Unidos, ao contrário do mito, nunca foi apenas uma forma musical afro-americana. Suas próprias raízes sugerem uma influência global mútua da diáspora africana dos Estados Unidos, da Jamaica e de Porto Rico, que ocorreu no sul do Bronx. O DJ Kool Herc, considerado um dos fundadores do *hip-hop*, trouxe tecnologias dos sistemas de som jamaicanos para o Bronx e influenciou o som do que, mais tarde, se tornaria o *hip-hop* (CHANG, 2005, p.67-85). A convivência de diferentes grupos étnicos e as rivalidades de gangues afro-americanas e porto-riquenhas também introduziram formas híbridas de dança, arte visual e música para criar um som e um estilo de vida *hip-hop*. Diz Kool Herc (apud CHANG, 2005): “O *hip-hop* é uma família, por isso todos devem contribuir. Leste, oeste, norte ou sul – nós viemos de uma única costa, e esta costa foi a África”. Neste sentido, o *hip-hop* brasileiro pode ser visto como parte da família *hip-hop* da diáspora negra e forma de expressão unicamente brasileira, já que incorpora temas sociais específicos – as favelas – e música tradicional brasileira – o samba.

Enfocando contextos anglófonos, o trabalho de Gilroy (1993) em “O atlântico negro” destaca a natureza sincrética de culturas negras diaspóricas, que resiste a noções fundamentalistas de autenticidade cultural ou racial. Particularmente, a música de Marcelo D2 expressa diálogos entre culturas do Brasil, da diáspora negra e dos Estados Unidos que resultam em produções culturais que não são a síntese de tais influências, mas parte de diversos processos de formação cultural e identitário em andamento. Entretanto, com esse foco no *hip-hop*, é essencial pensar sobre as dimensões raciais, de gênero e sexuais da cultura brasilei-

ra. Para abordar o trabalho de Marcelo D2, torna-se absolutamente necessário um entendimento da situação racial no Brasil. De modo a analisar a produção cultural de Marcelo D2, começo com alguns elementos-chave acerca de raça e gênero no Brasil e, então, tendo como referência estes estudos, contextualizo seu trabalho no *hip-hop* brasileiro e, ainda, no *hip-hop* global.

4 RAÇA E GÊNERO NO BRASIL

O trabalho de Marcelo D2 está assentado na adoção, reinvenção ou refutação da identidade nacional brasileira. Por vezes, essas produções culturais representam um esforço para criar uma identidade afro-brasileira ou diaspórica negra alternativa, como uma resposta que se opõe à identidade nacional dominante construída, em grande parte, por Gilberto Freyre. Distanciando-se radicalmente da maioria dos seus predecessores, inclusive do influente Oliveira Vianna, que promoveu políticas de racismo científico no Brasil, Gilberto Freyre tentou desacreditar ideias correntes de racismo científico, que supunham a superioridade branca, os perigos da mistura racial e a degeneração de pessoas mestiças. Em vez de apoiar uma retórica de “branqueamento”, que defendia que a população poderia ser clareada pela imigração europeia e casamentos inter-raciais, Freyre apresenta a ideia de que a mistura racial criou um vigor híbrido adequado aos trópicos e esta nova população prepararia o caminho para um futuro próspero e moderno, contrariando crenças anteriores de uma nação condenada ao atraso. Naquele tempo, a valorização que Freyre fez do lugar do negro seria vista como uma virada radical em direção a uma retórica antirracista, mas também teve profundas implicações para a criação do mito de democracia racial baseada em relações intensamente sexualizadas e de gênero. A defesa de Freyre acerca dos benefícios da mestiçagem, ou da mistura racial, consagrou a ideia segundo a qual, por meio da mistura, não havia diferença racial e todo brasileiro poderia reivindicar sua parte numa ancestralidade africana, europeia ou indígena (SILVA, 1998, p.201-234).

Em “Casa grande e senzala” (1933), Freyre (1978) também lançou bases para ideias que surgiriam mais tarde de democracia racial,² na qual a mistura e integração sexual e cultural de africanos, portugueses e indíge-

nas convergiram para a formação da identidade nacional e de uma nova raça tropical híbrida. Segundo Freyre (1978) sugere, o tipo de estrutura da casa grande e da senzala permitiu a miscigenação dentro de famílias do patriarcado rural. Ele propõe que a relativa diminuição na quantidade de mulheres brancas e a atração natural dos homens portugueses por mulheres mulatas e negras foram essenciais aos processos da colonização brasileira e da nação brasileira. Para Freyre (1978), a estrutura familiar da casa grande modelou a sociedade brasileira desde o período colonial até o século XIX. Contudo, note-se: a ênfase nas construções de Freyre de uniões sexuais inter-raciais é predominantemente de senhores brancos com escravas negras e mulatas.

Esta narrativa erótica produz a figura racial da mulata, celebrada como o símbolo unificador da “brasilidade”. No sistema de Freyre, a miscigenação racial preponderante na história brasileira e a celebração da mulata se tornaram provas de uma sociedade brasileira racialmente harmônica. Este sistema funciona, em parte, porque as relações sexuais inter-raciais são construídas como uma alegoria amorosa, sem registrar a violência sexual e colonial, e a exaltação da sexualidade da mulata é usada para justificar a exploração sexual (GIACOMINI, 1988, p.66).

Os mitos sexuais da lascividade e do desejo da mulata também têm suas origens históricas nas narrativas de Freyre e assim demonstram a maleabilidade e a construção erótica da mulata, sempre presente no trabalho de Marcelo D2. Pela análise de Freyre (1978), homens negros e mulheres brancas estão bastante ausentes deste processo de construção da nação brasileira. Portanto, é fundamental considerar que ideias da construção nacional brasileira são também marcadamente de gênero em um sistema patriarcal branco racista. Este ponto é essencial para refletir sobre como Marcelo D2 apresenta identidades sexuais e de gênero definidas através da raça dentro deste modelo. Por meio destas intimidades imaginadas de uma narrativa patriarcal, Freyre (1978) relacionou a construção cultural brasileira à miscigenação e, assim, ajudou a construir uma identidade nacional baseada na mistura de raças.

5 ANTECEDENTES DE MARCELO D2

Ex-vocalista do controverso grupo de rock *Planet Hemp*,³ Marcelo D2 é um dos artistas mais bem-sucedidos comercialmente. Ao contrário de grupos de *rap* como “Os Racionais”, a música de Marcelo D2 tende a ser menos política e radical, mas mantém a ligação com a cultura urbana. A explosão massiva dos seus vídeos na mídia, a popularidade da sua música entre a juventude da classe média urbana, a assinatura do seu contrato com o selo *Sony Music*, sua participação em eventos como o *Skol Beats* e a infusão de samba e *pop*, diferente das raízes do *hip-hop* e do estilo do *hip-hop* paulista, justificam o sucesso de Marcelo D2. No entanto, o *rapper* carioca deveria ainda ser levado a sério no estudo da cultura popular brasileira em virtude do grande apelo da sua música, como ficou demonstrado pelos recordes de vendas e *downloads*, e sua passagem da periferia para o asfalto, fora das zonas marginalizadas. Marcelo D2 mostra ser o *hip-hop* brasileiro um fenômeno de mídia que penetrou uma esfera pública mais ampla, para além das periferias. Com acesso a diversas classes sociais, este *rapper* tem a capacidade de influenciar vários setores da sociedade brasileira. Ademais, o sucesso comercial internacional e popular do *hip-hop* não deve ser menosprezado.

A inserção do *hip-hop* brasileiro nestes fluxos transnacionais e, especificamente, a popularidade global de Marcelo D2 no referente à disseminação e consumo da sua música garante que tal pesquisa tem implicações para o estudo da cultura popular e mediações de raça, gênero e sexualidade para além das fronteiras brasileiras. Como em várias discussões relacionadas à popularidade do *hip-hop* nos Estados Unidos junto à classe média, as implicações da “travessia” de Marcelo D2 chamam atenção tanto em sua forma elaborada como de resistência, levantam importantes questões referentes à autenticidade e identidade racial. Assim, as expressões culturais de Marcelo D2 se tornaram um intrigante objeto de estudo para a análise de raça, gênero e sexualidade, concernentes à identidade nacional brasileira e à cultura *hip-hop* global.

6 A MÚSICA DE MARCELO D2 COMO TEXTOS CULTURAIS

O trabalho deste carioca mostra vestígios do legado de Freyre, mediante a identificação ou rejeição dos seus construtos de nação, raça, gênero e sexualidade. Portanto, sua música deve ter em conta estes precedentes de Gilberto Freyre, além do *hip-hop* e do samba. Sendo ele um dos principais propositores da exaltação da cultura afro-brasileira, a mudança da repressão ao samba para sua aceitação pelo Estado Novo também pode ser relacionada, em parte, a Gilberto Freyre. Sob o governo Vargas, certos elementos culturais tipicamente afro-brasileiros, como a feijoada e o samba, se tornaram símbolos nacionais representativos de uma identidade brasileira miscigenada (McCANN, 2004). Entretanto, mesmo com essa valorização e cooptação da cultura afro-brasileira, uma estrutura patriarcal ainda prevalecia. Por exemplo, a contínua preponderância de músicas sexistas, conotações sexuais explícitas e o uso de mulheres, especialmente mulatas, como objeto sexual de desejo são bastante comuns.⁴ Assim, a mistura original de samba e *hip-hop* feita por Marcelo D2 deveria ser vista dentro do contexto de raça e gênero em discussão.

Minha metodologia para discussão das músicas de Marcelo D2 “Samba de primeira” e “Qual é?” exige uma análise textual das letras bem como das práticas visuais no cinema e no vídeo musical. A análise questiona que aspectos da cultura brasileira ou da cultura e identidade diaspórica negra são representados nos textos; também dá atenção crítica à forma como raça, gênero e sexualidade são apresentados nos textos. A música e os videoclipes de Marcelo D2 expressam as representações geralmente contraditórias de raça e gênero. O artigo se concentra na letra e no videoclipe das músicas “Samba de primeira”, de 1998, e “Qual é?”, de 2003.

7 LETRA E VÍDEO DE “SAMBA DE PRIMEIRA”

Em boa parte da letra de “Samba de primeira”, lançada em 1998, Marcelo D2 defende que sua música apresenta a fusão do *hip-hop* e do samba como processos contínuos de reinvenção da cultura brasileira e do *hip-hop*. A tensão entre o *hip-hop* global e as inflexões locais do samba é apresentada como possibilidade de uma expressão cultural exclusivamente

brasileira: “Meu samba é duro na queda/não é conversa fiada/é e sempre foi a voz da rapaziada”. Marcelo D2 trabalha claramente dentro de um sistema de absorção e adaptação de tecnologias, sons e estéticas dos Estados Unidos e outros *hip-hops* internacionais. Ele cria uma justaposição do *hip-hop* brasileiro em relação às indústrias culturais brasileira, norte-americana e global: “O DJ é o pandeiro, o MC é o parteiro/tem samba no meu *hip-hop* / porque eu sou brasileiro”. Segundo sugere, ele precisa incorporar samba ao *hip-hop* por causa de sua “brasilidade”. Como Thaide e outros *rappers*, Marcelo D2 vê a cultura e as tradições brasileiras como uma das muitas fontes de inspiração para suas músicas e, assim, desafia as fronteiras culturais de um *hip-hop* estático vindo dos Estados Unidos e de um samba imutável refratário a outras influências culturais e nacionais. Além disso, apresenta o *hip-hop* como uma nova forma cultural que não entra em conflito com as raízes brasileiras do samba. Sua música permite argumentar que a incorporação do samba ao *hip-hop* é uma manifestação de “brasilidade”. Assim, a identidade de Marcelo D2 está tanto na tradição transnacional do *hip-hop* quanto nas raízes do samba.

Sua música também demonstra preocupação com o desenvolvimento, preservação e expressão do samba. De acordo com Marcelo D2, ele é o zelador e defensor da cultura popular brasileira: “Essa é pra você que vem do lado de lá/Tentando acabar com a nossa cultura popular”. Em vez disto, sugere que está continuando a tradição do samba para a nova geração: “Eu sou da nova geração e minha ginga é de bamba”. Sua produção de *hip-hop* e de samba é extraída das ruas e da vida diária. Suas letras e seu ritmo apresentam um sabor das ruas de modo a mostrar a riqueza musical e a vida que surgem dessas áreas. Ele canta: “A batida é crua e você vai à lua e as letras mermão/vêm direto das ruas”. Formando as bases da sua música nas ruas e na música da fala, do canto e outras cacofonias como inspiração do *hip-hop* brasileiro e da cultura derivada da rua, ele narra, a partir da sua vivência: “Eu canto as coisas que vejo na minha vida”.

Além disso, as letras de Marcelo D2 aludem às misturas raciais e culturais. Quando descreve sua rima como “cinza”, adota uma inflexão de mistura racial e cultural como uma estética cultural do “cinza”, que forma um espaço brasileiro e diaspórico miscigenado através do *hip-hop*. É

possível que Marcelo D2 use um sistema de classificação de cor brasileiro para uma função de reprodução social complementar a uma síntese de diferentes elementos raciais, culturais e nacionais do *hip-hop* e do samba. Neste sentido, ele pode corroborar a visão de Gilberto Freyre de uma “brasileidade” assentada na mistura racial. Entretanto, esta ideia de “cinza” pode sugerir também um posicionamento flexível do indivíduo, que assimila, reinventa e resiste ao significado da mistura racial e do sujeito mestiço.

Portanto, talvez Marcelo D2 adote a ideia de miscigenação racial não apenas com o propósito de conformação hegemônica a uma identidade nacional, mas como estratégia de “empoderamento” cultural e expressão de orgulho na hibridiz racial e cultural de indivíduos e sujeitos nacionais, como apresentados no samba e no *hip-hop*. Contudo, ao mesmo tempo, aponta: “O cabelo é piaçava”. Esta referência ao cabelo como piaçava (material fibroso feito de uma palmeira brasileira encontrada principalmente na Bahia e no Pará, e frequentemente usado para fabricação de vassouras) traz conotações de cabelo ruim e grosseiro. Neste caso, Marcelo D2 alude a imagens de cabelo negro, situando a estética política e cultural dentro de amplas identidades coletivas afro-brasileiras e da diáspora negra. A descrição que ele faz da textura do cabelo assume uma marca de diferença racial e, mais adiante, ele usa essa marca como um indicador de identidade baseada na raça. As implicações raciais explícitas do cabelo marcam uma visibilidade da descendência africana. Antes de tentar esconder ou mudar a textura do cabelo, Marcelo D2 usa o cabelo piaçava como uma construção autoconsciente de identidade racial e uma política contrária aos ideais eurocentristas que desvalorizam aparências e estéticas visivelmente negras.

Ainda assim, a política potencialmente progressiva e radical da letra de “Samba de primeira” é suavizada através do videoclipe da música. O vídeo musical é outro espaço para explorar as maneiras como a raça, o gênero, a classe e a sexualidade se cruzam na cultura popular. Além disso, as atitudes expressas no videoclipe geralmente contradizem as letras das músicas. O vídeo de “Samba de primeira” começa com as paisagens do Rio de Janeiro, retiradas de cenas do clássico filme “Orfeu negro” (1959), e segue com cenas de samba na rua e durante o carnaval, também extraídas do filme. “Orfeu negro” é frequentemente associado à

cultura brasileira e atuou como um veículo global para a promoção e disseminação de uma visão da cultura brasileira.

Enquanto a utilização de “Orfeu negro” introduz uma versão de uma paisagem embelezada do Rio de Janeiro, do carnaval e do samba, a próxima sequência do vídeo mostra um plano de fundo branco básico, com Marcelo D2, um *deejay* e passistas mulatas. Embora o vídeo tente desfazer o mito da cultura brasileira apresentado em “Orfeu negro”, através da subsequente implosão de uma fusão de samba e *hip-hop*, a próxima cena traz Marcelo D2 cantando *rap* entre as mulatas, vestidas em microfantasia de carnaval. Mais do que dar complexidade à imagem do Brasil, o vídeo reforça estereótipos, mitos e imagens existentes da cultura brasileira. Apesar do foco do vídeo no *hip-hop* e no *funk* trazer as novas condições da música e da cultura brasileiras, as imagens representam a mulata como objeto de desejo e de consumo sexual e midiático. O videoclipe insere a mulata em uma moldura conservadora, que a idealiza como mero símbolo silencioso, não como uma voz potencial ou uma colaboradora ativa da nacionalidade brasileira.

O espaço branco e vazio onde estão Marcelo D2 e as mulatas contrasta com as ricas imagens do filme “Orfeu negro” e cria uma visão que enquadra somente Marcelo D2 e as passistas. Este espaço em branco funciona não como ilustração da realidade, mas como espaço autônomo para produzir um ideal de lazer, identidade, fantasia e desejo com um viés de gênero profundamente sexualizado e racista. O quadro vazio reinventa e rearticula a mulata como a mulher desejada ideal e, assim, preserva antigas características do samba e algumas imagens da sensualidade da mulata evocadas por Gilberto Freyre. Consequentemente, a mulata do vídeo é pensada apenas em termos corporais, envolta em imagens de uma “brasilidade” assentada em termos de gênero, raça e sexo, que funde samba e uma identidade nacional personificada pela mulata que dança. O vídeo “Samba de primeira” mexe com mitos nacionais fundantes e percepções internacionais do Brasil, mediante a incorporação de “Orfeu negro” e dos corpos das mulatas.

No entanto, o vídeo de Marcelo D2 não apenas faz sugestões relativas à representação das mulheres, mas também apresenta uma visão de masculinidade. O videoclipe se fia em uma fantasia sexualizada na qual o espaço em branco funciona como espaço performático para a repre-

sentação do desejo masculino. No vídeo, as mulatas agem como símbolos de afirmação e expressão de uma masculinidade estável. As mulheres nem falam nem cantam, apenas seus corpos dançantes são valorizados. Esta sexualização das sambistas no vídeo garante um controle da imagem feminina, enquanto Marcelo D2 constrói ativamente sua própria voz através da sua habilidade de cantar *rap* e, assim, anunciar sua identidade. O vídeo, então, funciona como meio ou tecnologia de uma subjetividade masculina, criada em parte pela produção de uma sambista baseada em elementos de sexo, raça e gênero.

Teóricas feministas como Mulvey (1975) têm observado o modo pelo qual culturas patriarcais representam as mulheres como objetos do “olhar masculino”. Em seu influente ensaio “Prazer visual e cinema narrativo”, Mulvey (1975) postula que um olhar masculino ativo predomina na estrutura patriarcal dominante no cinema atual. Por meio da identificação com o protagonista masculino e a câmera, o espectador tem a sensação de superioridade, ao ocupar o ponto de vista masculino sobre o objeto feminino (MULVEY, 1975, p.6-18). Este processo começa quando Marcelo D2 se coloca como o principal narrador do seu vídeo, ao se posicionar no centro na maioria das cenas. Mulvey (1975) argumenta ser o objeto feminino erotizado e fetichizado pelo processo deste olhar. Assim, a identificação com o protagonista masculino e a coisificação do sujeito feminino garantem uma sensação de superioridade e poder.

O videoclipe apresenta as sambistas como objetos a serem desejados, admirados e fetichizados. A câmera dá uma panorâmica e registra os movimentos das dançarinas, frequentemente colocando seus corpos em exibição, através do posicionamento da câmera para focar partes específicas do corpo e fazer imagens demoradas destas partes. Assim, o espectador assume o lugar de participante e do que se presume seja um ponto de vista masculino, de acordo com Mulvey (1975). A sambista, então, se torna um objeto de erotismo e espetáculo do desejo, sendo vista de cima por Marcelo D2 e pelo espectador. A plateia é autorizada a participar de uma fantasia coletiva através do ponto de vista do vídeo e, deste modo, rejeitar ou aceitar a visão que Marcelo D2 tem da identidade brasileira baseada na mulata. Ao mesmo tempo, a celebração da mulata como símbolo da miscigenação e da identidade nacional brasileira talvez também revele a rejeição e desvalorização da mulher negra.

Entretanto, como dito anteriormente, a música deste carioca é amiúde contraditória, sobretudo no tocante a questões de gênero. Enquanto em “Samba de primeira”, as mulheres eram objetos sexuais estereotipados dos desejos masculinos, questões de gênero surgem de forma mais sutil e menos ostensivamente sexista no videoclipe “Qual é?”. Estas inconsistências podem ser encaradas como parte da grande variedade de contradições das formas culturais. Tais variantes são constantemente negociadas nos discursos radicais e conservadores, hegemônicos e alternativos. A música de Marcelo D2 expõe uma multidimensionalidade e uma hibridez que a altera e contradiz a si mesma, e que não vem de nenhum espaço dialético, mas, antes, é parte de um processo dialógico que se junta a outras vozes, culturas e discursos do Brasil e do exterior. Esta noção de um discurso dialógico aberto é crítica, pois permite que políticas complexas e contraditórias de identidade e comunidade surjam sem a intenção de evitar compromissos e confrontos.

8 LETRA E VIDEOCLÍPE DE “QUAL É?”

Em “Qual é?”, Marcelo D2 oferece uma visão do imaginário brasileiro e da diáspora negra. No videoclipe, ele cria uma narrativa transnacional de negritude. Assim, o vídeo e a letra deste *rapper* misturam elementos culturais afro-brasileiros com outros elementos diaspóricos em uma narrativa multifacetada. Seu vídeo para a música “Qual é?” mostra imagens coloridas da vizinhança, com crianças negras brincando na rua, mulheres passando, homens mais velhos tocando samba, jovens ouvindo música em caixas de som. Além disso, Marcelo D2 mostra no vídeo que está enraizado na comunidade, através do passeio visual pela vizinhança e as amplas reuniões musicais e culinárias de múltiplas gerações. Enquanto “Samba de primeira” começa com uma visão panorâmica do Rio de Janeiro, extraída do filme “Orfeu negro”, “Qual é?” apresenta uma visão aérea da rua, mas nunca abandona a vizinhança.

Marcelo D2 situa esses imaginários locais e transnacionais de negritude em um contexto de luta e resistência ao *status quo*. Entretanto, não fica explícito o resultado de tal movimento ou luta. Ele se dirige a seu ouvinte e transmite ideias e exigências. Enquanto o *rapper* parece advogar um comportamento pessoal e coletivo e a vontade de participar da

luta, a luta propriamente dita não é nomeada: “Que você mantém a conduta / Será?/ Que segue firme e forte na luta.” A defesa da obrigação pessoal para com a família e a comunidade é afirmada pela exigência de que se desenvolva uma consciência coletiva de responsabilidade econômico-social: “Daqueles que quando/ Sua família precisa/ Cê dá no pé?” Marcelo D2, então, coloca o *hip-hop* como um processo em desenvolvimento e um espaço de luta e negociação. O desdobramento do discurso de luta e mobilidade social é situado em um contexto de luta contra histórias alongadas de colonização e escravidão: “Há 500 anos/ Essa banca manda à vera/ Abaixou a cabeça já era”. Assim, leva seu ouvinte a combater a subordinação política, econômica e social.

Com a letra desta música, ele também expressa consciência de uma grande marginalização da diáspora negra como um meio global de opressão. Em “Qual é?”, ele se dirige repetidamente a seu ouvinte chamando-o de “neguinho”, como em “Qual é, neguinho?”. O uso de “neguinho” demonstra uma incerteza de termos, pois este tanto pode ser um diminutivo racista da variante “negro”, como um sinal afetivo de intimidade ou, ainda, uma referência genérica. Todavia, o uso repetido do termo, junto com a utilização das palavras inglesas *black* e *brother* no decorrer da música, parece sugerir que o vocativo pode ser específico para afro-brasileiros. O refrão “Amar como ama um *black, brother*/ Falar como fala um *black, brother*/ Andar como anda um *black, brother*/ Usar sempre o complemento *black, brother*” incorpora o inglês a sua letra com o significante de “irmão”. Esta utilização da língua inglesa denota entendimento de uma comunidade coletiva negra que está além das fronteiras das favelas e do Brasil.

Ao cantar *rap* em inglês e português, Marcelo D2 também demonstra uma solidariedade negra transnacional. O *hip-hop* é um meio de comunicação que ultrapassa barreiras linguísticas e culturais, de modo a criar um imaginário negro transnacional e a sustentar uma luta negra por justiça social. Trocas culturais, memória e entendimento mútuo da condição diaspórica negra são fundamentais para formar um senso de transnacionalidade e identidade diaspórica negra. Contudo, ao mesmo tempo, a negritude não pode ser tomada como um ideal universal ou determinante, pois questões de interseccionalidade e condições nacionais e locais divergentes causam impacto no significado cultural, social e político

da negritude. Assim, Marcelo D2 inclui uma mistura de samba e *hip-hop* bem como uma variedade de estéticas negras.

Ele cria uma identidade baseada em termos raciais e estéticos por meio da tentativa de formar uma expressão negra. Por exemplo, em uma barbearia, uma cabeleireira negra estiliza o cabelo de Marcelo D2, fazendo um penteado afro e, depois, trançinhas. Interessante notar que a interação entre ele e a cabeleireira negra é respeitosa, não sexual e, mesmo assim, de intimidade. Desse modo, o espaço da barbearia revela certa ausência de estereótipos e socializações sexuais. Esta relativa falta de conotações sexuais também é observada em outras imagens de mulheres jovens andando pela rua, em reuniões familiares ou na vizinhança.

No entanto, apesar de não ser tão sexualmente explícita quanto “Samba de primeira”, “Qual é?” mostra imagens escuras de um quarto, no qual Marcelo D2 toca as costas de uma mulher quase nua, e longas cenas de barrigas femininas. Embora estas cenas ocorram, implicitamente, à noite, a sexualização das mulheres ainda prevalece. A sugestão de atividade sexual com várias mulheres valida a masculinidade de Marcelo D2 mediante demonstrações de sexualidade. A visão do corpo feminino como mercadoria conduz as mulheres para as estruturas patriarcais de gênero. Ademais, essa contradição parece se manifestar como uma dualidade entre relações familiares e de vizinhança na comunidade *versus* relações noturnas urbanas mais impessoais. O vídeo registra múltiplas expressões de masculinidade bem como relações de gênero questionáveis.

Em termos de estilo, Marcelo D2 encoraja uma identidade negra por meio da estética. O processo de transformar o cabelo de Marcelo D2 em penteado afro com tranças aparece durante os versos “Andar como anda um *black, brother*” e sugere que ele tenta estilizar um jeito específico de ser como uma estética negra específica que é transnacional. A ordem para “usar sempre o complemento *black, brother*” afirma um orgulho negro e uma mensagem para levar este orgulho e a comunidade para a vida cotidiana. O verso se alinha à imagem de Marcelo D2 com tranças afro e o punho cerrado erguido.⁵ Esta imagem remete ao símbolo do movimento *black-power* nos Estados Unidos e o uso que Marcelo D2 faz dela é emblemático do desenvolvimento de significantes internacionais de protesto negro.

Imagens como a dos atletas negros dos Estados Unidos recebendo suas medalhas das Olimpíadas de 1968 com o punho cerrado têm impacto transnacional e, como tal, têm sido assimiladas como parte de uma identidade política e cultural negra. Imagens tais como os punhos cerrados nas Olimpíadas de 1968, que simbolizam uma aliança não apenas com os Estados Unidos, mas com uma identidade coletiva transnacional, são ressignificadas para além das especificidades históricas dos Estados Unidos, em favor de uma adaptação e leitura diaspórica negra mais expansiva. Marcelo D2 usa estas imagens para recodificar e despertar uma consciência diaspórica negra transnacional que reúne potencial para uma mobilização política simbólica.

O punho cerrado, o estilo de cabelo e as vestimentas são parte de uma moda negra que pontua uma estética negra transnacional. Ao mesmo tempo, Marcelo D2 não fica restrito a tal estética. Por exemplo, os trajes do *rapper* vão desde roupas de rua a uma estética estilizada de *hip-hop* negro, especialmente através do penteado com trancinhas afro. Ele usa estilos de *bad-boys* mais velhos, correntes de ouro e boné Kangol com outros trajes estilizados, de cabelo despenteado e roupas largas. Esta mistura de estilos assegura que a negritude pode ser definida através de várias identidades e posições do sujeito.

Ademais, o uso visual do retrato de família de Marcelo D2 é importante porque também expande uma identidade negra transnacional. No verso “Amar como ama um *black, brother*”, o vídeo mostra uma foto de Marcelo D2 e sua família sorrindo para a câmera. Esta imagem oferece uma representação visual e realista de uma família miscigenada e, conseqüentemente, da nação brasileira mestiça e *hip-hop*. A família deste *rapper* no vídeo é, presumivelmente, sua verdadeira família biológica e, assim, cultiva histórias de uma família mestiça e expande as fronteiras de negritude no contexto do videoclipe. Adicionalmente, o refrão que ordena amar se foca não em aspectos sexuais, mas, antes, inclui regras sobre como agir em relação à família e parcerias negras e racialmente mestiças. A ordem para amar “como um *black*” denota uma responsabilidade com a nação e a família.

No entanto, ao mesmo tempo, a sexualização que Marcelo D2 faz de várias mulheres em seu vídeo enfatiza a masculinidade por meio da atividade sexual masculina e, assim, posiciona sua responsabilidade com a

nação e a família por intermédio do sexo. Embora ele utilize frequentemente o termo “*brother*” na canção, não se pode assumir que tal referência também incluía mulheres como parte de uma comunidade transnacional negra e brasileira mais ampla. A raiz deste discurso é o conceito de nação como família/genealogia através de estruturas patriarcais. Marcelo D2 oferece uma identidade multifacetada, que abarca uma idéia dinâmica e flexível de “brasilidade” e negritude. Particularmente, demonstra que as identidades diaspórica negra, mestiça, brasileira e, especificamente, afro-brasileira podem coexistir e misturar-se entre si, às vezes de maneira harmoniosa ou contraditória.

9 CONCLUSÃO

O foco no trabalho de Marcelo D2 demonstra a construção de sujeitos diaspóricos nacionais e transnacionais, via mediações de raça, gênero e sexualidade. O uso da raça mostra a importância de imaginários nacionais e transnacionais que destacam significados políticos, culturais e sociais de negritude através das fronteiras. O significado e o uso da negritude como estética, consciência e política avança questões relativas à função da negritude e da diáspora bem como possíveis mudanças de posições do entendimento político, social e cultural. Em particular, este *rapper* não vê a mistura racial como colapso nacional ou desafio à identidade negra ou afro-brasileira, mas, antes, como parte da nação e de inclusões mais amplas de “brasilidade” e identidades negras transnacionais.

Marcelo D2 usa o *hip-hop* como ferramenta para cultivar identidade racial e de gênero, mas também como alternativa à marginalização. Entretanto, no *hip-hop*, contradições relativas à raça, gênero e sexualidade vêm à tona, desafiando a ideia de um bloco homogêneo unificado. Este artigo expõe como Marcelo D2 desafia certas normas culturais e sociais, mas também questiona como certas normas, especialmente no relacionado ao gênero, são frequentemente reescritas e distorcidas. O desejo e a sexualização das mulheres no vídeo de Marcelo D2 são considerados essenciais à “brasilidade”. Consequentemente, a “brasilidade” é codificada como masculina. Há muito pouco espaço alternativo para outras formas de identidade de gênero e sexo em seus vídeos. Os vários discursos

sobre raça, gênero e sexualidade, e as discrepâncias entre as letras e as imagens dos vídeos demonstram que identidade cultural é frequentemente multifacetada, maleável ou contraditória.

Traduzido do inglês por Camila Costa e Mônica Dias Martins

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. **Pergunte a quem conhece Thaíde**. São Paulo: Labortexto, 2004.
- BARROSO, A. **É luxo só**. [S.l.]: Lumia, 1994. 1 CD. (Ary Barroso Songbook, v. 1).
- BLACK Orpheus. Direção: Marcel Camus. 1959. [S.l.]: Criterion Collection, 2009. 1 DVD.
- CHANG, J. **Can't stop won't stop: a history of the hip-hop generation**. New York: Picador, 2005.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, 1241-1299, 1991.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- GARCÍA BEDOLLA, L. Intersections of inequality: understanding marginalization and privilege in the post civil-rights era. **Politics and Gender**, v. 3, p. 232-248, 2007.
- GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo de mulher negra no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- GILROY, P. **The black atlantic: modernity and double consciousness**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.
- GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34; Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.
- HAKIM, A.; RAMAMURTHY, A. Fragments in the history of the visual culture of anti-colonial struggle. In: FAULKNER, S.; RAMAMURTHY, A. (ed.). **Visual culture and decolonisation in Britain**. London: Ashgate, 2006.
- HANCHARD, M. G. **Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- MAGALDI, C. Adopting imports: new images and alliances in Brazilian popular music of the 1990s'. **Popular Music**, v. 18, n. 3, p. 309-329, 1999.
- MARCELO D2. **Qual é**. À procura da batida perfeita. São Paulo: Sony BMG/Epic, 2003. 1 CD.
- _____. **Samba de primeira**. Eu tiro onda. São Paulo: Sony/Columbia, 1998. 1 CD.
- McCANN, B. **Hello, hello Brazil: popular music in the making of modern Brazil**. Durham, NC: Duke Univ. Press, 2004.
- MULVEY, L. Visual pleasure and narrative cinema. **Screen**, v. 16, n. 3, p. 6-18, 1975.

PARDUE, D. Putting mano to music: the mediation of race in brazilian rap. **Ethno-musicology Forum**, v. 13, p. 235-286, 2004.

SILVA, D. F. da. Facts of blackness: Brazil is not (quite) the United States. ...And racial politics in Brazil? **Social Identities**, v. 4, p. 201-234, 1998.

VIANNA, H. **O funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

NOTAS

¹ O termo “interseccional”, destacado pela primeira vez pela professora de Direito Kimberlé Crenshaw, chama atenção para a “multidimensionalidade” das experiências vivenciadas por sujeitos marginalizados e aponta uma alternativa ao sistema único em favor de uma análise que considera as interações entre raça e gênero (CRENSHAW, 1991, p.1244).

² É incerto que Gilberto Freyre tenha realmente cunhado este termo. Suas teorias sobre a nação brasileira, no entanto, são consideradas fundamentais para a ideia de democracia racial no Brasil. Ver Guimaraes (2002).

³ O grupo *Planet Hemp* era controverso por defender a legalização da maconha. Marcelo D2 ainda é associado ao questionável uso dessa droga.

⁴ Por exemplo, o clássico de Ary Barroso, “É luxo só” (década de 1930), celebra a sensualidade e o movimento da mulata, bem como expressa desejo por ela. Grupos contemporâneos como o “É o Tchan” também utilizam a imagem da sambista mulata como parte de suas performances. Outros exemplos podem ser encontrados no consumo turístico de shows de mulatas.

⁵ O punho cerrado erguido também é associado a movimentos trabalhistas e comunistas nos Estados Unidos, bem como a lutas anticoloniais e antifascistas. Assim, este gesto já foi usado fora de movimentos transnacionais. A relação entre o punho cerrado, os “Panteras Negras” e o movimento *black-power* deve ter surgido destes antecedentes. Para saber mais sobre o uso do punho cerrado em lutas anticoloniais e antifascistas, consultar Hakim e Ramamurthy (2006).

Nationality and Black Diaspora in Marcelo D2's Music

1. INTRODUCTION

Emerging from marginalized communities in São Paulo, Rio de Janeiro, and other cities, Brazilian hip-hop is a significant cultural expression that both signifies and explores the anxieties and negotiations of race, class, gender, and sexuality. Often denied political agency through the traditional political realm, many hip-hop artists, particularly Afro-Brazilians have used hip-hop as a way to disseminate information, develop consciousness, create protest, and challenge established social inequalities. Hip-hop in Brazil has created a performative space for Afro-Brazilians to mobilize both a black diasporic identity and Brazilian identity affirming Afro-Brazilian roots. Brazilian hip-hop is part of a global hip-hop culture and a transnational black diasporic expressive culture as Brazilian hip-hop constantly references the African diaspora and at the same time, creates a distinct musical form that is unique to Brazil in both its musicality and its specific discourse of Brazilian social themes. I consider transnational narrative of blackness to be related to diasporic consciousness or understanding of a diasporic condition, yet at the same time often questions the concept of blackness as a complex convergence of a variety of histories, cultures, and realities

This paper specifically looks at the cultural productions of Marcelo D2, widely regarded as one of the pioneers of Brazilian hip-hop, play into transnational narratives of blackness, yet also stake a claim for blackness within the vision of the racially mixed nation. Marcelo D2 offers both progressive and conservative posturing of race and gender within a masculinized hip-hop ethos. A critical analysis of Marcelo D2's music and

music videos confront the limitations, contradictions, and possibilities of articulations of race, gender, and sexuality through the medium of hip-hop, and subsequently how these intersect with national, black diasporic, and transnational imaginaries.

I will look at how race, gender, and sexuality are mediated in the works of Marcelo D2 and will consider how these mediations are used often in contradictory ways to contribute to articulations of both Brazilian and transnational identities. By showing the contradictions of race, gender, and sexuality between and within cultural texts, the paper will examine how these intersecting categories are used to reinvent ideas of Brazilian national identity as well as an alternative black diasporic identity. Through an examination of how race, gender, and sexuality are both embodied and performed in hip-hop, the paper proposes an approach to Marcelo D2's based on an intersectional framework, which analyzes gender as category that intersects with other categories such as race, sexuality, class, and nation.¹ Therefore, the paper does not look at these categories as ranked hierarchally but rather sees these categories as interlock. An intersectional framework aids in the deconstruction of power and thereby makes visible not only difference but invisible norms² that structure power relations.

The article will consider the multiple and often contradictory ways in which Marcelo D2 performs and creates black diasporic and Brazilian masculinity. In order to place Marcelo D2's work into social and cultural context, the paper will also look at Brazilian hip-hop broadly as well as Gilberto Freyre's influential theories of Brazilian national identity.

2. ORIGINS OF BRAZILIAN HIP-HOP

Hip-hop emerged in Brazil in the early 1980s, primarily in São Paulo through break-dancing and graffiti, which are two of the four key components in hip-hop. Brazilian youth gathered by the São Bento metro station and the Galeria 24 de Março to dance, compete, listen to music, and exchange information.³ The introduction of the 1984 Hollywood film, *Beat Street* was pivotal to the popularization of hip-hop in Brazil.⁴ Television, film, and radio were important mediums of communication for the dissemination of hip-hop in Brazil. These forms of communication

and information, such as music video clips, record album covers, and stylized images of African-American life in Spike Lee films soon found their way to the *periferia* (marginalized suburbs)⁵ and *favelas* of São Paulo and Rio de Janeiro. By the 1990s, MTV Brasil and other mediums of communication contributed to the mass distribution of hip-hop culture.⁶ In particular, the increasing racial and political consciousness of United States hip-hop greatly influenced Brazilian hip-hop as well as broader concepts and cultures of black diasporic consciousness.

3. BLACK POPULAR MUSIC AND DIASPORIC FLOWS

In *The Black Atlantic*, Paul Gilroy highlights black popular music as part of global disseminations of culture and politics that responds to similar histories of racial inequality, colonial legacies, and neocolonialism throughout Africa and the African diaspora in Europe and the Americas. For example, Thaíde, one of the founders of Brazilian hip-hop, cites Afrika Bambaataa and other American hip-hop founders as a major influence in his intellectual awareness of the purpose of rap and sees rap as a founding of a culture that affirms African descent as a source of pride.⁷ Thaíde and others understood the consciousness of the hip-hop movement from this transnational awareness of *periferias* beyond the locale of São Paulo and the mass organizing of black youth to create a culture of positive values, self-respect, and dignity despite the marginalization and social exclusion of the *periferias* and Afro-Brazilians.⁸ Derek Pardue argues that many hip hop artists mediate their social and economic marginality through discourses and practices of negritude in ways that gesture toward diasporic belonging.⁹ With this consciousness of the ability to use rap as a weapon against marginalization also came a responsibility to spread the hip-hop message.

Just as Michael Hanchard shows with Brazil's Black Soul movement in the late 1960s and early 1970s, the dissemination of ideas and culture from the United States constituted another form of engagement with a transnational black diaspora. As Michael Hanchard points out concerning the Black Soul movement, "Never before had black Brazilians collectively identified with cultural forms that were black but neither African nor Brazilian...."¹⁰ This collective identity rooted itself in cultural and political

symbolism and music that emphasized blackness as a legitimate site of empowerment. However, at the same time, the Black Soul movement was widely criticized and repressed. Conservative leadership, including Gilberto Freyre, insisted that the Black Soul movement was both racist and unauthentic and that the movement was a black foreign separatist consciousness incompatible with an identity of *mestiçagem*.¹¹ Therefore, Brazilian hip-hop needs to be seen within this larger context of transnational narratives of blackness and articulations of Afro-Brazilian identities as well as the challenges to the development of black consciousness.

Brazilian hip-hop is carrying on a legacy of diasporic transculturation in the way in which it morphs various elements of the African diaspora to create a new musical form. It is also important to note that contrary to myth, hip-hop from the United States was never solely an African-American musical form. Its very roots suggest a global interplay of the African diaspora of the United States, Jamaica, and Puerto Rico, occurring in the locality of the South Bronx. DJ Kool Herc, considered to be one of the founders of hip-hop, brought the technologies of Jamaican sound systems into the Bronx and influenced the sound of what would later become hip-hop.¹² The close living quarters of different ethnic groups and rivalries of African-American and Puerto Rican gangs also infused a hybrid dance, visual art, and music to create a hip-hop sound and a hip-hop lifestyle. DJ Kool Herc says, "Hip-hop is a family, so everybody has got to pitch in. East, west, north, or south—we come from one coast and that coast was Africa."¹³ Brazilian hip-hop, in this sense, can be seen as part of the hip-hop family of the black diaspora and a uniquely Brazilian form of expression as it incorporates specific Brazilian social themes, such as *favelas* and Brazilian traditional music, such as samba.

While focusing on Anglophone contexts, Paul Gilroy's work in *The Black Atlantic* highlights the syncretic nature of black diasporic cultures that resists essentialist notions of racial or cultural authenticity. In particular, Marcelo D2's music participates in dialogic expressions of Brazilian, black diasporic, and United States cultures into cultural productions that are not the synthesis of such influences, but part of ongoing diverse processes of cultural and identity formations. However, within this focus on hip-hop, it is essential to think about the racial, gender, and sexual dimensions within Brazilian culture. In order to assess the work of Mar-

celo D2, an understanding of the racial situation in Brazil becomes immediately necessary. In order to analyze the cultural production of Marcelo D2, I begin with some key background on race and gender in Brazil and then turn to situate Marcelo D2's work within Brazilian hip-hop, and then later within global hip-hop .

4. RACE AND GENDER IN BRAZIL

The work of Marcelo D2 is planted in the adoption, reinvention, or refutation of Brazilian national identity. At times, these cultural productions represent an effort to create an alternative Afro-Brazilian or black diasporic identity as an oppositional response to the dominant national identity constructed in large part by Gilberto Freyre. In a radical departure from most of his predecessors, including the influential Oliveira Vianna who promoted policies of scientific racism in Brazil, Gilberto Freyre attempted to discredit prevalent ideas of scientific racism that supposed white superiority, the dangers of racial mixing and the degeneracy of mixed-race people. Rather than espouse a rhetoric of *branqueamento*, (whitening), which argued that the population could be lightened by European immigration and inter-racial marriage, Freyre put forward the idea that racial mixing created a hybrid vigor suitable for the tropics and this new population would pave the way for a modernized prosperous future rather than previous assertions of a backwards condemned nation. At the time, Freyre's valorization of the place of the *negro* could be seen as a radical progressive shift towards anti-racist rhetoric, but also had profound implications for the creation of a myth of racial democracy based on deeply gendered and sexualized relationships. Freyre's espousal of the benefits of *mestiçagem* or racial mixing carried forth into national lore the idea that through mixture, there were no racial difference and all Brazilian could claim a stake in African, European, and indigenous ancestry.¹⁴

In *Casa grande e senzala* (1933), Freyre also laid out the basis for later ideas of racial democracy¹⁵ in which the sexual and cultural mixing and integration of African, Portuguese, and indigenous elements converged in formation of national identity and a new hybrid tropical race.¹⁶ Freyre proposes that the type of structure in the *casa grande* (the plantation hou-

se) and *senzala* (slave quarters) permitted miscegenation under the rural patriarchal family. Freyre proposes that the relative shortage of white women and the natural attraction of Portuguese men for mulatto and black women were essential to processes of Brazilian colonization and the Brazilian nation. For Freyre, the *casa grande's* family structures shaped Brazilian society from the colonial period well into the nineteenth century. However, it is important to note that the emphasis on Freyre's constructions of inter-racial sexual unions are predominantly of white male masters with black and mulata slave women.

This erotic narrative produces the racial figure of the mulata, who has been celebrated as the unifying symbol of *brasilidade*¹⁷. In Freyre's framework, the racial mixing prevalent throughout Brazilian history and the celebration of the mulata became proof of a racially harmonious Brazilian society. This framework functions in part because inter-racial sexual relations are constructed as a love allegory without noting colonial and sexual violence and the exalted sexuality of the mulata is used to justify sexual exploitation.¹⁸

The sexual myths of the lasciviousness and desirability of the mulata woman also have its historic origins in Freyre's narratives and therefore, demonstrates the malleability and erotic construction of the *mulata*, which will later be in Marcelo D2's work. From Freyre's analysis, black men and white women appear largely absent in this process of building the Brazilian nation. Therefore, it is essential to consider how ideas of Brazilian national construction are also deeply gendered within a system of a racialized white patriarchy. This point is important to consider later in how Marcelo D2 mediate racialized gender and sexual identities within this framework. Through these imagined intimacies of a patriarchal narrative, Freyre associated Brazilian cultural construction with miscegenation and therefore, helped build a national identity based on racial mixing.

5. BACKGROUND ON MARCELO D2

Marcelo D2, a former vocalist for the controversial rock group, Planet Hemp,¹⁹ is one of the more mainstream commercially successful hip-hop artists. Unlike other rap groups such *Os Racionais*, Marcelo D's music

tends to be less overly political and radical yet still related to urban culture. The massive explosion of his music videos into the mainstream, the popularity of his music among urban middle-class youth, his signing to the Sony music label, his participation in events like *Skol Beats*, and the infusion of samba and pop far from Brazilian hip-hop roots and from the dominant São Paulo style hip-hop, testify to Marcelo D2's prominence. However, the *carrioca* rapper should still be taken seriously for the study of Brazilian popular culture due to the wide appeal of his music as demonstrated through record sales and downloads and his crossover from *periferia* to *asfalto* (outside marginalized zones). Marcelo D2 exhibits that Brazilian hip-hop is a mass media phenomenon that has penetrated a larger Brazilian public sphere beyond the *periferias*. With access to multiple social classes, his music has the potential to influence various sectors of Brazilian society. Furthermore, the international commercial and popular success of hip-hop should not be understated.

The insertion of Brazilian hip-hop into these global transnational flows and specifically, the global popularity of Marcelo D2 with regards to the dissemination and consumption of his music warrant that such research has implications for the study of popular culture and mediations of race, gender, and sexuality beyond Brazilian national borders. As with many of the discussions concerning the mainstream middle-class popularity of United States hip-hop, the implications of Marcelo D2's "crossover" appeal in both its manufactured and resisted form, raise important questions concerning issues of authenticity and racial identity. Therefore, the cultural expressions of Marcelo D2 become an intriguing subject of study for the analysis of race, gender, and sexuality concerning Brazilian national identity and global hip-hop culture.

6. MARCELO D2'S MUSIC AS CULTURAL TEXTS

Marcelo D2's work shows remnants of Freyre's legacy through identification with or rejection of his constructions of nation, race, gender, and sexuality. Marcelo D2's music therefore must be seen through these precedents of Gilberto Freyre, hip-hop, and samba. As he was one of the key proponents of the exaltation of Afro-Brazilian culture, the shift from a repression of samba to an embracing of samba by the Estado Novo can

also be linked in part to Gilberto Freyre. Under the Vargas government, certain cultural elements influenced by Afro-Brazilians, such as *feijoada* and *samba* became national symbols representative of a racially mixed Brazilian identity.²⁰ However, even with this valorization and co-optation of Afro-Brazilian culture, a patriarchal structure still prevailed. For example, the continuing prevalence of sexist songs, explicit sexual connotations, and the use of women, especially the mulata as sexual object of desire are quite common.²¹ Therefore, Marcelo D's innovative mix of samba and hip-hop should be seen in the context of the racial and gendered subtexts at play.

My methodology for the discussion of Marcelo D2's "*Samba de primeira*" and "*Qual é?*" entails a textual analysis of the musical lyrics as well as visual practices in the film and music video. The analysis asks what aspects of Brazilian culture or diasporic black culture and identities are represented in these texts; it also critically pays attention to how race, gender, and sexuality are mediated in the texts. Marcelo D2's music and music videos offers an expression of the often contradictory representations of race and gender. The paper will concentrate on Marcelo D2's lyrics and music video for "*Samba de primeira*" (1998) and "*Qual é?*" (2003).

7. SAMBA DE PRIMEIRA LYRICS AND MUSIC VIDEO

In "*Samba de primeira*" released in 1998, much of Marcelo D2's lyrics argue that his music presents the fusion of hip-hop and samba as continuing processes of reinvention within Brazilian culture and hip-hop culture. The tension between global hip-hop and local inflections of samba is presented as a possibility of a uniquely Brazilian cultural expression: "*Meu samba é duro na queda/não é conversa fiada/é e sempre foi a voz da rapaziada*" ["My samba is hard in the fall/it's not trusted conversation/it was always the voice of the people"]. Marcelo D2 clearly works within this framework through the absorption and adaptation of technologies, sounds, and aesthetics from United States and other international hip-hop. Marcelo D2 creates a juxtaposition of Brazilian hip-hop in relationship to Brazilian and North American and global culture industries: "*O DJ é o pandeiro, o MC é o parteiro /tem samba no meu hip-hop/porque eu sou brasileiro*" ["The DJ is the tambourine, the MC is the bandleader/

I have samba in my hip-hop/because I am Brazilian”]. Marcelo D2 suggests that he needs to incorporate samba into hip-hop because of his Brazilianess. Like Thaïde and other rappers, Marcelo D2 looks to Brazilian culture and Brazilian traditions as one of the many sources of inspiration for his songs and thereby challenges cultural boundaries of a static authentic hip-hop from the United States and an unchanging samba immune to other cultural and national influences. Marcelo D2 presents hip-hop as new form of cultural expression that does not conflict with the Brazilian roots of samba. Through Marcelo D2’s music, it is possible to see an argument for the incorporation of samba into his hip-hop as presenting a manifestation of *brasilidade*. Thus, Marcelo D2’s identity is in both the transnational tradition of hip-hop and in the Brazilian roots of samba. Marcelo D2’s music also grapples with concerns relating to the cultivation, preservation, and expression of samba. According to Marcelo D2, he is the caretaker and defender of Brazilian popular culture: “*Essa é pra você que vem do lado de lá/Tentando acabar com a nossa cultura popular*” [This is for you that come from that side over there/Trying to get rid of our popular culture]. Rather Marcelo D2 proposes that he is continuing the tradition of samba for new generation: “*Eu sou da nova geração e minha gíngã é de bamba*” [I am from the new generation and my gíngã is that of bamba]. Marcelo D2 roots his production of hip-hop and samba in the streets and with everyday life. His lyrics and musicality are used to present a flavor of the streets in order to show the musical richness and life that springs from these areas. He raps, “*A batida é crua e você vai a lua e as letras mermão/vêm direto das ruas*” [“The beat is crude and the lyrics my brother/come direct from the streets”]. Forming the basis of his music in the streets and the music of speaking, singing, and other cacophony as the inspiration of Brazilian hip-hop and the derived core culture of the street, Marcelo D2 narrates from lived experience: “*Eu canto as coisas que vejo na minha vida*” [“I sing the things that I see in my life”]. Furthermore, Marcelo D2’s lyrics allude to both cultural and racial mixing. When he describes his rhyme as *cinza* (grey), Marcelo D2 adopts an inflection of racial and cultural mixing as a musical and cultural aesthetic of *cinza* that forms a Brazilian and diasporic racially mixed space through hip-hop. It is possible that Marcelo D2 uses a Brazilian system of color classification for a socially reproduction function comple-

mentary to a hip-hop and samba synthesis of different racial elements and of different national and cultural elements. In this sense, Marcelo D2 might be aligned with a Gilberto Freyre vision of a *brasilidade* based on racial mixture. However, this idea of *cinza* might also suggest a flexible subject position that assimilates to, reinvents, and resists the meaning of racial mixing and the racially mixed subject.

Therefore, it is possible that Marcelo D2 uses the idea of racial mixing not just as a function of hegemonic conformation to a national identity, but as a strategy of cultural empowerment and expression of pride in the racial and cultural hybridities of individual and national subjects as mediated through samba, and hip-hop. However, at the same time, Marcelo D2 notes that "*O cabelo é piaçava*" [The hair is *piaçava*]. This reference to hair as *piaçava* (a fibrous material made from a Brazilian palm tree found mainly in Bahia and Pará and often used to make brooms) brings connotations of kinky coarse hair. In this instance, Marcelo D2 alludes to images of black hair, placing cultural and political aesthetics into broader collective Afro-Brazilian and black diasporic identities. Marcelo D2's description of the texture of hair becomes a symbol of racial difference and therefore an indicator of a racialized identity. The explicit racial implications of hair marks a visibility of African descent. Rather than an attempt to hide or change the texture of hair, Marcelo D2 uses the hair as *piaçava* as a self-conscious racialized construction of identity and a counter-politics to Eurocentric ideals, which devalues visible black appearances and aesthetics.

Yet, the potentially progressive and radical politics of the lyrics of "*Samba de primeira*" are mitigated through the "*Samba de primeira*" music video. The medium of the music video is another space to explore the ways in which race, gender, class, and sexuality intersect in popular culture. Additionally, the attitudes expressed in the music video often contradict those of the lyrics. The "*Samba de primeira*" video opens with landscapes of Rio de Janeiro derived from the classic film, *Black Orpheus* (*Orfeu Negro*, 1959) scenes and later progresses to scenes of samba dancing in the street and during Carnival from the film. *Black Orpheus* is often closely associated with Brazilian culture and acted as a global vehicle for the promotion and dissemination of a vision of Brazilian culture. While the use of *Black Orpheus* introduces a version of a beautified lan-

dscape of Rio de Janeiro, Carnival, and samba dancing, the next sequence in the video leads into a basic white empty background with Marcelo D2, a DJ, and *mulata samba* dancers. Although the video attempts to disrupt the mythologizing of Brazilian culture from *Black Orpheus* through the subsequent implosion of a samba-hip-hop fusion, the next frame goes to Marcelo D2 rapping amongst dancing mulata sambistas in skimpy theatrical Carnival type costumes. Rather than complicating the image of Brazil, the music video encompasses previous stereotypes, myths, and imagery of Brazilian culture. Whereas the music video's focus on hip-hop and funk brings in new conditions of Brazilian culture and music, the visual imagery falls back on the representation of mulata women as objects of desire and of sexual and media consumption. The video clip uses the mulata in a conservative framework that idealizes the mulata as a flat silent symbol but not as a potential voice or active contributor to the Brazilian national identity.

The empty blank white space that Marcelo D2 and the mulata sambistas occupies contrasts with the rich imagery of the *Black Orpheus* film and functions to create a vision that solely focuses on Marcelo D2 and the samba dancers. This blank space works as not a depiction of reality, but rather as an autonomous space for the production of a deeply gendered racialized and sexualized ideal of leisure, identity, fantasy, and desire. This empty slate reinvents and recirculates the ideal woman of desire as the mulata and thereby preserves older characteristics from samba songs and some of the imagery of the sensuality of the mulata as evoked by Gilberto Freyre. Hence the dancing mulata in the video is thought of in purely corporal terms imbedded in racialized, sexualized and gendered images of a *brasilidade* that fuses samba and a national identity as embodied through the dancing mulata. The "*Samba de Primeira*" music video mobilizes foundational national myths of Brazil and international perceptions of Brazil through the incorporation of *Black Orpheus* and samba dancing *mulata* bodies.

However, Marcelo D2's video does not just make suggestions regarding the representation of women, but also presents a vision of masculinity. The music video relies on a sexualized fantasy in which the blank white space works as a performative space for representing masculine desire. In the video, the mulata sambistas act as symbols of the affirmati-

on and expression of a stable masculinity. The women do not speak or even sing, but rather only the dancing body is valued. This sexualization of the sambistas in the video allows for a control of the female image while Marcelo D2 actively constructs his own voice through his ability to rap and thereby, enunciate his identity. The video thereby as medium or technology of a male subjectivity that is created in part through the production of the racialized, gendered, and sexualized mulata sambista.

Feminist theorists such as Laura Mulvey have pointed to how patriarchal culture have embodied women as of objects of the "male gaze." In her influential essay "Visual Pleasure and Narrative Cinema," Laura Mulvey posits that an active male gaze predominates through a patriarchal structure in dominant mainstream cinema. Through identification with the male protagonist and the camera, the viewer is given a sense of mastery by occupying the male gaze over the female object.²² This process begins when Marcelo D2 establishes himself as the main narrator in his music video through the central positioning of himself in the majority of the frames. Mulvey argues that the female object is then eroticized and fetishized through the process of this gaze. Therefore, to identify with the male protagonist and to objectify the female subject is to be given a sense of mastery and power.

The video clip presents the mulata sambistas as objects to be desired, to be gazed upon, and to be fetishized. The camera pans and tracks the dancers' movements and often put these bodies on display through the camera's positioning to focus on specific body parts and through enduring shots of these parts. Thus, the audience viewer takes on the gaze of the contestant and what is presumed to be a male gaze according to Mulvey. The sambista then becomes an object of eroticism and a spectacle of desire in which she is looked upon by Marcelo D2 and the audience viewer. The audience is allowed to participate in a collective fantasy through the viewing of the music video and thereby, embrace or reject Marcelo D2's vision of a Brazilian identity based on the mulata. At the same time, the celebration of the mulata as a symbol of Brazilian miscegenation and Brazilian national identity perhaps also reveals the rejection and devaluing of the *mulher preta* (black woman).

However, Marcelo D2's music is often contradictory particularly in regards to issues of gender. While in "*Samba de primeira*" women were

stereotypical sexualized objects of masculine desire, gender works more subtly and in less blatantly sexist ways in the music video “*Qual é?*”. These inconsistencies might be read as part of the multitude of contradictions of cultural forms. These variances are constantly negotiated within radical and conservative hegemonic and alternative discourses. Marcelo D’s music exhibits a multidimensionality and hybridity that shifts and contradicts itself that does not come to any dialectical space, but rather is a dialogic process that engages with other voices, cultures, and discourses from Brazil and abroad. This notion of a dialogical open discourse is critical as it allows the contradictory and complex politics of identity and community to emerge without the desire to block engagement and confrontation.

8. “*QUAL É?*” LYRICS AND MUSIC VIDEO

In “*Qual é?*”, Marcelo D2 offers a vision of black diasporic and Brazilian imaginaries. In the music video he creates a transnational narrative of blackness. Therefore, Marcelo D2 intermixed Afro-Brazilian cultural elements with other black diasporic elements in a multifaceted narrative through video and lyrics. In his “*Qual é?*” video, he shows colorful images of his neighborhood with Afro-Brazilian children playing in the street, women walking by, elderly men playing samba instruments, young men listening to music on boomboxes. Furthermore, Marcelo D2 demonstrates that he is rooted in community through the visual tour of the neighborhood and the large musical and meal gatherings of multiple generations in the video. While “*Samba de primeira*” opens with *Black Orpheus*’ panoramic view of Rio de Janeiro, “*Qual é?*” gives an aerial view of the street, but never leaves the neighborhood.

Marcelo D2 situates these local and transnational imaginaries of blackness within the context of struggle and resistance to a status quo. However, it is not explicitly clear what such a movement or struggle entails. Marcelo D2 addresses his listener and transmits ideas and demands. While Marcelo D2 seems to advocate for personal and collective behavior and the will to participate in struggle, the struggle itself is not named: “*Que você mantém a conduta/Será?/Que segue firme e forte na luta.*” [That you keep the conduct/That you remain firm and strong in the struggle].

The advocacy of a personal obligation to family and community are stressed through the demand to develop a collective consciousness of social and economic responsibility: "*Daqueles que quando/Sua família precisa?*" [Of those that when /your family needs you] Marcelo D2 therefore posits hip-hop itself as an ongoing process and space of struggle and negotiation. The deployment of the discourse of struggle and upward mobility are placed in a context of a fight against extensive histories of colonization and slavery: "*Há 500 anos/Esta banca manda a vera/Abaixou a cabeça já era*" [It's been 500 years/this judge commands you for real/putting your head down, it's over]. Therefore, Marcelo pushes his listener to combat their social, economic, and political subordination.

Through the song's lyrics, Marcelo D2 also expresses a consciousness of a larger marginalization of the black diaspora as a global means of oppression. In "Qual é?", Marcelo D2 repeatedly addresses his listener as *neguinho* such as in "*Qual é neguinho?*" The use of *neguinho* demonstrates a slipperiness of terms as the term could be a racialized diminutive of the variant *negro*, an affectionate sign of intimacy, or a generic reference. However, the repeated use of the term along with the circulation of the English word "black" and "brother" throughout the song seems to suggest that the form of address might be specific to Afro-Brazilians. The refrain of "*Amar como ama um black, brother/ Falar como fala um black, brother/ Andar como anda um black, brother/ Usar sempre o complemento black, brother*" [Love like a black loves, brother/Talk like a black talks, brother/Walk like a black walks, brother/Always use the black complement, brother] incorporates English into his lyrics with the signifier of brother. This utilization of English signifies an understanding of a black collective community beyond the borders of the *favelas* and Brazil.

By rapping in English and Portuguese, Marcelo D2 also demonstrates a transnational black solidarity. Hip-hop is used as a means of communication that surpasses linguistic barriers and cultural borders in order to create a transnational black imaginary and the sustentation of a collective black struggle for social justice. Cultural exchange and the memory and mutual understanding of the black diasporic condition are key to forming a sense of black transnationalism and black diasporic identity. However, at the same time, blackness cannot be taken for a given or overdetermined to an ideal universal as questions of intersectionality

and divergent national and local conditions impact the cultural social and political meaning of blackness. Hence, Marcelo D2 includes a mix of samba and hip-hop as well as variety of black aesthetics.

Marcelo D2 creates an identity based in aesthetic and racial terms through attempt at forming black expression. For example, in a barbershop, a female hairdresser styles Marcelo D2's hair to accentuate his hair into a full-fledged Afro hairstyle and then later into cornrows. It is interesting to note that the interaction between Marcelo D2 and the female black hairdresser is respectful, non-sexual, yet intimate. Therefore, the space of the barbershop reveals a relative absence of sex-role stereotypes and socializations. Other images of young women walking down the street or involved in familial or neighborhood social gatherings also have a relative lack of sexual undertones.

However, while not as sexually explicit as "*Samba de primeira*", "*Qual é?*" still does involve dark shots of a bedroom scene in which Marcelo D2 touches the backside of a half-naked woman and long camera shots of bare female stomachs. While these scenes are implied to take place at night, the sexualization of women is still prevalent. The suggested sexual activity with multiple women validates Marcelo D2's masculinity through a display of sexuality. The commodified view of female flesh pushes women into the patriarchal gender structures. Furthermore, this contradiction appears to manifest as a binary between neighborhood and familial relationships in the community versus more impersonal urban nocturnal settings. The video demonstrates multiple expressions of masculinity as well as contested gender relations.

In terms of style, Marcelo D2 encourages a black identity through aesthetics. The process of transforming Marcelo D2's hair into an Afro and cornrows occurs during the lines "*Andar como anda um black, brother*" suggests that Marcelo D2 is attempting to stylize a specific way of being as specific black aesthetic that is transnational. The command to "*usar sempre o complemento black, brother*" affirms a black pride and a message to carry this black pride and community into one's everyday life. This line aligns with the image of Marcelo D2 with cornrows and a clenched pumped fist in the air. This image correlates to the raised closed fist²³ of the black-power movement in the United States and Marcelo D2's usage of the image is emblematic of the development of international signifiers of black protest.

Images such as the raised clenched fists of United States black athletes receiving their medals in the 1968 Olympics have transnational impacts and as such, have been adapted as part of a black political and cultural identity. Images like the clenched fists of the 1968 Olympics, which symbolize an allegiance not just to the United States, but to a collective transnational identity, are resignified beyond United States historical specificities in favor of a more expansive black diasporic reading and adaptation. Marcelo D2 utilizes this visual imagery for re-encoding and awakening a transnational black diasporic consciousness that garners potential for symbolic political mobilization.

The clenched fist, hairstyles, and clothing are part of a black self-fashioning that makes a nod to transnational black aesthetics. At the same time, Marcelo D2 is not constrained by such an aesthetic. For example, Marcelo D2's attire ranges from street clothes to a stylized black hip-hop aesthetic, especially through hair of Afros and cornrows. He uses older b-boy styles of wearing gold chains and Kangol cap with other stylized attire of uncombed hair and nondescript baggy clothes. This mix of styles affirms that blackness can be defined from multiple identities and subject positions.

Furthermore, the visual use of Marcelo D2's family portrait is important for also expanding a black transnational identity. In the line "*Amar como ama um black, brother,*" the video shows a frame of Marcelo D2 and his family smiling for the camera. This frame offers a visual and realistic representation of the racially mixed family, and hence the racially mixed nation of Brazil and hip-hop. Marcelo D2's video family is presumed to be his real biological family and thereby, reworks mixed race family histories and expands boundaries of blackness into the text of the music video. Additionally, the refrain commanding love focuses not on sexual aspects, but rather includes rules on how to act in regards to the black and racially mixed family and partnerships. The command to love "*como um black*" denotes a responsibility to nation and family.

However, at the same time Marcelo D2's sexualization of various women in his music videos puts an emphasis on masculinity through male sexual activity and therefore, poses his responsibility to nation and family through sex. While Marcelo D2 makes frequent references to "brother" in the song, it cannot be assumed that such a reference also inclu-

des women as part of a larger transnational black and Brazilian community. At the root of this discourse is the concept of the nation as family/genealogy though patriarchal structures. Marcelo D2 offers a multifaceted identity that embraces a flexible and dynamic idea of *brasildade* and blackness. Rather Marcelo D2 demonstrates that black diasporic, *mestiço*, Brazilian, and specifically, Afro-Brazilian identities can co-exists and mingle, at times harmoniously or contradictorily, with them.

9. CONCLUSION

A focus on the work of Marcelo D2 demonstrates the construction of national and transnational diasporic subjects through mediations of race, gender, and sexuality. The use of race shows the salience of national and transnational imaginaries that highlight cultural, social, and political meanings of blackness across borders. The meaning and use of blackness as aesthetics, consciousness, and politics foreground questions relating to the function of blackness and diaspora as well as possible shifting locations of political, social, and cultural understanding. In particular, Marcelo D2 does not see racial mixture as collapsed into the nation or as a challenge to Afro-Brazilian or black identities, but rather as part of the nation and larger inclusions of Brazilianness and transnational black identities.

Marcelo D2 uses hip-hop as for tool for reworking racial and gender identity but also as an alternative to marginalization. However, within hip-hop, contradictions relating to race, gender, and sexuality come into play that challenges the idea of a united homogenous bloc unit. The paper exposes how Marcelo D2 challenges certain cultural and social norms, but also how certain norms, especially in regards to gender, are often reinscribed or distorted. The desire and sexualization of women in Marcelo D2's music video are deemed as essential to *brasildade*. Hence, *brasildade* is coded as masculine. There is very little alternative space for other forms of gender or sexual identity or space in his videos. The various discourses towards race, gender, and sexuality and the discrepancies between lyrics and music video imagery demonstrate that cultural identity is often multifaceted and often shifting or contradictory.

NOTES

¹The term *intersectionality*, first highlighted by legal scholar Kimberlé Crenshaw, calls attention to the 'multidimensionality' of the lived experiences of marginalized subjects and asserts an alternative to a 'single-axis' framework in favor of an analysis that takes into account the ways in which race and gender interact (Crenshaw, 1991:1244). See Kimberle, Crenshaw. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color." *Stanford Law Review* 43 (1991): 1241-99.

² Lisa García Bedolla, "Intersections of Inequality: Understanding Marginalization and Privilege in the Post Civil-Rights Era." *Politics and Gender* 3 (2007): 232-248.

³ César Alves. *Pergunte a quem conhece Thaíde*. (São Paulo: Labortexto), 2004.

⁴ *Ibid*, 35.

⁵ All translations in the paper are my own.

⁶ Cristina Magaldi. "Adopting Imports: New Images and Alliances in Brazilian Popular Music of the 1990s". *Popular Music* 18.3 (Oct., 1999): 314.

⁷ Alves, 35.

⁸ Alves, 38.

⁹ Derek Pardue. "Putting Mano to Music: The Mediation of Race in Brazilian Rap." *Ethnomusicology Forum* 13 (2004), 253-286.

¹⁰ Michael George Hanchard. *Orpheus and Power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994), 113.

¹¹ Hermano Vianna. *O funk carioca*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988), 28.

¹² Jeff Chang. *Can't Stop Won't Stop: A History of the Hip-Hop Generation*. (New York: Picador, 2005), 67-85.

¹³ qtd in Chang, xiii.

¹⁴ Denise Ferreira da Silva, "Facts of Blackness: Brazil Is Not (Quite) the United States. ... And Racial Politics in Brazil?" *Social Identities* 4 (1998): 201-234.

¹⁵ It is unclear as to if Gilberto Freyre actually ever coined this term. However, his theories of the Brazilian nation are considered fundamental to the idea of racial democracy in Brazil. See Antônio Sérgio Guimarães, *Classes, raças e democracia* (São Paulo: Editora 34; Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002).

¹⁶ Gilberto Freyre. *Casa Grande & Senzala*. 19th Portuguese-Language Ed. (Rio de Janeiro: José Olimpo, 1978).

¹⁷ By *brasildade*, I am referring to the notion of an essence of Brazilianness that defines Brazilian national character

¹⁸ Sonia Maria Giacomini. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo de mulher negra no Brasil*. (Petrópolis: Vozes, 1988), 66.

¹⁹ Planet Hemp was controversial for advocating for the legalization of marijuana. Marcelo D2 is still associated with his controversial use of marijuana.

²⁰ Bryan McCann, *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil* (Durham, NC: Duke Univ. Press, 2004).

²¹ For example the classic Ary Barroso's "*É Luxo Só*" (1930s) celebrates the sensuality and movement of the *mulata* as well as express desire for the *mulata*. Contemporary groups such as *É o Tchan* have also employed the image of the dancing *mulata sambista* as part of their performances. Other examples can be found in the tourist consumption of shows de *mulata* (theatrical commercial spectacles where Afro-Brazilian women dance *samba*).

²² Laura Mulvey. "Visual Pleasure and Narrative Cinema". *Screen* 16.3 (1975): 6–18.

²³ The raised clenched fist has also been associated with labor and communist movements in the United States as well as with anti-colonial and anti-fascist struggles. Therefore, the fist itself was already borne out of transnational movements. The relationship between the clenched fist and the Black Panthers and the black power movement most likely emerged from these antecedents. For more on the uses of the clenched fist in anti-colonial and anti-fascist struggles, see Adi Hakim and Anandi Ramamurthy. "Fragments in the History of the Visual Culture of Anti-Colonial Struggle," in *Visual Culture and Decolonisation in Britain*, ed. Simon Faulkner and Anandi Ramamurthy. (London: Ashgate, 2006.)

Casa de las Américas: por la cultura del Continente

Fundada en los primeros meses de la Revolución cubana, la Casa de las Américas pronto se convertiría en un centro que expresaba hacia Latinoamérica y el Caribe, en el plano de la cultura, los valores de la nueva sociedad. En su medio siglo de existencia ha sido punto de encuentro para miles de escritores y artistas, y centro de irradiación del arte y la literatura latinoamericanos

Palabras-chave: América Latina; cultura; política.



Casa de las Américas:
promoting the culture
of the Continent

The House of the Americas, founded in the first months of the Cuban Revolution, soon became a center that disseminated, in the cultural level, the values of the new society throughout Latin American and the Caribe. Along its half century it has congregated scores of writers and artists, and irradiated Latin-American art and literature.

Palavras-chave: Latin America; culture; politics.

Jorge Fornet: Diretor da
Casa de las Américas

El 28 de abril de 1959, a menos de cuatro meses del triunfo de la Revolución cubana, fue fundada oficialmente la Casa de las Américas. Y para presidirla se designó a la heroína de la Revolución Haydee Santamaría, cuyo nombre ha quedado asociado desde ese momento al de la propia institución. Ella fue, hasta el fin de sus días, el pilar esencial de un proyecto que sigue considerándola gestora e inspiración de lo que somos. Quienes la han sucedido en la presidencia de la Casa –el pintor Mariano Rodríguez y, en las dos últimas décadas, el poeta y ensayista Roberto Fernández Retamar–, han agregado sus respectivas dosis de pasión y de sabiduría, sin renunciar a lo que nos dejó aquella mujer excepcional.

Lo cierto es que la Casa – si bien ha mantenido siempre su autonomía – nació indisolublemente unida a la Revolución, y el curso que ese proceso histórico tomaba la fue convirtiendo, en la práctica, en el centro que expresaba hacia la América Latina y el Caribe, en el plano de la cultura, los valores de la nueva sociedad. Ese afán de integración cultural que es el propósito principal de la Casa, y lo que él implica en cuanto a la investigación e interpretación de los fenómenos culturales de nuestros países, a la promoción de la obra de los escritores y artistas de la región, al establecimiento de redes intelectuales, nada de eso se entendería sin el fenómeno mayor de la Revolución cubana, las inquietudes que ella generó, y el consiguiente afán por darles respuesta. Es un lugar común recordar que, en momentos en que Cuba estuvo aislada diplomáticamente del resto del Continente, la Casa fue un puente esencial que mantuvo el intercambio activo con la intelectualidad de la región. Con los años y el restablecimiento de aquellos vínculos perdidos, la Casa – aunque ella misma se renueve constantemente – no perdió su rumbo que, estratégicamente, continúa siendo el mismo de hace medio siglo. Por eso, aun cuando afortunadamente han ido surgiendo en el Continente proyectos similares que no existían cuando ella nació, el proyecto de la Casa – heredero de la tradición integradora de Simón Bolívar y José Martí – sigue siendo legítimo y necesario. Para cualquier institución cultural, llegar activa al medio siglo de existencia es un desafío que se cumple con cierto inocultable orgullo. Significa que a lo largo de este tiempo ha servido de punto de encuentro para miles de escritores y artistas, y como centro de irradiación de parte de lo mejor

de la cultura latinoamericana y caribeña. Cuánto han aportado al público y a la cultura en general los centenares y centenares de lecturas, recitales, debates, conciertos, festivales de teatro, ediciones, todo eso que forma parte del día a día de la institución, es algo difícil de calibrar. Sin embargo, a estas alturas, y a pesar de ver con satisfacción lo realizado, nos interesa más el futuro que el pasado. Cumplir cincuenta años es, ante todo, una invitación a seguir adelante.

Si vamos a hacer un poco de historia debemos recordar que apenas un año después de fundada la institución, nacieron varios de los símbolos que la han acompañado e identificado hasta hoy: la revista “Casa de las Américas”, el Premio Literario y la Editorial. La primera –que ya ha sobrepasado la cifra de 250 números– se convertiría pronto en un referente cultural ineludible, órgano de la vanguardia estética y política en el que encontrarían espacio la mayor parte de los más sobresalientes escritores y pensadores de nuestra América y de buena parte del mundo.

Conocido en sus inicios como Concurso Literario Hispanoamericano, y por su nombre definitivo desde 1965, el Premio logró convocar en su primer año a un jurado de excepción y a varios centenares de concursantes, y de inmediato se convirtió en el más reconocido de su tipo en el Continente, espacio de encuentro de intelectuales de todas las latitudes que desde entonces participan en él como jurados o invitados. Ya en 1964 el nombre del Concurso Literario Hispanoamericano había sido sustituido por el de Concurso Literario Latinoamericano con el propósito de incluir a los escritores brasileños. Pero no fue sino hasta dieciséis años después que se convocaría la literatura brasileña como categoría independiente dentro del Premio Literario. Desde entonces han estado vinculados a él, como galardonados o como jurados, buena parte de los más reconocidos escritores de Brasil, de Antonio Cândido a Rubem Fonseca, de Antônio Callado a Moacir Scliar, de Ledo Ivo a Thiago de Mello, de Fernando Morais a Frei Betto. Por cierto, uno de ellos, el compositor y cantante Chico Buarque, fue también jurado del Premio en calidad de escritor, lo que no le impidió ofrecer durante su estancia un recital junto a algunos trovadores cubanos.

La Editorial, surgida para publicar los libros premiados en el certamen literario, se vio pronto desbordada de esa misión inicial y comenzó la fundación de colecciones y perfiles editoriales que venían a ser también,

en esencia, una refundación de los paradigmas de la literatura y el pensamiento latinoamericanos y caribeños. Tanto estos libros como la revista comenzarían a surcar el espacio continental, a viajar en busca de sus lectores y a tejer esa red de relaciones intelectuales que ha sostenido a la Casa a lo largo de su historia. Fruto inevitable del desarrollo de la Editorial fue la creación, en 1963, de su colección de textos clásicos Literatura Latinoamericana (que en fecha reciente enriqueció su nombre e hizo justicia a su catálogo al rebautizarse como Literatura Latinoamericana y Caribeña). Ella surgió con la expresa vocación de establecer y difundir lo más valioso de la literatura y el pensamiento de nuestra América. Resulta significativo que el primer número de esa colección, como forma expresa de dinamitar las barreras que usualmente nos separaban de Brasil, fuera la novela “Memorias póstumas de Brás Cubas”. Cuarenta y cinco años después, al cumplirse un siglo de la muerte de su autor, Machado de Assis, la Casa le volvería a rendir homenaje en un coloquio dedicado a su obra.

Ya en aquellas primeras ediciones se hacía evidente la decisión de la Casa de dar a sus publicaciones un perfil gráfico atractivo y novedoso. Ha sido una tradición visible en sus publicaciones periódicas, libros y carteles (sin olvidar los nuevos soportes electrónicos) que la institución ha sostenido a lo largo de su historia.

Tal vez la primera muestra contundente de la relación entre la Casa y Brasil tuvo lugar en aquel lejano 1960, cuando la exposición “Pintura cubana contemporánea”, integrada por más de cien obras, vino al país como parte de un recorrido que incluyó también a México y Uruguay.

Pronto la Casa ampliaría el espectro de sus intereses, al celebrar con carácter anual un Festival de Teatro Latinoamericano, el cual propició un notable impulso a un género insuficientemente reconocido a nivel continental. En ese contexto nació la revista “Conjunto”, fundada por el guatemalteco Manuel Galich. Su aparición ininterrumpida durante más de cuatro décadas la ha convertido en un símbolo para los teatristas del Continente. Sus páginas recogen estudios teóricos, entrevistas, críticas e informaciones acerca del movimiento teatral latinoamericano, y cada número reproduce, además, al menos una obra del repertorio latinoamericano. Por otra parte, la edición de un disco con la grabación del recital que el poeta chileno Pablo Neruda ofreciera en la Casa abrió un camino que fructificaría en el Archivo de la Palabra, fondo que atesora más de

mil voces de escritores y pensadores de nuestra América que a lo largo de varias décadas han pasado por la institución. Fruto de ese patrimonio es la colección fonográfica Palabra de esta América, la cual ha editado, en diversos soportes, centenares de esas voces.

Parte esencial del trabajo de la Casa corresponde al ámbito de la música, al punto de que son habituales en ella los conciertos, los festivales de música, los premios en las categorías de composición musical y de musicología. Con el propósito de fomentar los acercamientos teóricos a esa zona de la creación, se edita desde 1970 el boletín “Música”, revista que en cada entrega presenta la edición impresa de una obra musical. Algunos de los festivales convocados por la Casa han sentado pauta a nivel continental. Es el caso del “Encuentro de la Canción Protesta”, el cual propició en 1967 la presencia de medio centenar de músicos y estudiosos de diversos países de la América Latina, Asia, Europa, Australia y los Estados Unidos que recorrerían varias ciudades del país. Muchos de los participantes serían luego los exponentes fundamentales de una canción de compromiso político y social, fruto de un movimiento que, bajo diversos nombres, estaba emergiendo en el planeta. Consecuencia de ese “Encuentro” y momento fecundante del Movimiento de la Nueva Trova fue el primer recital que ofrecieron Silvio Rodríguez, Pablo Milanés y Noel Nicola. A partir de aquella noche en la Casa, los tres se convertirían en símbolos de la canción que estaba naciendo.

Una enorme y culturalmente diversa área geográfica del Continente había tenido escasa presencia entre nosotros hasta la exhibición, en 1974, de una muestra de artesanía y fotografía de los pueblos aborígenes del territorio amazónico de Venezuela. Ese primer acercamiento significativo a la cultura amazónica iría encontrando nuevos espacios a partir de entonces. El más notable de ellos sería la celebración, treinta años después y en colaboración con la Unesco, del “Coloquio internacional de culturas de la Amazonia”, en que participaron estudiosos y habitantes del área, y del que se desprendió un volumen dedicado a las lenguas en peligro de extinción en esa zona de nuestra América.

Al celebrarse en 1975 el Año Internacional de la Mujer, la revista “Casa de las Americas” consagraría un número al tema y se dedicaría el Premio de testimonio del siguiente año a la mujer latinoamericana. Se trató del preámbulo al nacimiento, muchos años después, de un Programa de Es-

tudios de la Mujer dentro del marco de la Casa. Aunque los estudios de la mujer ya habían encontrado espacio entre nosotros, con la creación del Programa alcanzaron una organicidad de la que carecían. La presentación del Programa coincidió con la convocatoria de un Premio Extraordinario sobre Estudios de la Mujer dentro del Premio Literario y de un coloquio que, a partir de entonces y con frecuencia anual, ha abordado la historia y la cultura de las mujeres latinoamericanas y caribeñas desde la Colonia hasta hoy, cuestiones teóricas como la crítica feminista o las relaciones de género, raza y clase, además de otros temas más específicos y multidisciplinarios, afines únicamente por la perspectiva feminista desde la cual se les aborda. Al mismo tiempo, el Programa ha impulsado la publicación de antologías de escritoras y de las actas de los coloquios, los cuales han reunido a centenares de especialistas de tres Continentes.

Fue a mediados de esa década del setenta que un mundo hizo irrupción entre nosotros. En 1976 se convocó por vez primera un premio para la literatura caribeña en inglés como forma de integrar orgánicamente al Caribe dentro del quehacer de la Casa y de dar a conocer en el ámbito hispano a varios de los más notables escritores anglocaribeños e invitar como jurados a sus mejores exponentes y estudiosos. Tres años más tarde fue convocada en el Premio Literario la literatura caribeña de expresión francesa. Pero el paso más significativo de ese proceso fue la creación, como un departamento más de la Casa, del Centro de Estudios del Caribe, dedicado a la investigación y promoción de la cultura artística y literaria de la región. Resultado inmediato de esa gestación serían el incremento de obras caribeñas publicadas por la Editorial de la Casa, la organización de encuentros o seminarios especializados y, más adelante, la creación de "Anales del Caribe", revista cuyas colaboraciones se publican en español, inglés y francés, y en la que aparecerían textos de los más importantes escritores y estudiosos de (y sobre) ese espacio geográfico y cultural.

También por esos años, el premio otorgado a un escritor chicano fue una llamada de atención hacia un fenómeno social y cultural (el de la presencia e influencia hispana en los Estados Unidos) que iría creciendo con los años y que encontraría en la Casa nuevos cauces a través de los cuales expresarse. El más importante de ellos sería la creación, varias décadas después, de un Programa de Estudios sobre Latinos en los Estados Unidos.

En los años más recientes, como parte de la expansión digital de la Casa, apareció la ciber revista “Arteamérica”, dedicada a divulgar las artes visuales de la América Latina y el Caribe. Sus más de veinte números han abordado en estos años la producción artística de países y zonas específicos, y temas como la curaduría, el papel del mercado, las ferias y las bienales de arte, los museos y colecciones de arte contemporáneo, la fotografía, el diseño y sus aplicaciones, el performance y el arte y la cultura populares, entre otros. Como supondrán, la Casa cuenta desde hace varios años con un Sitio Web hermoso y funcional. Concebido como una Casa virtual (no en balde su popular Portal informativo se denomina “La Ventana”) en que pueden encontrarse lo mismo datos oficiales de la institución que sus programas, eventos y publicaciones periódicas, el Sitio da fe tanto de la labor cotidiana como del espíritu que la anima. Y como es natural, el proceso de digitalización llegó a nuestra biblioteca, la cual, con un fondo de libros y revistas que alcanza los 126 mil volúmenes especializados en la América Latina y el Caribe, es una de las más notables de nuestra América.

Nada de eso sería posible sin la presencia entre nosotros y la colaboración de todos aquellos que a lo largo de décadas nos han brindado su trabajo y amistad. Podemos mencionar, para ceñirnos a unos escasos ejemplos, los nombres de antropólogos como Darcy Ribeiro, de pensadores como Florestan Fernandes, de escritores como Jorge Amado, de teatristas como Augusto Boal, Denise Stoklos y el grupo Macunaima, de compositores como Marlos Nobre, de pintores como Sérvulo Esmeraldo, de fotógrafos como Sebastião Salgado, Walter Firmo y José Medeiros, o de humoristas como Ziraldo Alves Pinto, son ellos y centenares más que no menciono quienes nos han permitido llegar hasta el día de hoy. Como dato curioso, por encontrarnos en el legendario nordeste brasileño, quiero recordar que hace algún tiempo realizamos una exposición particularmente singular. Se trata de “El grabado en la literatura de cordel”, elaborada con parte de los fondos de esa manifestación sui géneris existente en la biblioteca de la Casa.

Protagonista del entusiasmo generado en nuestra América por el triunfo de la Revolución cubana, era lógico que la Casa lograra nuclear a su alrededor a la mayor parte de las figuras que, en los años sesenta, estaban realizando lo mejor de la cultura del momento. Un desafío mayor

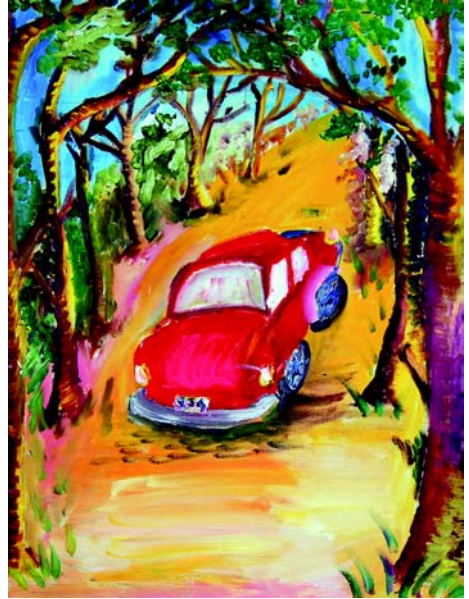
significaba mantener el contacto y la capacidad de convocatoria entre quienes, en esos años, apenas comenzaban a dar sus primeros pasos en el ámbito cultural. Consecuencia de ese desafío – que ha sido preocupación permanente de la Casa – fue la celebración en 1983 del “Encuentro de Jóvenes Artistas Latinoamericanos y del Caribe”, en el que escritores, músicos, críticos de arte y sociólogos intercambiaron ideas, dieron a conocer sus obras e intereses y discutieron sobre la creación de las generaciones más recientes. Precisamente como cierre de ese año de celebraciones, tuvo lugar – con el nombre de “Casa Tomada”, y en obvia alusión al cuento de Julio Cortázar – el “II Encuentro de Jóvenes...” El hecho está cargado del simbolismo que implica convocar a los creadores del futuro, como muestra de la vitalidad de la Casa.

Premios, coloquios, exposiciones, conciertos, lecturas, ediciones y espectáculos teatrales continúan con su perseverancia habitual. Escritores y artistas de todos los sitios siguen llegando a ella, habitándola y reconociéndola como propia. Son los hechos cotidianos que hacen de la Casa de las Américas lo que es, y que no pueden resumirse en unas páginas. Cincuenta años son un tiempo enorme si se mira en retrospectiva y se analiza cuánto ha hecho la Casa y ha ocurrido en el mundo desde 1959, pero es apenas un instante si se piensa en la historia por venir. Ojalá en ese lejano futuro, cuando la Casa vuelva la mirada hacia atrás, no sienta nostalgia de los cimientos que echó en sus primeros cincuenta años de existencia; sería mejor, simplemente, que sintiera satisfacción del ambicioso sueño que se propuso y de todos aquellos que – en momentos de entusiasmo o de angustias, desde sus oficinas o a miles de kilómetros de distancia – lo hicieron posible.

Difusão do neoliberalismo na América Latina

As políticas neoliberais adotadas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 resultaram em crises nas quais o endividamento teve um papel crucial. Esse artigo sustenta que a difusão do neoliberalismo na América Latina dependeu, em parte, de um conjunto de instituições-chave, situadas fora do Continente, que agiram de forma coordenada.

Palavras-chave: neoliberalismo; multilateralismo; relações internacionais; América Latina.



Diffusion of neoliberalism in Latin America

The neoliberal policies adopted in Latin America during the 80s and 90s resulted in crises in which the indebtedness played a crucial role. This article argues that the diffusion of neoliberalism in Latin America depended, partially, on the working of a set of key-institutions located outside the Continent acting in a coordinated manner.

Key words: neoliberalism; multilateralism; international relations; Latin America.

Alex Jobim Farias: Professor de economia política internacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

Políticas neoliberais foram adotadas de forma generalizada na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. Tal mudança resultou das crises que atingiram o desenvolvimentismo na década de 1980, nas quais a crise da dívida teve papel crucial. Para muitos acadêmicos, o endividamento se originou de falhas inerentes ao desenvolvimentismo causadas pela excessiva intervenção governamental na economia. Em virtude desse diagnóstico, a prescrição natural era a redução do papel do Estado na economia. A América Latina sofreu mudanças profundas adotando o neoliberalismo e abandonando o desenvolvimentismo. Conforme alguns acreditam, essa é uma história que pode ser basicamente entendida como a substituição de políticas ruins por boas. Nesse caso, não importa as origens da prescrição ou como elas foram adotadas. O que importa é que eram, alegadamente, o remédio certo para a doença em discussão. Há alguns anos, essa trama pareceria indiscutível, exceto por alguns fiéis esquerdistas que lutavam uma espécie de resistência nostálgica. Afinal, políticas pró-mercado pareciam triunfar nas economias avançadas como Estados Unidos e Inglaterra, assim como nas economias latino-americanas e do Leste Europeu. Acreditava-se que a globalização era o destino da economia internacional.

Repentinamente, da década de 1990 em diante, as finanças internacionais começaram a experimentar grandes dificuldades. Em 1997, uma inesperada e profunda crise atingiu a Ásia, uma das regiões mais dinâmicas em termos de desenvolvimento econômico na economia mundial. O contágio agravou a crise quando Rússia, Brasil e Argentina também mergulharam numa crise financeira. Tal crise gerou importante debate sobre a reforma da arquitetura financeira internacional. Infelizmente, esse debate não teve consequências em termos de reformas concretas. A crise já tinha terminado quando propostas ousadas foram apresentadas, desaparecendo o contexto propício que poderia causar significativas mudanças no sistema financeiro internacional.¹

A crise de 2008 reabriu o debate, mas ao contrário da anterior, esta se originou nos Estados Unidos e se espalhou para outras economias avançadas, isto é, o centro político econômico do sistema internacional, algo que não aconteceu desde a grande depressão. Levando em

consideração ter a crise ocorrido em virtude da falta de regulação causada por confiança excessiva no funcionamento do mercado, esse é um bom momento para considerar o neoliberalismo em perspectiva. Em outras palavras, políticas neoliberais não são a prescrição, mas são uma prescrição entre outras. Isso pode parecer claro agora, mas não era assim uma década atrás.

Se o neoliberalismo não era a única escolha, mas somente uma escolha, o que explica essa escolha? Essa permanece uma questão a ser esclarecida e vai além do escopo desse trabalho respondê-la integralmente. Esse artigo pretende trabalhar algumas questões analíticas que são importantes nesse intuito. O argumento desenvolvido aqui é que a difusão do neoliberalismo na América Latina dependeu, em parte, do funcionamento de um conjunto de instituições – o Departamento do Tesouro norte-americano, as instituições financeiras internacionais (IFIs) e *think tanks* – que agiram de forma coordenada para alcançar esse fim. Eu chamo um conjunto de instituições agindo dessa forma de coalizão ideacional.² O estudo dessa coalizão diz respeito à dimensão internacional da difusão do neoliberalismo na América Latina. Claro, esse processo dependeu também de circunstâncias específicas de cada país no plano doméstico. Daí a afirmação de ser essa coalizão apenas parte da explicação.

A explicação da difusão e adoção de políticas econômicas tem sido estudada, principalmente por institucionalistas.³ Mas esses estudos têm focado política comparada ou estudos de caso, diferentemente do foco regional desse artigo.⁴ Eles objetivam explicar a especificidade de cada caso na adoção de políticas similares (keynesianas ou neoliberais), enfocando as instituições singulares presentes em cada um desses casos. Esses trabalhos podem ser úteis ao argumento desse artigo, mas uma coisa deve ser observada antes de levá-los em consideração: a maioria deles se concentra em países desenvolvidos e nas instituições domésticas presentes naqueles países. No caso estudado aqui, as instituições-chave estão fora dos Estados em discussão, em outras palavras, eu concentro minha atenção nas instituições localizadas nos Estados Unidos e sua importância para a adoção de políticas neoliberais na América Latina. Procedo dessa forma porque não pretendo enfatizar as especificidades de cada caso latino-americano, mas as similaridades entre eles, devido ao foco na região como um todo e não individualmente em países.

Para fazê-lo, a análise institucional não será suficiente, porque, como mencionado, ela se concentra nas instituições domésticas e o objeto desse artigo tem uma dimensão internacional que não pode ser ignorada. Assim, levando isso em consideração, será feita uma integração entre a literatura de relações internacionais e a análise institucional.

O primeiro passo nesse sentido será a análise da literatura de relações internacionais, porque é necessária uma perspectiva mais ampla na qual a análise institucional deve estar situada. Reconhecendo limitações nas principais abordagens de RI analisadas, na terceira seção, busco por inspiração no clássico de E. H. Carr, “Vinte anos de crise”, para construir um arcabouço que possa ser útil ao objetivo desse trabalho. Na quarta seção prossigo na avaliação de algumas contribuições institucionalistas. Na quinta, teço uma análise da relação entre crise da dívida e neoliberalismo. Em continuidade, na sexta apresento o conceito de coalizão ideacional. Finalmente, um resumo da abordagem proposta aqui será feito na conclusão.

2 ASSOCIANDO PODER A IDEIAS EM TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O QUANTO AINDA HÁ PARA SER FEITO?

Nos últimos anos, em virtude da ascensão do construtivismo, ideias foram levadas a um lugar de destaque do debate teórico de RI. Num *survey* feito em fins de 1990, Katzenstein, Keohane e Krasner (1999) reconheceram que o debate entre neorealismo e institucionalismo neoliberal deu lugar a um debate entre a abordagem racionalista (neorealismo e institucionalismo neoliberal) e o construtivismo, o qual enfatiza a importância de fatores normativos e relativos ao plano das ideias.

É realmente interessante que levou tanto tempo para ideias adquirirem esse *status* no debate de RI, porque alguns clássicos do campo decididamente não as ignoraram.

Nos “Vinte anos de crise” de Carr (2001), por exemplo, ideias liberais tinham um papel significativo na hegemonia inglesa durante o século XIX. Em “A grande ilusão”, a tentativa de Norman Angell de convencer leitores da irracionalidade da guerra era uma prova inequívoca da importância da crença difundida na opinião pública de que a riqueza está base-

ada no poder militar. Essa crença tinha de ser demonstrada errada para evitar a guerra, o que era o propósito de Angell nesse trabalho.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o debate em RI seguiu um caminho mais estreito, enfatizando o equilíbrio de poder e deixando as ideias de lado. A influência de “A política entre as nações” (2003), de Morgenthau, atingiu seu pico, fazendo do realismo a abordagem dominante entre estudiosos das relações internacionais.

Desde o clássico de Morgenthau, a teorização realista tem utilizado o equilíbrio de poder como a fonte principal de representação do funcionamento das relações internacionais. Vale a pena notar que o primeiro clássico realista não apresentou essa característica. Equilíbrio de poder não era um conceito relevante para a análise de Carr.

A abordagem de Morgenthau do equilíbrio de poder enfatizava seus aspectos positivos. De acordo com o autor, seu funcionamento seria a única coisa capaz de manter a independência dos Estados mais fracos no sistema internacional, assim como assegurar longos períodos de paz. Ele também abordou a importância das ideologias em justificar a política externa de um Estado, mas não deu nenhum tratamento teórico às ideias.

Waltz (1979) seguiu os passos de Morgenthau e elegeu o equilíbrio de poder como uma fonte fundamental de compreensão do sistema internacional. Anarquia e similaridade entre as unidades do sistema eram características duradouras do sistema internacional que não deveriam mudar, portanto, mudança sistêmica era uma função da distribuição de poder entre Estados. Consequentemente, na visão de Waltz, existem basicamente dois tipos de sistemas internacionais: bipolar e multipolar, ambos operando por meio do equilíbrio de poder, que é o modo pelo qual os Estados poderosos, aqueles que são politicamente significantes, asseguram sua sobrevivência, o principal objetivo de qualquer Estado no sistema internacional.

A principal força da teoria de Waltz também é a sua principal fraqueza. Ela foi elaborada de modo a ser parcimoniosa. Se tal teoria compreende todas as variáveis significativas, ela será bem-sucedida. Se sofre a ausência de uma, somente uma, fracassará. Outro aspecto essencial do pensamento de Waltz é que ele mantém a ênfase no equilíbrio de poder, reafirmando a importância do conceito para o realismo do pós-guerra.

Esse ponto merece atenção, pois se tornou natural associar equilíbrio de poder com realismo. Uma análise cuidadosa do trabalho de Carr contradiz essa noção. Esse é um ponto de grande relevância porque a teorização baseada em equilíbrio de poder se concentra nas relações de poder horizontais entre grandes potências. Dá pouca ênfase ao que eu chamo relações de poder verticais.⁵ Relações de poder verticais são pelo menos tão importantes quanto o equilíbrio de poder no tocante às principais características do sistema internacional. Escolher uma em detrimento da outra depende do que exatamente se está tentando explicar. De fato, a maioria dos Estados no sistema internacional está sujeita a relações de poder verticais. Seria de grande importância entender como funcionam. Nesse sentido, o realismo tem um histórico fraco.⁶

A única abordagem em RI que tem revelado preocupação significativa quanto às relações de poder verticais é a marxista. Como observado por Norberto Bobbio, a teoria do imperialismo é a teoria marxista das relações internacionais por excelência.⁷ Entretanto, como uma teoria de RI, a teoria leninista do imperialismo sofre de uma doença que aflige muitas teorias marxistas: determinismo econômico.

O determinismo econômico impede a teorização de levar em conta o real significado do Estado nas relações internacionais. Um melhor equilíbrio entre os domínios político econômico na teorização em RI seria mais do que bem-vindo nesse ponto, pois nenhuma abordagem fez isso até agora. Por um lado, o realismo ainda depende da teorização das relações internacionais em termos estritamente políticos, não deixando espaço para a incorporação da economia, e, por outro lado, a abordagem marxista tradicional subordina a política e, conseqüentemente, o Estado, à dimensão econômica da sociedade.

Outras abordagens influenciadas pelo marxismo, como a teoria da dependência, análise sistema-mundo e teoria crítica, herdaram essa característica teórica, mantendo o desequilíbrio entre política e economia que é típico da teorização marxista ortodoxa. Tais abordagens têm propiciado, no entanto, grandes contribuições ao campo.

Uma a sobressair é a incorporação do conceito gramsciano de hegemonia feita por teóricos críticos. No início da década de 1980, Robert Cox foi um pioneiro nesse sentido, e essa incorporação trouxe para o estudo das relações internacionais uma das características mais interessantes do

marxismo: o reconhecimento da relevância do plano das ideias para a compreensão da sociedade.⁸

A despeito dessa forte contribuição, a teoria crítica não conseguiu desafiar os principais participantes do debate de RI, realismo e liberalismo.⁹ A tradição liberal também não foi capaz de gerar nenhum *insight* significativo em relação a ideias, dada sua inclinação em explicar comportamento baseada na premissa de atores motivados egoisticamente.¹⁰

Inegavelmente, o construtivismo tem obtido visível progresso ao trazer ideias para o centro do processo de teorização, mas, em minha opinião, não alcançou o mesmo progresso em relacioná-las ao poder, teórica e empiricamente. Como o construtivismo não ignora o poder (WENDT, 1999), as razões por detrás desse fracasso histórico são difíceis de estimar.

Um dos mais sérios desafios, portanto, que os estudiosos de RI têm diante de si é relacionar ideias ao poder de forma apropriada em termos teóricos e empíricos. Na próxima seção delinearei um caminho que considero o mais adequado para realizar essa tarefa. A meu ver, uma análise cuidadosa do clássico “Vinte anos de crise”, de E. H. Carr, pode oferecer inspiração necessária para fazer uma sólida conexão entre poder e ideias nas relações internacionais.

3 REAVALIANDO “VINTE ANOS DE CRISE” DE E. H. CARR: OBTENDO NOVOS *INSIGHTS* ANALÍTICOS DE UM CLÁSSICO DE RI

O clássico de Carr se celebrou como uma crítica devastadora dos efeitos do idealismo nas relações internacionais. Esse entendimento leva à conclusão segundo a qual o principal êxito do seu trabalho seria abrir as portas para o realismo do pós-guerra. Contesto essa percepção de duas formas. Primeiro, eu argumento que essa é uma avaliação simplista que obscurece a riqueza do livro como um todo, especialmente sua riqueza analítica. Segundo, procedendo dessa forma, esse entendimento minimiza as notáveis diferenças entre o realismo de Carr e o do pós-guerra, forjando um senso de continuidade que não pode resistir a um exame cuidadoso. De fato, o realismo do pós-guerra não seguiu o caminho aberto pela arguta análise de Carr.

Como observado, o primeiro elemento da análise de Carr é o que os estudiosos de RI chamam hoje de hegemonia. A liderança britânica no século XIX é claramente afirmada na obra. Esse elemento é compatível com o uso generalizado da palavra hegemonia na literatura de RI. O segundo elemento deriva do primeiro. O modo como Carr concebe a predominância britânica é compatível com o conceito gramsciano de hegemonia aplicado às relações internacionais, sobretudo por enfatizar a importância de fatores ideacionais, tais como o liberalismo *laissez-faire*, para a manutenção do *status quo* britânico. Essas duas primeiras características analíticas do trabalho de Carr se tornam mais claras à medida que ele estabelece uma analogia entre relações internacionais e luta de classes.¹¹

Referida analogia contrasta claramente com a analogia de Waltz entre o sistema internacional e mercados.¹² O que é claro sobre esse contraste é que, enquanto a análise de Carr enfoca as relações de poder verticais, o realismo do pós-guerra, associado intimamente com teorias de equilíbrio de poder, enfoca as relações de poder horizontais.

O terceiro elemento é o equilíbrio entre a influência da política e da economia nas relações internacionais. A análise de Carr da primazia britânica baseada na difusão e adoção do liberalismo *laissez-faire* ilustra esse ponto. Carr, aprimorando essa concepção, argumenta que, na prática, a separação entre poder político e econômico é artificial.¹³

Esses três elementos, considerados em conjunto, oferecem as fundações sobre as quais um esforço teórico pode ser construído, evitando as principais falhas das abordagens analisadas anteriormente. Tal esforço enfocaria as relações verticais de poder, negligenciadas pela maioria dos pensadores realistas. Como o construtivismo, reservaria às ideias um lugar de indiscutível importância nas relações internacionais, mas de um modo que privilegie sua associação com o poder. Como o marxismo, afirmaria a importância da economia para entender as relações internacionais, mas se oporia a uma relação determinista entre a primeira e a segunda.

O último ponto merece especial atenção. Se a relação entre política e economia não é determinista, então o que é? Como argumentei, é uma relação de “equilíbrio”. Portanto, ambas as dimensões se influenciam mutuamente. Para esclarecer esse ponto, sustento o seguinte: nas eco-

nomias capitalistas desenvolvidas, os interesses internacionais da classe capitalista e do Estado são, na maior parte do tempo, não somente compatíveis, mas mutuamente fortalecedores. Uma economia mais forte proverá os recursos excedentes necessários para implementar a política externa de um Estado. Da mesma forma, um Estado mais forte pode defender interesses econômicos no exterior de forma mais eficiente.

Alguns podem observar que também era assim no mercantilismo. Entretanto, a dinâmica do capitalismo era bem diferente. O advento do capitalismo industrial aumentou a necessidade por uma melhor articulação entre classes capitalistas e Estados para promover e defender interesses no exterior, visto que a projeção de uma economia desenvolvida se ampliou.

Em suma, o ambiente internacional é muito mais desafiador para a economia doméstica e Estado de países desenvolvidos na era industrial. Como pode ser facilmente visto a essa altura, tal abordagem incorpora o capitalismo para o entendimento das relações internacionais, mas, diferentemente do marxismo, não o concebe operando às expensas das fronteiras nacionais, pelo menos quando países mais afluentes são considerados.

Nesse arcabouço, o Estado hegemônico é um elemento crucial para a compreensão das relações internacionais, porque ele tem mais poder e interesses em jogo que quaisquer outros Estados. A natureza expansionista do capitalismo industrial e contemporâneo requer nada menos que estabelecimento de uma ordem internacional adequada.¹⁴ De acordo com o conceito gramsciano de hegemonia, tal condição não poderia ser obtida por coerção somente. Consentimento é crucial para o funcionamento apropriado de uma ordem internacional. É nesse momento que as ideias entram. A difusão de ideias é fundamental para a obtenção de consentimento. Essa é a razão pela qual se deve compreender como a difusão e adoção de ideias funcionam. Nesse sentido, a meu ver, nenhuma abordagem se equipara às realizações feitas até agora pelo novo institucionalismo. Na seção seguinte eu examino algumas contribuições institucionalistas importantes para esse tópico e vemos como elas podem se ajustar a este arcabouço.

4 NOVO INSTITUCIONALISMO E POLÍTICA ECONÔMICA: EXPLICANDO MUDANÇA

Em geral, institucionalistas tentam explicar diferenças no inerente à mudança de políticas por meio da diversidade institucional nos casos selecionados. Ela não tende, portanto, a oferecer explicações gerais para tais mudanças. Entretanto, alguns autores institucionalistas têm tentado lidar com mudança generalizada de política econômica, como a ascensão do keynesianismo na década de 1940 e a ascensão do neoliberalismo na década de 1980. Visto que tento obter aqui uma melhor compreensão da ascensão do neoliberalismo na América Latina, essas últimas contribuições são as melhores escolhas para fazê-lo.

Na afirmação de Hall (1989), a adoção de ideias keynesianas depende de três fatores: viabilidade econômica, política e administrativa. Enquanto o primeiro fator diz respeito à capacidade de resolver problemas econômicos específicos, o segundo se relaciona ao apoio político necessário para uma ideia ser transformada em política. Já o terceiro fator se refere à capacidade de o Estado implementá-la. A recepção do keynesianismo num país específico dependia da medida em que esses três fatores eram achados. Assim, cada caso exibia uma combinação diferente de viabilidades.

Blyth (2002) desenvolveu uma teoria sequencial de mudança institucional na qual ideias têm um papel protagonista. Primeiro, numa crise econômica onde nenhuma ideia econômica anterior parecia se adequar, novas ideias oferecem uma perspectiva de solução (reduzem incerteza); segundo, novas ideias fazem possível a construção de coalizões; terceiro, na luta pelas instituições existentes, novas ideias podem ser usadas para derrotar “velhas” ideias (ideias como “armas”); quarto, ideias funcionam como guias para a construção de novas instituições; quinto, novas ideias fazem a estabilidade das novas instituições possível (enquanto gozarem de aceitação geral).

Campbell (2004) também desenvolve uma teoria sequencial de mudança institucional.¹⁵ Ela começa com a existência de problemas passíveis de desencadear mudança. Empreendedores institucionais são indispensáveis para tornar problemas mais prováveis de ser percebidos como necessitando mudança institucional, conquanto eles estruturarem tais pro-

blemas em termos simples e claros. Empreendedores que estão localizados em muitas redes, organizações e instituições tendem a estar mais abertos a novas ideias e, por sua vez, têm maior probabilidade de criar ideias revolucionárias para mudança. Empreendedores que controlam mais recursos têm maior chance de convencer poderosos tomadores de decisão do que seus competidores.

Esses três trabalhos oferecem inspiração valiosa que pode ser usada na tentativa de compreender a dimensão internacional da ascensão do neoliberalismo na América Latina, especialmente o de Blyth. Todos três são importantes porque capturam as relações entre ideias e política como fatores causais de mudança em políticas. Isso é fundamental porque tais mudanças envolvem mais do que fatores cognitivos puros. Hall afirma que o apoio político é importante para a adoção de políticas keynesianas. Na argumentação do Blyth, novas ideias possibilitam a construção de coalizões, podem ser usadas como armas para enfraquecer ideias antigas e guiar a construção de instituições. Para Campbell, empreendedores são fundamentais para a mudança institucional, porque podem identificar problemas, propor ideias mais ou menos inovadoras baseadas em sua localização e implementar mudanças mais efetivamente de acordo com os recursos que controla.

Quanto a esse ponto, alguns esclarecimentos devem ser feitos. Se a política é incorporada a teorias ideacionais de mudança institucional, que lugar está destinado aos interesses nessas teorias? Blyth e Campbell explicitamente afirmam que ideias e interesses não podem ser contrapostos como se faz usualmente. Ideias, de fato, influenciam interesses, os quais, por sua vez, podem ser deduzidos estruturalmente.¹⁶ Hall parece concordar:

[...] idéias keynesianas não refletem simplesmente interesses de grupo ou condições materiais. Elas têm o poder de mudar as percepções que um grupo tem de seus próprios interesses.¹⁷

Esse ponto me parece bem razoável e, de acordo com a citação de Hall, não me parece negar consigo a importância dos fatores materiais para interesses. Significa somente que interesses não podem ser determinados dedutivamente.

O segundo esclarecimento diz respeito à relação entre instituições e

políticas. Por que explicar mudanças institucionais é importante para compreender mudanças de políticas? Porque frequentemente é necessário mudar as instituições existentes ou criar novas para que novas políticas sejam implementadas. Essa é a razão pela qual é preciso recorrer a teorias de mudança institucional para se compreender a ascensão do neoliberalismo nos EUA, Europa ou América Latina.

5 CRISE DA DÍVIDA E NEOLIBERALISMO

Pode-se remontar a adoção de políticas neoliberais na América Latina a 1985.¹⁸ Naquele ano, foi lançado o Plano Baker, o qual foi elaborado para restaurar o crescimento nos países endividados, porque a estratégia anterior, baseada no ajuste econômico, fracassou. Esse objetivo deveria ser alcançado por meio de um pacote que incluía dinheiro novo e reformas estruturais pró-mercado. Nesse novo estágio, o papel do Banco Mundial foi fortalecido devido ao foco em reformas, cujo objetivo era diminuir a intervenção do Estado na economia. O foco nas reformas se explicava pela crença compartilhada entre instituições baseadas em Washington segundo a qual políticas desenvolvimentistas causaram endividamento em muitos países em desenvolvimento que adotaram essas políticas.¹⁹ Mesmo quando a redução de dívidas era promovida pelo Plano Brady (1989), as instituições que compartilhavam a gestão da crise da dívida nunca desistiram das reformas estruturais.²⁰

Em 1990, John Williamson apresentou o que ele chamou de Consenso de Washington, um conjunto de políticas com as quais as instituições baseadas em Washington concordavam. De acordo com Williamson, essas instituições podem ser divididas em dois grupos: a Washington política e a tecnocrática. A primeira compreende as IFIS (FMI e Banco Mundial), o Federal Reserve e *think tanks*; a última compreende o Congresso e o alto escalão do governo.²¹ A categorização de Williamson, apesar de questionável, oferece uma boa descrição das instituições lidando com a crise da dívida.²² Embora diferentes quanto a sua natureza, cada uma delas exerceu papel fundamental na gestão da crise da dívida e a adoção do neoliberalismo na região. É hora de enumerá-las e especificar seus papéis.

Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos: elabora as diretrizes gerais das estratégias para a crise da dívida e coordena instituições para implementá-las.

Federal Reserve: com papel o similar ao do Tesouro durante os primeiros anos da crise, foi substituída por esse em 1985.

IFIs: elaboraram condicionalidades incluídas nos acordos de reestruturação de dívidas por meio das quais políticas neoliberais eram propostas.

Think tanks: legitimam as condicionalidades mediante produção de estudos apoiando a adequação de políticas neoliberais.

Essas são as instituições que, de alguma forma, tiveram papel significativo na gestão da crise da dívida e na difusão e adoção do neoliberalismo na América Latina.

6 INSTITUIÇÕES, COALIZÕES IDEACIONAIS E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Um grupo de instituições agindo em coordenação e promovendo ideias similares e políticas específicas constituem uma coalizão ideacional. Antes de tudo, uma distinção deve ser feita entre este conceito e o conceito de comunidades epistêmicas. Peter Haas define comunidade epistêmica como uma rede de profissionais com especialização e competência num domínio particular e com uma reivindicação de autoridade no concernente ao conhecimento relevante para políticas dentro desse domínio ou “*issue-area*”.²³ Coalizões ideacionais não dizem respeito a indivíduos ou especialistas; trata-se de instituições. Como coalizões elas não possuem a mesma estabilidade das comunidades pois estão relacionadas a um propósito específico.

Porque diferenciar coalizões ideacionais de qualquer outra coalizão? Uma coalizão pode reunir membros de crenças bem diferentes. Interesses comuns podem uni-los, a despeito das suas diferentes crenças. Pode-se pensar, nesse sentido, na aliança nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Numa coalizão ideacional, seus membros compartilham as mesmas crenças e interesses e ambos estão inter-relacionados. Crenças influenciam interesses e ambos orientam o comportamento da coalizão. Conforme mencionei na quarta seção desse artigo, em acordo com alguns acadêmicos institucionalistas,

ideias influenciam interesses e não há razão para confiná-los em reinos completamente separados.

Foco em ideias é freqüentemente associado com teorias sociais das relações internacionais. A conexão entre ideias e interesses endossada aqui abre espaço para um tratamento político do papel das ideias nas relações internacionais. Essa é a razão pela qual uso a palavra coalizão ao invés de “rede”.

6.1 PODER, IDEIAS E POLÍTICAS

Sendo coalizão ideacional um conceito político, deve-se pensar no papel do poder no funcionamento de tal grupo. Frequentemente, a relação entre poder e políticas é descrita como uma relação de imposição. Em outras palavras, atores mais fortes impõem políticas aos mais fracos. Essa é a forma como movimentos, partidos e intelectuais nacionalistas e esquerdistas através da região viam a operação do governo dos Estados Unidos, IFIs e *think tanks* durante a crise da dívida. Se políticas neoliberais fossem somente impostas a países latino-americanos enfraquecidos, dever-se-ia esperar que, terminada a crise, políticas desenvolvimentistas retornariam gradualmente. Tal, porém, não aconteceu. O neoliberalismo permaneceu em virtude de méritos próprios. Ao fazer essa asserção, não quero dizer que o neoliberalismo correspondeu a todas as expectativas criadas. Isto não é verdade. O que quero dizer é que o neoliberalismo foi muito mais persuasivo do que pensamentos econômicos alternativos naquele momento específico. A diferença na persuasão se deveu ao suporte material superior que apoiou os proponentes de políticas neoliberais. Ninguém poderia imaginar, por exemplo, o FMI contratando um economista desenvolvimentista como economista-chefe. Esse viés liberal pode ser verificado nos bancos de desenvolvimento multilaterais e em alguns *think tanks* importantes também (o *Institute for International Economics* de John Williamson, por exemplo). Nesse sentido, a persuasão de um pensamento econômico é uma função dos recursos à disposição das instituições que o apoiam. Esse é a base material sobre a qual ideias são construídas, *no tocante a coalizões ideacionais*. Conforme se supõe, o apoio material mais forte para instituições proverá produção intelectual de persuasão superior.

Esse é exatamente o ponto feito por John Campbell:

A ascensão da economia do lado da oferta foi um processo contestado política e intelectualmente, no qual poderosos *think tanks* e outras organizações mobilizaram recursos financeiros substanciais para influenciar a formulação de políticas a nível ideacional.²⁴

O suporte material e intelectual que apoiou a ascensão do neoliberalismo nos Estados Unidos teve um transbordamento natural no suporte ao neoliberalismo em outros países. No contexto da crise da dívida, todos esses elementos se combinam oferecendo um forte incentivo por mudanças políticas na América Latina. É importante, a essa altura, fazer uma conexão com a contribuição do novo institucionalismo resumida na quarta seção.

O caso em discussão se ajusta em muitos sentidos aos trabalhos de Hall, Blyth e Campbell. De acordo com Hall, o neoliberalismo tinha apoio político para a coalizão ideacional delineada nesse artigo. De acordo com Blyth, uma coalizão foi construída em torno do neoliberalismo e seu trabalho intelectual serviu como “arma” para enfraquecer o desenvolvimentismo na América Latina. Conforme Campbell, o aconselhamento em termos de políticas, naquele momento, todo o suporte material que necessitava também. Entretanto, a teoria de Blyth, por capturar as mais interessantes conexões entre política e ideias (ideias favorecem coalizões e podem ser usadas como armas), é o arcabouço que oferece melhor explicação para o caso em discussão. Além disso, é inteiramente compatível com o conceito de coalizão ideacional. Nesse aspecto, as contribuições de Hall e Campbell são consideradas como complementares à de Blyth.

7 CONCLUSÃO

Um conjunto específico de instituições baseadas em Washington, definidas aqui como coalizão ideacional, foram em parte responsáveis pela difusão do neoliberalismo na América Latina. Usualmente, o novo institucionalismo explica a difusão de ideias, mas essa literatura não se ajusta perfeitamente ao caso, porque se concentrou na difusão de ideias entre países desenvolvidos. O fato de esse caso mostrar uma notável vari-

ância no inerente à distribuição do poder entre Estados requer uma adaptação das teorias de mudança institucional desenvolvidas até o presente. Elas necessitam estar situadas num arcabouço de relações internacionais mais amplo que explique as relações de poder verticais. Da mesma forma, nenhuma das abordagens em RI se ajusta a essa tarefa. Eu esboço, portanto, um arcabouço capaz de enfrentar esse desafio. Esse arcabouço está baseado nas principais características analíticas de “Vinte anos de crise”, de E. H. Carr. Ao contrário do realismo do pós-guerra, a análise de Carr não dependeu do conceito de equilíbrio de poder. Seu foco principal é a potência hegemônica. Eu incorporo o conceito gramsciano de hegemonia a essa abordagem e argumento que o principal ímpeto da potência hegemônica é a dinâmica da mais desenvolvida economia capitalista. Consequentemente, esse arcabouço apresenta uma compreensão menos abstrata da interação entre capitalismo e relações internacionais, pois considera como relevante nessa questão a dinâmica do capitalismo dentro das fronteiras do Estado mais afluente.

A incorporação do conceito de hegemonia gramsciana foi um passo necessário para conectar tal arcabouço de relações internacionais mais amplo às contribuições institucionalistas que também privilegiam ideias. Ideias são usadas para a obtenção de consenso no plano internacional também. A questão é: como é feito? Na teoria de mudança institucional de Blyth (2002) achei a conexão mais adequada entre política e ideias. De acordo com esse autor, ideias tornam coalizões possíveis e podem ser usadas como armas. Essa teoria se ajusta à explicação apresentada nesse artigo para a difusão do neoliberalismo na América Latina, o qual se baseia no conceito de coalizão ideacional.

Tudo o que foi apresentado aqui pode ser muito útil ao desenvolvimento de um arcabouço destinado a dar uma explicação adequada para as relações de poder verticais. Muito mais tem de ser feito para se responder a todas as questões remanescentes. Mas os primeiros passos, embora às vezes difíceis, também podem ser os mais importantes.

Traduzido do inglês por Alex Jobim Farias

REFERÊNCIAS

- ANGELL, N. **A grande ilusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2002.
- BLYTH, M. **Great Transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BOBBIO, N. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CAMPBELL, J. L. **Institutional Change and Globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- _____. Institutional analysis and the role of ideas in political economy. In.: CAMPBELL, J. L.; PEDERSEN, O. K. **The rise of neoliberalism and institutional analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001.
- COHEN, B. J. **International political economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- COOPER, R. N. Chapter 11 for countries? **Foreign Affairs**, v. 81, n. 4, Jul./Aug. 2002.
- EVANS, P. B.; RUECHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the state back in**. Cambridge; Cambridge University Press, 1985.
- FARIAS, A. J. **Influência congressual na política norte-americana para a crise da dívida: 1983-1993**. 2007. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, UCAM, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **A moratória brasileira de 1987 à luz da economia política internacional**. 1998. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1998.
- HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, 1992.
- HALL, P. Conclusion: the politics of keynesian ideas. In: _____ (ed.). **The political power of economic ideas**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- KEOHANE, R. O. **The theory of hegemonic stability and changes in international economic regime, 1967-1977**. Los Angeles: University of California Press, 1980.
- KEOHANE, R. O.; GOLDSTEIN, J. An analytical framework. In: KEOHANE, R. O.; GOLDSTEIN, J. (ed.). **Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pela paz e pelo poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003.
- SIKKINK, K. **Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca: Cornell University Press. 1991.
- STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. **Structuring politics**. Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

THOMPSON, D. (ed.). **The concise Oxford dictionary of current English**. 9th ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WEIR, M. The politics of bounded innovation. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. **Structuring politics**. Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John (ed.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

NOTAS

¹ COOPER, R. N. Chapter 11 for countries? **Foreign Affairs**, v. 81, n. 4, Jul./Aug. 2002.

² Utilizo o neologismo *ideacional* por não haver uma palavra em português que pareça ser, de forma satisfatória, a correspondente para o original em inglês *ideational*, termo largamente utilizado pelos acadêmicos de RI e ciência política no estudo do papel das ideias em seus respectivos domínios. Segundo o dicionário *The Concise Oxford*, a palavra *ideational* é um adjetivo que se origina do verbo *ideate*, que significa imaginar, conceber, formar ideias. O termo “ideacional”, portanto, se refere à algo que forma ideias. THOMPSON, D. (ed.). **The concise Oxford dictionary of current English**. 9th ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

³ Eu não uso as palavras difusão e adoção de forma intercambiável. Entendo por difusão a aceitação intelectual de ideias e entendo por adoção sua transformação em políticas.

⁴ Ver, por exemplo, EVANS, P. B.; RUECHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. STEINMO, S.; KATHELEEN, T.; LONGSTRETH, F. **Structuring politics**. Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

⁵ Eu apresento aqui esses dois conceitos que, acredito, podem ser muito úteis no estudo das relações de poder. Relações de poder horizontais se referem à competição entre Estados. Relações de poder verticais dizem respeito à hierarquia ou subordinação entre dois Estados ou dois grupos de Estados. O pensamento realista tradicional enfatiza as primeiras e desconsidera as últimas.

⁶ A discussão sobre equilíbrio *versus bandwagoning* é claramente insuficiente nesse sentido. Ela pressupõe que os Estados fazem uma coisa ou outra racionalmente, isto é, como resultado de uma escolha. Na realidade, as relações de poder verticais diminuem o grau de escolha nas relações internacionais.

⁷ BOBBIO, N. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 230.

⁸ COHEN, B. J. **International political economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008. p. 90.

⁹ Cohen designa essas duas vertentes de “escola americana”. Cohen, op.cit. p. 91.

¹⁰ Uma exceção é KEOHANE, R. O.; GOLDSTEIN J. An analytical framework. In: _____ (ed.). **Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993. Mas essa contribuição pode ser considerada modesta se comparada ao que uma abordagem ideacional pode alcançar teoricamente, porque a obra afirma que ideias e interesses devem estar

analiticamente separados, contrastando com o argumentado nesse artigo de que não se pode fazer tal operação. Além disso, a mencionada contribuição abertamente crítica o que eles chamam a abordagem reflexiva (ideacional), tentando estabelecer um meio termo entre o racionalismo e esta última abordagem.

¹¹ CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001. p. 303.

¹² WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979. p. 91.

¹³ CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001. p. 155.

¹⁴ Nesse ponto reside uma das principais diferenças entre o arcabouço apresentado aqui e a teoria da estabilidade hegemônica. Proponentes dessa teoria consideram a economia importante como uma fonte de “capabilities”. O arcabouço proposto vai mais fundo ao considerar a dinâmica da economia capitalista no Estado hegemônico para entender a ordem internacional. Para uma apresentação da Teoria da estabilidade hegemônica, ver KEOHANE, R. O. **The theory of hegemonic stability and changes in international economic regime, 1967-1977**. Los Angeles: University of California Press, 1980.

¹⁵ A teoria de Cambell, originariamente, contém doze estágios. Uma versão resumida é apresentada.

¹⁶ Para Blyth, interesses são necessariamente ligados, mas eles não podem ser reduzidos a ideias. BLYTH, M. **Great transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 34. Para Campbell, “interesses são um tipo particular de ideia entre muitas”. CAMPBELL, J. L. **Institutional change and globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 91.

¹⁷ HALL, P. Conclusion: The politics of keynesian ideas. In: _____. (ed.). **The political power of economic ideas**. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 369.

¹⁸ O Chile antecipou a onda neoliberal nos anos 1970.

¹⁹ FARIAS, A. J. **A moratória brasileira de 1987 à luz da economia política internacional**. 1998. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1998.

²⁰ FARIAS, A. J. **Influência congressual na política norte-americana para a crise da dívida: 1983-1993**. 2007, 143 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

²¹ WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: _____. (ed.). **Latin american adjustment: how much has happened?** Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

²² O Federal Reserve não é uma instituição tecnocrática. Embora formalmente independente, ela age em defesa dos Estados Unidos no plano internacional.

²³ HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 3, 1992.

²⁴ A economia do lado da oferta. Era o conjunto de ideias econômicas que deu suporte intelectual à ascensão do neoliberalismo nos Estados Unidos. Afirmava a importância do alívio de restrições ao capital para a economia operar adequadamente em contraste com o foco keynesiano na demanda. CAMPBELL, J. L. Institutional analysis and the role of ideas in political economy. In: CAMPBELL, J. L.; PEDERSEN, O. K. **The rise of neoliberalism and institutional analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 179.

Diffusion of neoliberalism in Latin America

1. INTRODUCTION

Neoliberal policies were widely adopted in Latin America during the 80s and the 90s. That shift was a result of the crises that hit developmentalism in the 80s, in which the debt crisis played a crucial role. Many scholars believed that indebtedness stemmed from inherent flaws of developmentalism caused by excessive governmental intervention in the economy. The natural prescription, given this diagnosis, was the reduction of the role of the state in the economy. Latin America went through deep economic changes adopting neoliberalism and leaving developmentalism behind. Some like to believe that this story can basically be understood as the substitution of good for bad policies. In this case it doesn't matter the origins of these prescription or how then were taken. What really matters is that it was allegedly the right medicine for the illness in question. Not many years ago this plot seemed indisputable, except for some hardcore leftists that undertook some kind of nostalgic ideological resistance. All in all, pro-market policies seemed to triumph in advanced economies like United States and England as well as Latin American and east european economies. Globalization was believed to be the fate of international economy.

All in a sudden, from the late 1990s on, international finance started to face great upheavals. In 1997, an unexpected and deep financial crisis hit Asia, one of the most dynamic regions in terms of economic development in the world economy. The contagion made it worse as Russia, Brazil and Argentine plunged into a financial crisis as well. It spurred an important debate on the reform on international financial architecture.

Unfortunately, this debate had no effect in terms of concrete reform. By the time some bold proposals were advanced, crisis had gone, vanishing the conducive context that could bring about important changes in the international financial system.¹

The 2008 crisis reopened this debate, but unlike the previous crisis, this one originated in the United States and spread to other advanced economies, i.e., the political and economic center of international system, something that has not happened since the Great Depression. Taking into account that this crisis occurred due to a lack of financial regulation caused by an excessive confidence in the market functioning, this is a good moment for considering neoliberalism in perspective. In other words, neoliberal policies are not *the* prescription, but *one* prescription among others. This may seem quite clear now, but it wasn't a decade ago.

If neoliberalism was not the only choice left but just *a* choice, what explains that choice? That remains a question to be answered and it goes beyond the scope of this work doing it. This paper intends to work on some analytical issues that are important to answer that question. The argument developed here is that the diffusion of neoliberalism throughout Latin America depended *in part* on the working of a set of institutions – U.S. Department of Treasury, international financial institutions (IFIs) and think tanks – that acted in coordination to achieve that end. I call a set of institutions acting this way an *ideational coalition*. The study of this coalition concerns the international dimension of the diffusion of neoliberalism in Latin America. Of course, that depended also on the specific circumstances of each country at the domestic level. That's why I state that such ideational coalition was a partial explanation.

Some work has been done on the explanation of the diffusion and adoption of economic policies, mostly by new institutionalist scholars.² But these works focus on comparative politics or case studies unlike the regional case in question here.³ They aim at explaining the specificity of each case in adopting similar policies (Keynesian or neoliberal), focusing on singular institutions present in each of these cases. These works can be useful to the argument put forward here but one thing should be considered before taking them into account: most of them focus on developed countries and the domestic institutions present in those countries. In the case studied here the key institutions considered are outside the sta-

tes in question, in other words, I focus on international institutions located in the United States and their importance to the adoption of neoliberal policies throughout Latin America. I am doing so because I do not intend to stress the specificities of each Latin American case, but similarities among them, due to the focus on the region as a whole and not on single countries.

In order to do that, institutionalist analysis won't suffice, because, as I argued before, it focuses on domestic institutions and the object of this paper possess an international dimension that must not be ignored. So, taking this into account, an integration between IR literature and institutionalist analysis will be done.

The first step in doing so will be the examination of IR literature, because it is required a broader perspective in which institutional analysis should be embedded. Acknowledging limitations in the main IR approaches reviewed, in the third section, I search for insights in Carr's "The Twenty Years Crisis" to build a framework to work with. In the fourth section I proceed to the assessment of some institutionalist contributions. In the fifth section an analysis of the relation between debt crisis and neoliberalism is done. The sixth section is destined to put forward the concept of ideational coalition. Finally, a summary of the approach advanced here will be done in the conclusion.

2. CONNECTING IDEAS TO POWER IN THE INTERNATIONAL RELATIONS THEORY: HOW MUCH IS STILL LEFT TO BE DONE?

In the last years, due to the rise of constructivism, ideas were taken to the forefront of IR theoretical debate. In a survey done in the late 1990s, Katzenstein, Keohane and Krasner (1999) acknowledged that the neorealism vs. neoliberal institutionalism debate gave place to the debate between rationalist (neorealism and neoliberal institutionalism) approaches and constructivism, which stresses the importance of ideational and normative factors.

It is really curious that it took so long for ideas to get that status in the IR debate, for some IR classics didn't ignore it at all.

In Carr's "Twenty Years Crisis" (2001), for instance, liberal ideas played

a significant role in the English hegemony during the XIX century. In "The Great Illusion" (2002), Norman Angell's attempt to convince readers of the irrationality of war was an undisputable proof of the importance of the belief held by public opinion that wealth is rooted on military power. That belief had to be proven wrong in order to avoid war, which was Angell main purpose on that work.

After the World War II, IR debate took a narrower path, emphasizing balance of power and putting ideas aside. Morgenthau's "Politics among Nations" (2004) influence reached its peak, making realism the dominant approach among IR scholars.

Since Morgenthau's classic work realist theorizing has relied on balance of power as main source of representing the functioning of international relations. It is worth noticing that the first realist classic on international relations didn't take this path. Balance of power was not a relevant concept to Carr's analysis.

Morgenthau's approach to balance of power stressed the positive aspects of it. According to this author, its working would be the only thing that could keep the independence of weaker states in the international system as well as ensure long periods of peace. He also addressed the importance of ideologies in justifying the foreign policy of a state, but he didn't give any theoretical treatment to ideas.

Waltz (1979) followed Morgenthau's steps and focused on balance of power as a major source of understanding of the international system. Anarchy and similarity among system's unities were longstanding features of international system that were not supposed to change, so systemic change was a function of change in the distribution of power among states. As a consequence, in Waltz view, there are basically two kinds of international systems: bipolar and multipolar, both working through balance of power, which is the way whereby the powerful states, the ones that are politically significant, assure their survival, the main objective of any state in the international system.

The main strength of Waltz's theory is also its main weakness. It is meant to be parsimonious. If such theory encompasses all the significant variables, it will be successful. If it misses one, just one, it fails. Another critical aspect of Waltz's thought is that it keeps the emphasis on balance of power, reaffirming the importance of the concept for the postwar rea-

lism. This point deserves some attention, for it became natural, to associate balance of power with realism. A careful scrutiny of Carr's work contradicts this notion. This is a point of great importance because balance of power theorizing focuses on horizontal power relations among great powers. It misses a great deal of what I call vertical power relations.⁴ Vertical power relations are at least as important as balance of power regarding the defining features of an international system. Choosing one over another depends on what exactly one is trying to explain. The majority of states in the international system, in fact, are subject to vertical power relations. It would be of great significance to understand how they work. Realism has a poor record doing so.⁵

The only IR approach that has shown serious concern on vertical power relations is Marxism. As Norberto Bobbio observed elsewhere, the theory of imperialism is *the* Marxist theory of international relations by excellence.⁶ However, as an IR theory, Lenin's theory of imperialism suffers from the illness that plagues many Marxist theories: economic determinism.

Economic determinism precludes theorizing from taking into account the real importance of the state in the international relations. A better balancing between economic and political realms in IR theorizing would be more than welcome at this point, for no IR approach has done it so far. On one hand, realism still depends on theorizing international relations in strictly political terms, leaving no room for the incorporation of the economy, and, on the other hand, traditional Marxist approach subordinates politics, and consequently, the state to the economic dimension of society.

Other IR approaches influenced by Marxism, like dependency theory, system-world analysis and critical theory inherit that theoretical feature, keeping the imbalance between politics and economy that is typical of orthodox Marxist theorizing. They have done, however, significant contributions to the field.

One that is worth mentioning is the incorporation of the Gramscian concept of hegemony done by critical theorists. In the early eighties, Robert Cox pioneered in making that contribution, which brought to the study of international relations one of the most interesting features of Marxism: the acknowledgement of the relevance of the ideational realm to the understanding of society.⁷

Despite that important contribution, critical theory didn't manage to challenge the main contenders of IR debate, realism and liberalism.⁸ Liberal tradition has not been able to generate a significant ideational insight as well, given its propensity to explain behavior based on the assumption of egoistic motivated actors.⁹

Constructivism has made significant progress in bringing ideas to the center of the theorizing process, but, in my opinion, it has not achieved the same progress in relating them to power theoretically and empirically as well. Since constructivism do not ignore power (see Wendt, 1999), the reason behind this poor record is hard to estimate.

Therefore one of the most important challenges IR scholars face today is to relate ideas to power properly in theoretical as well as empirical terms. I shall outline in the next section a path I consider the most adequate to accomplish this task. I argue that a careful examination of Edward H. Carr classic "The Twenty Years Crisis" can provide some important insights needed to make a sound connection between power and ideas in international relations.

3. REASSESSING E.H. CARR "THE TWENTY YEARS CRISIS": GETTING FRESH ANALYTICAL INSIGHTS FROM A IR CLASSIC

Carr's classic work has been widely known as a devastating critique of the effects of idealism in international relations. That account leads to the conclusion that the main achievement of his work would be to open the doors for postwar realism. I contest this perception in two ways. First, I argue that this is a simplistic assessment that obscures the richness of the whole book, specially its analytical strength. Secondly, by doing so, this account minimizes the striking differences between Carr's and postwar realism, forging a sense of continuity that cannot resist to a careful scrutiny. In fact, postwar realism didn't follow the path open by the acute analysis made by Carr.

The first element of Carr's analysis is what IR scholars call now hegemony. British leadership in the nineteenth century is clearly stressed in the book. This is compatible with the widespread use of the word hegemony in the IR literature. The second element derives from the first. The

way Carr conceives British predominance is compatible with the Gramscian concept of hegemony applied to international relations, as he emphasizes the importance of ideational factors, such as laissez-faire liberalism, to the maintenance of British status quo. Those two first analytical features of Carr's work get even clearer as he conceives international relations as analogous to class struggle.¹⁰

This analogy contrasts sharply with Waltz's analogy between international system and markets.¹¹ What is clear about that contrast is that while Carr's analysis focuses on vertical power relations, postwar realism, closely associated with balance of power theories, focuses on horizontal power relations.

The third element is the balancing of the influence of politics and economy in international relations. Carr's analysis of British primacy resting on the diffusion and adoption of laissez-faire liberalism illustrates this point. Carr elaborates it arguing that, practically, the separation between political and economic power is artificial.¹²

Those three elements, taken together, provide the foundation upon which a theoretical effort can be built, avoiding the main flaws of the approaches scrutinized previously. Such effort would focus on vertical power relations, neglected by the majority of realist thinkers. Like constructivism, it would take ideas as a matter of undeniable importance in international relations, but in a way that privileges its association with power. Like Marxism, it would stress the importance of the economy to understand international relations, but it would oppose a deterministic relation between the former and the latter.

That last point deserves closer attention. If the relation between the politics and economy is not deterministic, then what is it? As I argued above, it is a *balanced* one. It means that both dimensions influence each other mutually. I argue, to make it clear, that in developed capitalist economies, capitalist class and state international interests are, most of the time, not only compatible, but mutually reinforcing. A stronger economy will provide the necessary surplus resources to implement state's foreign policy. Likewise, a stronger state can defend economic interests abroad more efficiently.

Some may say that it was also this way during mercantilism. Capitalism dynamics, however, were quite different. The advent of indus-

trial capitalism increased the need for a better articulation between capitalist classes and states in order to promote and defend interest abroad, since the international projection of a developed economy substantially enlarged.

In sum, the international environment is much more challenging for developed countries' domestic economy and state in the industrial age. As can be easily seen at this point, such an approach incorporates capitalism to the understanding of international relations, but, unlike Marxism, it does not conceive capitalism working at the expenses of national borders, at least when wealthier countries are considered.

In this frame, the hegemonic state is a key element for the understanding of international relations, for it has more power and interests at stake than any other states. The expansionist nature of the industrial as well as contemporary capitalism requires nothing less than the establishment of an adequate international order.¹³ According to the gramscian concept of hegemony, no such thing could be achieved through coercion only. Consent is crucial to the proper working of an international order. That's when ideas come in. The diffusion of ideas is decisive to obtain consent. That's why one must understand how the diffusion and adoption of ideas work. In this sense, I believe no approach matched the achievements made so far by the new institutionalism. In the next section I examine some important institutionalist contributions to this topic and see how they can fit this framework.

4. NEW INSTITUTIONALISM AND ECONOMIC POLICY: EXPLAINING CHANGE

In general, institutionalists try to explain differences regarding policy change through the institutional diversity in the selected cases. So it tends not to offer overall explanations to such changes. However, some institutionalist authors have been trying to cope with widespread economic policy change, like the rise of Keynesianism in the 1940s, and the rise of neoliberalism in the 1980s. Since I am trying here to obtain a better understanding of the rise of neoliberalism in Latin America, these last contributions are the best choice in order to do it.

Hall (1989) states that the adoption of Keynesian ideas relied on three

factors: economic, political, and administrative viability. The first factor concerns its capacity to resolve specific economic problems. The second factor relates to the political support needed for an idea to be translated into policy. The third factor concerns the capacity of the state to implement it. The reception of Keynesianism in a specific country depended on the extent that these three factors could be found. So each case showed a different “mix” of viabilities.

Blyth (2002) developed a sequential theory of institutional change in which ideas play a pivotal role. First, in an economic crisis where no previous economic ideas seem to fit, new ideas offer a perspective of solution (reduce uncertainty); secondly, new ideas make coalition building possible; thirdly, in the struggle over existing institutions, new ideas can be used to defeat the old ones (ideas are “weapons”); Fourthly, new ideas provide “blueprints” for the building of new institutions; fifthly, new ideas make the stability of new institutions possible (as long as it keeps general acceptance).

Campbell (2004) also develops a sequential theory of institutional change.¹⁴ It starts with the existence of problems that can trigger change. Institutional entrepreneurs are needed to make problems more likely to be perceived as requiring institutional change, as long as they frame problems in clear and simple terms. Entrepreneurs that are located in several networks, organizations and institutions tend to be more exposed to new ideas and, in turn, they are more likely to create revolutionary ideas for change. Entrepreneurs who control more resources have more chance to convince key decision makers than their competitors.

Those three works provide valuable insights that can be used in the attempt to understand the international dimension of the rise of neoliberalism in Latin America, especially Blyth's. All three are important for they capture the relation between ideas and politics as causal factors of policy change. This is critical because such changes involve much more than pure cognitive factors. Hall stresses the importance of political support to the adoption of Keynesian policies. Blyth argues that new ideas make coalition building possible, can be used as weapons to weaken old ones and guide institution building. Campbell argues that entrepreneurs are critical to institutional change, because they can identify problems; propose more or less innovative ideas ba-

sed on his/her location and implement changes more effectively according to the resources he/she commands.

At this point, some clarifications should be made. If politics is incorporated to ideational theories of institutional change, what place is destined to interests in those theories? Blyth and Campbell explicitly state that ideas and interests cannot be opposed as is usually done. Ideas, in effect, influence interests, which, in turn, can't be deduced structurally.¹⁵ Hall seems to agree:

*"(...) Keynesian ideas did not simply reflect group interests or material conditions. They had the power to change the perceptions a group had of its own interests."*¹⁶

This point seems quite reasonable to me, and, in accordance with Hall's quotation, it doesn't seem to deny the importance of material factors to interests. It means only that interests cannot be determined deductively.

The second clarification concerns the relation between institutions and policies. Why explaining institutional change is important to understand policy change? Because one often needs to change the existing institutions or create new ones if new policies are to be implemented. That's why it is needed to recur to theories of institutional change to understand the rise of neoliberalism in the EUA, Europe or Latin America.

5. DEBT CRISIS AND NEOLIBERALISM

One can trace back the adoption of neoliberal policies in Latin America to the year of 1985.¹⁷ In that year was launched the Baker plan. It was designed to restore growth in the indebted countries because the previous strategy based on economic adjustment failed. This goal should be achieved through a package that included new money and pro-market structural reforms. The role of the World Bank was enhanced in this new stage due to the focus on reforms. The objective of these reforms was to pull back state intervention in the economy. The focus on reforms was explained by the belief shared among Washington-based institutions that developmentalist policies caused indebtedness in many developing coun-

tries that adopted those policies.¹⁸ Even when debt reduction was carried out by the Brady plan (1989), the institutions that shared the debt crisis' management never put structural reforms aside.¹⁹

In 1990, John Williamson put forward what he called “Washington consensus”, a set of policies that Washington-based institutions agreed on. According to Williamson, these institutions can be divided in two groups: the political Washington and the technocratic Washington. The former comprises IFIs (IMF and World Bank), Federal Reserve Board and think tanks; the latter comprises the Congress and senior administration officials.²⁰ Williamson's categorization, although questionable, gives a good picture of the institutions dealing with the debt crisis.²¹ These are different in nature, but each of them played a critical role in the management of debt crisis and adoption of neoliberalism in the region. It's time to enumerate them and specify their role.

U.S. Department of Treasury: devise the general guidelines of debt strategies and coordinate institutions to implement them.

Federal Reserve: similar role to the U.S. Treasury Department during the first years of crisis, being replaced by the Treasury in 1985.

IFIs: devise conditionalities included in the debt restructuring agreements whereby neoliberal policies were advanced.

Think tanks: legitimize conditionalities through the production of studies supporting the adequacy of neoliberal policies.

These are the institutions that somehow played a significant role in the management of the debt crisis and in the diffusion and adoption of neoliberalism in Latin America.

6. INSTITUTIONS, IDEATIONAL COALITIONS, AND NEOLIBERALISM IN LATIN AMERICA

A group of institutions acting in coordination and promoting similar ideas and specific policies constitute an ideational coalition. First of all, a distinction should be made between this concept and the concept of epistemic community. Peter Haas defines epistemic community as a “network of professionals with recognized expertise and competence in a particular domain and an authoritative claim to policy-relevant knowledge within that domain or issue-area”.²² Ideational coalitions are not about

individuals or experts, they are about institutions. As coalitions, they may not enjoy the same stability over time that communities do, because they are related to a specific purpose in time.

Why differentiate ideational coalitions from any other coalition? A coalition may gather members of quite different beliefs. Common interest may unite them, despite the different beliefs they enjoy. In this regard, one must think of the alliance between United States, Great Britain and Soviet Union in the World War II. In an ideational coalition, members share beliefs as well as interests and both are interrelated. Beliefs influence interests and both guide the coalition behavior. As I have said in the fourth section of this paper in agreement with some institutionalist scholars, ideas shape interests and there is no reason to confine them into two complete separate realms.

Focus on ideas is often associated with social theories of international relations. The connection between ideas and interests endorsed here leaves room for a political treatment of the role of ideas in international relations. That's why I use the word coalition instead of "network".

Power, ideas and policies

Being ideational coalition a political concept, one must think of the role of power in the working of such a group. The relation between power and policies is often depicted as one of imposition. In other words, stronger actors impose policies on weaker ones. That is exactly how nationalist and leftist social movements, parties and intellectuals throughout the region saw the work of U.S. government, IFIs and think tanks during the debt crisis. If neoliberal policies were just imposed on weakened Latin American countries through agreements with IFIs, one should expect that as soon as the crisis ended, developmentalist policies would gradually return, what didn't happen. Neoliberalism clearly endured because of inherent merits of its own. And by making this assertion I do not mean that neoliberalism delivered all of its promises. It has not. What I mean is that neoliberalism was much more persuasive than competing economic thoughts in that specific moment. Difference in persuasiveness was due to the superior material support that backed those who propose neoliberal policies. No one could imagine, for instance, the IMF

hiring a developmentalist economist as chief economist. This liberal bias can be verified in the multilateral development banks and some important think tanks as well (John Williamson's Institute for International Economics, for example). In this regard, persuasiveness of an economic thought and the policies it prescribes is a function of the resources at disposal of the institutions that support them. That's the material ground upon which ideas are built, *concerning ideational coalitions*. It is supposed that stronger material support to institutions will provide intellectual production of superior persuasion. This is exactly the point made by John Campbell:

The rise of supply-side economics was very much an intellectually and politically contested process in which powerful think tanks and other organizations mobilized substantial financial resources to influence policy making at the ideational level.²³

The material and intellectual support that backed the rise on neoliberalism in the United States had a natural spillover effect on the support for neoliberalism in other countries. In the context of the debt crisis, all these elements combine providing a strong incentive for policy change in Latin America. It's important, at this point, to make a link with the new institutionalist contribution summarized in the fourth section.

The case in question fits in many ways the works of Hall, Blyth and Campbell. In accordance with Hall, neoliberalism had political support of the ideational coalition outlined in this paper. In accordance with Blyth, a coalition was built around neoliberalism and their intellectual work served as "weapons" to weaken developmentalism in Latin America. In accordance with Campbell, policy advising had, at that moment, all the material support it needed as well. However, Blyth's theory, by capturing the most interesting connections between politics and ideas (ideas favor coalitions and can be used as weapons), is the framework that provides a better explanation for the case in question. Moreover, it is fully compatible with the concept of ideational coalitions. Hall's and Campbell's contributions, in this sense, are considered complementary to Blyth's.

7. CONCLUSION

A specific set of Washington-based institutions – defined here as an ideational coalition – were in part responsible for the diffusion of neoliberalism in Latin America. New institutionalism usually explains the diffusion of ideas, but this literature does not fit perfectly the selected case because it has focused the diffusion of ideas among developed countries. The fact that this case shows a remarkable variance concerning state power distribution asks for an adaptation of the theories of institutional change developed so far. They need to be embedded in a larger international relations framework that accounts for vertical power relations. None of the existing international relations approach fits this task as well, for none of them have made an adequate connection between politics and ideas. Therefore I outlined in this paper a framework that could face this challenge. This framework is based on the main analytical features of Edward H. Carr's "The Twenty Years Crisis". Unlike postwar realism, Carr's analysis did not rely on the concept of balance of power. Its main focus is the hegemonic power. I incorporated the Gramscian concept of hegemony to this approach and argued that the main drive of the hegemonic power was the dynamics of the most developed capitalist economy. Consequently, this framework advances a less abstract understanding of the interplay between capitalism and international relations, for it considers as relevant in this matter the dynamics of capitalism *inside* borders of the wealthiest state.

The incorporation the Gramscian concept of hegemony was a necessary step to connect that larger international relations framework to institutionalist contributions that also focus on ideas. Ideas are used to obtain consent at the international level too. The question is: how is it done? In Blyth's (2002) theory of institutional change I found the most adequate connection between politics and ideas. According to Blyth, Ideas make coalitions possible and can be used as weapons. This theory fits to the explanation put forward in this paper to the diffusion of neoliberalism in Latin America, based on the concept of "ideational coalitions".

All that was advanced here can be quite useful to the development of a theory destined to offer an adequate explanation for vertical po-

wer relations. Much more has to be done to answer all the remaining questions. But the first steps, although sometimes hard, can be also the most important ones.

NOTES

¹ Cooper, Richard N. Chapter 11 for Countries? **Foreign Affairs**, vol.81, n.4, July/August 2002.

² I don't use the words diffusion and adoption interchangeably. By diffusion I mean the intellectual acceptance of ideas, and by adoption I mean making it into policy.

³ See, for example, Evans, Peter B.;Ruechemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge; Cambridge University Press, 1985. Steinmo, Sven; Katheleen, Thelen; Longstreth, Frank. **Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

⁴ I advance here these two concepts that, I believe, can be quite useful in studying power relations. Horizontal Power relations refer to competition among states. Vertical power relations concern hierarchy or subordination between two states or two groups of states. Traditional realist thinking stresses the former and dismisses the latter.

⁵ The balancing versus bandwagoning discussion is clearly insufficient in this way. It assumes that states do one thing or another rationally, i.e., as result of choice. Actually, vertical power relations diminish the degree of choice in international relations.

⁶ Bobbio, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Unesp, 2004. p.230.

⁷ Cohen, Benjamin J. **International Political Economy: an Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press, 2008. p.90.

⁸ Cohen call them the "American school". Cohen, **International Political Economy: an Intellectual History**, p.91

⁹ An exception is Keohane, Robert O.; Goldstein J.. An Analytical Framework. In: Keohane, Robert O.; Goldstein J (ed.). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993. But this contribution can be considered modest compared to what a true ideational approach can achieve theoretically, for the volume states that ideas and interests should be analytically separated, contrasting with the notion argued in this paper that they can't. Besides it openly challenges what they call the reflexivist (ideational) approach, trying to establish a middle ground between rationalism and reflexivism.

¹⁰ Carr, Edward H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Edições Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001. p.303

¹¹ Waltz, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979. p.91

¹² Carr, Edward H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Edições Imprensa Oficial de São Paulo e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001. p.155

¹³ In this point rests one of the main differences between the framework advanced here and the theory of hegemonic stability. Proponents of this theory consider economy important as a

source of capabilities. The framework advanced here goes deeper by considering the dynamics of capitalist economy in the hegemonic state to understand international order. For a presentation the theory of hegemonic stability see Keohane, Robert O. **The Theory of Hegemonic Stability and Changes in International Economic Regime, 1967-1977**. Los Angeles: University of California Press, 1980.

¹⁴ Campbell's theory, originally, contains twelve stages. I present a summarized version.

¹⁵ For Blyth, Interests are necessarily ideationally bound, but they can't be reducible to ideas. Blyth, Mark. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.p.34. For Campbell, "interests are a particular type of idea among many". CAMPBELL, John L. **Institutional Change and Globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 91.

¹⁶ Hall, Peter. Conclusion: The Politics of Keynesian Ideas. In: Hall, Peter (ed.) **The Political Power of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press, 1989. p.369.

¹⁷ Chile anticipated the neoliberal tide in 1970s.

¹⁸ Farias, Alex J. **A Moratória Brasileira de 1987 à Luz da Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, Iri/PUC-Rio, 1998.

¹⁹ Farias, Alex J. **Influência Congressual na Política Norte-Americana para a Crise da Dívida: 1983-1993**. Rio de Janeiro, tese de doutorado, IUPERJ, 2007.

²⁰ Williamson, John. What Washington means by policy reform. In **Latin American Adjustment: How Much has Happened?**, ed. John Williamson Washington D.C.: Institute for International Economics, 1990.

²¹ The Federal Reserve is not a technocratic institution. Although formally independent, it acts in defense of U.S. interests at the international level.

²² Haas, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**. Vol.46, n.1, 1992. p.3.

²³ Supply-side economics was the set of economic ideas that gave intellectual support to the rise of neoliberalism in the United States. It stressed the importance of relieving constraints on capital for the economy work properly in contrast with Keynesian focus on demand. Campbell, John L. Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy. In.: Campbell, John L.; Pedersen, Ove K. **The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2001., p.179.

Agrocombustíveis e crise de alimentos

Neste ensaio, os agrocombustíveis são analisados no contexto da crise mundial de preços dos alimentos e da proposta de “soberania alimentar”. Examinam-se as causas da crise, de curto e longo prazo, e embora os agrocombustíveis não sejam atualmente um fator determinante, são claramente contraindicados nesta conjuntura de crise. Argumenta-se que a soberania alimentar, incluindo uma moratória no tocante aos agrocombustíveis, constitui a melhor opção para gerenciamento da crise.

Palavras-chave: agrocombustível; crise de alimentos; soberania alimentar; Via Campesina.



Agrofuels and food crisis

In this essay agrofuels are analyzed in the context of the world food price crisis and “food sovereignty” proposal for addressing the crisis. Both short- and long-term causes of the crisis are examined, and while agrofuels are presently not a prime causal factor they are clearly contra-indicated by the crisis. Food sovereignty, including a moratorium on agrofuels, is argued to offer the best option for managing the crisis.

Key words: agrofuels; food crisis; food sovereignty; Via Campesina.

Maria Luisa Mendonça: Jornalista e diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Atualmente cursa o doutorado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

Peter Rosset: Pesquisador do Centro de Estudio del Cambio Campesino en Mexico (Ceccam), coordenador da Rede de Ação e Pesquisa da Terra (LRAN) e assessor da Via Campesina.

I A CRISE MUNDIAL DO PREÇO DOS ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR

Neste ensaio, examinamos a relação entre os agrocombustíveis e a crise no preço dos alimentos. No mundo atual, estamos imersos em uma crise de preço dos alimentos que leva ao aumento da fome e mesmo a tumultos por comida em diversos continentes. Parece estranho estarmos em crise por causa dos altos preços da comida, quando os últimos vinte ou trinta anos têm assistido a uma crise causada pelos preços “baixos”, tão baixos que milhões de camponeses e famílias de produtores em todo mundo foram expulsos das suas terras e jogados em correntes migratórias nacionais e internacionais. Para confrontar esta dura realidade, a Via Campesina, aliança internacional de organizações de camponeses e famílias de produtores, trabalhadores rurais, povos indígenas, agricultores sem-terra, mulheres e jovens do campo, desenvolveu uma abrangente proposta alternativa para a reestruturação da produção e consumo de alimentos em âmbito local, nacional e mundial, a chamada “soberania alimentar”.

Sob a égide desta soberania alimentar, e em contraste com propostas de “um modelo único” da Organização Mundial do Comércio (OMC), considera-se que todos os países e povos tenham o direito de estabelecer suas próprias políticas relacionadas à alimentação e ao sistema de agricultura, desde que estas não atinjam outros países, como tem ocorrido quando grandes potências agroexportadoras despejam comida nos mercados de outros países a preços abaixo dos custos de produção, arruinando produtores locais (ROSSET, 2006). A soberania alimentar permitiria aos países protegerem seus mercados domésticos contra tais práticas. Mas agora, que fomos de um período de preços artificialmente baixos a um período de altos preços ou, mais precisamente, preços mais “voláteis”, a soberania alimentar ainda faz sentido? Um exame das causas da crise atual, que acabou não sendo muito diferente da crise anterior, mostra que, na verdade, faz sentido sim. De fato, a soberania alimentar pode oferecer a única saída para o problema atual.

Mas, quais as causas da escalada extrema dos preços dos alimentos?¹ Há causas de curto e longo prazo. Entre as de longo prazo, destaca-se o efeito cumulativo de três décadas de cortes de orçamentos, privatização

e acordos de livre-comércio. Na maioria dos países, a capacidade de produção de alimento tem sido sistematicamente desmantelada e substituída pela crescente produção para exportação, estimuladas por grandes subsídios governamentais ao “agronegócio”, que utiliza dinheiro de impostos.

Em geral, são camponeses e famílias agricultoras que alimentam os povos do mundo. Grandes produtores do “agronegócio”, em quase todos os países, possuem “vocação” para exportar. Entretanto, decisões políticas têm negado aos pobres do campo garantia de preço mínimo, comercializa o, crédito, assistência técnica e, acima de tudo, mercado para seus produtos. Mercados locais e nacionais de alimentos foram primeiramente inundados por importa es baratas, e agora, quando as corpora es transnacionais dominaram grande parte do mercado, os preços das importa es de comida, das quais muitos países hoje dependem, têm subido drasticamente (ROSSET, 2006).

Enquanto isso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional forçaram governos a vender o setor público de comercializa o e empresas estatais, que mantinham as reservas de grãos. Diante da situa o, enfrentamos uma das mais apertadas diferenças da história entre a reserva pública e a demanda de comida, o que tanto causa aumento de preços quanto maior volatilidade do mercado. Inventários de comida estão em grande parte nas mãos do setor privado, geralmente corpora es estrangeiras, as quais atuam de modo contrário ao do setor público quando uma crise emerge.   medida que os preços sobem, comerciantes privados mantém estoques de mercados, de maneira a elevar os preços artificialmente antes de vender.

Isto   acúmulo e especula o, e tem sido o *modus operandi* de comerciantes privados de grãos desde os tempos bíblicos até as companhias atuais, como Cargill, Archers-Daniels-Midland e Bunge. Este foi o caso da chamada “crise da tortilha”, no México, em 2007 (HERN DEZ NAVARRO, 2007). O setor público, ao mesmo tempo, faz o contrário, liberando reservas quando os preços sobem, de modo a atenuar a alta de preços e permitir que os pobres continuem a comer, evitando a fome. Embora agências estatais de comercializa o de grãos tenham sido corruptas e ineficientes em muitos casos, liquid -las provou ser uma cura pior do que a própria doença; ao invés disto, deveriam ter sido reformadas (ROSSET, 2006).

Em outras palavras, muitos países não possuem mais nem reservas suficientes de comida, nem capacidade produtiva. Agora dependem das importações, cujos preços primeiramente se elevam, depois caem, talvez subindo novamente depois. Outra causa de longo prazo para a crise, embora bem menos importante, tem sido a mudança de padrões de consumo alimentar em algumas partes do mundo, como a crescente preferência por carne e produtos aviários (RAY, 2008).

Dentre as causas de curto prazo da crise, a mais importante foi, de longe, a relativamente súbita entrada do capital financeiro especulativo no mercado alimentar, seguida por seu êxito pelo menos parcial. Barreiras, índices e fundos de risco têm investido pesadamente nos mercados futuros de *commodities*, como grãos e outros produtos alimentares. Com o colapso do mercado imobiliário dos Estados Unidos, sua já desesperada busca por novos investimentos levou-os a descobrir estes mercados de contratos futuros. Atraídos pela alta volatilidade dos preços em qualquer mercado, já que lucram tanto com o aumento quanto com a queda dos preços, apostam como jogadores em um cassino; apostam, neste caso, com a alimentação de pessoas comuns. Estes fundos injetaram um adicional de U\$ 70 bilhões de investimentos extras em *commodities*, inflando uma bolha de preços que empurrou o custo de alimentos básicos para além do alcance dos pobres, país por país.

Mais recentemente, os preços das *commodities* começaram a cair, em virtude de os fundos terem sido duramente atingidos pela crise financeira, embora o cenário mais provável seja de que os preços seguirão largas mudanças, derivadas das apostas dos investidores tanto nos movimentos de baixa quando de alta. Quando os preços da *commodity* colhida aumentam, os preços ao consumidor logo aumentam, mas quando os preços caem, os preços ao consumidor permanecem elevados, atingindo tanto agricultores quanto consumidores. Além do mais, agricultores dificilmente se beneficiam quando os preços aumentam, já que muitas das suas colheitas foram vendidas a preços menores, levando as corporações estrangeiras a obter grandes lucros (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2008).

O maior aumento global de preço nos custos de insumos químicos para a agricultura convencional, particularmente fertilizante, como resultado direto da alta do preço do petróleo, também foi um importante fator causal de curto prazo, apesar de os preços dos fertilizantes terem

começado a cair atualmente. Outros fatores de impacto recentes incluem estiagens e certos eventos climáticos em várias regiões e uma tendência das corporações transnacionais exportarem alimentos básicos de determinados países em busca de melhores preços, exacerbando as deficiências locais.

Inegavelmente o *boom* dos agrocombustíveis contribuiu para a crise dos preços dos alimentos. A despeito de ainda não ser um fator causal dominante – até agora, estes têm sido o desmantelamento da capacidade produtiva, privatização, acúmulo e especulação com reservas, liberalização do comércio e o papel do capital financeiro especulativo –, a demanda por agrocombustíveis só faz exacerbar a crise.

Governos arguem que muitos agrocombustíveis serão produzidos de culturas não apropriadas ao consumo humano, e, assim, defendem que, em tais casos, a “comida para carros” (agrocombustíveis) não compete, de fato, com a “comida para pessoas”. Isto é evidentemente falso, pois a área a ser cultivada com esses produtos de biomassa geralmente são áreas que, em outro caso, seriam dedicadas à produção de comida. Ademais, quando plantações de biomassa ocupam solos marginais, elas quase sempre competem ainda mais com a produção de alimentos, já que a expansão da agroindústria nas terras mais férteis da maioria dos países tem expulsado agricultores e camponeses precisamente para as áreas agora ocupadas pela produção de agrocombustíveis.

Por fim, a segunda ou terceira geração de agrocombustíveis usando tecnologias de celulose para transformar resíduos normalmente não colhidos da planta em agrocombustíveis também prejudicará a produção de comida. Isto porque as partes não comestíveis de plantas como o milho deveriam ser incorporadas ao solo depois da colheita, de modo a fertilizá-lo. Se, ao contrário, são colhidas e enviadas a fábricas de etanol, provavelmente veremos um grande declínio da fertilidade do solo e uma consequente queda na safra de comida (SCIENCE DAILY, 2008). Obviamente, o agrocombustível não é a política certa para orientar um mundo em crise alimentar. Podemos tomar o Brasil como um caso a ser analisado.

2 AGROCOMBUSTÍVEIS NO CONTEXTO DA CRISE ALIMENTAR: O CASO DO BRASIL

O Brasil tem potencial para se tornar um grande exportador de agrocombustíveis. A expansão de monocultivos como soja e cana-de-açúcar para a produção de agroenergia, além da degradação ambiental pelo uso indiscriminado de recursos naturais, tende a aumentar o preço dos alimentos e consolidar o modelo agrícola baseado na superexploração do trabalho e na dependência de produtos químicos. Como consequência, estes cultivos passaram a dominar as melhores terras agrícolas no Brasil, substituindo a produção de alimentos e destruindo áreas de preservação na Amazônia e no Cerrado.²

Nos últimos anos, o governo brasileiro elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana, pois essa região apresenta uma topografia favorável, com terras planas, de boa qualidade, e farto potencial hídrico. O Cerrado é conhecido como “pai das águas”, porquanto abastece as principais bacias hidrográficas do país. Com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, este bioma está localizado entre a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga.

A região é tão importante por sua riqueza em biodiversidade quanto a Amazônia, pois abriga cerca de 160 mil espécies de plantas e animais, muitas ameaçadas de extinção. No entanto, sua destruição não tem gerado tanta visibilidade, apesar da intensidade e das sérias consequências que tem causado.

Segundo o professor Antônio Thomaz Júnior, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), “a expansão da cana-de-açúcar no Brasil para produção de etanol pode avançar sim sobre áreas onde atualmente se cultivam gêneros alimentícios, além de colocar em risco a integridade de importantes biomas, como a Amazônia e o Pantanal”.³

Dados do IBGE indicam que, na safra de 2007, as lavouras de cana ocupavam 5,8 milhões de hectares no Cerrado.⁴ O monocultivo de cana exige se destruir toda a vegetação nativa. Conforme determinados estudos, a cada ano, cerca de 22 mil quilômetros quadrados de Cerrado são desmatados. Consoante estimativas, mais da metade da área de Cerrado já foi devastada e, nesse ritmo, sua total destruição poderá ocorrer

até 2030. Um relatório do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) afirma:

O desmatamento para dar lugar à lavoura de cana prejudica diretamente as populações rurais que sobrevivem do uso da biodiversidade do Cerrado. Outra consequência temível é que os pequenos produtores de alimentos deixem suas plantações atraídos pelos empregos temporários no corte da cana, o que poderá diminuir a produção de alimentos na região, além de agravar a migração para as periferias urbanas.⁵

Em agosto de 2008, um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura resultou em uma série de modificações na Lei de Crimes Ambientais. Um dos resultados foi o anúncio de um decreto do Presidente Lula que permite inclusive a instalação de usinas de cana no Pantanal.⁶

Outra preocupação é a demanda por água na produção de agrocombustíveis. O diretor do Comitê Científico do Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Jan Lundqvist, adverte:

Atualmente a quantidade de água usada em todo o mundo na produção de alimentos é da ordem de 7 mil km³. Em 2050, a previsão é de que essa quantidade aumente para 11 mil km³, o que significa quase o dobro da água utilizada hoje. E as projeções indicam que a água necessária para produzir biocombustíveis crescerá na mesma proporção que a demanda de água por alimentos, o que representaria a necessidade de 20 a 30 milhões de km³ em 2050.⁷

A demanda de grandes empresas por terras planas e de boa qualidade, com acesso a água e infraestrutura, causa devastação ambiental e destrói a agricultura local.

Portanto, não há lógica em afirmar que a expansão das lavouras de cana atinge somente “terras degradadas”, como diz o governo brasileiro.

Para ilustrar essa situação, entrevistamos residentes do município de Lagoa da Prata, em Minas Gerais, onde existia uma usina de açúcar desde a década de 1970. Mais recentemente, a empresa francesa Louis Dreyfus adquiriu esta usina e expandiu o monocultivo de cana para a produção de etanol, substituindo lavouras de alimentos e destruindo as reservas ambientais.

Segundo o agricultor Gaudino Correia, não vale a pena arrendar a terra para a empresa de etanol.

Os contratos são de 12 anos e depois disso a cana já acabou com tudo. A usina usa máquinas pesadas para preparar a terra e causa erosão do solo. Depois queimam a cana e a cinza se espalha por toda a região. Eu não quis arrendar minha terra e estou cercado de cana. Aqui não tem mais terra para lavoura e por isso subi tanto o preço dos alimentos. Meus vizinhos deixaram de produzir milho, feijão, café, leite e arrendaram a terra para a empresa Total. Eu ainda planto milho, feijão, e produzo leite, mas para o produtor o preço não aumentou, só para o atravessador e para a população.

O agricultor Sebastião Ribeiro tem a mesma posição. “A usina insistiu, mas eu não quis arrendar minha terra. Meus vizinhos arrendaram e depois ficaram com depressão, porque é o mesmo que perder a terra. O que vai acontecer se os agricultores deixarem de plantar alimentos?” Ribeiro explica também que a usina faz irrigação da cana com pivô central, usando água do São Francisco.

Especialistas alertam que não há fiscalização eficiente sobre os impactos sociais e ambientais. “O Estado deveria priorizar a preservação das nascentes dos rios. É como desgastar as veias que levam o sangue para o coração. Essa expansão tem sido muito rápida e a ideia é dobrar a produção de cana na região. A agricultura familiar vai sumir e podem faltar alimentos”, afirma Lessandro da Costa, diretor da Associação Ambientalista do Alto São Francisco.

Como explica o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Prata, Nelson Rufino, a maioria dos trabalhadores nas usinas é formada por migrantes e, portanto, é mais vulnerável à exploração e ao preconceito.

A empresa joga veneno de avião e o índice de câncer na população é enorme. Há mais de 140 trabalhadores afastados por problemas de saúde. Temos registros de cinco casos de mortes por acidentes de trabalho. Para os trabalhadores a situação piorou porque perdemos renda.

Na afirmação do então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a expansão dos canais no Brasil ocorre em terras “degradadas” e, portanto, não teria impactos sobre o meio ambiente ou sobre a produção de alimentos. Os dados apresentados para justificar essa teoria passam a ideia de haver no Brasil milhões de hectares de terras simplesmente “abandonadas” ou “marginais”. Porém, falta o governo explicar seu conceito de “terras degradadas”, já que não faria sentido grandes empresas e ban-

cos públicos investirem pesadamente em um setor se não houvesse possibilidade de se instalar em terras planas, de boa qualidade, com acesso a água e infraestrutura. Mesmo quando substituem outras atividades agrícolas, ou ainda a pecuária, a tendência é gerar um grau bem maior de devastação, porque as plantações de cana em grande escala não convivem com outros tipos de vegetação. Se realmente existisse tanta terra disponível no Brasil, não haveria necessidade da expansão das lavouras de cana sobre áreas de preservação.

Na verdade, as plantações de cana se estendem sobre regiões de conservação ambiental, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, considerado pelo “Atlas da biodiversidade em Minas Gerais” como sendo de importância biológica extrema. Joaquim Maia Neto, chefe da unidade do Ibama responsável pelo parque, afirma:

Plantam cana praticamente dentro d’água. Desmataram a área e praticaram queimadas, o que representa um grande risco para toda a região. O Ministério Público moveu uma ação contra a empresa e esperamos que a área seja recuperada em breve e que os responsáveis sejam punidos pelo dano ambiental. É necessário que os órgãos competentes fiscalizem essa atividade, pois a monocultura traz sérios problemas ambientais. O Brasil deveria priorizar uma agricultura diversificada.

Em 2006, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – órgão ligado ao Ministério da Agricultura – registrou um aumento na produção de cana na Amazônia de 17,6 milhões para 19,3 milhões de toneladas entre 2007 e 2008.⁸ Também em 2006, a Conab constatou que a região Norte apresentou os maiores índices de aumento da produção de cana no país. A expansão foi de 68,9% no Tocantins, de 55,1% no Amazonas e de 34,3% no Pará. A produção dos três Estados foi de 1,6 milhão de toneladas, representando um aumento de 46,8% em relação à safra anterior.⁹ Conforme dados oficiais indicam, tem havido grande aumento da atividade pecuária na Amazônia, pressionada pela expansão da fronteira agrícola. De acordo com o IBGE, a criação de gado na Amazônia praticamente dobrou nos últimos dez anos. Segundo constatado pelo “Censo Agropecuário de 2006”, desde 1996, o aumento da expansão agrícola na região Norte foi de 275,5%. Entre 1990 e 2006, houve um aumento anual de 18% das plantações de soja e de 11% da criação de gado na Amazônia.¹⁰ Entre 2006 e 2007, a safra da soja na região Norte teve um aumento de 20%.¹¹

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes e doenças. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em março de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 288 trabalhadores em situação de escravidão em seis usinas de São Paulo. Em outra operação realizada em março, o Grupo de Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canavial da usina de álcool Centro-Oeste Iguatemi. Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1.108 trabalhadores que faziam a colheita da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (Pará), na região amazônica.

Na verdade, o debate sobre a produção de agroenergia envolve uma ampla gama de temas centrados no modelo agrícola e econômico adotado por países periféricos e em um processo de “reciclagem” no discurso que define a geopolítica de países centrais. Nesse contexto, o governo brasileiro assume um papel protagonista na defesa da expansão de monocultivos para a produção de agroenergia. Atualmente, a prioridade da política externa brasileira é garantir acesso a mercados para agrocombustíveis, principalmente na União Europeia, Japão e Estados Unidos, além de estimular outros países do Hemisfério Sul a adotarem este modelo, mediante acordos de transferência tecnológica.

A opção por um modelo agrícola que prioriza o monocultivo para exportação se baseia na ideia segundo a qual a realização de uma ampla reforma agrária não seria significativa para o desenvolvimento rural no Brasil. Como observou Manuel Correia de Andrade, os processos de êxodo rural se baseiam na imagem dos centros urbanos como os principais

geradores de renda e de oportunidades econômicas.¹² Porém, as maiores regiões concentradoras de recursos naturais – como água, terra, minério e biodiversidade – estão no meio rural e passaram a ser o centro das principais disputas políticas e econômicas, tanto em âmbito nacional quanto mundial. Agências financeiras multilaterais, grandes empresas nacionais e transacionais e governos disputam o controle geopolítico de regiões ricas em recursos estratégicos, tanto agrícolas quanto energéticos e minerais.

Para justificar esta opção, seria necessário “extinguir” a ideia da importância da reforma agrária e da agricultura camponesa, como políticas centrais para o desenvolvimento rural.¹³ Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de reforma agrária foi substituída pelo projeto Novo Mundo Rural, fundamentado em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra como uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para Estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pelo projeto do “mercado de terras”, ou seja, a compra e venda negociada da terra. Esta concepção de “desenvolvimento” rural foi fomentada pelo Banco Mundial, através da criação de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Apesar desta ideologia se basear na propaganda do Estado mínimo, o Banco Mundial exige uma contrapartida dos governos para seus projetos. Tal exigência compromete o orçamento do Estado e define uma política fundiária baseada na privatização do território. De acordo com essa política, os pequenos agricultores devem buscar “eficiência”, por meio da integração ao complexo agroindustrial (MARTINS, 2004).

Atualmente, o complexo agroindustrial brasileiro se insere no capitalismo “globalizado”, caracterizado por grandes monopólios agrícolas e industriais, sob forte influência do capital financeiro (OLIVEIRA, 1998) e das regras das bolsas de mercadorias e de instituições financeiras internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde sua criação em 1995, o principal papel da OMC tem sido o de expandir seu poder de regulamentação para 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas. A despeito de difundir a ideologia do “livre comércio”, a OMC possui uma complexa estru-

tura de regras utilizadas na defesa dos interesses de grandes multinacionais e de seus países-sedes. A abrangência dos acordos contidos na OMC vai muito além de temas relacionados ao comércio internacional. No Brasil, as políticas agrícolas seguem essa lógica, visando sobretudo ampliar o acesso a mercados e consolidar vantagens comerciais para o setor agrícola baseado no monocultivo para exportação. Conforme essa ideologia, o grande “vilão” é o subsídio, mas não se questiona problemas causados por monopólios agrícolas e pelo modelo de produção voltado para o mercado externo.

Apesar da representação do complexo agroindustrial como símbolo de “desenvolvimento” e “eficiência”, o modelo fundiário e agrícola deste setor gera problemas sociais e econômicos, além de ser altamente dependente de recursos públicos. Algumas das principais consequências desta política são a degradação do meio ambiente, a concentração de renda e o desemprego no campo. Este processo foi identificado por Alberto Passos Guimarães como “modernização conservadora da agricultura brasileira” (GUIMARÃES, 1978, p. 22). Segundo estudo do professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, da Universidade de São Paulo (GUIMARÃES, 1978, p. 7-28),¹⁴ do total de empregos gerados no campo brasileiro, 87,3% estão nas pequenas unidades de produção, 10,2% estão nas médias e somente 2,5% estão nas grandes. Ainda como este estudo demonstrou, as pequenas e médias propriedades rurais são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos para o mercado interno. O mais recente Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, revela que as propriedades com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área rural, enquanto as com mais de 1.000 hectares representam 43% do total.

3 SOBERANIA ALIMENTAR: A ÚNICA SAÍDA PARA A CRISE

É impossível examinar este caso e casos similares em todo mundo e não ver as implicações dos agrocombustíveis na crise alimentar. Confrontados com o panorama global, há na verdade apenas uma proposta alternativa à altura do desafio. Sob o paradigma de soberania alimentar, um número crescente de movimentos sociais e governos progressistas,

ou mais ou menos progressistas, propõem a revisão das regulamentações dos mercados de *commodities* de alimentos, descontroladas com o neoliberalismo. E, ainda, regulá-los melhor do que estavam antes da desregulamentação, com gerenciamento real dos suprimentos, tornando possível um ajuste dos preços que seja justo tanto para consumidores quanto para produtores, como demonstrado à seguir (ROSSET, 2006).

Políticas de soberania alimentar direcionadas a crise global no preço dos alimentos

- Proteger os mercados domésticos de alimentos contra *dumping* (queda artificial dos preços) e preços artificialmente elevados causados pela especulação e a volatilidade dos mercados globais.

- Retornar a alternativas melhores de políticas de gestão de estoques alimentícios, em escala nacional, e melhores acordos internacionais de *commodities*, em escala internacional.

- Restaurar a capacidade produtiva dos setores camponeses e da agricultura familiar, através de preços mínimos, melhoria das margens de comercialização, orçamentos do setor público e reforma agrária genuína.

- Reconstruir melhores alternativas de inventários de alimentos básicos do setor público e/ou da agricultura familiar, eliminação de empresas transnacionais e do setor doméstico privado como principais proprietários dos estoques nacionais de alimentos.

- Controlar o acúmulo, a especulação e a exportação forçada de alimentos básicos.

- Decretar uma moratória imediata dos agrocombustíveis.

- Transformar a tecnologia dos sistemas agrícolas, baseada na agroecologia, para desfazer a conexão entre alimento e preço do petróleo, e para conservar e restabelecer a capacidade produtiva das terras agrícolas.

Isso significa, necessariamente, um retorno à proteção da produção nacional de alimentos dos países contra o *dumping* dos preços de alimentos artificialmente baratos, que prejudica os produtores locais, e contra as importações de alimentos, artificialmente encarecidas, que enfrenta-

mos hoje. Isso significa reconstruir as reservas nacionais de grãos e as margens de comercialização estatais, transformando-as em novas e melhores alternativas que incluam as organizações de agricultores como proprietários e gestores de reservas públicas. É um passo-chave em termos do resgate do nosso sistema alimentar das mãos de corporações transnacionais que retêm estoques de alimentos para elevar os preços.

Os países precisam estimular urgentemente a recuperação das suas capacidades produtivas de alimentos, em especial a capacidade localizada no setor camponês, e da agricultura familiar. Ou seja, adotar orçamentos do setor público, preços mínimos, crédito e outras formas de apoio, e genuína reforma agrária. A reforma agrária é uma necessidade urgente em muitos países para reconstruir os setores camponeses e da agricultura familiar cuja vocação é cultivar alimentos para as pessoas, enquanto as grandes fazendas e o “agronegócio” parecem produzir apenas para os carros e para exportação (ROSSET; PATEL; COURVILLE, 2006). E muitos países precisam controlar as exportações, como vários governos fizeram nos últimos meses, para cessar a exportação compulsória de alimentos largamente indispensáveis a suas próprias populações.

Finalmente, devemos mudar as práticas tecnológicas dominantes na agricultura, direcionando-as a uma agricultura baseada em princípios agroecológicos, sustentável e assentada no respeito e no equilíbrio com a natureza, as culturas locais e o conhecimento agrícola tradicional (ALTIERI, 2008). Consoante tem sido cientificamente demonstrado, sistemas agrícolas ecológicos podem ser mais produtivos, resistir melhor a seca e outras manifestações de mudanças climáticas, e ser economicamente sustentáveis, porque usam menos combustível fóssil. Não podemos mais sustentar o luxo de alimentos cujos preços estão ligados ao preço do petróleo (SCHILL, 2008), muito menos aquele cujo modelo de produção monocultor e industrializado – com pesticidas e alimentos geneticamente modificados – prejudica a capacidade de produção futura das nossas terras. Claramente, precisamos de moratórias imediatas nos agrocombustíveis.

Todas estas recomendações, direcionadas a cada uma das maiores causas da crise, são parte da proposta de soberania alimentar apresenta-

da pela Via Campesina (LA VIA CAMPESINA, 2008). Parece ter realmente chegado o momento da Via Campesina e da Soberania Alimentar. Não existe outra solução real para alimentar o mundo e é da responsabilidade de cada um de nós ajudarmos a concretizar as mudanças na política pública nacional e internacional que se necessita urgentemente.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Small farms as a planetary ecological asset: five key reasons why we should support the revitalization of small farms in the global south.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article315>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERTHELOT, J. **Summary of critical analysis of the causes of the explosion in world agricultural prices.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article316>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- GENETIC RESOURCES ACTION INTERNATIONAL. **Getting out of the food crisis.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article321>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- GORDON, G. **Food crisis in the age of unregulated global markets.** Institute for Food and Development Policy (Food First). Disponível em: <<http://www.foodfirst.org/en/node/2099>>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. Crisis financiera y agricultura. In: LA JORNADA, 4 nov. 2008, México. **Anais...** México, 2008.
- _____. Cargill: “el maíz de sus tortillas”. In: LA JORNADA, 30 jan. 2007, México. **Anais...** México, 2007. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/01/30/index.php?section=opinion&article=021a1pol>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- LA VIA CAMPESINA. **An answer to the global food crisis: peasants and small farmers can feed the world.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article317>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a terra.** São Paulo: Viramundo, 2004.
- MENDONÇA, M. L.; MELO, M. Colonialismo e agroenergia. **América Latina en Movimiento**, ALAI, Quito, n. 419, abr. 2007.
- MENDONÇA, M. L.; PINTO, E. O mito dos biocombustíveis. **Brasil de Fato**, Feb. 2007.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia e os movimentos sociais. In: CONFERÊNCIA PERSPECTIVA AGRÁRIA, **Unioeste Colegiados de Geografia**, n. 3, 2007.
- _____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, J. **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1998.

- RAY, D. E. **Data show that China's more meat-based diet is not the cause of ballooned international corn prices?** Tennessee: Agricultural Policy Analysis Center, University of Tennessee, 2008.
- ROSSET, P. M. **Food is different: why we must get the WTO out of agriculture.** London: Zed Books, 2006.
- ROSSET, P. M.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (ed.). 2006. **Promised land: competing visions of agrarian reform.** Oakland: Food First Books, 2006.
- SCHILL, S. R. **Perfect storm for fertilizer prices.** Ethanol Producer Magazine. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.ethanolproducer.com/issue.jsp?issue_id=84>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- SCIENCE Daily. Crop residue may be too valuable to harvest for biofuels. **Science Daily**, 19 Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedaily.com/releases/2008/07/080715190110.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

NOTAS

¹ As referências neste trecho, que não incluem citações bibliográficas, foram extraídas de Berthelot (2008), La Via Campesina (2008) e Grain (2008).

² Ver MENDONÇA, M. L.; REVERS, I.; MELO, M.; PLÁCIDO JÚNIOR. **Impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia.** Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, dez. 2008.

³ **Cana pode prejudicar meio ambiente e produção de alimentos.** Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=984>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

⁴ PrimaPagina. **Cana pressiona área de proteção no Cerrado.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2902&lay=mam>. Acesso em: 9 abr. 2008.

⁵ O Estado de São Paulo. **Cana coloca em risco o Cerrado brasileiro.** Disponível em: <<http://conexaotocantins.com.br/noticia/cana-coloca-em-risco-o-cerrado-brasileiro/926>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

⁶ PrimaPagina. **Plantio ocupou, em 2007, 162 mil hectares do bioma que hoje o governo indica como áreas de conservação.** 8 abr. 2008.

⁷ BBC Brasil. **Biocombustível causaria falta de água.** 13 ago. 2007.

⁸ Adital – 11 fev. 2008. **Amazônia, ecocídio anunciado.** Frei Betto.

⁹ Jornal Valor Econômico, 1º jun. 2006.

¹⁰ Adital – 15 fev. 2008. **Amazônia devastada.** Frei Betto.

¹¹ Radioagencia Notícias do Planalto, 5 May 2008.

¹² Em **A terra e o homem no Nordeste**, Manuel Correia de Andrade se refere à expressão de Gilberto Freyre “cidade inchada” para descrever este processo e alerta para “o aumento considerável da população, sem correspondente aumento das possibilidades de emprego, é muito mais

uma inchação do que um crescimento”. E explica: “Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização” (ANDRADE, 2005, p.62).

¹³ Manuel Correia de Andrade identificou a relação entre a concentração fundiária no Brasil e o apoio estatal para o desenvolvimento da agricultura capitalista: “seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau, etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistência” (ANDRADE, 2005, p.64).

¹⁴ Conferência proferida em 29 maio 2006 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/1284/1038>.

Agrofuels and food crisis

In the current global context we are confronting the convergence of the food crisis, the climate crisis, the energy crisis and the financial crisis. These crises have common origins in the capitalist system and more recently in the unrestrained de-regulation in various spheres of economic activity, as part of the neo-liberal model, which gives priority to business and profit. In the rural zones of the world, we have seen a ferocious offensive of capital and of transnational corporations (TNCs) to take over land and natural assets (water, forests, minerals, biodiversity, land, etc.), that translates into a privatizing war to steal the territories and assets of peasants and indigenous peoples. This war uses false pretexts and deliberately erroneous arguments, for example to claim that agrofuels are a solution for the climactic and energy crises, when the truth is exactly the opposite. Whenever peoples exercise their rights and resist this generalized pillage, or when they are obliged to join migrant flows, the response is always more criminalization, more repression, more political prisoners, more assassinations, more walls of shame and more military bases. Declaration of Maputo, La Via Campesina, 23 October 2008¹

Agrofuels must be considered within the context of the world food price crisis if we are to evaluate their likely impact, and we should judge their compatibility with food sovereignty, proposed by farmer organizations as the solution to the food crisis. In fact, in today's world we not only face a food crisis, but rather interlocking crises of the climate, energy, food and finances. All of these crises are products of the world capitalist system and neoliberal deregulation of markets. Agrofuels are related to all facets of this multidimensional crisis. They have been posited as the solution to the energy and climates crises, dubious claims which are addressed elsewhere in this issue, and they certainly are part of the financial crisis. "After the mortgage crisis, investors needed a new place to put

their money. So they pumped it into commodities, farmland, and the new biofuels boom...”, according to the Institute for Food and Development Policy and other analysts (Gordon, 2008).

1. THE WORLD FOOD PRICE CRISIS AND FOOD SOVEREIGNTY

It is the relationship of agrofuels to the food price crisis that we examine in this essay. In today’s world we find ourselves mired in a global food price crisis that is driving increased hunger and even food riots in several continents. It seems odd that we are in crisis of high food prices, when the past twenty to thirty years have seen a crisis of *low* prices, prices so low that millions of peasant and family farmers around the world were driven off the land and into national and international migrant streams. To confront that harsh reality, La Via Campesina, the international alliance of organizations of peasant and family farmers, farm workers, indigenous people, landless peasants, and rural women and youth, developed a comprehensive alternative proposal for restructuring food production and consumption at the local, national and global level, called “food sovereignty”.

Under food sovereignty, and in contrast to the “one size fits all” proposals of the World Trade Organization (WTO), every country and people is deemed to have the right to establish its own policies concerning its food and agriculture system, as long as those policies don’t hurt third countries, as has been the case when major agroexports powers dump foodstuffs in the markets of other countries at prices below the cost of production, thus driving local farmers out of business (Rosset, 2006). Food sovereignty would allow countries to protect their domestic markets against such practices. But now that we have shifted from a period of artificially low prices, to a period of high prices, or more accurately, more *volatile* prices, does food sovereignty still make sense? An examination of the causes of the current crisis, which turn out to be not so different from the previous crisis, show that it indeed does. In fact food sovereignty may well offer our only way of the current conundrum.

But, what are the causes of the extreme food price hikes? ² There are both long term and short causes. Among the former, the cumulative effect

of three decades of neoliberal budget-cutting, privatization and free trade agreements stands out. In most countries around the world, national food production capacity has been systematically dismantled and replaced by a growing capacity to produce agroexports, stimulated by enormous government subsidies to agribusiness, using taxpayer money.

It is peasants and families farmers who feed the peoples of the world, by and large. Large agribusiness producers in most any country have an export “vocation.” But policy decisions have stripped the former of minimum price guarantees, parastatal marketing boards, credit, technical assistance, and above all, markets for their produce. Local and national food markets were first inundated with cheap imports, and now, when transnational corporations (TNCs) have captured the bulk of the market share, the prices of the food imports on which countries now depend have been drastically jacked up (Rosset, 2006).

Meanwhile the World Bank and the IMF have forced governments to sell off their public sector marketing board and parastatal enterprises that maintained grain reserves. The result is that we now face one of the tightest margins in recent history between public food reserves and demand, which generates both rising prices and greater market volatility. Food inventories are now largely in the hands of the private sector, usually foreign corporations, which behaves in an inverse fashion to the public sector when a crisis emerges. As prices rise, private merchants withhold stocks from markets, in order to artificially drive prices higher before selling.

This is hoarding and speculation, and has been the *modus operandi* of private grain merchants from biblical times to present day companies like Cargill, Archers-Daniels-Midland and Bunge. This was the case with the so-called “tortilla crisis” in Mexico in 2007 (Hernández Navarro, 2007). The public sector, on the other hand, does the reverse, releasing stocks as prices rise in order to ameliorate prices hikes and allow the poor to continue eating, thus averting famine. Although parastatal grain marketing boards were corrupt and inefficient in many cases, selling them off has proven to be a cure worse than the disease; they should have been reformed instead (Rosset, 2006).

In other words, many countries no longer have either sufficient food reserves or sufficient productive capacity. They now depend on imports,

whose prices are first skyrocketing, then dropping, then perhaps skyrocketing again. Another long term cause of the crisis, though of far lesser importance, has been changing patterns of food consumption in some parts of the world, like increased preference for meat and poultry products (Ray, 2008).

Among the short term causes of the crisis, by far the most important was the relatively sudden entry of speculative financial capital into food markets, followed by their at least partial exit. Hedge, index and risk funds have invested heavily in the futures markets for commodities like grains and other food products. With the collapse of the home mortgage market in the USA, their already desperate search for new avenues of investment led them to discover these markets for futures contracts. Attracted by high price volatility in any market, since they take their profits on both price rises and price drops, they bet like gamblers in a casino. Gambling, in this case, with the food of ordinary people. These funds injected an additional 70 billion dollars of extra investment into commodities, inflating a price bubble that has pushed the cost of basic foodstuffs beyond the reach of the poor in country after country.

More recently commodity prices have begun to drop, as the fund have been hard hit by the financial crisis, although the most likely scenario now is that prices will follow wild swings as derivative investors bet on both up- and down-swings. When crop commodity prices rise, consumer prices follow suit, but when commodity prices drop, consumer prices stay high, thus hurting both farmers and consumers. Furthermore, farmers scarcely benefited when prices rose, as most of their harvests were sold at lower prices and thus grain trading corporations made windfall profits (Hernández Navarro, 2008).

The major global price increases in the costs of chemical inputs for conventional farming, particularly fertilizers, as a direct result of the high price of petroleum, were also a major short term causal factor, although fertilizer prices began to fall more recently. Other factors of recent impact include droughts and other climate events in a number of regions, and a tendency of transnational corporations to export needed foodstuffs from certain countries in search of better prices, exacerbating local shortages.

There is no doubt that the agrofuel boom is a contributing factor in the food price crisis. While not yet a dominant causal factor - so far

these have been the dismantling of productive capacity, privatization, hoarding and speculating with reserves, trade liberalization and the role of speculative financial capital -, demand for agrofuels can only exacerbate the crisis.

Governments argue that many agrofuels are to be produced from crops which are not human foods, and therefore they make the claim that in such cases food for cars (agrofuels) does not in fact compete with food for people. This is patently false, as the area to be planted to these biomass crops often comes from areas that would otherwise be devoted to food production. Furthermore, when biomass crops are planted on marginal soils, they often compete even more with food production, as the expansion of agroindustry on the most fertile lands of most countries has driven peasant and family farm food producers precisely into those marginal areas now slated for agrofuel production. Finally, second or third generation agrofuels using cellulosic technologies to turn normally non-harvested crop residues into agrofuels, will also damage food production. This is because the non-edible portions of food plants like maize should be incorporated into the soil after harvest in order to maintain soil fertility. If instead they are harvested and sent to ethanol factories, we are likely to see a steep decline in soil fertility and a resulting drop in food crop yields (Science Daily, 2008). Agrofuels are clearly not the right policy direction for a world faced with a food crisis. We can use Brazil as a case in point.

2. AGROFUELS IN THE CONTEXT OF THE FOOD CRISIS: THE CASE OF BRAZIL

Brazil has the potential to become a major exporter of biofuels. The expansion of monocropping as soybeans and sugarcane for the production of agrofuels, in addition to environmental degradation from the indiscriminate use of natural resources, tends to increase food prices and consolidate an agricultural model based on high exploitation of workers and dependence on TNCs. As a consequence, agrofuels dominate some of the best agricultural lands in Brazil, replacing food production and reaching protected areas of the Amazon and Cerrado.³

Brazilian government has targeted the Cerrado as a priority area for advancing the agricultural borders, as this region is characterized by favorable topography and is known as the “father of water,” for it fills up the principal water basins of the country. With nearly two million square kilometers, this biome is located between the Amazon, the Atlantic Rainforest, the Pantanal, and the Caatinga. The region, as important for its biodiversity as the Amazon, is shelter for nearly 160,000 species of plants and animals, many of which are endangered species. However, its destruction has not generated much visibility, in spite of the intensity and the consequences it has caused. Antônio Thomaz Júnior, professor of the Department of Geography of the State University of São Paulo (Unesp), states in an interview that “the expansion of sugarcane in Brazil for the production of ethanol may certainly advance over areas currently cultivating food crops, besides placing at risk the integrity of important biomes, like the Amazon and Pantanal.”⁴

In the 2007 harvest, sugarcane production occupied 5.8 million hectares of the Cerrado, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). To begin planting sugarcane, it is necessary to clear the native vegetation, and thus all of the trees are uprooted. Studies indicate that each year nearly 22,000 square kilometers of savannah are cleared. A report from the Society, Population and Nature Institute (ISPN) affirms:

Deforestation done for sugarcane production directly harms rural populations who survive off the biodiversity of the Cerrado. The other terminal consequence is that small food farmers leave their lands, having been lured into temporary employment in the sugarcane fields. This will diminish the food production in the area, which only serves to aggravate the migration to urban slums.”⁵

In August 2008, an agreement between the Ministry of the Environment and the Ministry of Agriculture resulted in a series of modifications in the “Law of Environmental Crimes”, including one that allows the construction of sugarcane factories in the Pantanal.

Another concern that affects in a direct way the cost of food is the demand for water in agrofuels production. The director of the Scientific Committee of the Stockholm International Institute for Water, Jan Lundqvist, warns that

Currently the quantity of water used throughout the world in food production is approximately 7,000 km³. In 2050, the prediction is that this quantity will increase to 11,000 km³, almost double of what it is today. And the projections indicate that the demand of water necessary to produce biofuels will increase in the same proportions as the demand of water for food production, which would represent 20 -30 km³ of water in 2050. ⁶

Even in areas where there was already agricultural activity, sugarcane monoculture produces a much larger degree of devastation, because it substitutes diversified agriculture for homogeneous and continuous cultivation, which leads to the total destruction of forest reserves. The demand of ethanol corporations for large quantity of good quality lands, with access to water and infrastructure, results in the devastation of natural resources and local agriculture. So, it is not true that sugarcane plantations are expanding in degraded areas and marginal lands, as the Brazilian government claims.

It's illustrative to listen to the people who live at the town of Lagoa da Prata, state of Minas Gerais, where a sugarcane mill already existed since the 70's.⁷ Recently, the French company Louis Dreyfus acquired this mill, and expanded its plantations to produce ethanol, replacing areas of food production, besides destroying forest reserves.

According to farmer Gaudino Correia, it is not worth to lease out the land to the ethanol factory.

The contracts are for 12 years, and after that the sugarcane has destroyed everything. The mill uses heavy machines to prepare the land, and it causes soil erosion. They burn sugarcane, and the ashes spread throughout the region. I did not want to lease out my land, and now I'm surrounded by sugarcane. Here there is no more land for farming, and therefore food prices have raised a lot. My neighbours have stopped producing corn, beans, coffee, and milk, and leased out their lands. I still plant corn, beans, and produce milk, but for small producers the price did not increase, only for the middleman and for consumers.

Farmer Sebastião Ribeiro has the same opinion. "The company insisted, but I didn't want to lease out my land. My neighbours who did it ended up getting into depression, because it is the same as if you lose your land. What will happen if all farmers stop planting food crops?" He also explains that the companies use the water of the São Francisco River to irrigate sugarcane.

Local organizations are concerned with the environmental and social impacts of agrofuels production. "The government should give priority to the preservation of the rivers springs. It is like wearing the veins that lead the blood to the heart. This expansion is happening very fast, and the production of sugarcane is supposed to double in the region. Family farming is going to disappear, and foods can become scarce", says Lessandro da Costa, director of the Environmentalist Association of Alto São Francisco. The president of the Rural Workers Union of Lagoa da Prata, Nelson Rufino, explains that most of the workers in the agroindustry are migrants, so they are more vulnerable to exploitation and prejudice.

The mills spread poison by airplane, and the number of cases of cancer in the population is enormous... there are more than 140 workers removed from their jobs because of health problems... We have registration of five death cases from accidents at work... For the workers the situation has worsened because we have lost income.

The Minister of Agriculture Reinhold Stephanes affirms that the expansion of sugarcane plantations happens on land that is "degraded," and there are no impacts on the environment or on food production. The data given to justify this assertion is based in the idea that in Brazil there are millions of hectares of land "abandoned" or "marginal." On the other hand, the government has yet to explain what exactly it means by "degraded land". It would not make sense for companies and public banks to heavily invest in a sector in which there is no possibility to plant on level ground, of good quality land, with access to water and infrastructure. Even when sugarcane production replaces other agricultural activities, or even cattle-raising, there is a much greater degree of devastation because large-scale sugarcane plantations do not thrive with other types of vegetation. If there really were so much land available in Brazil, there would not be necessary to expand ethanol production to preserved areas.

In fact, the cultivation of sugarcane comes near to restricted conservation zones of the Serra da Canastra National Park, considered of extreme biological importance by the Atlas of Biodiversity in Minas Gerais. Referring to the mill's activities, Joaquim Maia Neto, chief of Brazilian Environmental Institute (IBAMA) at the Park, affirms:

They plant sugarcane practically inside the water. The company deforested and burned the area, and it was a major threat for the whole region. The Public Prosecutor's Office filed a lawsuit against the company. We hope that the area will be restored soon, and that the company be punished because of environmental crimes. This activity brings serious environmental problems. Brazil should prioritize a diversified model of agriculture.

The National Supply Company (CONAB), an organ linked to the Ministry of Agriculture, registered an increase in the production of sugarcane in the Amazon from 17.6 million tons to 19.3 million tons between 2007 and 2008.⁸ In 2006, CONAB demonstrated that the Northern region had the highest indices of increase in sugarcane production in the country. The expansion was 68.9% in Tocantins, 55.1% in Amazonas and 34.3% in Pará. The production from these three states was 1.6 million tons, representing an increase of 46.8% in relation to the previous harvest.⁹ Official data from IBGE indicates that cattle-raising in the Amazon has practically doubled in the last ten years, pushing for the expansion of the agricultural borders. The 2006 Farming Census showed that since 1996 the increase in agricultural expansion in the Northern Region was 275.5%. Between 2006 and 2007, the soy harvest in the Northern Region had a 20% increase.¹⁰

In Brazil, the increase in ethanol production has caused the expulsion of small farmers from their lands, and has generated a dependency on the so-called "sugarcane economy," where only precarious jobs exist in the sugar fields. Large landowners' monopoly on land blocks other economic sectors from developing, and generates unemployment, stimulates migration, and submits workers to degrading conditions. Despite propaganda about "efficiency," the ethanol industry is based on the exploitation of cheap labor and even slave labor. This pattern of exploitation has caused serious health problems and even death of workers. The causes of these deaths include assassinations, accidents, and illnesses. According to International Labor Organization (ILO), in 2007, public attorneys rescued 288 workers in slave conditions at six plantations in São Paulo, 409 workers in the sugarcane fields at the ethanol plantation Centro Oeste Iguatemi, state of Mato Grosso do Sul state, and 1108 workers in the sugarcane plantation Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), municipality of Ulianópolis (state of Pará), in the Amazon region.

As a matter of fact, the debate on the production of agro-energy involves a wide range of themes, centered on the agricultural and economic model adopted by peripheral countries and in a process of “recycling” in the discourse that defines the geopolitics of central countries. In this context, the Brazilian government assumes a protagonist role in defense of the expansion of monocropping for the production of agro-energy. Currently, the priority of Brazilian foreign policy is to guarantee access to markets for agrofuels, principally in the European Union, Japan, and the United States, in addition to encouraging other countries in the Southern Hemisphere to adopt this production model, by means of technology transfer agreements.

Opting for an agricultural model that prioritizes monocropping for export is based on the idea that implementation of full agrarian reform would not be significant for rural development in Brazil. As Manuel Correia de Andrade (2005) observed, the processes of rural exodus are based on the image of urban centers as the chief generators of income and economic opportunities.¹¹ However, the major regions in which natural resources are concentrated—such as water, land, minerals, and biodiversity—are in the rural environment and have come to be the center of the principal political and economic disputes, both nationally and worldwide. Multilateral financial agencies, large national and transnational firms, and governments dispute geopolitical control of regions rich in strategic resources, both agricultural and mineral energy-related.

To justify this option, it would be necessary to “extinguish” the idea of the importance of supporting agrarian reform and family farms, as policies central to rural development. During the Fernando Henrique Cardoso administration, agrarian reform policy was replaced by a project called “The New Rural World,” basically centered on three principal assumptions: settling of landless families under a compensatory social policy; “decentralizing” agrarian reform projects, passing responsibilities inherent to the federal government to states and municipalities; replacement of the constitutional instrument on expropriation by a “land market” policy, which signifies negotiated purchase and sale of land. This concept of “development” was encouraged by the World Bank, through the creation of three programs: the Land Title, the Land Fund, and the Land-Based Poverty Alleviation Project. In spite of this ideology being based on the

propaganda of minimum State, the World Bank demands a share of public funds in its projects, which compromises the State's budget and defines a land ownership policy based on privatization of land. In accordance with this policy, small farmers must seek "efficiency" by means of integration with the agro-industrial complex (Martins, 2004).

Currently, the Brazilian agro-industrial complex is joining the ranks of "globalized" capitalism, characterized by large agricultural and industrial monopolies, under a strong influence from financial capital (Oliveira, 1998), as well as the rules of international financial institutions, such as the World Trade Organization (WTO). Since its creation in 1995, the principal role of the WTO has been to expand its regulatory power in 147 countries, which means exercising a great influence in the daily lives of millions of people. In spite of spreading the ideology of "free trade," the WTO has a complex structure of rules used in defense of the interests of multinational corporations and their headquarter countries. The scope of the agreements contained in the WTO greatly exceeds the subject matter of international trade. In Brazil, agricultural policies follow this logic, with a view principally to expanding access to markets and consolidating commercial advantages for the agricultural sector based on monocropping for export. In accordance with this ideology, the big "villain" is public subsidy for food production, but there is no questioning of the problems caused by agricultural monopolies, and by a production model looking toward the external market.

Contrasting with the propaganda of the agro-industrial complex as a symbol of "development" and "efficiency," the land ownership and agricultural model of this sector creates serious social and economic inequalities, besides being highly dependent on public resources. Some of chief consequences of this policy are environmental degradation, concentration of income, and unemployment in rural areas. This process was identified by Alberto Passos Guimarães (1978:22) as the "conservative modernization of Brazilian agriculture". According to Arioaldo Umbelino Oliveira (2007: 7028), professor at the University of São Paulo, of the total jobs created in the Brazilian countryside, 87.3% are in the small production units, 10.2% in mid-sized units, and only 2.5% on the large ones.¹² His study demonstrates that the small and mid-size rural properties are responsible for the greater portion of food production for local markets. The

2006 Agrarian Census by IBGE reveals that properties of less than 10 hectares occupy less than 2.7% of the rural area, while properties larger than 1,000 hectares represent 43% of the total.

3. FOOD SOVEREIGNTY: THE ONLY WAY OUT OF THE CRISIS

It is impossible to examine this and similar case around the world and not see the implications of agrofuels on the food crisis. Faced with this global panorama, there is really just one alternative proposal that is up to the challenge. Under the Food Sovereignty paradigm, social movements and a growing number of progressive and semi-progressive governments propose that we re-regulate the food commodity markets that were deregulated under neoliberalism. And regulate them better than before they were deregulated, with genuine supply management, making it possible to set prices that are fair to both farmers and consumers alike, as outlined in Table 1 (Rosset, 2006).

Table 1. Food sovereignty policies to address the global food price crisis

- Protect domestic food markets against both dumping (artificially low prices) and artificially high prices driven by speculation and volatility in global markets.
- A return to improved versions of supply management policies at the national level and improved international commodity agreements at a global level
- Recovery of the productive capacity of peasant and family farm sectors, via floor prices, improved marketing boards, public sector budgets, and genuine agrarian reform.
- Rebuild improved versions of public sector and or farmer-owned basic food inventories, elimination of transnationals and the domestic private sector as the principal owners of national food stocks.
- Controls against hoarding, speculating and forced export of needed foodstuffs.
- An immediate moratorium on agrofuels.
- The technological transformation of farming systems, based on agro-

ecology, to break the link between food and petroleum prices, and to conserve and restore the productive capacity of farm lands.

That necessarily means a return to protection of the national food production of nations, both against the dumping of artificially cheap food that undercuts local farmers, and against the artificially expensive food imports that we face today. It means rebuilding the national grain reserves and parastatal marketing boards, in new and improved versions that actively include farmer organizations as owners and administrators of public reserves. That is a key step toward taking our food system back from the TNCs that hoard food stocks to drive prices up.

Countries urgently need to stimulate the recovery of their national food producing capacity, specifically that capacity located in the peasant and family farm sectors. That means public sector budgets, floor prices, credit and other forms of support, and genuine agrarian reform. Land reform is urgently needed in many countries to rebuild the peasant and family farm sectors, whose vocation is growing food for people, since the largest farms and agribusinesses seem to only produce for cars and for export (Rosset et al., 2006). And many countries need to implement export controls, as a number of governments have done in recent months, to stop the forced exportation of food desperately needed by their own populations.

Finally, we must change dominant technological practices in farming, toward an agriculture based on agro-ecological principles, that is sustainable, and that is based on respect for and is in equilibrium with nature, local cultures, and traditional farming knowledge (Altieri, 2008). It has been scientifically demonstrated that ecological farming systems can be more productive, can better resist drought and other manifestations of climate change, and are more economically sustainable because they use less fossil fuel. We can no longer afford the luxury of food whose price is linked to the price of petroleum (Schill, 2008), much less whose industrial monoculture production model - with pesticides and GMOs - damages the future productive capacity of our soils. Clearly, we need an immediate moratorium on agrofuels.

All of these recommendations, which address each of the major cause of the crisis, are part of the food sovereignty proposal (La Via Campesina, 2008). The time seems to have truly arrived for La Via Campesina and for Food Sovereignty. There is no other real solution to feeding the world and it is up to each and every one of us to help force the changes in national and international public policy that are so urgently needed.

NOTES

¹ La Via Campesina. 2008. Declaration of Maputo: V International Conference of La Via Campesina. Accessed on 12 November 2008 at: http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=view&id=623&Itemid=1

² The assertions in this section that do not include bibliographic citations come from: Berthelot, 2008; La Via Campesina, 2008; GRAIN, 2008.

³ See Maria Luisa Mendonça, Isidoro Revers, Marluce Melo and Plácido Júnior, *Impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia* [Impacts of the production of sugarcane in the Cerrado and the Amazon], published by The Pastoral Land Commission and the Network for Social Justice and Human Rights, December 2008.

⁴ *Cana pode prejudicar meio ambiente e produção de alimentos* [Cane may harm the environment and food production], *Repórter Brasil*, April 4, 2007 <http://www.repórterbrasil.com.br/exibe.php?id=984>

⁵ *Cana coloca em risco o cerrado brasileiro*, *O Estado de São Paulo*, December 3, 2007

⁶ BBC Brasil, Biocombustível causaria falta de água [Biofuel could casue water shortage], August 13, 2007.

⁷ The field research and interviews in Minas Gerais were done by Maria Luisa Mendonça, between March and April 2008.

⁸ Cited in Frei Betto, *Amazônia, ecocídio anunciado* [Amazonia, Ecocide Announced]. Adital, February 11, 2008.

⁹ *Jornal Valor Econômico*, June 1, 2006.

¹⁰ Radioagencia Notícias do Planalto, May 5, 2008.

¹¹ In *A Terra e o Homem no Nordeste*, Manuel Correia de Andrade (2005: 62) uses the expression “*cidade inchada*” (swollen city) coined by Gilberto Freyre to describe this process, and to point out that “considerable increase in population, without a corresponding increase in employment possibilities, is more of a swelling than it is a growth.” He explains: “We believe that one of the causes which most contributes to aggravating this problem is the dominant land ownership structure which has been in place since colonization”.

¹² Conference on May 29, 2006 at the State University of Paraná. Text available at:

e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/1284/1038.

Repercussões da Revolução dos Cravos

Em 25 de abril de 1974, caía em Portugal a mais antiga das ditaduras europeias, através de um movimento articulado essencialmente pela oficialidade mais jovem das Forças Armadas portuguesas e por setores mais “liberais” da elite militar, dando início a um período marcado por intensas agitações políticas e sociais. Este quadro foi determinante para que, em um momento de recrudescimento da Guerra Fria, os olhos do mundo se voltassem para Portugal e para suas ex-colônias, fazendo com que estas áreas passassem a desempenhar um papel de extrema importância nos cálculos políticos das grandes potências dentro da arena internacional.

Palavras-chave: Portugal; Revolução dos Cravos; Descolonização da África Portuguesa; Relações Internacionais; Guerra Fria.



Repercussions of The Carnation Revolution

On April 25, 1974, the most ancient European dictatorship fell, due to an articulated movement especially made the young officials Portuguese Army and the most “liberal” sectors of the military elite, which initiated a moment of political and social turmoil. At a moment of Cold War worsening, it helped bring the world’s attention to Portugal and its former colonies. Thus, those areas started to have a very important role in the political calculations of the Great Powers in the international arena.

Key words: Portugal; Carnation Revolution; Portuguese Africa decolonization; International Relations; Cold War.

Adriano de Freixo: Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

[...] E se de repente Karl Marx ressuscitasse/ e os agentes de produção voltassem a chamar-se/capitalistas e proletários? E se esta ordem/desordenada/virasse toda do avesso? Mas/o muro caiu/ oiço dizer todos os dias./E um japonês chamado Fukuyama/ (talvez com medo de não morrer na cama)/pôs um ponto final na História. Fim./ A partir de agora é só sondagem imagem sacanagem./Gosto amargo do mundo/bebe-se um trago e fica um travo./Se a História é interdita e não nos resta sequer a escrita/que farei eu com este cravo? (ALEGRE, 1999, p.5).

1 INTRODUÇÃO

Situado na periferia da Europa Ocidental, com pequenas dimensões territoriais e escassos recursos econômicos, Portugal estava longe de ser o centro das preocupações das grandes potências, durante a década de 1960 ou no início da década seguinte. Desde os anos finais da década de 1920, o pequeno país estava sob um regime autoritário, que sobreviveu à onda redemocratizante do pós-Segunda Guerra – assim como a ditadura franquista, na vizinha Espanha – e que conseguia manter relativa estabilidade política interna. No âmbito internacional, a inserção de Portugal foi marcada por uma postura de certo isolamento, sobretudo a partir do final dos anos 1950, devido essencialmente à condenação da Comunidade Internacional à política colonialista portuguesa, que surge como decorrência da intensificação do processo de descolonização afro-asiática e do apoio das duas superpotências (EUA e URSS) ao mencionado processo.

Porém, mesmo sofrendo esta condenação formal das maiores potências (incluindo-se aí os EUA e os países do bloco ocidental ao qual se alinhava), o Estado português conseguia fazer valer seus interesses nos principais organismos internacionais – garantindo, inclusive, certa tolerância para com a manutenção do seu império colonial –, bem como relativizar seu isolamento político. Isto ocorria em virtude de duas questões centrais:

1. A habilidade política do ditador António de Oliveira Salazar em aproveitar-se do clima da Guerra Fria, graças ao forte conteúdo anticomunista do regime português, e a posse por Portugal de algumas áreas bastante interessantes do ponto de vista estratégico, como o arquipélago dos Açores – que possuía uma importante base aérea utilizada pelos EUA

em diversas ocasiões – e Angola e Moçambique que, por conta das suas localizações geográficas privilegiadas, desempenhavam papel de certo destaque na defesa dos interesses dos EUA e dos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Atlântico Sul e no Índico. Por conta disto, a entrada de Portugal naquela organização deu-se sem maiores problemas, apesar do regime salazarista ainda trazer à boa parte dos governos democráticos e da opinião pública da Europa Ocidental a lembrança dos velhos regimes fascistas derrubados com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial;

2. A debilidade econômica de Portugal o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente, e de forma lucrativa, os imensos recursos existentes em suas colônias. Isto fez com que estas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional, notadamente a partir dos anos 1950. Assim, com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras – europeias, norte-americanas e mesmo sul-africanas – investissem na produção e na infraestrutura, assumindo desta forma papel secundário em suas próprias colônias. Tal postura definiu um modelo de “colonialismo dependente” e configurou aquilo que o historiador inglês Perry Anderson, em uma obra escrita em meados da década de 1960, caracterizou como uma espécie de “condomínio encoberto”, onde os interesses das empresas transnacionais articulavam-se com os do Estado e os do próprio empresariado português (ANDERSON, 1966).

Assim, as motivações geopolíticas e estratégicas da Guerra Fria, combinadas com a atuação das grandes empresas transnacionais nas colônias da África Portuguesa, fizeram com que o discurso do “orgulhosamente sós” preconizado por Salazar fosse muito mais um exercício de retórica do que uma prática concreta.

No entanto, as aparentes tranquilidade e estabilidade de Portugal seriam quebradas, em meados da década de 1970, com o desencadear de um processo revolucionário – iniciado com uma intervenção militar em 25 de abril de 1974 que pôs fim ao longo período ditatorial e acelerou a dissolução do último grande império colonial. Tais acontecimentos fizeram com que aquele pequeno Estado periférico do extremo-oeste da Eu-

ropa, em plena *détente*, se tornasse uma peça extremamente importante no tabuleiro da Guerra Fria. Como assinalou o historiador Birmingham (1998, p.231):

Enquanto a Revolução [...] evoluía, o mundo observava com esperanças e preocupação. Os círculos diplomáticos haviam sido apanhados de surpresa pela queda da oligarquia que tentara manter as tradições do velho ditador Salazar. Os serviços secretos não estavam melhor informados e a CIA norte-americana parecia até acreditar na sua própria propaganda, que afirmava que Portugal estava a ganhar a guerra colonial em Moçambique.

Da surpresa inicial dos EUA e dos seus aliados europeus à possibilidade de uma surpreendente – mas não improvável – intervenção militar norte-americana em um país da Europa Ocidental ou da reação cautelosa da URSS à esperança soviética de que o Partido Comunista Português pudesse assumir as rédeas do processo revolucionário, múltiplas perspectivas se apresentaram para a sociedade portuguesa entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. Assim, são estas as questões que pretendemos analisar ao longo deste artigo, procurando compreender, portanto, de que forma os eventos de 1974 e 1975, em Portugal e na África, impactaram a política internacional do período e fizeram com que a velha Ibéria – já que a revolução portuguesa também teve grandes repercussões na Espanha – passasse a estar no centro das preocupações das duas superpotências e dos seus principais aliados.

2 OS CRAVOS DE ABRIL: O “MOVIMENTO DOS CAPITÃES” E O FIM DO ESTADO NOVO

Em fins de abril de 1974, o mundo surpreendeu-se com a notícia de que a quase cinquentenária ditadura portuguesa chegava ao fim, ironicamente, de forma parecida com a que se iniciou – através de uma intervenção militar – embora com sentido diferente. Como assinala Carriho (1994, p.39), a intervenção de 28 de maio de 1926 caracterizou-se pelo discurso da necessidade da “imposição da ordem e corte das liberdades”; já a de 25 de abril caracterizou-se pela “libertação e corte com a ordem autoritária”.

Na verdade, o Estado Novo vivenciava um quadro de instabilidade política desde 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970). A ascensão do novo “homem-forte” do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição “ficou limitada desde o princípio pela presença no regime de poderosos elementos empenhados na continuação da política de Salazar, particularmente em relação à África, tanto no governo como entre os militares”. (MACQUEEN, 1998, p.91). Desta forma, as esperanças do retorno de algumas liberdades democráticas foram logo frustradas.

Também faltava a Caetano a habilidade política do seu antecessor em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao regime, quer internamente quer externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características do seu governo acabam tanto desagradando aos setores mais liberais quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita.

Além desses problemas de cunho eminentemente político, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer dos anos 1960 – com a entrada maciça de investimentos estrangeiros aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo regime (inexistência de sindicatos livres, baixos salários) e a internacionalização das velhas empresas oligárquicas, que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias, e que passaram a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa – contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio. Isto ocorreu porque importantes setores da elite portuguesa passaram a ter a percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e da sua integração no mercado internacional. Ademais, a Guerra de Independência das colônias portuguesas na África, que havia se iniciado no começo daquela década, impedia o avanço – tanto no plano econômico quanto no político – das reformas modernizantes, indispensáveis ao desenvolvimento de Portugal. Assim, às vésperas da Revolução dos Cravos, o “crescimento econômico do País, processado a um ritmo sem precedentes em sua história, sobretudo desde os finais dos anos 50, esgota-

va as suas potencialidades, pelo menos nas condições políticas e econômicas existentes”. (MATTOSO, [19—], p.500).

Ao mesmo tempo, o crescimento da economia portuguesa se deu de forma excludente, não trazendo mudanças significativas na situação social da maior parte da população portuguesa. De acordo com o historiador português José Tengarrinha, estas transformações na economia “se traduziram no crescimento do setor secundário (indústrias transformadoras e construção), diminuição dos ativos agrícolas e aumento dos trabalhadores de serviços e do terciário em geral, num processo de crescimento anômalo que não eliminava – antes, até, nalguns aspectos agravava – o subdesenvolvimento social”. (TENGARRILHA, 1999, p.272). Os claros limites deste modelo econômico fazem com que, já no final da década de 1960, se delinee um quadro bastante negativo para a economia portuguesa, a se agravar com a crise mundial do petróleo e a consequente desvalorização do escudo, em 1973.

Todas estas questões contribuíram para a crise do Estado Novo e para a sua derrubada pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Este movimento, levado a cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais “liberais” da elite militar portuguesa, pôs fim aos quase cinquenta anos de ditadura em Portugal de forma rápida e inesperada, causando profundo impacto em âmbito internacional. A articulação de boa parte das Forças Armadas contra o regime salazarista-caetanista dá-se a partir de algumas questões específicas dos militares, como o cansaço da guerra colonial entre os oficiais e a alteração das regras de acesso à carreira militar, questões estas que levaram à formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), estruturado fundamentalmente entre a oficialidade mais jovem.

Porém, na própria cúpula da elite militar começam a surgir vozes dissonantes em relação ao regime, como as dos generais Costa Gomes e Antônio de Spínola, duas das mais importantes figuras da hierarquia militar portuguesa. O general Spínola, comandante-chefe da Guiné Portuguesa, lançou em fevereiro de 1974, com a anuência de Costa Gomes, chefe do Estado-Maior e seu superior imediato, o livro “Portugal e o futuro”, onde, analisando a situação de Portugal, defendia a ideia segundo a qual a questão colonial não tinha solução militar possível e de que somente a autonomia progressiva das colônias e o reconhecimento dos direitos dos

povos africanos à autodeterminação poderiam resolver o impasse gerado pelas guerras coloniais. Para ele, o caminho para a quebra do isolamento português no cenário internacional passava pela solução do problema colonial, com a formação de uma espécie de *commonwealth* portuguesa, fazendo com que as colônias permanecessem ligadas a Portugal através desta Federação de Estados Autônomos.

A publicação de “Portugal e o futuro” foi considerada um desafio público ao regime, pois colocava em xeque as bases do sistema salazarista. Desta forma, a repercussão do livro na sociedade portuguesa e o mal-estar gerado pelas demissões de Costa Gomes e Spínola contribuíram, sem dúvida, para acelerar a organização do golpe que derrubaria Marcelo Caetano. Assim, pouco depois da meia-noite do dia 25 de abril de 1974, a Rádio Renascença, de Lisboa, tocou a canção “Grândola, Vila Morena”, do compositor José Afonso: era a senha para o início da revolta que mudaria os rumos de Portugal, e que nos primeiros dias foi chamada de “Revolta dos Capitães”, para em seguida receber o nome de “Revolução dos Cravos”, a flor típica do mês de abril em Portugal. Depois de quase cinco décadas, chegava ao fim uma das mais obscuras ditaduras da história europeia.

Indiscutivelmente, o prolongamento da guerra colonial foi o grande responsável pela politização e, por que não dizer, “esquerdização” do Movimento das Forças Armadas, afastando-o do seu caráter corporativo inicial. A noção de que a guerra colonial só poderia ser resolvida através de uma solução política e a percepção de que o governo não aceitaria esta solução fizeram com que crescesse entre os “capitães” a ideia de que o conflito só teria fim com a deposição deste governo, como assinalou o próprio general Costa Gomes (apud FERREIRA, 2000, p.339):

O que tornou inevitável a revolta do 25 de abril foi a necessidade de resolver o problema da guerra em África. As reivindicações dos oficiais do Quadro Permanente foram quase na totalidade satisfeitas... o problema colonial era, não só o mais importante, como aquele que os oficiais conheciam melhor, tendo certamente chegado à conclusão de que só poderia ser solucionado depois de derrubar o regime então existente.

Isto fica claro no Programa do MFA (2001), divulgado logo após o sucesso do golpe, que em sua introdução afirma: “Ao fim de 13 anos de

lutas em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos”. Tais questões acabaram levando à eclosão do Movimento dos Capitães e à derrubada da cinquentenária ditadura salazarista:

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, de jovens oficiais, derrubava a ditadura de mais de meio século de existência. Pregava a democracia e o fim do colonialismo. Assim, comenta um africano, “o povo português era o primeiro a ser libertado em grande parte graças à luta heróica dos guerrilheiros africanos”. O exército colonial, sentindo-se derrotado, volta as suas armas contra a Metrópole e dá uma primeira oportunidade a seu povo de conquistar a sua própria libertação (LINHARES, 1981, p.104).

Desta maneira, a instituição militar, um dos sustentáculos do velho regime, foi a responsável pelo movimento que determinou o seu fim. Tal fato vai ser de fundamental importância para a recomposição das relações entre a sociedade civil e as Forças Armadas, que até então eram vistas por aquela como um instrumento do regime ditatorial. Note-se, no entanto, a articulação do golpe se deu, exclusivamente, dentro da esfera do MFA, sem nenhuma dependência em relação a superiores hierárquicos, como os generais Spínola ou Costa Gomes. O MFA só precisava da “proteção de seus chefes, da cobertura política do seu prestígio, mas não de seu comando hierárquico”. (MATTOSO, [19—], p.558).

A entrada em cena do general Spínola, durante a “Revolta dos Capitães”, acontece no momento da rendição do primeiro ministro Marcello Caetano. O chefe de governo português impôs como condição para se render aos revoltosos a transferência do poder para o general, o qual, por sua vez, só acedeu a essa exigência depois de obter, por parte do MFA, a garantia de apoio total. Feito isso, as negociações chegaram a termo e Caetano e o Presidente da República, Américo Tomás, partiram para o exílio, terminando assim, sem grandes resistências, o longo e obscurantista Estado Novo.

O período que se seguiu à Revolução de Abril foi marcado por intensas agitações políticas e sociais – porquanto, diversos projetos políticos e concepções distintas de sociedade confrontavam-se no confuso cenário político português – com o processo revolucionário passando por mar-

chas e contramarchas, como assinala Birmingham (1998, p.222):

Durante mais de um ano, a Revolução de Abril desenrolou-se de forma espetacular, até ser detida por um contra-golpe (em 25 de novembro de 1974) e, depois, substituída por um regime democrático sob uma ligeira supervisão militar.

Porém, nos meses seguintes ao 25 de Abril, Portugal parecia viver em uma grande festa. O jornalista e político brasileiro, Márcio Moreira Alves, confirma esta impressão ao afirmar:

Durante um ano e meio Portugal viveu uma festa desordenada, com dezenas de grupos políticos brigando por todos os espaços possíveis, desde os centros de trabalho até a Assembléia da República, passando pelas universidades, onde muitos de nós, exilados brasileiros, encontramos trabalho (ALVES, 1999).¹

Esta ideia de “festa” também aparece em outros autores como Maxwell (1999, p.78-79) que descreve este momento de maneira quase poética:

Durante o verão quente e o outono prematuro de 1974, contudo, criou-se a idéia de Portugal como um palco caleidoscópico de política, aberto depois de 50 anos sem expressão política. As relações diplomáticas com a Rússia foram restabelecidas pela primeira vez desde a Revolução bolchevique de 1917. A experiência ideológica do século XX foi comprimida em nove meses. As listas de venda de livros incluíam as “Teses de Abril” de Lenine ou os poemas do líder nacionalista angolano, Agostinho Neto. Havia manifestações e protestos, onde, anteriormente, um encontro de qualquer grupo político teria sido objeto de ataques brutais da polícia. Para a radiosa juventude de blue jeans impecavelmente lavados, este período foi uma oportunidade para passar horas “pregadas” no que quer que fosse, ou em quem quer que fosse, que estivesse disponível. Homossexuais revolucionários juntaram-se aos anarquistas. Entusiastas da Revolução acorreram a Lisboa enquanto o ambiente foi favorável. Famílias de classe média estacionavam o carro onde lhes apetecia. Vendedores ambulantes inundavam o Rossio, a baixa elegante de Lisboa, exibindo as suas mercadorias junto à estação do metropolitano em frente à Pastelaria Suíça. Por fim, até chegou “Hair”, com o “elenco inglês original”. Substituiu um “festival sexy internacional” no Teatro Monumental, uma produção com alemãs louras nuas com botas de couro negro, denunciada pelo Partido Comunista Português (PCP) como mais uma “golpada da CIA”. No que teve de pior, Portugal depois do golpe parecia um pedregulho subitamente revirado a revelar milhares de insectos que se agitavam freneticamente sob a luz. No seu melhor, Portugal era um jardim de folhagem frágil, brilhante e emaranhada.

Somente em 1976, com a promulgação de uma nova constituição, politicamente bastante avançada, e com a eleição de Ramalho Eanes para a Presidência da República, as instituições democráticas começaram a consolidar-se. Porém, se por um lado Portugal foi conseguindo se estabilizar politicamente, por outro o país passava por sérios problemas econômicos: uma reforma agrária mal-executada gerou uma queda brutal na produção de alimentos e o aumento das importações fez com que a dívida externa atingisse níveis altíssimos. Além disto, a independência das colônias, em 1975 – que determinou a perda de importantes fontes de matérias-primas e que ocasionou o regresso de mais de 800 mil colonos – fez com que os graves problemas sociais do país se agravassem. De qualquer forma, a democracia liberal consolidou-se em Portugal, depois das agitações e indefinições do período inicial do processo revolucionário, enterrando alguns sonhos de mudanças radicais que irromperam no país após o 25 de Abril:

A Revolução dos Cravos demonstrou que muitos sonhos despertados em 1974-1975 se desfizeram ou foram adiados. Sonhos de quem? Certamente das vanguardas de sempre. Dos “enragés” de todos os tempos. A revolução pretendeu abalar seriamente algumas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Porém, e seja isso pequeno ou grande, levou a cabo aquilo que teria de ser feito: a proclamação dos ideais do liberalismo e do republicanismo. Os capitães alteraram, mas não revolucionaram (SECCO, 2004, p. 177).

De fato, em 25 de novembro de 1975, uma nova intervenção militar apoiada pelas forças políticas moderadas havia posto fim a um intenso período de agitações e de disputas entre diferentes projetos políticos, derrotando os setores mais à esquerda – inclusive a ala mais radical das Forças Armadas – e abrindo caminho para a consolidação de um regime democrático alinhado com o bloco ocidental. Portugal iniciava assim o seu retorno aos braços da Europa, que se concretizou, definitivamente, com a aceitação do país como membro pleno da Comunidade Econômica Europeia, em 1986.

3 OS OLHOS DO MUNDO SOBRE PORTUGAL: AS GRANDES POTÊNCIAS E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

Mas naquele mês de abril de 1974 – e nos meses subsequentes –, os olhos do mundo voltaram-se para Portugal. O processo político que se desenrolava naquele país causava nervosismo em Washington e certa excitação em Moscou, em um momento de recrudescimento da Guerra Fria. Da surpresa inicial, os EUA partiram para a tomada de uma série de iniciativas no intuito de impedir que Portugal se tornasse mais uma área de influência de Moscou e que, além disso, os acontecimentos lá ocorridos tivessem repercussões na vizinha Espanha, contribuindo para a derrocada da ditadura franquista, quase tão antiga quanto a salazarista.

De qualquer forma, a presença de Spínola e de outros elementos conservadores na Junta de Salvação Nacional e no Governo Provisório, a se estabelecerem após o 25 de Abril, fez com que a maior parte dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas reconhecesse, quase de imediato, o novo poder político instaurado no país. Como assinala Ferreira (1994, p.69):

O Brasil fizera-o a 27, a África do Sul a 28, a Espanha, os EUA e a República Federal da Alemanha declaram manter inalteráveis as suas relações com Portugal, no dia seguinte. E o Reino Unido, após consultas aos países membros da CEE, da OTAN e da *Commonwealth*, anuncia, a 3 de maio, ter reconhecido o novo regime de Lisboa.

Ao mesmo tempo, inicia-se o processo de restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e com os demais países do bloco socialista. Naquele momento, as maiores dificuldades diplomáticas encontradas pelo novo governo foram com os países do Terceiro Mundo, por causa do problema da descolonização, pois esta questão aparecia de forma vaga no programa do MFA e, entre os diversos setores que compunham o Governo Provisório não havia uma opinião consensual sobre este tema. Segundo a importância desta questão permite afirmar, toda a política das grandes potências para Portugal, naquele momento, passava por ela.

A URSS adotou uma política cautelosa em relação ao cenário português, assumindo posições de acordo com cada situação, muitas vezes

sem primar pela coerência. Como assinala um especialista no tema, Rainer Eisfield, os soviéticos “não desejando pôr em risco a *détente*, preferiram tomar uma posição que já foi caracterizada como operação essencialmente de baixo risco e investimento limitado.” (FERREIRA, 1994, p.73). Porém, em determinados momentos, pareceu claro que a URSS incentivava abertamente o Partido Comunista Português a firmar uma aliança com os setores esquerdistas do MFA, para o estabelecimento de um governo nacionalista e desenvolvimentista, nos moldes da Turquia de Kemal Atatürk, visando o acúmulo de forças para uma possível tomada do poder pelos comunistas. Sendo isto verdade ou não, era esta a percepção inicial nos EUA e em alguns dos seus aliados, como se pode notar nos seguintes depoimentos:

Não há nada a acontecer hoje no mundo – nem no Sudeste Asiático, nem mesmo no Médio Oriente – que tenha metade da importância e seja mais ameaçador que o avanço comunista para o poder em Portugal (Senador James Buckley, 1975).

Portugal começa a parecer-se com o elemento oscilante numa nova teoria do domínio, fazendo prever que toda a costa norte do Mediterrâneo possa tornar-se vermelha num futuro não muito distante (Howard Wiarda, jan. 1975) (MAXWELL, 1999, p.128).

Ao mesmo tempo, em diversos momentos, a URSS dava sinais de que sua grande preocupação ao longo de todos esses acontecimentos era a de obter ganhos no processo de descolonização da África Portuguesa. Neste sentido, não é exagero dizer que o que ocorria em Lisboa só interessava aos soviéticos, na medida em que estes eventos pudessem afetar, de alguma maneira, os interesses russos naquele império colonial em processo de dissolução.

Os países da Europa Ocidental, boa parte deles com governos no campo político da social-democracia, assumiram claramente uma postura de apoio ao estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal e não esconderam, em nenhum momento, sua preocupação com a movimentação de setores do MFA, dos comunistas e da esquerda radical em direção a outros caminhos. Neste sentido, a Internacional Socialista firma uma política de claro apoio a Mário Soares e ao Partido Socialista, para o estabelecimento de uma política de centro em Portugal, impedindo a radicalização do processo político português. Após o episódio do 25

de novembro de 1975 – no qual uma insurreição militar esquerdista foi esmagada pelas forças anticomunistas – e as eleições de abril de 1976, em que o Partido Comunista e demais grupos de esquerda foram fragorosamente derrotados – e onde a esquerda democrática e o centro obtiveram a maioria dos votos – Portugal deixou de lado o “terceiro-mundismo” que caracterizou sua política externa entre 1974 e 1976, e orientou-se para uma aproximação maior com a Comunidade Econômica Europeia, optando por um “futuro europeu”. Esta opção foi fortemente influenciada pelos socialistas portugueses, particularmente, Mário Soares (MAXWELL, 1999, p.198).

Os EUA – que no início mostraram certo alheamento em relação ao que estava acontecendo em Portugal – passam a demonstrar maiores preocupações com o processo revolucionário português, a partir de 1975. Estas preocupações não eram somente com os acontecimentos políticos em Portugal, mas também com o que estava ocorrendo nas ex-colônias portuguesas. Pode-se dizer que, de maneira semelhante à verificada com a URSS, boa parte das preocupações norte-americanas com o processo político português estava relacionada com a descolonização do Império Africano. De qualquer forma, como já assinalamos, os EUA também se preocuparam seriamente com a possibilidade de um país-membro da OTAN sair da área de influência do bloco ocidental, naquele momento de “Guerra Fria Tardia”, em plena *détente*. Isto fez com que os norte-americanos adotassem uma postura, similar à dos países da CEE, de incentivar as forças políticas de centro, como assinalou o secretário de Estado, Henry Kissinger:

A minha posição tem sido a de que sem um esforço sistemático para encorajar as forças pluralistas em Portugal, estas sairiam derrotadas. Durante algum tempo discordamos da posição da Europa Ocidental para quem as forças apoiantes do governo existente no início deste ano [1975] acabariam por impor o pluralismo. Encarei esta hipótese com ceticismo. Durante o verão a Europa Ocidental chegou à mesma conclusão. Nomeadamente que o pluralismo teria de ser ativamente encorajado (FERREIRA, 1994, p.80).

Ressalte-se, contudo: anteriormente, o próprio Kissinger já havia proposto a Soares fosse ele o “Kerensky português”, devendo atuar no sentido de conter os setores mais extremistas que ganharam espaço no de-

correr do processo revolucionário. Refletindo estas preocupações, o secretário de Estado nomeou para a Embaixada de Lisboa uma experiente equipe chefiada por Frank Carlucci III, o qual conduziu com bastante perícia os interesses norte-americanos em Portugal naquele período – na percepção de alguns observadores, em um momento em que o Departamento de Estado esteve propício a articular um golpe em Portugal para conter o processo revolucionário, ele teria evitado tal fato, argumentando que as forças não comunistas eram maioria e acabariam assumindo o controle da situação² – e teve um papel bastante importante na manutenção do alinhamento de Portugal com o “bloco ocidental”.

Assim, a normalização democrática do país após o 25 de novembro – processo este no qual Mário Soares e o PS desempenharam papel fundamental – demonstrou o acerto da linha de atuação implementada por Carlucci em Portugal. Porém, àquela altura, as atenções estadunidenses já não estavam mais voltadas para Lisboa, mas sim para as ex-colônias portuguesas – especialmente Angola – onde as forças alinhadas com a URSS tinham se tornado majoritárias e ameaçavam os interesses dos EUA e seus aliados na região.

4 O 25 DE ABRIL E A QUESTÃO COLONIAL

Se a questão colonial foi um dos fatores fundamentais para a derrocada do regime salazarista-marcellista, em Portugal, é lógico concluir que o problema da descolonização nortearia toda a discussão política nos meses seguintes ao 25 de Abril e, de fato, tal questão acabou por desempenhar papel central no cálculo político das grandes potências em relação a Portugal naquele período. O programa do MFA, divulgado em 26 de abril de 1974, e que pode ser sintetizado no lema “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver”, estabelecia de maneira bastante vaga como seria a política ultramarina do governo provisório, que ora se implantava, ressaltando apenas que esta deveria se pautar pelos princípios de:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.³

Indiscutivelmente, a questão africana esteve no centro do processo que culminou no 25 de Abril. E sendo esta questão tão cara ao MFA, o rumo a ser dado à descolonização tornou-se o primeiro grande ponto de discórdia entre os “Capitães de Abril” e o general Spínola após a vitória do movimento, estando esta divergência já presente na elaboração do citado programa. Naquele momento, Spínola conseguiu suprimir do texto original o trecho no qual se fazia referência ao direito das colônias à autodeterminação e onde se lia que a política ultramarina do governo provisório deveria pautar-se, entre outros pontos, pelo “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e larga participação das populações autóctones”.⁴ Assim, na versão final do documento, essa referência foi substituída pelos termos vagos citados anteriormente, porquanto o general continuava a insistir na sua proposta neocolonialista de formação de uma *Commonwealth*.

Mas as pressões internacionais, bem como uma posição bem clara da opinião pública portuguesa, acabam fazendo com que, em julho de 1974, o governo provisório, apesar da posição reticente de Spínola, aprove a Lei nº. 7/74, que reconhece o direito dos territórios ultramarinos à independência e à autodeterminação. Em agosto do mesmo ano, a visita do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a Portugal, demonstrou inequivocamente a posição da Comunidade Internacional a favor de uma solução imediata e satisfatória para o problema das colônias. A partir daí, iniciou-se o processo de definição dos interlocutores, nas colônias, com quem o processo de descolonização deveria ser negociado. Assim, a posição do MFA de reconhecer como interlocutores válidos somente os movimentos independentistas com expressão militar acabou prevalecendo e norteadando, como princípio geral, a política descolonizadora dos governos provisórios que se sucedem após o 25 de Abril, embora posteriormente a ótica militar na escolha dos interlocutores tenha sido substituída pela ótica política, como no caso de Angola, onde ficou clara a preferência pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (FERREIRA, 2000). A radicalização do processo revolucionário – com a predominância dos setores mais à esquerda na composição do governo português – está no cerne desta mudança na condução do processo de negocia-

ção com as forças políticas das colônias, que acabou levando à adoção de algumas posturas e posições equivocadas por parte de Portugal. Tais equívocos contribuíram sobremaneira para o agravamento das tensões internas e para a instabilidade política de várias áreas do antigo império colonial português nos anos seguintes à descolonização, sendo os casos de Angola e do Timor-Leste os mais representativos deste processo, que acabou se demonstrando bastante distante da “descolonização exemplar” sonhada por amplos setores da sociedade portuguesa, nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos.

REFERÊNCIAS

- LEGRE, M. O cravo e o travo. **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa, v. 5, p. 5, 1999.
- ALVES, M. M. Os cravos de abril. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1999.
- ANDERSON, P. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BIRMINGHAM, D. **História de Portugal: uma perspectiva mundial**. Lisboa: Terra-mar, 1998. p. 231.
- CARRILHO, M. **Democracia e defesa – sociedade, política e Forças Armadas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1994. p.39.
- FERREIRA, J. M. A mudança de regime e as reações internacionais. In: CARRILHO, M. **Democracia e defesa – sociedade, política e Forças Armadas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1994. p. 69.
- FERREIRA, J. M. Após o 25 de Abril. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC/UNESP, 2000. p. 339.
- LINHARES, M. Y. **A luta contra a metrópole (Ásia e África)**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 104.
- MACQUEEN, N. **A descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império**. Mem Martins: Inquérito, 1998. p. 91.
- MATTOSO, J. (dir.). **História de Portugal – o Estado Novo**. Lisboa: Editorial Estampa, [19—]. v. 7, p. 500.
- MAXWELL, K. **A construção da democracia em Portugal**. Lisboa: Presença, 1999. p. 78-79.
- MFA. Programa do Movimento das Forças Armadas. Coimbra: Universidade de Coimbra – Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/cd.25a>>. Acesso em: 5 abr. 2001.
- SECCO, L. **A revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004. p. 177.
- TENGARRINHA, J. Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo. In: TENGARRINHA, J. (coord.). **A historiografia portuguesa, hoje**. São Paulo: Hucitec/Instituto Camões, 1999. p. 272.

NOTAS

¹Tal opinião foi reiterada em entrevista a mim concedida pelo autor, em 1º de março de 2001.

²Márcio Moreira Alves, em entrevista a mim concedida em 1º de março de 2001.

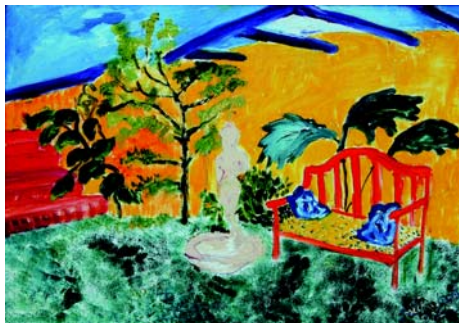
³MFA. “Programa do Movimento das Forças Armadas” (Versão Final). Documento já citado anteriormente.

⁴Fac-símile da versão inicial do programa do MFA. In: CARVALHO, O. S. de. **Alvorada em Abril**. Lisboa: Publicações Alfa, 1991. v. 2, p. 338-341.

As relações luso-brasileiras nos anos 1950

Neste texto, analiso as relações Brasil-Portugal entre a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960. O ápice do entrosamento diplomático deu-se durante o governo Kubitschek (1956-1961). O esforço despendido por Portugal com vistas a manter suas colônias asiáticas e africanas é a principal chave analítica para explicar a intensidade dessas relações bilaterais.

Palavras-chave: Portugal, Brasil, bilateralismo, lusofonia.



The Luso-Brazilian relationships in the 1950s

In this paper I analyse Brazil-Portugal relations from WWII until the mid-1960s. The apex of [their] diplomatic teamwork occurred during the Kubitschek government (1956-1961). Portugal 's effort to keep its Asian and African colonies is the main analytic key explaining the intensity of these bilateral relations.

Key words: Portugal, Brazil, bilateralism, lusofonia.

Williams Gonçalves:
Professor do Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da
Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

1. Do período que se segue à Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, as relações Brasil-Portugal foram marcadas pela intensidade, pelo alto grau de participação da sociedade e pela importância que os dois Estados a elas emprestavam. Desde que a independência do Brasil foi proclamada, nunca os dois países marcharam tão juntos como nesses anos. O ápice do entrosamento diplomático deu-se no período governativo do Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961), que, ao estabelecer amizade pessoal com o Presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, estreitou ainda mais as relações com Portugal. Diversos fatores contribuíram para que isso acontecesse. Entre os mais importantes destacamos: a expressiva presença de imigrantes portugueses no Brasil; a estratégia do Estado português para conservar o Império Ultramarino; e a posição periférica do Brasil na estrutura do sistema internacional.

Entre essas variáveis, consideramos o conjunto de ações políticas implementadas pela diplomacia portuguesa visando à conservação do seu Império como a variável central. As demais, a serem mais refinadas ao longo da análise, em grande medida dela dependeram para a composição do complexo quadro das relações dos dois países. Em outros termos, entendemos ter sido o esforço despendido por Portugal com vistas a manter sob sua soberania as colônias asiáticas e africanas a chave analítica que nos permite elucidar as razões dessas intensas relações bilaterais.

2. O novo sistema internacional que se estrutura ao fim da Segunda Guerra revelava-se bastante adverso a Portugal. A disposição anunciada pelo governo norte-americano de atuar no sentido de promover o livre-comércio internacional, por entender ser esta importante condição de bom funcionamento da economia capitalista e indispensável contribuição para a paz mundial, ia de encontro ao pacto que garantia proteção e privilégios aos interesses metropolitanos em suas respectivas colônias. E a Carta de São Francisco, documento básico na fundação da Organização das Nações Unidas, apresentava, por sua vez, o compromisso dos Estados signatários de trabalhar para a supressão da dominação colonial; compromisso esse logo depois reforçado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. No plano dos princípios que

passavam a organizar a ordem internacional, nada parecia favorecer os planos dos governantes portugueses de não abrir mão da soberania sobre suas possessões coloniais.

A proclamação da independência da Índia e do Paquistão, em agosto de 1947, constituía prova cabal que nova era estava se abrindo. Tal acontecimento revestia-se de excepcional importância para o governo português. Comportava, por assim dizer, tanto efeitos de curto como de mais longo prazo para sua política internacional. Ao mesmo tempo em que abria, embora isso não fosse imediatamente percebido, nova etapa no relacionamento com o Brasil.

No concernente ao efeito de mais longo prazo, em primeiro lugar, em virtude dessas independências, Portugal via se abrir inacreditável precedente no mundo colonial. A Inglaterra que, ao longo de séculos, apoiara a estratégia marítima portuguesa, via-se forçada a ceder ante a pressão exercida pelo Partido do Congresso em favor da autonomia. Muito embora os dois novos Estados independentes aceitassem permanecer na *Commonwealth* sob a condição de domínios, o fato é que se evidenciava: de um lado, a perda de *status* internacional da Inglaterra, que, debilitada pela guerra, não se achava mais em condições de pura e simplesmente impor sua vontade pela força das armas, como tantas vezes fizera no passado; e, de outro lado, a maturidade política alcançada pelas forças nacionalistas indianas, que se mostravam decididas a explorar em seu favor as oportunidades que o novo contexto internacional lhes oferecia. Ou seja, se a outrora poderosa Inglaterra não se achava em condições de resistir à força dos ventos descolonizadores que começavam a soprar, caracterizando o fenômeno denominado por Bull (1989) como “a revolta contra o Ocidente”, o que faria então o Estado português isoladamente para conservar seu Império Ultramarino?

O efeito político de curto prazo da independência da Índia na política internacional de Portugal dizia respeito ao futuro de Goa, Damão e Diu. Posto diante da reivindicação indiana de integrar ao novo Estado independente os três pequenos territórios sob soberania portuguesa, e então conhecidos como o “Estado Português da Índia”, o governo de Oliveira Salazar recusou-se terminantemente a retirar-se dos territórios reclamados pelos indianos e atribuiu à questão o estatuto de decisão estratégica. Isto é, passou a trabalhar politicamente com a ideia de que a defesa do

Império Colonial começava em Goa. A sorte de todo o Império passava a depender, portanto, da conclusão da disputa por Goa. Caso perdesse os territórios para a União Indiana, interpretavam os portugueses que tudo desmoronaria rapidamente, e Portugal, sem seu Império, não teria mais futuro como nação independente.

Para se prevenir contra esse desastroso cenário, algumas importantes decisões foram tomadas. A primeira delas foi rever o Acto Colonial pelo qual a denominação colônia foi substituída pela de província ultramarina. Do ponto de vista formal, Portugal deixava assim de possuir colônias para ter, conforme o aprovado em maio de 1951, províncias ultramarinas. A designação oficial voltava a ser Império Ultramarino Português, como na época da I República, e não mais Império Colonial Português, como passara a chamar-se a partir de 1936. A segunda decisão de grande importância foi a de renegociar com os Estados Unidos o acordo de concessão do arquipélago dos Açores, para que os norte-americanos pudessem manter a base militar que lá haviam instalado. Com isso o governo julgava salientar a relevância da posição de Portugal como membro da OTAN e obter, quando julgasse conveniente, o apoio político daquele país. Somou-se a essas duas decisões aquela de valorizar economicamente as colônias, sobretudo Angola. Isso foi feito mediante a desregulamentação da economia, para alcançar os objetivos de despertar nos grupos econômicos nacionais o interesse pelos investimentos e estimular os emigrantes a trocarem outros destinos em favor da África.

Além dessas medidas, a estratégia portuguesa incluía também a aproximação diplomática junto ao Brasil. Para o governo de Portugal, a posição brasileira a respeito da questão Goa revestia-se de fundamental importância. Politicamente excluído do mais influente foro político internacional, em virtude da rejeição da ONU ao seu pedido de entrada, Portugal percebia o Brasil como país fundamental para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino. Isso porque era o Brasil uma ex-colônia de grande expressão política na América Latina, que, além de ser membro fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul. Caso fosse bem cooptado, o Brasil poderia se constituir em canal para obtenção do apoio dos países latino-americanos, assim como não seria difícil chamar a atenção dos estrategistas brasileiros para o destino político de Angola, rica colônia ribeirinha do Atlântico Sul, caso Portugal viesse a

perdê-la. O êxito diplomático português dependia, em grande medida, da maneira como os brasileiros percebessem o problema. Tudo dependia da diplomacia brasileira entender que o que estava em jogo não era apenas o interesse nacional português, mas também os interesses brasileiros.

Três linhas de ação foram desencadeadas pelo governo português para acercar-se do Brasil e conquistar seu apoio para a luta pela manutenção do Império Ultramarino. Uma, foi aquela executada no plano intelectual, que constou do convite formulado ao antropólogo Gilberto Freyre, para viajar e conhecer a realidade das províncias ultramarinas portuguesas. Outra se deu no plano diplomático propriamente dito, que se compunha da retomada das negociações para assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e Criação da Comunidade Luso-Brasileira. E uma terceira linha de ação, de natureza política, consistia no trabalho a ser desenvolvido pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, com vistas a mobilizar os numerosos amigos de Portugal colocados no Congresso Nacional, no Ministério das Relações Exteriores e nos meios de comunicação social. Essa linha de ação, com o passar do tempo, revelou-se bastante eficaz ao receber a entusiasmada adesão da colônia de imigrantes na então capital brasileira.

Vale observar o seguinte: essas diretrizes indicavam objetivos perfeitamente exequíveis, pois apesar de ter elaborado um objetivo estratégico que não poderia resistir à ação do tempo, porquanto as tendências a predominar no sistema internacional eram aquelas que apontavam na direção do processo de descolonização, a diplomacia portuguesa foi extremamente competente ao perceber como poderia envolver a diplomacia brasileira nessa sua inglória defesa do colonialismo. A maneira como as elites políticas e intelectuais brasileiras viam o Brasil e, também, a maneira como interpretavam a inserção do Brasil no sistema internacional que se estruturara no pós-Segunda Guerra Mundial favoreciam extraordinariamente os desígnios portugueses.

3. O Brasil no início dos anos 1950 era um país que apenas começava a dar os primeiros passos no caminho da modernização. Mudanças significativas haviam sido introduzidas nos primórdios da década de 1930. Como consequência direta da crise do capitalismo norte-americano a economia cafeeira, principal fonte de receitas do Estado brasileiro, entra-

ra em colapso instantaneamente, e, por coincidir com a luta política eleitoral pela sucessão do Presidente da República de então, provocou aguda crise política que dividiu as oligarquias e levou ao rompimento da ordem institucional. Para escapar da crise que tomava conta da economia mundial, e para dar vida às convicções há muito alimentadas pelos líderes revolucionários saídos do sul do país, verifica-se a partir daí a implementação de um projeto de industrialização. Em sua etapa inicial, tal projeto consistia em criar as infraestruturas física, econômica, jurídica e administrativa a partir das quais deveria assentar-se a industrialização nacional. O processo ganhou considerável impulso com a implantação do Estado Novo, em 1937, e com o aprofundamento da crise internacional que rompeu a unidade entre as potências que ocupavam a cúpula do sistema internacional de poder. Ao administrar as tendências políticas simpáticas aos regimes autoritários ascendentes e as simpáticas aos Estados Unidos que coexistiam no seu governo, Getúlio Vargas promove bem-sucedida política diplomática. Negociando simultaneamente com norte-americanos, alemães e italianos, e a todo o tempo acenando também com a possibilidade de maior aprofundamento dessas relações, as quais poderiam se traduzir imediatamente em fornecimentos de matérias-primas, concessões de bases militares e outras facilidades importantíssimas em tempo de guerra, a diplomacia do governo Vargas obtém vantagens excepcionais, como os capitais e a tecnologia para a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, concedidos pelos Estados Unidos, que, muito provavelmente, jamais o faria em situação de estabilidade internacional.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a política de barganha chega ao fim. Ainda assim, a diplomacia brasileira colhe êxitos notáveis. Integrando a grande aliança contra o nazi-fascismo o Brasil comparece ao campo de batalha e se faz presente nos foros internacionais onde vai sendo organizada a nova ordem internacional. Participa da Conferência de Bretton Woods e figura como membro fundador da Organização das Nações Unidas.

A diplomacia do período de pré-guerra e a participação direta na guerra proporcionaram algumas inegáveis vantagens. Além dos benefícios relativos ao esforço de industrialização, ganhou-se também em projeção internacional e em conhecimentos e experiência para setores das elites do país. Todavia, a nova estrutura bipolar do sistema internacional e o

desencadeamento da Guerra Fria criaram sérios limites para a consecução da política de industrialização. A condição hegemônica dos Estados Unidos, no mundo ocidental e no Hemisfério Sul, tornara-se inquestionável, e as áreas de tensão e conflito, por sua vez, estavam situadas na Europa e na Ásia. Em tal contexto o conjunto da América Latina figurava como uma área geopoliticamente pacífica e estável, sob a égide norte-americana. O projeto de industrialização do Brasil e a perspectiva dos governantes do país de continuar a contar com a ajuda dos norte-americanos passaram a esbarrar, em virtude dessa nova disposição das forças no tabuleiro internacional, na política elaborada pelas elites dos Estados Unidos de não mais prestar ajuda governamental aos demais, transferindo essa atribuição aos capitais privados do país. Na verdade, na ótica dos estrategistas daquele país, a relação dos Estados Unidos com a América Latina devia simplesmente obedecer à lógica da complementaridade econômica, pela qual essa última funcionaria como fornecedora de produtos primários, e eles como vendedores de produtos manufaturados. Para as autoridades governamentais norte-americanas só fazia sentido prestar ajuda àquelas áreas que viviam situação de instabilidade, e onde havia reais possibilidades de os partidos comunistas alcançarem o poder.

As elites brasileiras custaram um pouco a entender as limitações trazidas tanto pelo novo sistema como pela nova ordem internacionais. Ao mesmo tempo em que colaboravam ativamente com os Estados Unidos para a montagem de todo o dispositivo institucional voltado para a defesa hemisférica contra o suposto expansionismo soviético, continuavam a acreditar que seu espírito de colaboração acabaria sendo reconhecido e recompensado com ajuda econômica. Não obstante todos os sinais dados pelos Estados Unidos de que seu interesse na região restringia-se à dimensão da segurança, persistia a ideia, entre as elites do país, de que os norte-americanos poderiam apresentar algo semelhante a um Plano Marshall para a América Latina. Até mesmo Getúlio Vargas, que retornara à Presidência da República eleito pelo voto popular após ter sido deposto pelos militares, trabalhou com a hipótese segundo a qual a ajuda seria possível por meio da reedição da política de barganha que praticara no período pré-guerra.

No plano da discussão intelectual, quase nenhuma atenção era dada à questão relativa ao lugar do Brasil na estrutura do sistema internaci-

onal. Naquele momento, o tema mais palpitante continuava sendo o da identidade nacional, que começara a agitar os meios culturais no início da década de 1920. As discussões concernentes ao perfil do povo brasileiro e à existência de uma autêntica cultura nacional, além, é claro, dos debates referentes ao futuro político do país dominavam amplamente a atenção dos intelectuais. Em relação ao exterior, apesar de todas as iniciativas de valorização da cultura nacional, continuava-se a reverenciar as conquistas culturais europeias. E nesse contexto Portugal ocupava lugar de grande destaque. No campo dos estudos literários e dos estudos jurídicos, sobretudo, os estudiosos e escritores brasileiros conservavam sua profunda admiração pelos autores e pelas instituições portuguesas. Nomes como os de Luís de Camões, Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco não podiam faltar em nenhuma respeitável estante literária, assim como a Universidade de Coimbra mantinha-se como especial referência acadêmica para grande número de intelectuais do país. Não seria exagerado dizer que, nos meios intelectuais brasileiros, vigia forte corrente lusa.

Entre os principais intelectuais a contribuir para novo entendimento acerca do povo e da cultura nacionais brasileiros e que nutria, simultaneamente, grande simpatia por Portugal estava Gilberto Freyre. O autor de “Casa grande e senzala” (1933) vinha de realizar profunda e profícua intervenção intelectual no debate brasileiro. Indo de encontro às teses arianistas então dominantes, segundo as quais o progresso do Brasil estava a depender do embranquecimento de seu povo, o que significava, naturalmente, a eliminação das marcas étnicas deixadas pela escravidão negra, Freyre (1973) afirmava a personalidade mestiça do povo brasileiro. Característica nacional essa que, segundo ele, constituía valiosa vantagem civilizatória e conseqüente motivo de orgulho. E para a obtenção dessa vantagem, na interpretação contida em “O mundo que o português criou”, livro publicado em 1940, fora determinante a natural inclinação do elemento português para a miscigenação, resultante, ela própria, da formação miscigenada do povo de Portugal. Ao estruturar essa interpretação, Freyre desqualificava, portanto, a ideia de que o Brasil seria muito melhor caso houvesse sido colonizado por europeus de outra matriz cultural que não a ibérica. Ao procurar infundir orgulho no elemento nacional em virtude da sua formação mestiça, Freyre (1940) chamava a

atenção para o papel insubstituível da colonização portuguesa de criadora de civilização nos trópicos.

Não foi por mero acaso, como se pode concluir, que o governo comandado por Oliveira Salazar convidou Gilberto Freyre a realizar o périplo pelo Império Ultramarino. Contavam as autoridades portuguesas com o poder da pena de Freyre para recompor a imagem de Portugal no mundo. E o antropólogo brasileiro soube corresponder às expectativas nele depositadas. Submetendo-se com docilidade ao rígido roteiro imposto pelas autoridades coloniais portuguesas, que cuidaram para que ficasse longe de suas vistas qualquer coisa que comprometesse a imagem de Portugal como potência civilizadora e cristianizadora, Freyre (1980) percorreu todas as partes do Império e, logo a seguir, em 1953, publicou dois livros: “Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação” e “Um brasileiro em terras portuguesas”. Livros esses que serviram para corroborar suas teses e lançar os fundamentos da Teoria Luso-Tropicalista.

“Aventura e rotina” apresenta amplo painel no qual Freyre (1980) retrata as características comuns existentes em todas as áreas de colonização portuguesa. Constam observações sobre os hábitos, os costumes e os tipos humanos. Detém-se particularmente nas formas exteriores de religiosidade, nas práticas alimentares e na arquitetura desenvolvidas pelos povos asiático e africano, buscando sempre identificar os elementos próprios e derivados da ação colonizadora portuguesa. As observações de natureza política são raras. E, sempre quando se arrisca a alguma observação mais crítica à ditadura salazarista, esta é acompanhada de críticas ao funcionamento da democracia brasileira, num jogo de contrastes em que se evidencia a vontade de mostrar que, se a ditadura tem defeitos, a democracia também os têm.

“Um brasileiro em terras portuguesas” está dedicado à exposição da teoria luso-tropicalista que, em “Integração portuguesa nos trópicos”, ele assim sintetizou: “A especialização no estudo sistemático do processo ecológico-social de integração de portugueses, descendentes de portugueses e continuadores de portugueses em ambientes tropicais.” (FREYRE, 1958, p.9).

Gilberto Freyre, com base nessa sua teoria antropológica, formou a ideia de que o mundo que o português criou constituía excepcional capi-

tal político internacional, capaz de projetar o Estado que viesse a liderá-lo. E também nunca escondeu a ideia de que considerava o Brasil como o verdadeiro epicentro desse mundo, embora a apresentasse sempre de maneira sorrateira, como se dando a entender que de nada adiantaria anunciar aquilo, cuja importância as elites intelectuais e diplomáticas brasileiras não conseguiam atentar por si próprias. Punha-se ele, assim, a serviço do Estado português por reconhecer nele a competência política que faltava aos que dirigiam o Estado brasileiro.

Em “Aventura e rotina”, Freyre (1980, p.175) expõe essa posição com clareza:

Aos poucos, outros continuadores de Rio Branco se convencerão de que, se fosse vivo o Barão, estaria, liberto de qualquer arianismo, pensando nesses povos e nas relações com o Brasil com um mundo novo que se levanta: um mundo de gente de cor como, aliás, grande parte da população brasileira. Bem o previu D. João II ao enviar Pêro de Covilhã à Arábia, à Índia e às terras do Preste João. Bem o previu Fernão Mendes Pinto ao chegar ao Extremo Oriente. Foram eles, de certo modo, precursores de uma política internacional portuguesa, e hoje brasileira, de particular confraternização do luso-europeu com culturas tropicais e orientais e com povos por outros europeus e americanos chamados desdenhosamente de cor.

Ideia que ele volta a afirmar, por exemplo, em entrevista ao jornal português “Diário Popular”, em 1958, ao dizer que cabia ao Brasil grande responsabilidade, que incluía “nossos deveres de solidariedade ativa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa dispersos por meio mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado de seus irmãos.” (FREYRE, 1958).

Essas observações a respeito do lugar que o Brasil devia ocupar no mundo de língua portuguesa eram, como já se disse, marginais no conjunto da produção intelectual de Gilberto Freyre. Sua dedicação à ideia da especificidade da missão civilizadora portuguesa no mundo pode se considerar total. Em virtude do prestígio internacional atribuídos aos seus pioneiros estudos sociológicos sobre a formação social brasileira, essas ideias sobre o mundo criado por Portugal encontraram grande receptividade. Suas ideias constituíram um formidável arcabouço ideológico a proteger o colonialismo português, sobretudo no Brasil. Sua intervenção foi, nesse sentido, decisiva para compensar as debilidades econômicas de Portugal, as quais impediam seu governo enfrentasse as pres-

sões em favor da descolonização operando mecanismos políticos e econômicos, da mesma forma como o fizeram as metrópoles de capitalismo mais desenvolvido.

4. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta concluiu um difícil processo de aproximação política entre Brasil e Portugal. Quando efetivado, o tratado converteu-se em poderoso instrumento jurídico de apoio da diplomacia brasileira às posições assumidas pelo governo português em relação à questão relativa à conservação do Império Ultramarino.

Partiu da diplomacia brasileira a iniciativa de se elaborar um tratado para aproximar os dois países. O embrião foi criado pelo embaixador brasileiro em Lisboa João Neves da Fontoura. Em 1943, buscando restabelecer as boas relações com Portugal – um tanto abaladas, em virtude da desconfiança do governo português quanto à veracidade da negativa brasileira sobre as supostas negociações que teria entabulado com os Estados Unidos para estudar a possibilidade de ocupação à força do arquipélago dos Açores em 1941, devido à resistência do governo português em permitir o uso do arquipélago pelos aliados –, Fontoura apresenta à apreciação do governo de Portugal um projeto de decreto intitulado “Estatuto dos portugueses no Brasil”, por meio do qual o governo brasileiro propunha-se a alterar a situação jurídica dos imigrantes portugueses.

Era essa uma resposta à importante reivindicação feita pelos imigrantes portugueses no Brasil. Desde que a constituição promulgada em 1934 estabeleceu em seu parágrafo 6º do art. 121 restrições à imigração, as organizações portuguesas no Brasil, especialmente a Federação das Associações Portuguesas criada a seguir ao I Congresso dos Portugueses no Brasil, em agosto de 1931, passaram a pressionar as autoridades brasileiras para examinar o caso dos nacionais portugueses separadamente dos demais imigrantes.

A Resolução nº. 34, de 22 de abril de 1939, do Conselho de Imigração e Colonização, já havia alterado a situação inicial. Por ela, os imigrantes portugueses ficavam a salvo do controle numérico. Essa era uma conquista importante. Porém não dava por encerrado o assunto, porquanto continuavam a vigorar as restrições que pesavam sobre as atividades profissionais. A iniciativa de João Neves da Fontoura visava, portanto,

rever o preceito constitucional que impedia os imigrantes portugueses exercerem determinadas atividades profissionais no Brasil.

Curiosamente, as autoridades portuguesas manifestaram-se francamente desfavoráveis ao encaminhamento proposto pelo embaixador brasileiro. Salazar e os demais membros do governo português desejavam que a questão fosse resolvida mediante acordo bilateral. Para eles, enquanto a questão continuasse sob controle unilateral das autoridades brasileiras, haveria sempre a possibilidade de reversão, sem que os interesses dos imigrantes portugueses fossem devidamente protegidos. Apesar da grande simpatia que nutria pelos portugueses, Fontoura recusou-se a dar tal tratamento à questão.

Outras manobras diplomáticas foram ainda tentadas, mas a posição irredutível de Fontoura em admitir tratamento bilateral à questão esfriou a negociação. A independência da União Indiana e a manifestação dos indianos desejosos de integrar Goa ao seu Estado despertaram entre as autoridades portuguesas, no entanto, o desejo de retomar as negociações com o Brasil. O governo português, internacionalmente isolado e sem assento da ONU, entendia ser o apoio brasileiro absolutamente imprescindível para Portugal enfrentar a pressão indiana e manter Goa sob sua soberania. O retorno de Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 1950, eleito nesse ano após ter sido apeado por um golpe militar em outubro de 1945, será considerado pelos portugueses como sinal auspicioso, pois o presidente brasileiro era visto como amigo do país.

Nesse novo contexto, o embaixador brasileiro em Lisboa Leão-Gracie apresenta, em 1951, nova proposta intitulada Tratado de Amizade e Consulta. Não obstante os pareceres técnicos negativos argumentando com base na irrelevância econômico-comercial das relações entre os dois países, as negociações evoluíram como era desejo das autoridades portuguesas. Isso se deveu a três fatores. O primeiro deles foi a substituição de João Neves da Fontoura por Vicente Ráo na chefia do Ministério das Relações Exteriores, por conta de reformulação ministerial promovida por Vargas para reforçar sua sustentação política no Congresso. Ráo logo se mostrou interessado nas negociações, atribuindo-lhe especial importância. O segundo fator consistiu na preocupação externada pelo próprio Presidente Vargas com a segurança do Atlântico Sul. Em seu entendimento, o Brasil teria seu litoral mais protegido enquanto Portugal man-

tivesse suas posições na África. Em meio à Guerra Fria em seu clímax naquele momento, julgava o estadista brasileiro ser mais prudente apoiar Portugal, para não ser surpreendido com qualquer mudança que viesse a pôr em risco a segurança do Brasil. A atuação do sociólogo Gilberto Freyre foi o terceiro e último fator a contribuir fortemente para o aprofundamento das negociações para a assinatura de um tratado entre os dois países. Seus livros e as palestras que proferia a respeito de suas viagens ao Império Ultramarino atraíram a atenção de intelectuais e políticos, reforçando a simpatia e acumulando apoio político para as posições internacionais de Portugal.

Por entender que um tratado com Portugal permitiria ao Brasil aproximar-se mais da Europa, elevando o estatuto político do país no meio internacional, Vicente Ráo inverteu a dinâmica do processo negociador passando a apresentar o Brasil como o principal interessado na conclusão das conversações. Tal disposição favorável do ministro brasileiro encorajou a diplomacia portuguesa a externar seu desagrado em face de uma das cláusulas que compunha o projeto de Convenção de Amizade e Consulta. A cláusula em questão era a que estendia a todos os territórios do Império Ultramarino os direitos do imigrante brasileiro.

Os dirigentes portugueses, e Salazar particularmente, eram radicalmente contrários a qualquer negociação que resultasse em permissão para brasileiros se estabelecerem nas colônias. Era ideia consolidada entre eles que, a partir do momento em que brasileiros se estabelecessem com capitais nas colônias, haveria o sério risco de Portugal perder seu controle sobre elas. E Angola constituía o principal objeto de preocupação. Em virtude da proximidade geográfica, das potencialidades econômicas e da integração mantida com o Brasil no passado, Angola devia ser, segundo as autoridades portuguesas, preservada dos interesses capitalistas brasileiros.

A questão Angola era, por assim dizer, a pedra de toque nas relações Brasil-Portugal. Tanto que, quando empresários brasileiros dedicados à cafeeicultura, insatisfeitos com a baixa prioridade concedida pelo governo Juscelino Kubitschek aos seus interesses econômicos, decidiram procurar o governo português com o intuito de convencê-lo a abrir as portas de Angola para seus investimentos na cultura e na comercialização do café, receberam imediata resposta negativa. Para o governo português

tudo aquilo que os empresários brasileiros consideravam que seria amplamente vantajoso para a economia do país, como capitais e técnicas aperfeiçoadas, era justamente o motivo da rejeição da proposta.

Vale acrescentar ainda o seguinte: a recusa do governo português em se associar aos interesses da cafeicultura brasileira levou esse setor da economia do país a alterar sua percepção do sistema internacional e a desempenhar papel decisivo na formulação da nova política externa praticada pelo governo que sucedeu o de Kubitschek. De acordo com o enunciado dessa nova orientação política internacional praticada pelo governo de Jânio Quadros, denominada Política Externa Independente, a diplomacia brasileira devia emprestar seu apoio ao processo de descolonização que se iniciava na África. Tal apoio exprimiria o autêntico interesse nacional brasileiro, uma vez que as colônias africanas ao ascenderem ao estatuto de países independentes deveriam aliar-se ao Brasil para, juntos, melhor negociarem seus produtos tropicais, entre eles o café, no mercado internacional. Enquanto permanecessem colônias, argumentavam os articuladores da nova política, essas economias continuariam na condição de concorrentes da economia brasileira, em benefício das metrópoles europeias, as quais, por sua vez, haviam assinado o Tratado de Roma (março/1957) criando a Comunidade Europeia (Mercado Comum), e começavam a esboçar o Projeto Euráfrica, cuja finalidade era aumentar ainda mais esses benefícios.

É justo observar, igualmente, que essa nova política externa provocou grande reação, por parte dos setores ligados a Portugal. Executada num momento de crise na vida política do país, quando se manifestavam os mais diversos interesses, externando as contradições de uma sociedade que transitara da condição de agrária para urbano-industrial, a Política Externa Independente apresentou-se como verdadeira antecipação do que poderia vir a ser o reformismo de esquerda nos demais domínios da vida pública brasileira. Aos olhos dos setores mais conservadores essa política era inaceitável porque, no concernente a Portugal e África, representava, simultaneamente, abandonar um velho e querido país aliado e expor o litoral do país à situação de insegurança, dado que os africanos eram então considerados incapazes de garantir o autogoverno.

A negociação em torno do tratado unindo Portugal e Brasil foi adiante

nos anos 1951 e 1952, portanto, porque se, por um lado, Portugal recusava-se a admitir o ingresso de brasileiros em suas colônias, conforme as razões ora apontadas, o Brasil, por outro lado, também tinha suas razões para rejeitar um tratado válido para todo o mundo colonial português. Causou certa surpresa aos diplomatas portugueses saber que as autoridades brasileiras se preocupavam com a extensão das facilidades oferecidas aos imigrantes, porque não desejavam se iniciasse um movimento migratório das colônias portuguesas para o Brasil. Verificada a coincidência de posições, segundo a qual as facilidades a serem concedidas aos imigrantes só valeriam caso fossem brasileiros que se dirigissem para a metrópole portuguesa e caso fossem portugueses que se dirigissem para o Brasil, o documento foi prontamente assinado.

O Tratado de Amizade e Consulta foi finalmente assinado em 16 de novembro de 1953. Sua concretização representou extraordinária vitória diplomática de Portugal, pois enquanto a diplomacia brasileira agia para proporcionar melhores condições ao imigrante português e trabalhava visualizando um estranho cenário político, no qual vislumbrava tornar-se ator político europeu por intermédio de Portugal, a diplomacia portuguesa obtinha ganhos políticos valiosíssimos para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino.

Na perspectiva da diplomacia comandada por Vicente Ráo, a Guerra Fria formava o ponto nodal das relações internacionais. Em vista disso, a prioridade na política externa devia ser dada às ações que estreitassem os vínculos com a aliança ocidental, pois isso tornaria o país mais protegido da ameaça comunista. No caso específico das relações com Portugal, pretendia-se obter uma aproximação junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em 1957, inclusive, foi atribuída à chancelaria brasileira a autoria da proposta apresentada pelo Presidente do Peru, Manuel Prado, ao Presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, para se promover uma articulação entre a OTAN e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal proposta, evidentemente, não foi seriamente considerada pela cúpula da organização militar, mas despertou vivo interesse da parte da diplomacia portuguesa.

Já na perspectiva da diplomacia portuguesa, o quadro das relações internacionais era percebido de maneira bem diferente. Segundo os formuladores lusos, a questão nuclear das relações internacionais consistia

na defesa do seu mundo colonial. A soberania sobre as colônias era considerada como a condição básica para Portugal se conservar como ator político válido no sistema internacional. Caso as colônias fossem perdidas, o país se reduziria a uma posição tão insignificante que acabaria se inviabilizando como nação independente. Isso não quer dizer que os portugueses não se preocupassem com a ameaça comunista. Mas, para o governo de Salazar, a ameaça comunista era uma hipótese muito remota. Afinal, no âmbito da política interna, Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, comandava uma ditadura, em perfeita consonância com os interesses dos proprietários e da Igreja católica, que tornara praticamente impossível qualquer mudança radical de orientação política.

Em decorrência dessa prioridade de política internacional, o Tratado de Amizade e Consulta assinado com o Brasil constituiu significativa vitória diplomática. A aliança política formal com o Brasil descortinava novas perspectivas para que a diplomacia portuguesa prosseguisse em seu intuito de não transigir com o anticolonialismo.

No novo sistema internacional que se estruturara ao fim da Segunda Guerra Mundial a posição de Portugal era, à primeira vista, muito frágil. Os princípios que sustentavam seu sistema político estavam em franca contradição com as tendências dominantes no mundo capitalista ocidental. Em virtude da linhagem fascista do seu regime e da simpatia dos seus dirigentes pela Alemanha nazista, Portugal teve acesso à ONU negado, tal como a vizinha Espanha, governada pelo ditador Francisco Franco.

Todavia, a situação política internacional de Portugal era algo diferente daquela da Espanha. A razão da diferença era o arquipélago dos Açores, sob soberania de Portugal. Açores havia sido extremamente importante para o esforço de guerra aliado na luta contra o Eixo. E passou a ser considerado imprescindível para a estratégia ocidental de defesa do Atlântico Norte, o que determinou a inclusão de Portugal na OTAN.

A participação na OTAN proporcionava prestígio político e militar a Portugal. No contexto da Península Ibérica isso representava grande vantagem sobre a Espanha, com a qual Portugal vivia em permanente competição. No entanto, no referente à questão que os portugueses tinham como nuclear das relações internacionais, a participação na grande aliança militar do Ocidente resultava em pouco valor prático. Em face do

seu insuficiente grau de desenvolvimento econômico e do baixo poder de fogo das suas Forças Armadas, Portugal não tinha como influir politicamente nos destinos na organização. Ademais, sua posição geográfica tornava improvável uma ameaça militar soviética direta. Por outras palavras, apesar de toda a importância da OTAN, a organização militar não tinha utilidade para ajudar a guarnecer o mundo colonial português. Essa questão angustiava os militares portugueses, porque em caso de necessidade de ação militar no mundo colonial Portugal não poderia contar com o apoio de todo aquele aparato da OTAN; enfim, só poderia contar com suas próprias forças. Daí, pois, a importância do tratado assinado com o Brasil. Afinal, o principal país da América do Sul, com assento nos principais foros internacionais, especialmente na ONU, era uma ex-colônia que ocupava posição central no Atlântico Sul e que se dispunha a apoiar Portugal diante de uma conjuntura internacional que prometia se tornar cada vez mais adversa.

Inegavelmente, o tratado foi muito bem aceito pelo Congresso Nacional brasileiro. O desequilíbrio na distribuição dos benefícios não foi considerado. A posição pró-lusa do Ministro das Relações Exteriores era acompanhada pela totalidade dos membros do Congresso. No âmbito da sociedade civil, algumas instituições manifestaram-se contrárias ao compromisso bilateral. Entre essas, destacou-se a revista “Anhembi”, que repercutia o sentimento da colônia portuguesa em São Paulo, onde estavam concentrados os opositores do regime de Salazar. Em seu número 38, de janeiro de 1954, a revista assim se colocava ante o tratado:

Que interesse comum internacional poderá existir entre um país totalitário e um país livre? Sob o ponto de vista político, Portugal só poderá interessar ao Brasil no dia em que se libertar de Salazar. Enquanto aqui for ditadura e isto aqui país livre não há entendimento possível (ANHEMBI, 1954, p.193-294).

No Brasil, o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto ratificado em 30 de abril de 1954; em Portugal, a Assembleia Nacional, ao receber parecer favorável da Câmara Corporativa, aprovou-o por unanimidade em dezembro desse mesmo ano.

A partir de então, a diplomacia portuguesa passou a agir com desenvoltura no sentido de apertar os laços políticos com o Brasil e, acima de tudo, obter das autoridades brasileiras posições inequivocamente favorá-

veis à sua política internacional. Naquela altura, o que mais interessava era garantir junto à diplomacia brasileira apoio explícito à decisão de recusar-se a entregar Goa aos indianos, sob o argumento de se tratar de território português.

Em maio de 1955, o Presidente do Brasil Café Filho visitou Portugal, a despeito da grave crise política por que o país passava, em decorrência do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. A temerária viagem, fortemente incentivada pela corrente pró-Portugal do Itamaraty, serviu para dar lustro ao tratado que vinha de ser assinado, assim como apresentar de viva voz aos portugueses a defesa dos objetivos de política externa de Portugal pelo presidente brasileiro. Essa visita foi retribuída em junho de 1957 com a visita do Presidente português Craveiro Lopes ao Brasil. Além da cortesia, a viagem de Craveiro Lopes tinha por principal objetivo pressionar as autoridades brasileiras a organizar uma agenda legislativa para garantir cumprimento às cláusulas previstas no Tratado de Amizade e Consulta. A diplomacia portuguesa via a questão como urgente, e temia que o tratado, a exemplo de outras iniciativas bilaterais anteriores, não fosse devidamente implementado, tornando-se letra morta.

A visita de Craveiro Lopes constituiu grande acontecimento político. Naquela altura, o Brasil era governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que tomara posse em janeiro de 1956. Com a elevação de Kubitschek à Presidência da República não houve solução de continuidade nas relações diplomáticas com Portugal. Antes pelo contrário. Sob o seu governo, as relações se tornaram mais complexas, mas também muito mais estreitas.

Imediatamente após eleito, Kubitschek empreendeu longa viagem pelo exterior. Tinha por objetivo safar-se do clima político ainda turbulento e, sobretudo, buscar apoio externo para seu Programa de Metas, mediante o qual pretendia acelerar o processo de modernização do país. Em seu périplo encontrou-se com o Presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, e com diversos líderes políticos e empresariais da Europa, com vistas a convencê-los da oportunidade de investir seus capitais no Brasil. Portugal foi a última etapa da viagem. E o encontro com Salazar e com as demais autoridades governamentais portuguesas teve sentido muito diferente dos encontros com os outros líderes políticos europeus e com o norte-americano. A recepção dada a Kubitschek fez fortalecer nele a sim-

patia nutrida pelo país, proporcionando aos anfitriões a satisfação de ouvir que sob seu governo o Brasil continuaria a honrar o Tratado de Amizade e Consulta, bem como a apoiar integralmente as posições políticas internacionais portuguesas. A partir dessa visita do presidente eleito do Brasil ficou consagrada a ideia de que as relações Brasil-Portugal eram substancialmente diferentes das demais, pelo fato de serem relações sentimentais de dois países considerados como irmãos.

Essa concepção das relações Brasil-Portugal acentuada por Kubitschek prevaleceu ao longo de todo seu período governativo, não obstante algumas incômodas questões que foram se acumulando.

Algumas objeções surgiram de dentro mesmo do meio diplomático brasileiro. Diplomatas de segundo escalão, operadores das relações bilaterais, manifestaram, em diversas ocasiões, seu inconformismo quanto à distribuição dos benefícios do apoio brasileiro à política internacional de Portugal, especialmente no relacionado a Goa.

Argumentavam junto à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores que a causa portuguesa com a Índia era sabidamente sem futuro e profundamente antipática aos olhos dos demais países periféricos, sobretudo depois da realização da Conferência de Bandung, quando os líderes ali reunidos exortaram a ONU a levar a efeito a Carta de São Francisco trabalhando para a descolonização. Segundo esses diplomatas, por estar perfeitamente ciente da inexorabilidade do processo de descolonização e da integração de Goa ao território da União Indiana, Portugal estava pondo em execução uma política de intensa exploração dos recursos do enclave, sem que o Brasil, que arcava com elevados custos políticos, extraísse qualquer vantagem dessa exploração. Como escreveu um desses diplomatas em ofício enviado à Secretaria de Estado, em tom de indisfarçável ironia, ao Brasil competia unicamente proteger as relíquias de São Francisco Xavier, enquanto Portugal cuidava de assuntos mais terrenos e lucrativos.

Outra questão importante a criar algumas dificuldades no relacionamento diplomático entre Brasil e Portugal foi aquela referente ao Acordo Internacional do Café.

Essa era uma questão delicada para ambos os países. Delicada porque Portugal, de um lado, fizera todo o possível para ver prosperar a produção e a exportação de café de Angola para o mercado internacional. Tal

esforço fazia parte da política portuguesa de valorizar economicamente a colônia e transformá-la em colônia de povoamento, para afogar as ideias autonomistas que corriam a África e que inevitavelmente alcançariam Angola. O resultado dessa operação foi o crescimento da produção e a conversão da colônia em relevante exportadora do produto.

Para o Brasil, de outro lado, a questão era delicada porque a queda das exportações de café, causada pela concorrência entre as economias exportadoras, e o conseqüente excesso de oferta no mercado internacional, prejudicava o programa de crescimento industrial do país. Embora o café viesse perdendo importância no conjunto da economia brasileira, e sua representação política houvesse sido deslocada para um plano secundário, o fato é que o governo não podia ignorar as aflições desse setor produtivo, porquanto ainda dependia bastante das divisas geradas pelo café para realizar as importações necessárias à implementação da política industrial.

Por essa razão o governo brasileiro apelou aos demais produtores e também aos principais países importadores para entrarem em acordo, de modo a estabelecer uma política de preços para impedir que a concorrência desenfreada acabasse por prejudicar a todos, indiscriminadamente. Em atendimento ao chamamento do governo brasileiro ao diálogo, numerosas delegações nacionais, assim como representantes de diversos organismos internacionais se reuniram no Rio de Janeiro, em janeiro de 1958, celebrando o Acordo Internacional do Café. As decisões mais importantes do encontro foram a fixação de cotas e a criação de um comitê encarregado de criar a Organização Internacional do Café.

Portugal, porém, resistiu à decisão. Sob o argumento de não poder abrir mão das divisas provenientes da exportação do café, e que a decisão criaria problemas políticos em Angola, o governo português tentou ficar à margem do acordo. As pressões em sentido contrário, no entanto, foram muito fortes. E uma das conseqüências de tal resistência foi desencadear manifestações favoráveis ao processo de descolonização na África, inclusive de Angola, da parte de setores políticos brasileiros que sempre haviam sido favoráveis à política portuguesa.

Diante desse quadro, os setores mais próximos à diplomacia portuguesa, a começar pelos representantes da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, procuraram esclarecer as autoridades de Portugal da inconveni-

ência política de manter aquela posição contrária ao Acordo Internacional do Café. Fizeram ver aos portugueses que a intransigência na questão poderia comprometer o apoio prestado a Portugal pelos brasileiros. Em vista disso, o governo português decidiu mudar sua posição e aderir ao acordo, mas exigindo compensações ao Brasil. Exigiu controle na exportação de vinhos brasileiros, que, segundo os portugueses, concorriam deslealmente com os vinhos portugueses, e exigiu também a aceleração do processo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta pelo Congresso Nacional Brasileiro.

O terceiro, e o mais grave problema nas relações Brasil-Portugal na década de 1950, foi o criado pelo pedido de asilo político formulado pelo general Humberto Delgado. Por suspeitar que seria preso pela Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), por haver denunciado que as eleições que disputou para preenchimento do cargo de Presidente da República haviam sido fraudadas, e que seria ele o candidato legitimamente eleito, o general Delgado pediu asilo à Embaixada do Brasil em Lisboa. Álvaro Lins, o embaixador brasileiro, até então muito próximo do Presidente Kubitschek e considerado grande amigo de Portugal, por sua vez, não hesitou em conceder ao militar português o asilo solicitado, em 12 de janeiro de 1959.

Por dispor de autonomia para conceder o asilo, já que conseguiu provar haver jurisprudência formada sobre o caso, apesar de não existir acordo específico de concessão de asilo entre os dois países, a decisão de Álvaro Lins não pôde ser anulada pelo Ministro das Relações Exteriores nem pelo Presidente da República. Pressionado pelas autoridades portuguesas e brasileiras e pela imprensa dos dois países para facilitar uma solução para o caso, com o visto de saída de Portugal para Humberto Delgado sem a caracterização do asilo político, Álvaro Lins contou apenas com o apoio silencioso da oposição política de Portugal e com o apoio de parte da intelectualidade brasileira, que começava, nesse período, a substituir a ideia de que o governo de Salazar era um governo paternalista amado por seu povo, pela ideia de se tratar, na verdade, de uma severa ditadura que se apoiava nas forças repressivas para se livrar da oposição e evitar a democratização de Portugal.

O general Delgado acabou alcançando o objetivo pretendido de sair protegido de Portugal para fixar-se no Brasil. Ambos os governos conse-

guiram chegar a um acordo, sem atribuir ao general, no entanto, a condição de asilado político. Tal acordo foi possível mediante a desautorização do embaixador brasileiro pelas autoridades do Itamaraty. Embora a vontade do governo português tenha prevalecido, o caso Delgado despertou a atenção da esquerda brasileira para a situação política de Portugal, ao mesmo tempo em que fez de Álvaro Lins crítico acérrimo das relações diplomáticas do Brasil com Portugal. Em agosto de 1960, por ocasião da viagem do Presidente Juscelino Kubitschek a Lisboa para participar, na condição de coanfitrião junto com o ditador espanhol Francisco Franco, dos festejos relativos ao 5º centenário da morte do infante D. Henrique, quando o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto regulamentado e várias convenções foram então assinadas, a oposição ao apoio diplomático brasileiro à política internacional portuguesa já era bem considerável, apesar do clima de exaltação da amizade dos dois países criado pelos setores mais conservadores brasileiros.

5. O êxito da diplomacia portuguesa em conseguir apoio junto às autoridades governamentais brasileiras para sua política internacional ao longo dos anos 1950 deveu-se, fundamentalmente, à visão dos formuladores brasileiros segundo a qual a luta entre “mundo livre” e comunismo constituía o aspecto principal das relações internacionais, e que Portugal era um aliado altamente confiável e indispensável, uma vez que sua posição anticomunista era firme, consequente e imprescindível para a segurança brasileira no Atlântico Sul. Consoante essa visão do quadro internacional, elaborada e apresentada à nação pelos setores mais conservadores do mundo político e diplomático, a diplomacia brasileira não se negava a funcionar como linha auxiliar da diplomacia portuguesa. De acordo com esses formuladores, as mudanças internacionais que iam se esboçando a partir de episódios como a Conferência Afro-Asiática de Bandung, a Crise de Suez e a luta de libertação na Argélia deviam ser contidas, porque nada mais faziam senão abrir o caminho para a vitória do comunismo em toda parte.

A relação entre Brasil e Portugal primou pela harmonia porque as diplomacias dos dois países racionalizavam as tendências e contratendências do sistema internacional com base numa formação ideológica de cariz convergentemente conservador. Todavia, seu êxito só pôde ser

obtido, em grande medida, pelo significativo apoio prestado pela colônia de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, então, capital do país. Isto tanto é verdade que, quando a capital do país é transferida para a recém-criada cidade de Brasília, a influência do *lobby* português junto ao Congresso Nacional se enfraquece consideravelmente. Poder-se-ia mesmo avançar a ideia de que uma das condições de possibilidade da Política Externa Independente do Presidente Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, naquilo que ela comportava de desalinhamento com a política portuguesa de defesa do Império Ultramarino, consistiu da distância física que passou a separar os órgãos de governo das instituições representativas da colônia portuguesa.

No século XX, os imigrantes portugueses começaram a se organizar politicamente no início dos anos 1930, como já foi observado, para melhor enfrentarem as indiscriminadas restrições que sobre todos os imigrantes passaram a pesar nesse período, decorrentes das medidas governamentais tomadas para superar as dificuldades econômicas mundialmente generalizadas pela crise do capitalismo, que se desencadeou a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929. Como reflexo desse esforço para se organizar realizou-se, em agosto de 1931, o I Congresso dos Portugueses do Brasil. Dele nasceu, no mesmo ano, a Federação das Associações Portuguesas, cujos objetivos eram: a) exaltar Portugal e Brasil; b) fortalecer os laços de amizade luso-brasileira; c) dar ao Brasil público testemunho da gratidão dos portugueses; d) honrar Portugal, promovendo e patrocinando comemorações e festas de cunho patriótico.

A Federação nasceu sem vínculos com o governo português. O Estado Novo, instaurado em 1933, não aprovava a emigração. Para Salazar, nesse período inicial do seu governo, o emigrante era um traidor, que se recusava a enfrentar as dificuldades para elevar a condição da sua pátria e levava sua força de trabalho para beneficiar a economia de outros países. Em conformidade com essa expressão ingênua de nacionalismo que não reconhecia a existência dos problemas estruturais que empurravam os portugueses para longe do país, o Estado isentou-se de qualquer responsabilidade pelo processo migratório.

Contudo, o não envolvimento com a emigração não suprimiu a vontade dos portugueses de saírem de Portugal em busca de uma vida me-

lhor. O que fez, na verdade, foi provocar sérios problemas sociais, porquanto o lugar do Estado foi preenchido pela iniciativa privada, e muitas vezes por indivíduos inescrupulosos que se aproveitavam da ingenuidade dos emigrantes para se apropriar dos seus recursos. Além disso, em virtude da falta de informações sobre o país para onde se dirigiam, muitos se viam forçados a retornar.

Em vista dessas condições, em outubro de 1947 é criada a Junta de Emigração, submetida à autoridade do Ministério do Interior. O propósito da junta era controlar, moralizar e se beneficiar com as remessas de numerário feitas pelos emigrantes para os familiares que deixavam em Portugal. Com essa mudança o governo passa não só a deixar de ver o emigrante de maneira negativa, como chega mesmo a estimular a emigração. O resultado dessa nova política foi o expressivo crescimento do número de emigrantes. Na década de 1950 foram mais de 243 mil portugueses a se transferir para o Brasil.

A execução da nova política migratória pela Junta de Emigração e o crescimento do número de emigrantes que se dirigiam para o Brasil coincidiram com a ofensiva diplomática portuguesa junto ao governo brasileiro para providenciar a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e com a publicação dos livros de Gilberto Freyre, nos quais o sociólogo brasileiro exaltava as virtudes da colonização portuguesa. O resultado dessa convergência de fatores foi o forte engajamento da colônia portuguesa na defesa da política internacional de Portugal. Embora o governo português jamais tenha se proposto a monitorar politicamente a colônia, esta se constituiu numa força política independente muito importante em favor das posições definidas por Lisboa.

As Casas Regionais, os jornais “A Voz de Portugal” e o “Mundo Português” e os centros culturais como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português, onde se fazia difusão da obra dos grandes escritores portugueses como Eça de Queiroz e Luís de Camões, formavam um dispositivo atuante e eficiente de propaganda. Mediante política criteriosa de cooptação de políticos, sempre interessados nos votos dos descendentes dos imigrantes, e de jornalistas, sempre sensíveis a convites para viajar a Portugal e a receber as condecorações que as autoridades portuguesas nunca economizavam, a causa portuguesa tinha trânsito livre.

Como evidenciado, a defesa da posição portuguesa em Goa foi a primeira grande manifestação decorrente dessa articulação entre imigrantes portugueses e mundo político e jornalístico do Brasil. A tese apresentada por Portugal para enfrentar a pressão em favor da independência das colônias, segundo a qual Portugal não tivera atuação colonizadora, mas sim civilizadora e cristianizadora, foi amplamente encampada por aqueles que modelavam a opinião pública brasileira. Alguns chegaram mesmo a argumentar que essa característica tipicamente lusa já havia se demonstrado na história do Brasil. Essa unanimidade política em torno das relações luso-brasileiras e da política internacional de Portugal, como já foi observado, só veio a ser quebrada já no final da década, em virtude do contato do embaixador Álvaro Lins com a realidade política portuguesa e da sua corajosa disposição de conceder o asilo político ao general Humberto Delgado.

Apesar, enfim, de haverem sido obrigados a se retirar de Portugal em face das insuficiências econômicas decorrentes da estrutura socio-política mantida pelos dirigentes do Estado Novo, os imigrantes portugueses no Brasil, movidos por intenso sentimento de amor à pátria, desempenharam relevante papel político de apoio às diretrizes traçadas pelo governo do seu país, tornando-se responsáveis, em grande medida, pelo seu sucesso.

6. A título de conclusão, deve-se observar que as relações Brasil-Portugal após o período aqui analisado nunca deixaram de primar pela compreensão e pelo entendimento mútuo. Mesmo no período da Política Externa Independente não houve ruptura. Quando os militares romperam a ordem constitucional em março de 1964 e empalmaram o poder de Estado, a posição de crítica ao colonialismo foi suprimida, voltando o Brasil à plena harmonia com Portugal. No entanto, o desenvolvimento industrial do Brasil somado às mudanças no sistema internacional e as mudanças políticas havidas em Portugal foram fazendo com que o estilo da relação fosse também mudando. Dessa maneira, pode-se hoje dizer que as relações luso-brasileiras nos anos 1950 foram intensas e especiais, como nunca mais se viu.

* Observação: O presente trabalho tem por base o livro publicado pelo autor, intitulado "O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal (do Tratado de Amizade ao Caso Delgado)". Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003. Para não cansar o leitor deste artigo com número excessivo de notas de rodapé, o autor optou por notificar apenas as referências a livros de terceiros e as transcrições.

REFERÊNCIAS

- ANHEMBI. São Paulo, v. 13, n. 38, p. 293-294, jan. 1954.
- BULL, H. The revolt against the west. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam. **The expansion of international society**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- FREYRE, G. **Aventura e rotina** – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- _____. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. **Integração portuguesa nos trópicos**. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 9.
- _____. Ainda sobre a importância do mar para o Brasil. **Diário Popular**, Lisboa, 5 ago. 1958.
- _____. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Novo olhar sobre as nacionalidades nas Américas

REFERÊNCIA: DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A. (org.) **Nacionalismo no novo mundo:** a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008. 462 p.

O estudo das nações nas Américas baseado em sólida discussão conceitual tem sido insistente e simploriamente postergado, apesar de Benedict Anderson ter aberto possibilidades interpretativas renovadoras no tocante às manifestações nacionais de tendência republicana. Como ironiza este autor, sempre queremos acreditar que tudo de importante para a humanidade surgiu na Europa.

Finalmente, em “Nacionalismo no novo mundo”, Marco Antonio Pamploña (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e Don H. Doyle (Universidade da Carolina do Sul) fogem da rotina empobrecedora: trata-se de uma tentativa de, escapando do euro-

centrismo, fixar as especificidades dos processos nacionais americanos e oferecer novos subsídios para a compreensão teórica do nacionalismo. A coletânea reúne trabalhos apresentados em encontros internacionais e interligados pelo diálogo profícuo, no qual cada um empresta cores e vida aos demais, conferindo movimento e unidade à obra.

Os organizadores partem da ideia segundo a qual as Américas desafiam o paradigma clássico de nação (ascendência comum, passado compartilhado, tradições culturais homogêneas) por suas comunidades multiétnicas, seu fluxo constante e diversificado de imigrantes e suas idealiza-

Gislania Freitas: Socióloga formada pela Universidade Estadual do Ceará.

Mônica Dias Martins: Professora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará.

ções nacionalistas em sociedades escravocratas. O Novo Mundo não venceu, com a mesma intensidade de outros continentes, conflitos “domésticos” ou “externos” alongados e persistentes. Aqui, as comunidades nacionais, antigas colônias, repousaram suas autoidentificações em queixas objetivas às metrópoles, mas, desconfortando os defensores do “etnonacionalismo”, os autores salientam que os “patriotas” pretendiam “ser europeus” e não brandiam suas origens étnicas como razão da luta. Anderson já sublinhara que nem mesmo a língua foi motivo de disputas, pois era a mesma do colonizador.

“O nacionalismo importa”, ensaio de Craig Calhoun (Universidade de Nova York), enriquece sobremaneira a reflexão teórica sobre as nacionalidades. Na premissa do autor, o nacionalismo é uma “formação discursiva” que configura o mundo moderno (p.37). As nações não existem “realmente” antes de existirem em termos discursivos: o nacionalismo organiza o sentido que as pessoas possuem do seu lugar no mundo e, portanto, deve ser apreendido em suas formas mais banais. Após criticar grandes equívocos da concepção europeia de nação, Calhoun afirma que, nas Américas, o nacionalismo emerge tanto do intercâmbio interamericano como das relações com a Europa, jamais manifes-

tando caráter essencialmente “doméstico” (p.49).

Três promissores artigos examinam a guerra de libertação nas treze colônias britânicas. T. H. Breen (Universidade Northwestern) discute os laços entre o nacionalismo e o pensamento político, rejeitando estudos que se debruçam sobre ideias abstratas de genealogias políticas deixando ao largo a autoidentificação ou se prendendo obsessivamente a esta. Para Breen, há mais a ganhar verificando a conjuntura específica do nacionalismo e como esse interagiu com ideias políticas em ambientes cultural, espacial e temporalmente diversos. O nacionalismo não cria pensamento político, mas trabalha com os recursos culturais existentes e empresta intensidade a ideias não necessariamente novas; à medida que muda o contexto histórico, muda também o discurso nacional (p.93). Durante a Revolução americana, assevera Breen, o “capitalismo de imprensa” foi vital para a participação popular na construção da nacionalidade.

As conexões entre a identidade britânica e as identidades provinciais no período revolucionário são averiguadas por Jack P. Greene (Universidade John Hopkins). Conforme sublinhara Calhoun, os Estados europeus se firmaram paralelamente à expansão de seus impérios ultramarinos. Amparado em volumosa correspondência dos

líderes da resistência colonial, Greene mostra que as distintas e arraigadas identidades dos Estados fundadores da Federação influenciaram intensamente, e ao longo de décadas, as formulações políticas norte-americanas bem como a natureza do governo nacional (p. 115). Susan-Mary Grant (Universidade de Newcastle-upon-Tyne) completa o quadro interpretativo com um cuidadoso exame da Guerra de Secessão e do seu papel na configuração de “um nacionalismo americano robusto e abrangente” (p. 129). A autora ressalta que o debate sobre o significado do conflito bélico para a nacionalidade americana foi abafado na produção acadêmica, só merecendo atenção nos aspectos puramente militares. De modo a suprir tal lacuna na história dos Estados Unidos, Grant explora as cartas de soldados, além das obras literárias de Mark Twain e Walt Whitman, revelando as percepções contraditórias acerca da “causa nacional”.

O complexo caso do nacionalismo canadense, forjado por lealdades conflitantes em relação à França e ao Reino Unido, é o tema de Phillip Buckner (Universidade de New Brunswick). Assim como seus vizinhos do sul, o Canadá acolheu imigrantes europeus com predomínio daqueles de nacionalidade francesa. Sob domínio britânico, a comunidade franco-canadense lutou pela preservação da sua identi-

dade cultural; Quebec, antiga “Nova França”, cuja população se manteve relativamente homogênea, continua a desafiar a unidade nacional mediante forte movimento emancipacionista. Segundo Buckner, “ainda não está claro se a nação quebequense permanecerá como parte de um Canadá multicultural” (p.161).

As migrações também animam os ensaios que enfocam a formação nacional na Argentina. Enquanto Jorge Myers (Universidad Nacional de Quilmes) discorre sobre a importância da primeira geração de literatos e seu projeto de nacionalização da cultura, centrado na consolidação de uma língua “argentina”, Jeane Delaney (Saint Olaf College) ressalta a ascensão de um discurso nacionalista que, sob o impacto do fluxo de imigrantes, predominantemente italianos ao final do século XIX, dissemina a ideia de “raza argentina” unificada. Defensores de um nacionalismo cultural inspirado nas correntes etnonacionalistas europeias, os “novos românticos” valorizaram a concepção dita “primordialista” de nação (p. 216), em contraposição aos intelectuais da Geração de 1837, com sua perspectiva de “nação-mundo” (p.201) e seus louvores ao cosmopolitismo “inerente” à identidade argentina.

Em seu estudo do caso colombiano, Hayley Froyland (Universidade

South Bend de Indiana) retrata o período denominado *La regeneración* (1884-1900). A “regeneração” da raça e da nação requeria não apenas um governo forte e reformas políticas, mas o aprimoramento “moral” das classes baixas da sociedade (p. 242). Na Colômbia, a elite branca e católica se autoimaginava “digna, piedosa e imaculada”, tomando para si a responsabilidade de orientar os *mestizos*, “pobres, doentes e degenerados”, e incorporá-los à comunidade nacional. Observa o autor que essas relações, impregnadas de paternalismo e justificadas pela crença nas desigualdades “naturais”, serviram para reproduzir a ordem social hierárquica e manter a coesão nacional até a irrupção da guerra civil, em 1946.

Eric Van Young (Universidade da Califórnia) aborda a independência na “Nova Espanha” tentando contraditar Benedict Anderson. Entretanto, revela amparos teóricos confusos e inconsistentes. O Estado-nação, por exemplo, é conceituado como “grande tribo inventada” (p.265), sem explicar o que isso significa. No plano empírico, Young identifica dois movimentos distintos: o “projeto nacionalista” da elite letrada e o que seria uma “visão de mundo” das camadas populares, compostas majoritariamente por indígenas. Sua pretensão é traçar uma linha explicativa para uma inexisten-

te contradição: o surgimento de uma nação mesmo sendo o sentimento nacionalista pouco difundido (p.275). O autor apresenta elementos do que considera ser o “nacionalismo crioulo” no México para, em seguida, delinear o quadro sociocultural das aspirações campestres no contexto da insurreição. Mas resvala para uma desclassificação dos “insurretos populares” (“messiânicos”, “milénaristas”, “ingênuos”), mostrando apego à percepção conservadora da formação social latino-americana. Faria bem a Young uma atualização na teoria política e antropológica.

Os ensaios de Wilma Peres Costa (Universidade de Campinas) e de Hendrik Kraay (Universidade de Calgary) versam sobre a nacionalidade brasileira. Costa sublinha o papel das narrativas de viajantes estrangeiros, em particular de Saint-Hilaire, sobretudo no tocante à configuração de uma imagem do Brasil que propiciasse seu reconhecimento como membro do sistema internacional de Estados (p.324). Já Kraay pondera acerca dos rituais cívicos no Primeiro Reinado e sua contribuição para a identidade brasileira. Tendo como principal fonte de pesquisa jornais da época, os autores argumentam que a imprensa e as festas cívicas interagiram para modelar a compreensão do Brasil nação (p.330).

O relato da experiência no qual a

grande população indígena e mestiça da Bolívia atuou como construtora da nacionalidade constitui o ponto alto do ensaio de Heather Thiessen-Reiley (Western State College do Colorado). A autora enfatiza as iniciativas do Presidente Manuel Isidoro Belzú (1848-1855) para “forjar uma nação de todos os bolivianos”, sobreposta a etnias e classe sociais. Além de cunhar moedas e desenvolver símbolos heráldicos, como a bandeira, o hino e o brasão, que inspirassem orgulho nacional e identificação com o futuro da pátria, Belzú recorreu a elementos da tradição, criando “laços com os múltiplos passados da Bolívia” (p.359). Obviamente, seu projeto de soberania popular sofreria contundente resistência da elite crioula.

A coexistência da escravidão com o esforço de disseminação do sentimento comunitário nacional, tema dos mais complexos e inexplorados, constituíram o objeto de interesse de Bárbara Weinstein (Universidade de Maryland) e Gary Gerstle (Universidade de Maryland), que desenvolveram abordagens comparativas. Para Weinstein, “mais do que processos paralelos com lógicas inteiramente separadas, os discursos sobre a nação e sobre a escravidão participavam da elaboração um do outro” (p.397). Ao analisar a ideologia escravagista no Brasil e nos Estados Unidos, as autoras

destacam a diferença de pontos de vista e de atitudes das elites, assim como seus reflexos na trajetória das duas nações. Enquanto os brasileiros encaravam o trabalho escravo como um “mal necessário” e temporário, a sociedade sulista o considerava permanente e menos desumano do que o assalariamento capitalista.

Gerstle examina as concepções de raça e nação que circulavam em Cuba, México e Estados Unidos no período de 1880 a 1940. Seu objetivo é, a partir do jogo de forças entre a potência emergente e seus vizinhos, apreender as tentativas de repúdio dos nacionalistas cubanos e mexicanos à preleção imperialista assentada em argumentos raciais. A política de imigração nos EUA, a celebração da mestiçagem no México e a “isenção do conceito de raça” em Cuba (p.432) exemplificariam as idealizações em vista de uma nacionalidade homogênea.

“Nacionalismo no novo mundo” põe em evidência o século XIX, fase extremamente rica em termos do surgimento de um imaginário anticolonial. Doutrinas e anseios internacionalistas e nacionalistas se mesclavam nos círculos intelectuais. Na introdução, os organizadores consideram “o nacionalismo americano parte de um grande desdobramento transatlântico” e diversos ensaios apontam para os nexos entre a internacionalidade e os

processos nacionais. Inquietações similares norteiam os estudos desenvolvidos no âmbito do Observatório das Nacionalidades. Sustentamos que a nação se organiza para integrar a comunidade global e sua existência requer certo grau de dependência a um pacto estabelecido pelos Estados nacionais e por uma ampla gama de atores internacionais.

As páginas deste empreendimento liderado por Don Doyle e Marco Pampolona ajudam a pensar em um dos maiores desafios aos que lidam com a formação das comunidades nacionais: o papel dos “de baixo”, para usar palavras de Hobsbawm, no processo. Discriminações (sejam elas de raça, gênero, religião, etc.) desafiam a unidade sugerida pelas nações, mas a promessa de direitos embutida nesta entidade complexa que legitima o Estado moderno constitui poderoso estímulo à coesão nacional. Esta coletânea enriquece a compreensão das Américas e certamente alimentará o debate teórico entre os que evitam oferecer explicações simplórias sobre as nacionalidades.

O futebol e a nação brasileira

REFERÊNCIA: SOUZA, D. A. de. **O Brasil entra em campo.** Construções e reconstruções da identidade nacional (1930 – 1947). São Paulo: Anablume, 2008. 220 p.

Feitiço não gostou do pênalti marcado contra sua equipe aos 33 minutos do segundo tempo. Entendeu que o árbitro roubava em favor da seleção carioca e determinou a retirada de campo do *scratch* paulista. O Presidente Washington Luiz, da tribuna de honra do estádio de São Januário, Rio de Janeiro, ordenou que a partida continuasse. O mulato Feitiço decretou: “Ele manda lá em cima. Cá embaixo mando eu.” O surpreendente é que Feitiço não era dirigente, tampouco técnico e nem mesmo capitão do time. Apenas um dos seus *cracks*. E o jogo, final do campeonato brasileiro de 1927, não se concluiu.

Esse é um dos deliciosos episódios revelados no livro “O Brasil entra em

campo”, do professor Denaldo Alchorne de Souza, produzido originalmente para sua pós-graduação em História, na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa se concentra no período compreendido entre os anos de 1930 e 1947, quando o esporte nacional ganhou sua configuração básica, com a criação de diversos clubes e entidades de direção, muitos dos quais perduram até hoje. É em 1930 que acontece, no Uruguai, a primeira Copa do Mundo.

É também um período de grandes transformações sociopolíticas planetárias, que influenciaram intensamente na organização e nos rumos do esporte no mundo, de modo particular no futebol, adotado imediatamente

Sued Castro Lima: Pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

pelos brasileiros como sua modalidade favorita.

Na narrativa de Denaldo, regimes políticos, como o fascismo italiano, o nazismo alemão e o Estado Novo brasileiro intentaram de várias maneiras utilizar o esporte como instrumento de propaganda, de controle das massas e, sobretudo, como forma de autoafirmação nacional. Mussolini, na Copa do Mundo de 1934, serve de inspiração a Hitler, na realização das Olimpíadas de 1936, em Berlim, tornando-se ambos os pioneiros no uso intensivo do esporte pelo Estado, para demonstração da superioridade social e “racial” dos seus povos, e consequentemente dos seus governos, a partir do desempenho dos seus atletas. Se Mussolini teve sucesso completo, com o campeonato mundial de futebol conquistado pela Itália, Hitler amargou o dissabor de assistir o negro norte-americano Jesse Owens acumular vitórias nas principais provas do atletismo: 100 e 200 metros rasos, revezamento 4 x 100 e salto em distância. Mesmo assim, os alemães ficaram em primeiro lugar no quadro de medalhas, com 34 de ouro e 90 no total, seguidos pelos norte-americanos, com 24 e 56, respectivamente.

Tal aproveitamento institucional pelos Estados das competições esportivas levou a distorções graves que se ampliaram ao longo dos anos. Citan-

do Hobsbawn, Denaldo avalia que “as partidas foram transformadas num espetáculo de massa, no qual, em sucessão infundável de contendas, se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global” (p.36). Certamente podemos identificar aí as raízes dos *hooligans* europeus e dos recorrentes embates mortais a que se dedicam as torcidas de diversos clubes brasileiros.

No Brasil, o governo de Getúlio Vargas migrava de um presidencialismo autoritário, no qual o supremo mandatário chegara ao poder por conta do movimento militar de 1930, para a franca ditadura, estabelecida em setembro de 1937. O país onde pontificavam monoculturas, preparava-se para submeter-se a mais uma, dessa feita no campo esportivo: a do futebol. Uma das entidades a surgir para disputar o controle da modalidade, ironicamente, se designou Confederação Brasileira de Desportos, a CBD, embora se dedicasse quase exclusivamente ao futebol. Criada em 1914, somente em 1979 assumiu sua efetiva identidade ao passar a chamar-se Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Apoiado em vasta e rica documentação, o autor acompanha as disputas pelo domínio do futebol, em que cartolas de diversos matizes e autoridades governamentais travam acirrados embates pelo controle hegemônico da

atividade que, já nos seus primórdios, demonstrava ser capaz de promover elevados dividendos políticos e financeiros. As batalhas se sucediam ora entre paulistas e cariocas, ora entre os favoráveis ao profissionalismo e os que defendiam o hipócrita e continuamente fraudado ideal amadorista, tudo temperado pelo racismo escancarado e pelos preconceitos de uma elite que considerava o futebol, por sua fleumática origem bretã, uma modalidade esportiva a ser praticada apenas pelos bem-nascidos.

Denaldo garimpa informações reveladoras dessa situação. Em 1921, o Presidente Epitácio Pessoa concedeu à CBD recursos financeiros para subsidiar a participação do Brasil no campeonato sul-americano, a ser realizado na Argentina, desde que somente fossem convocados atletas brancos (p.33). Em outro episódio, o técnico do Flamengo, Gentil Cardoso, era seguidamente ridicularizado pela imprensa carioca e seus chargistas por tentar implantar uma tática de jogo designada pelas letras WM. Seis anos depois, a mesma tática é aplicada no time rubro-negro pelo técnico Dori Kruschner, sob grandes elogios. Razão da diferença de tratamento: o húngaro Kruschner era branco e o brasileiro Gentil Cardoso, negro (p.135). Um terceiro caso: antes de se tornar ídolo nacional, o insubmisso Leônidas da

Silva, craque negro, era qualificado pela sempre intocável imprensa nacional como mentiroso, irresponsável, ladrão, mercenário e, coroando os belos epítetos, preto safado (p.134).

Gradualmente, em todo o país, o futebol de qualidade vai se transferindo ou se espalhando dos clubes aristocráticos, como o Fluminense, no Rio, e o Paulistano, em São Paulo, para agremiações populares, com pobres e negros abrindo seus caminhos pelo talento individual, a exemplo dos sambistas, que se impuseram como grandes representantes da simbologia musical da nação.

Na disputa pelo poder político no esporte, minuciosamente tratada por Denaldo, já era possível identificar, naqueles anos, outro pernicioso viés que assolaria o esporte brasileiro em geral, e o futebol em especial, através dos tempos: a perenização de cartolas em cargos de direção em lugar do salutar e democrático revezamento em postos de mando. Na época, a disputa se dava principalmente entre o milionário Arnaldo Guinle, defensor da profissionalização dos atletas, dirigente do Fluminense Football Club, e Rivadávia Correa Meyer, do Botafogo Football Club, ardoroso pregador do amadorismo. Reinavam eles naqueles tempos como reinam hoje Ricardo Teixeira (há vinte e um anos presidente da CBF) e Arthur Nuzman (há quinze anos

presidente do COB). Instituíam-se, já então, os conchavos, as traições e as dissidências, num ambiente de tal forma anárquico, que, nas Olimpíadas de Berlim (1936), o Brasil conseguiu a façanha de enviar duas delegações, pertencentes a duas entidades diferentes e rivais, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), sob controle de Guinle, e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), ligada a Rivadávia. Se a presença brasileira destacou-se pelo número de componentes (mais de 100, entre atletas e apoiadores) e de entidades de direção, nada pôde comemorar nas competições, nem uma mísera medalha de bronze!

O vexame levou o governo federal a intervir diretamente na organização do esporte. Enquanto era discutido o grau de envolvimento do poder público na atividade, desencadeava-se uma feroz luta de bastidores pelo seu controle. Fizeram-se presentes na disputa Gustavo Capanema, Ministro da Educação, Francisco Campos, Ministro da Justiça, Lourival Fontes, Chefe do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha, e, como o irmão, detentor de grande influência junto a Getúlio e, ainda, os militares.

Passivelmente, o retardamento da intervenção e o embate interno são razões para que a ação governamental ocorresse de forma atabalhoada,

dando partida à recorrente ineficiência da administração pública esportiva, mal existente até hoje, agravado pela crônica inapetência da esquerda brasileira em tratar do tema. Desde então, o governo investe em financiamentos de projetos pífios e na construção de infraestruturas esportivas monumentais; é pródigo com dirigentes e entidades privadas e passa ao largo dos procedimentos viciados, da falta de democracia e da corrupção dominantes no cenário esportivo.

Como observado, a base intelectual da intervenção estatal é dissecada pelo autor. Entre os teóricos mais importantes do período destacava-se João Lyra Filho, bastante ligado ao ministro Capanema, e que entendia ser o esporte a ferramenta fundamental para “subtrair do povo a frouxidão do desânimo, pois cria espírito de luta para o trabalho, dá disciplina para a preservação da ordem social, de conciliação, união e entendimento.” Segundo ele, “o jovem não afeito ao esporte tende a degenerar-se, buscar a boêmia, o bar, o álcool e o fumo” (p.86). Já naquela época, Lyra previa que, sem o esporte, os índices de criminalidade aumentariam. A presença das mulheres era condenada. Capanema as considerava guardiãs da família e sua educação deveria priorizar o lar e os afazeres domésticos. Assim, reprovava fortemente a presença feminina no

futebol e em outras modalidades mais agressivas (p.87).

A pesquisa de Denaldo não se prende exclusivamente a dirigentes, governamentais ou privados. Dedicase também ao agente fundamental, o atleta. O autor elege como referência Leônidas da Silva, o “Diamante Negro”, craque maior da época, considerado por Denaldo o supremo ídolo nacional de todos os tempos. Ele acompanha a trajetória de Leônidas, da sua infância à glória, e daí ao fim, consumido aos 90 anos de idade pelo câncer e pelo mal de Alzheimer, numa clínica para idosos.

Sua principal fonte bibliográfica é a obra “O negro no football brasileiro”, do jornalista Mário Filho (1908/1966), irmão de Nelson Rodrigues. O autor assume sua admiração apaixonada pelo atleta, estigmatizado pela imprensa, mas idolatrado pelo povo. Num indisfarçável entusiasmo pelo lado macunaímico do polêmico jogador, Denaldo resvala para o elogio à má compostura, como se essa faceta compusesse a adequada reação do cidadão talentoso, mas pobre, ante o predomínio da burguesia. Segundo ele,

Se as classes dominantes afirmavam seus valores de nação brasileira a partir de uma encenação teatral cujos principais elementos eram a ordem, a disciplina, o trabalho, a união, a obe-

diência, a hierarquia e o homem novo, os trabalhadores devolvi- am essa concepção de nação de “cabeça para baixo” por meio de um mito que representava valores totalmente contrários. Leônidas representava justamente a indisciplina, a rebeldia, a malandragem; mas era também a diversão, a arte, o improviso, a genialidade, o mundo do lazer e da alegria” (p.144).

É custoso concordar com a visão de que o brasileiro comum tenha elegido a anarquia e a preguiça como seus grandes valores. Pior ainda se tais valores forem adotados por atletas, pois, se assim fosse, estaríamos condenados a jamais ter competidores de ponta, dos quais são exigidas inapelavelmente dedicação extrema aos treinamentos, disponibilidade quase exclusiva, superação e muita, mas muita mesmo, disciplina.

Não é pequeno o time dos que entendem o esporte como importante instrumento educativo, no qual o jovem aprende regras necessárias à boa convivência social, tais como o respeito às normas pré-definidas na busca de resultados favoráveis e o sentido do trabalho coletivo em prol de um objetivo comum. Em recente artigo, Ana Mozer, ex-atleta da seleção brasileira de voleibol, com numerosos títulos nacionais e mundiais, atesta que

a educação esportiva tem como resultado a formação de indivíduos autônomos, críticos, cons-

cientes e, sobretudo, independentes. O esporte trabalhado na dimensão educacional desenvolve valores essenciais, ultimamente esquecidos em nossa sociedade, como a solidariedade, o respeito ao próximo e às regras, a tolerância, o sentido coletivo e a cooperação. O esporte educacional cria oportunidades para o aluno desenvolver estratégias, resolver problemas e enfrentar a vida em sociedade (FSP, 18/2/2010).

importância para tantos quantos quiseram entender as relações entre a formação da estrutura esportiva brasileira, com ênfase na área do chamado esporte bretão, e a construção da nacionalidade brasileira.

No livro “Futebol ao sol e à sombra” (L&PM, 2004), Eduardo Galeno cita o dirigente brasileiro João Havelange, ex-presidente da FIFA, para informar que o futebol atualmente fatura no mundo mais que qualquer corporação multinacional. Segundo Galeno, a revelação de Havelange é incomum, pois há uma férrea preocupação dos dirigentes em esconder a efetiva movimentação de valores. Não é ocioso considerar que Havelange constata hoje o que Arnaldo Guinle já adivinhava nos anos 1920, isto é, a existência no futebol de um poderoso atrativo capaz de arregimentar tantas e tão “despojadas” personalidades, como Vicente Mathews, Eurico Miranda, Eduardo Viana e o indefectível Ricardo Teixeira: os formidáveis lucros. Talvez resida aí, também, a explicação de sermos tão bons no futebol e tão decepcionantes em quase todas as demais modalidades, em regra, menos rentáveis.

Simpatias insólitas à parte, “O Brasil entra em campo” é obra da maior

Direitos Humanos, civilização e nação

REFERÊNCIA: HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ao menos no plano discursivo, a existência de direitos humanos básicos, universais e invioláveis parece hoje autoevidente tal como estabelecidos no texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776 e reiterados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que se seguiu à Revolução Francesa em 1789 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas em 1948.

Mas o fato de tomarmos com naturalidade a existência desses direitos, ainda que possamos discutir o que pode ser incluído nesta listagem, oculta o paradoxo de que ao serem proclamados, – especialmente, no caso dos dois primeiros – a existência de direi-

tos humanos era qualquer coisa, menos um fato dado. Como então foi possível essa (r)evolução ao mesmo tempo política e cognitiva? Esta foi a questão explorada pela historiadora estadunidense Lynn Hunt em seu magistral livro “A invenção dos direitos humanos: uma história”.

Em um período marcado por monarquias dinásticas, privilégios estamentais e diferenças “naturais” outorgadas pelo nascimento e sancionadas pelo Direito, como pode ter sido possível a um grupo de homens imaginar o conceito de uma humanidade una e dotada de direitos iguais e que esse discurso possa ter frutificado? Hunt mostra como o debate filosófico sobre direitos humanos, que precedeu o

Clayton Mendonça Cunha Filho: Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ.

seu estabelecimento, remonta ao século XVII com autores como Grotius, Pufendorf ou Spinoza, mas que foi preciso toda uma transformação nas subjetividades até o debate atingisse público mais amplo.

Um conceito-chave para a argumentação da autora é a noção de “empatia”, percebida como a capacidade humana de colocar-se no lugar de outro e imaginar suas angústias, emoções e sentimentos em um contexto determinado, reconhecendo-se assim a si mesmo no outro e, portanto, vendo-o como um igual. Embora a capacidade de “empatizar” seja uma característica inata da espécie humana, determinada por elementos da sua estrutura cerebral ainda não devidamente explicados em seu funcionamento exato – o autismo, por exemplo, seria precisamente uma “incapacidade de sentir empatia pelos outros” (p.39), Hunt argumenta que a forma como ela é vivenciada – como e com o quê “empatizamos” – depende fundamentalmente da socialização e do contexto cultural.

A autora nos relata com riqueza de detalhes e fontes que, no fim do século XVIII, o gênero literário conhecido como romance epistolar, no qual a narrativa se desenvolve na primeira pessoa a partir da troca de cartas enviadas pelo personagem, tornara-se uma verdadeira febre com obras como “Pa-

mela” (1740) e “Clarissa” (1747-8), de Samuel Richardson, e “Júlia” (1761), de Rousseau, provocando comoções e amplos debates entre o público leitor europeu. Com enredos carregados de sentimento acerca do sofrimento de jovens moças diante da opressão familiar e social, a estrutura narrativa tendia a induzir o leitor a identificar-se com o personagem nas profundezas do seu “eu interior” narrado nas cartas, desenvolvendo assim o sentimento de empatia em direção ao reconhecimento de que as outras pessoas também possuíam consciências, sentimentos e angústias semelhantes aos do próprio leitor. Esse reconhecimento é condição fundamental para imaginar os seres humanos como uma comunidade que partilha de direitos comuns e que, apesar de diferentes, possui um núcleo comum a identificá-los como humanidade.

Além do cultivo da “empatia”, Hunt revela como a invenção dos direitos humanos se beneficiou também da longa mudança na relação e na consciência das pessoas no referente a seus próprios corpos e a suas individualidades que começava a tomar contornos mais nítidos a partir do século XIV e se aprofundaria nos séculos XVIII e XIX. Como relata a autora – e já fora estudado pelo sociólogo alemão Norbert Elias em “O processo civilizador” (1995) – nem sempre as pessoas tive-

ram os mesmos cuidados e pudores no tocante às suas necessidades corporais e higiene pessoal. Noções que para nós são “naturais” como não cuspir na mesa onde se come, utilizar talheres e não compartilhá-los com outros, dormir em camas separadas, não defecar ou urinar em público, por exemplo, nem sempre tiveram o mesmo significado e constituíam práticas comuns em determinadas épocas que foram sendo lentamente alteradas na marcha civilizatória analisada por Elias e na qual se apoia Hunt para mostrar como o desenvolvimento da noção de separação entre os corpos individuais contribuiu com o desenvolvimento dos direitos humanos.

Essa separação fomentou noções como a autonomia individual e a inviolabilidade corporal, responsáveis pela preocupação com direitos como a liberdade e o fim dos castigos corporais, refletindo-se também na mudança de comportamentos como a atitude reverente e silenciosa em espetáculos musicais ou de teatro e a propagação de retratos de pessoas comuns nas artes plásticas. Essa nova consciência corporal contribuiu com a causa dos direitos humanos tanto diretamente, por meio da repulsa que gerou pela violação do corpo (representada pela tortura ou pela exibição pública dos corpos de pessoas executadas) e que levaria as declarações de direitos humanos a

proibir tais práticas, quanto de uma forma mais geral ao reforçar a “empatia” tão necessária à imaginação de direitos extensivos a toda a humanidade. Ao mudar a forma como se viam e reconhecer em si autonomia e novos direitos sobre o próprio corpo, as pessoas acabavam por reconhecer as mesmas características e direitos nos corpos dos outros. Nas palavras de Hunt,

a estrutura tradicional da dor e da pessoa se desmantelou e foi substituída pouco a pouco por uma nova estrutura, na qual os indivíduos eram donos de seus corpos, tinham direitos relativos à individualidade e à inviolabilidade desses corpos, e reconheciam em outras pessoas as mesmas paixões, sentimentos e simpatias que viam em si mesmas (p.112).

Mas, tão importante para a invenção quanto a mudança de mentalidades que tornou a ideia de direitos humanos cognoscível foi a própria dinâmica política dos eventos que lhes geraram: a independência estadunidense e a revolução francesa. Como se sabe, a princípio nem as treze colônias desejavam separar-se da Inglaterra, nem os franceses almejavam destinar a monarquia e instaurar a república. Contudo, a radicalização do processo político os impeliu a essa direção. E ao questionar as bases de sustentação do Antigo Regime, uma or-

dem política e social que se fundamentava nas diferenças e privilégios conferidos pelo nascimento, os revolucionários viram-se forçados a estabelecer bases filosóficas capazes de sustentar o sistema emergente.

Dessa maneira, as declarações de independência dos EUA e dos direitos dos homens francesas são documentos eminentemente gerais e metafísicos e, como tais, foram atacados por seus inimigos. Mas sua própria declaração iniciou uma dinâmica interminável de demandas por novos direitos e regulamentações da aplicação prática dos princípios ali delineados que explicitam o quanto tais declarações abriram uma verdadeira caixa de Pandora. À abolição do culto oficial e declaração em favor da não discriminação religiosa seguiram-se demandas por direitos políticos pelos protestantes, os quais não podiam ser atendidas sem suscitar o mesmo pedido por parte dos judeus. À declaração de que todos os homens nascem livres seguiram-se demandas por parte de negros não escravos e logo pelo próprio fim da escravidão. Aos direitos políticos dos homens, direitos para as mulheres. Embora estes, como relata Hunt, somente tenham sido efetivados no século XX, já durante a própria revolução francesa começaram a ser demandados e discutidos, apesar do fim trágico de uma das suas pioneiras

Olympe de Gouges, guilhotinada por ser “uma contrarrevolucionária ‘impudente’ e um ser inatural (um ‘homem-mulher’)” (p.172). Na maioria das vezes, era impossível conceder um direito a determinado grupo sem ter de concedê-lo a outro.

Um dos aspectos mais intrigantes da longa marcha pelos direitos humanos é o paradoxo de terem sido eles pensados num primeiro momento como universais, mas logo tenham passado ao campo limitado da nação. Da comunidade universal de seres humanos com os mesmos direitos, os direitos humanos em suas diferentes conformações começaram a ser vistos como garantidos por governos nacionais e apenas aos integrantes da nação. A contradição de que os direitos humanos tenham sido “difundidos” *manu militari* pelas conquistas napoleônicas pode ter tido papel importante em suscitar uma “reação nacionalista” ao que podia ser considerado pelos povos ocupados como uma invasão imperialista, mas a própria lógica da comunidade imaginada através da empatia que subjaz à invenção dos direitos humanos é bastante próxima ao próprio processo de constituição da nação, definida por Benedict Anderson (1991) como uma comunidade de pessoas que se reconhecem como iguais, apesar de diferentes, e que nem se conhecem ou tenham

qualquer perspectiva concreta de conhecer-se, mas que partilham de uma “camaradagem horizontal” e projeção de um futuro comum. Tal fenômeno permitiu suplantiar o princípio dinástico como forma de organização dos Estados.

Por um lado, é fácil compreender que, por razões pragmáticas, as demandas por direitos tenham se voltado aos governos locais e que a comunidade universal de seres humanos tenha sido facilmente reduzida a comunidades nacionais que, por maior que fossem, tinham dimensões e fronteiras mais concretas e de mais fácil “imaginação”. Por outro, no entanto, esse fechamento da questão em direção às fronteiras nacionais suscitou a exacerbação da xenofobia e o início da dinâmica, hoje mais vigente do que nunca, de endurecimento das regulações migratórias, até então uma questão praticamente inexistente.

Nessa fase regressiva na qual, embora se consolidasse a noção de direitos, estes deixavam de ser universais e passavam a ser delimitados por fronteiras nacionais, já não seria possível contar com a força da tradição e dos preconceitos previamente existentes como justificativa para as limitações impostas, de modo que os novos conservadores precisavam desenvolver novas racionalizações. É deste período que datam as principais teorias “ci-

entíficas” modernas das raças e do racismo que seriam utilizadas como justificativa para a nova partilha imperial da África e Ásia pelas grandes potências europeias, partilha essa que, em grande medida, levou às duas guerras mundiais. O horror provocado por essas guerras, especialmente pela segunda, com seus milhões de mortos civis e a barbárie do holocausto judeu baseado em ideias racistas, ajudou, no entanto, a retomar o debate internacional pelo estabelecimento de direitos mínimos invioláveis e universais a resultar na Declaração de 1948.

O relato de Hunt instiga precisamente porque não se furta a abordar essas “páginas negras” da longa busca por direitos humanos e nos permite enxergar sua gênese como um longo processo, inacabado e inacabável e cheio de idas e vindas, como ademais todos os grandes empreendimentos humanos, sempre limitados por nossa natureza falível e por contingências imprevistas e imprevisíveis. Por mais que tenhamos avançado nesse campo nos últimos dois séculos e meio, a própria distância entre os direitos garantidos na carta da ONU e sua real execução mostra que ainda há muito por caminhar.

Os “maus momentos” da luta por direitos humanos podem nos servir de alerta para os que certamente virão. Basta ver, por exemplo, que a recor-

rente manipulação do nobre tema dos direitos humanos por parte dos países dominantes como forma de pressionar ou encurralar países onde têm algum interesse estratégico já possuía práticas análogas nos tempos de Rousseau. Numa longa carta escrita em janeiro de 1769, Rousseau atacou o uso excessivo desta “bela palavra humanidade”: os sofisticados mundanos, “as menos humanas das pessoas”, invocavam-na com tanta frequência que ela estava se tornando “insípida, até ridícula” (p.127). Os riscos ao redor do tema são inúmeros, como atesta a própria escorregada da autora quando, ao abordar o tema do antissemitismo, afirma generalizando que textos antissemitas são “até os nossos dias ensinados como fato nas escolas de alguns países árabes” (p.197), sem no entanto nomear quais seriam esses países ou citar quaisquer fontes em que se embasa para tal afirmação e dando, assim, combustível para a árabe/islamofobia que tem se difundido na última década, em especial após os atentados de 11 de setembro. Mas se os riscos são inerentes à análise do tema, as promessas e utopias envolvidas nele encerradas não são menos autoevidentes.

Discutindo a perspectiva da esquerda latino-americana

REFERÊNCIA: SADER, E. **A nova toupeira:** os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

Depois do período de hegemonia do neoliberalismo, a América Latina passou por profundas mudanças políticas. Na transição do século XX para o século XXI, em um curto período de tempo, lideranças de esquerda e centro-esquerda assumiram o governo na Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Nicarágua e Paraguai. Entender o significado e as perspectivas geradas nesse processo foi o objetivo de Emir Sader em seu novo livro. A obra, dividida em cinco capítulos, traz reflexões sobre a história do Subcontinente, a “crise de hegemonia” vivenciada atualmente, o governo Lula, as “deficiências” e “perspectivas” teóricas da esquerda e o futuro desses projetos

supostamente “pós-neoliberais”.

A toupeira é “um animalzinho com problemas de visão, que circula embaixo da terra sem nos darmos conta de sua existência e que de repente irrompe onde menos se espera” (p.34). Utilizando-se desta metáfora para tratar da esquerda latino-americana, o autor inicia com o resgate dos “ciclos da esquerda” latino-americana, passa pela hegemonia neoliberal e chega à atualidade sempre buscando alternativas. Três grandes irrupções da “toupeira” no século XX são destacadas na primeira parte da obra: os movimentos guerrilheiros entre 1959 e 1970, as vitórias institucionais no início dos anos 1970 e a vitória sandinista na Ni-

Rodrigo Santaella Gonçalves: Concludente da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará.

carágua em 1979. Todas elas, segundo Sader, foram seguidas por retrocessos: primeiro, o refluxo e a descrença nos movimentos guerrilheiros, depois, as ditaduras militares e, finalmente, o próprio neoliberalismo.

Uma das conexões interessantes feitas pelo autor para explicar o período de hegemonia neoliberal foi a associação da “capitulação” da social-democracia às teorias liberais. Num mundo cada vez mais bipolar, os social-democratas sentiram a crescente necessidade de optar por um dos lados – o do liberalismo norte-americano ou o comunismo soviético. Essa associação teria desfeito diversas alianças no continente latino-americano e, somada à repressão sofrida pela esquerda durante as ditaduras, teria aberto caminho para o neoliberalismo.

A combinação da repressão ditatorial com o neoliberalismo teria levado, aos poucos, o nacionalismo e a social-democracia a se apropriar diretamente da agenda e do projeto neoliberal. Na argumentação de Sader, tal associação permitiu fosse a América Latina o primeiro laboratório do neoliberalismo, experimentando a transferência de renda direta do setor público para o privado, a desregulamentação do mercado, a abertura total da economia e a exclusão de direitos formais dos trabalhadores. Com a estabilização monetária, os governos

neoliberais não conseguiram se legitimar em virtude das suas grandes e facilmente perceptíveis consequências sociais negativas. Entretanto, mesmo com poucos resultados efetivos, a grande vitória do neoliberalismo – uma constatação do autor – se deu no plano político. Sader argumenta que a mentalidade individualista foi generalizada e a organização coletiva desestimulada, passando a prevalecer a rejeição a busca de interpretações totalizantes para as questões sociais. Registra ainda a prevalência das ideias de proteção ao consumidor em detrimento da proteção ao cidadão bem como de garantias ao interesse privado em detrimento do espaço público simbolizado através da expansão dos *shoppings centers*.

Essa vitória ideológica do neoliberalismo foi acompanhada pela imposição do chamado “pensamento único”, baseado no Consenso de Washington, que delimitou as bases sobre as quais as reformas neoliberais seriam implementadas nos países em desenvolvimento, seguidas tanto pelo senso comum quanto por grande parte dos intelectuais, muitos dos quais haviam se manifestado nacionalistas ou social-democratas ferrenhos alguns anos antes.

Com base nessas reflexões, Sader explica como a passagem de um mundo bipolar para um mundo de hege-

monia norte-americana ajudou a consolidar os modelos neoliberais. Contudo, em um contexto já não expansivo do capital, o neoliberalismo logo mostraria seus limites e o único setor da esquerda que de fato demonstraria resistência às reformas seriam os movimentos sociais. Tudo isso gerou uma crise de hegemonia: enquanto o neoliberalismo revelava seus limites, não surgiam proposições alternativas concretas. Os movimentos sociais – MST no Brasil, cocaleiros na Bolívia, zapatistas no México, etc. – resistiam, mas sem proposições programáticas claras.

No segundo capítulo, Sader debate a crise hegemônica propriamente dita, ressaltando a ideia de que as duas grandes tendências políticas no Subcontinente, no século XX, foram o desenvolvimentismo, a partir dos anos 1950, e o neoliberalismo, a partir dos anos 1980. A transição entre estas tendências teria sido acelerada pelas ditaduras militares e pela adaptação de algumas correntes ideológicas ao liberalismo. Atualmente, porém, a América Latina passaria por um hiato hegemônico, no qual se pode apontar projetos supostamente pós-neoliberais em disputa com o modelo vigente até hoje.

Para efeito analítico, o autor divide a América Latina contemporânea em três blocos de países segundo suas tendências políticas: o primeiro e menor

deles seria o dos assumidamente neoliberais, como a Colômbia, o Peru e o México; o segundo, o das experiências mais ambíguas do continente, de governos ditos de esquerda, mas que não romperiam de forma completa com a lógica imposta pelo neoliberalismo (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, entre outros). O terceiro e mais radical bloco seria composto pelos países que tentam reformas mais efetivas, como a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Os dois últimos blocos teriam em comum o fato de seus governantes terem sido eleitos a partir da insatisfação popular com o modelo neoliberal. O discurso e as origens desses governantes seriam antineoliberais e os projetos de alguns deles são claramente pós-neoliberais, pregando maior intervenção do Estado na economia e maior participação popular nas decisões.

Por contar com duas das três maiores economias do Subcontinente, o segundo bloco é o que o autor considera decisivo quando se leva em conta as perspectivas pós-neoliberais, apesar do maior radicalismo do terceiro bloco. Por isso, o terceiro capítulo da obra é destinado exclusivamente a decifrar “o enigma Lula”. Sader resgata a história do PT e da conjuntura brasileira nos últimos anos e aponta o que seriam três grandes falhas no governo brasileiro: o não enfrentamento da

“questão agrária” (a prioridade teria sido dada ao agronegócio), a política macroeconômica de aliança eterna com o capital financeiro e a pouca vontade política do Estado para a efetiva democratização da mídia. Estas seriam as questões pendentes do projeto político do PT para o Brasil. Nesse sentido, o autor aponta uma crítica à esquerda que se coloca como oposição a qualquer custo ao governo Lula, indicando que o melhor caminho para uma oposição à esquerda seria o de entender os avanços do projeto petista e apoiá-los sem omitir a crítica aos aspectos mencionados.

Sader constrói uma discussão acerca do governo Lula e dos seus limites. Contudo, quando passa da reflexão para as conclusões, talvez por sua própria história de militância no PT, não assume as consequências reais da sua análise. Os pontos falhos que aponta no governo Lula, e que o tornariam um enigma, não parecem tratar-se de pendências a serem resolvidas por um governo, mas limitações de um projeto que não tem perspectiva de avançar nestes pontos. Ao afirmar que “o modelo neoliberal e o bloco de forças que o protagoniza [...] só conseguem sobreviver se aplicados de forma mitigada – como nos casos do Brasil, da Argentina e do Uruguai” (p.64), demonstra que esses modelos ambíguos são na verdade o último

refúgio do neoliberalismo no continente. Assim, conforme se pode inferir, os pontos falhos do projeto petista não se apresentam como simples pendências, e sim como partes coerentes de todo o projeto político.

Partindo desta reflexão, Sader afirma que considerar o governo Lula mais neoliberal do que os anteriores, ou negar a existência de avanços, pode induzir ao erro de se fazer oposição a qualquer custo e contribuir com o crescimento da direita no país. “Em lugar de atuar como um crítico de esquerda, que apóia o que o governo tem de progressista, [a oposição de esquerda ao governo Lula] ataca tudo e rifa a possibilidade de construir uma alternativa à esquerda do PT, relegada a si mesma, à intranscendência (sic) política” (p.71). Isso é plenamente plausível, mas apostar todas as fichas em um projeto que demonstra ter limites estruturais e que, justamente por conta das suas ambiguidades, termina por fragmentar a esquerda partidária e os movimentos sociais, sugere uma aposta em algo que tende a eternizar a estrutura social rejeitada pelo próprio autor. O que Sader chama de “pendências”, portanto, pode ser considerado como limites estruturais. Neste sentido, o livro falha ao não levar em conta a importância da existência de espaços de organização que vislumbrem e que demonstrem à população hori-

zontes políticos diferentes do que está posto, algo que o PT tornou-se incapaz de fazer nos últimos anos. O “enigma Lula” é decifrado pelo autor de forma clara, mas as consequências dessa descoberta são omitidas ou distorcidas.

O livro termina com uma discussão sobre o desafio teórico da América Latina, na qual o autor enumera algumas debilidades da esquerda durante o século XX, afirmando que a maioria das experiências se deu com base em tentativas e erros. Traz novamente a discussão entre reforma e revolução, afirmando que as reformas, se feitas de maneira a mudar a estrutura da sociedade, podem caminhar para um processo revolucionário. O quarto capítulo traz, também, uma classificação das três estratégias da esquerda na América Latina: a democrática, com governos desenvolvimentistas, depois a guerra de guerrilhas e por fim a atual, de refundação dos Estados a partir de vitórias eleitorais, mas que tentam ter como base e como participantes ativos dos governos os movimentos sociais.

Sader contribui para a sistematização do que existe de teoria na esquerda latino-americana. Algumas falhas e omissões no relacionado à maneira como se aborda o conceito de nação, além de contradições entre a análise e as proposições sobre o que fazer, não tornam desnecessária a leitura do li-

vro. Trata-se de uma obra de um sociólogo competente, extremamente didático e que tem muito a contribuir para o pensamento da esquerda na América Latina. A principal conclusão é a de que vivemos uma crise da hegemonia liberal e que não existe um contraprojeto definido. Se passamos alguns anos “em busca do dissenso perdido”, como afirmou José Luís Fiori, parece que agora o encontramos, e “A nova toupeira” contribui para entender esse processo bem como os caminhos que temos pela frente.

POLÍTICA EDITORIAL / EDITORIAL POLICY

“Tensões Mundiais”, revista acadêmica do Observatório das Nacionalidades, grupo formado por pesquisadores de diversas instituições e áreas do conhecimento, é publicada semestralmente, em versão eletrônica e impressa.

O objetivo maior de “Tensões Mundiais” é a difusão de estudos teóricos e empíricos que propiciem um entendimento aprofundado da formação das nações, entidades que se auto-reconhecem e que são reconhecidas externamente.

O Observatório das Nacionalidades percebe as nações como entidades socialmente construídas que propiciam legitimidade ao Estado moderno, às instituições multilaterais e ao que tem sido denominado de “comunidade internacional”. Assim, a construção das nações transcende necessariamente aos processos endógenos.

A Revista aceita, em fluxo contínuo, artigos inéditos e resenhas que versem sobre temas relacionados à construção das nacionalidades, às relações internacionais, à cultura, aos instrumentos de força do Estado e às políticas de defesa nacional e exterior. Além de publicar trabalhos de autores consagrados, “Tensões Mundiais” busca estimular jovens talentos, em particular os que revelam pendor para pesquisa empírica.

“World Tensions”, the academic journal of the Nationalities Observatory, a group comprising researchers from a wide range of institutions and knowledge areas, is published bi-annually in electronic and printed form.

The main objective of “World Tensions” is the diffusion of theoretical and empirical studies that allow a deep understanding of the way nations are constituted and internally and externally recognized.

The Nationalities Observatory team sees nations as socially constructed entities that provide legitimacy to the modern State, to multilateral institutions, and to what has been called the “international community”. In this way, nation building necessarily transcends endogenous processes.

The Journal accepts on an ongoing basis original articles and book reviews that focus on the building of nations, international relations, culture, state instruments of force, national defense, and foreign policy or related themes.

Besides publishing works from well-known authors, “World Tensions” seeks to encourage new talents with an interest in empirical research.

NORMAS EDITORIAIS / EDITORIAL GUIDELINES

1. Os artigos serão submetidos a pelo menos três pareceristas e admitidos para publicação aqueles aprovados por pelo menos dois pareceristas.
2. O parecer será apresentado em formulário próprio (disponível em www.tensoesmundiais.ufc.br) e no prazo de um mês a contar da data de recebimento pelo parecerista.
3. O processo de parecer por pares é anônimo; .
4. Os autores podem acatar ou rejeitar as correções ou reformulações dos pareceristas; diálogos entre pareceristas e autores serão estimulados.
5. A decisão final no tocante à publicação do artigo proposto caberá ao Comitê Editorial.
6. O autor com artigo aceito para publicação cederá seus direitos autorais a “Tensões Mundiais” e receberá cinco exemplares da revista.
7. Os trabalhos propostos deverão vir acompanhados de currículo resumido (quinze linhas) com informações sobre a qualificação acadêmica, vínculos profissionais, linhas de pesquisa, endereço, telefone/fax e email dos autores.
8. Os artigos deverão conter entre 6.000 e 8.000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências bibliográficas; o tamanho padrão das resenhas é de até 2.000 palavras.
9. As contribuições serão aceitas nas línguas portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa e apresentadas em fonte Times New Roman 12 com espaçamento 1,5.
10. Os artigos deverão dispor de título conciso (máximo de 60 caracteres com espaço) revelando claramente o teor do texto.
11. Os artigos serão acompanhados de um resumo de 60 a 70 palavras e uma relação de até 5 palavras-chave; resumos, títulos e palavras-chave deverão ter versões em português e em inglês.
12. Para cada artigo será aceito um máximo de 20 notas explicativas ao final do texto; uma nota não deverá exceder 5 linhas.
13. Os artigos poderão conter no máximo 5 tabelas, quadros ou gráficos e uma bibliografia de cerca de duas páginas.
14. Referências bibliográficas e citações deverão ser organizadas conforme o sistema “Harvard”. Para maiores informações consultar o site da revista.
15. Artigos e resenhas deverão ser enviados em versão eletrônica para observatoriodasnacionalidades@ufc.br


1. The manuscripts will be examined by at least three reviewers. The Editorial Board will consider publications of manuscripts approved by at least two reviewers.
2. Peer-reviewers will submit their report utilizing form provided for the purpose (available from www.tensoesmundiais.ufc.br). Reviews should be returned to the editorial board no later than one month after receipt of the manuscript.
3. The peer review process is anonymous; comments will be sent to the authors.
4. Author can accept or reject issues and suggestions raised by reviewers; a dialogue between reviewers and authors is encouraged.
5. The Editorial Collective is responsible for the final decision concerning the publication of an article.
6. "World Tensions" will retain the copyright of a published article. Authors will receive five off prints of their publication.
7. Proposed papers should be accompanied by a short CV (15 lines) containing the authors' academic qualifications, professional activities, research interests, postal address, email address, telephone and fax numbers.
8. Manuscripts should contain between 6,000 and 8,000 words, including footnotes and references. The standard length of book reviews is 2,000 words.
9. Contributions will be accepted in Portuguese, Spanish, English or French and should be written in MS Word, using Times New Roman, 12 points font with 1.5 line spacing.
10. The manuscript's title should be concise (a maximum of 60 characters including spaces) clearly indicating the subject of the article.
11. Articles should be accompanied by an abstract of between 60 and 70 words and a maximum of 5 keywords. Abstract, title and keywords should include an English and Portuguese translation.
12. A maximum of 20 end notes will be printed. Explanatory notes should not exceed 5 lines.
13. Manuscripts should contain a maximum of 5 tables, figures or graphs, and a bibliography of approximately 2 pages.
14. References and citations in articles submitted should follow the 'Harvard' system. Full instructions are provided on the journal webpage.
15. Articles and book reviews must be sent in electronic version to observatoriodasnacionalidades@ufc.br

**“TENSÕES MUNDIAIS” AGRADECE AOS PARECERISTAS
RESPONSÁVEIS PELA QUALIDADE EDITORIAL OBTIDA
AO LONGO DE SEUS QUATRO ANOS.**

**THE “WORLD TENSIONS” TEAM THANKS THE REVIEWERS
FOR THE HIGH EDITORIAL QUALITY THEY ENSURED
THROUGHT THE LAST FOUR YEARS.**



Alex Farias
Ana Maria Ribeiro Andrade
Ana Maria Roland
Bernadete Beserra
Carlos Américo
Celso Castro
Cristina Carvalho Pacheco
Daniel Esparza Ruiz
Eduardo Diatahy B. de Menezes
Eiiti Sato
Eliezer Rizzo de Oliveira
Elza Maria Braga
Eurico de Lima Figueiredo
Francisco Josênio Parente
Frederico Carlos de Sá Costa
Giovani Jacó
Gustavo Raposo Feitosa
Grazielle Albuquerque
Isabelle Braz
James Petras
João Roberto Martins



Lea Rodrigues
Linda Maria Pontes Gondim
Luigi Biondi
Maria Alejandra Corbalan
Maria Auxiliadora Lemenhe
Manuel Domingos Neto
Mônica Dias Martins
Otávio Guilherme Velho
Ronald Chilcote
Robert Austin
Rosemary Galli
Selma Gonzalez
Shiguenoli Miyamoto
Sonia de Camargo
Stela Azevedo de Abreu
Sued Castro Lima
Suzeley Kalil Mathias
Thomas Heye
Vagner Camilo Alves
Waldimir Pirró e Longo
Williams Gonçalves

Filiada à Associação Brasileira de Editores Científicos



APOIO:

**Banco do
Nordeste**



TERCEIRA CAPA

O Observatório das Nacionalidades é formado por pesquisadores de diversas instituições e áreas de conhecimento. O grupo desenvolve estudos teóricos e empíricos acerca da construção dos Estados nacionais, entidades políticas e culturais que estruturam as relações entre os povos. Tensões Mundiais, revista do Observatório das Nacionalidades, promove o intercâmbio entre estudiosos de todos os continentes.

Das Observatório das Nacionalidades ist eine Gruppe von Wissenschaftlern und Forschern unterschiedlicher Institutionen und Wissensbereiche. Die Gruppe erarbeitet theoretische und empirische Studien zur Entstehung und Entwicklung der Nationalstaaten, sowie von politischen und kulturellen Einrichtungen, die den Beziehungen zwischen den Völkern Struktur geben. Tensões Mundiais, die Zeitschrift des Observatorio das Nacionalidades fördert den Austausch zwischen Fachleuten aus allen Kontinenten.

El Observatorio de las Nacionalidades está formado por investigadores de diversas instituciones y áreas de conocimiento. El grupo realiza estudios teóricos y empíricos acerca de la construcción de los Estados nacionales, entidades políticas y culturales que estructuran las relaciones entre los pueblos. Tensiones Mundiales, revista del Observatorio de las Nacionalidades, promueve el intercambio entre estudiosos de todos los continentes.

L'Osservatorio delle Nazionalità è costituito da studiosi di diverse università, centri ed aree di ricerca. Si dedica a studi teorici ed empirici sulle dinamiche di formazione degli Stati nazionali e su movimenti, comunità, organismi e processi politici e culturali su cui si costruiscono le relazioni tra i popoli. Tensioni Mondiali, rivista dell'Osservatorio delle Nazionalità, promuove l'intercambio e la comunicazione tra studiosi di tutti i continenti.

The Nationalities Watch is formed by researchers from several institutions and knowledge areas. The group develops theoretical and empirical studies on the making of the nation-states, political and cultural entities that structure the relations among peoples. World Tensions, the Nationalities Watch's journal, promotes the exchange between scholars from all continents.

L'Observatoire des nationalités rassemble chercheurs de plusieurs institutions et de différents spécialités. Le groupe développe des études théoriques et empiriques sur la construction des Etats nationaux, entités politiques et culturels sur lesquels sont structurés les relations entre les peuples. Tensions Mondiales, la revue de l'Observatoire des Nationalités, favorise l'échange de points de vue des chercheurs de tous les continents.

